



SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA MARÍTIMA DO BRASIL

A revista NAVIGATOR é dirigida a professores, pesquisadores e alunos de História e tem como propósito promover e incentivar o debate e a pesquisa sobre temas de História Marítima no meio acadêmico.

As opiniões emitidas em matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

COMANDO DA MARINHA

Almirante de Esquadra Eduardo Bacellar Leal Ferreira

SECRETARIA-GERAL DA MARINHA

Almirante de Esquadra Liseo Zampronio

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA

Vice-Almirante (Ref^o-EN) Armando de Senna Bittencourt

Departamento de História

Capitão de Fragata Pierre Paulo da Cunha Castro

Departamento de Publicações e Divulgação

Capitão de Fragata Pierre Paulo da Cunha Castro

REVISTA NAVIGATOR

www.revistanavigator.com.br

Editora Serviço de Documentação da Marinha

Departamento de Publicações e Divulgação

Ilha das Cobras s/nº – Centro

20091-000 – Rio de Janeiro – RJ

Tels.: (21) 2104-6852 / 2104-5492

Tiragem: 1.500 exemplares

NAVIGATOR	RIO DE JANEIRO	N.23 V.12	p. 160	2016
------------------	-----------------------	------------------	---------------	-------------



SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA MARÍTIMA DO BRASIL

CONSELHO EDITORIAL

VA (Ref^a-EN) Armando de Senna Bittencourt (IHGB/IGHMB)
CMG (RM1-T) Edina Laura C. Nogueira da Gama (DPHDM/IGHMB)
CF Pierre Paulo da Cunha Castro (DPHDM/Cemfhis)
CC (T) Carlos André Lopes da Silva (DPHDM/IGHMB/LEMP)
CC (T) Ricardo dos Santos Guimarães (DPHDM/SAB)
CC (IM) Marcello José Gomes Loureiro (DPHDM/Unirio)
CT (T) Daniel Martins Gusmão (DPHDM/LAA-UFS)
Prof. Ms. Renato Jorge Paranhos Restier Junior (IGHMB/SME-RJ)
1T (T) Anderson de Rieti Santa Clara dos Santos (DPHDM/Unisul)
1T (T) Sérgio Willian de Castro Oliveira Filho (DPHDM/Unicamp)

CONSELHO CONSULTIVO

Prof. Dr. Arno Wehling (IHGB)
Prof. Dr. Cláudio de Carvalho Silveira (UERJ)
Prof. Dr. Francisco Carlos Teixeira da Silva (Iuperj)
CMG (RM1) Francisco Eduardo Alves de Almeida (IGHMB/PPGEM-EGN)
Prof. Dr. Gilson Rambelli (UFS/SAB)
Prof. Guilherme de Andrea Frota (IHGB/IGHMB)
VA (Ref^a) Helio Leoncio Martins (IHGB/IGHMB)
Gen. (Ref^a) Jonas de M. Correia Neto (IHGB/IGHMB)
Prof. Dr. José Miguel Arias Neto (UEL)
Prof. Dr. Marcos Guimarães Sanches (Unirio)
Prof.^a Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia (USP)
Prof. Dr. Paulo André Leira Parente (Unirio)
Cel. (Cav-R) Paulo Dartanham M. de Amorim (IGHMB)
Dr. Petrônio Raimundo G. Muniz (FUNCEB)
CA (RM1) Reginaldo Gomes Garcia dos Reis (EGN)

INDEXADA POR / INDEXED BY

Latindex
www.latindex.unam.mx
Sumários de Revistas Brasileiras
www.sumarios.org
Diadorim
http://diadorim.ibict.br
REDIB
www.redib.org
Portal de periódicos da Capes
www.periodicos.capes.gov.br
ICAP-Pergamum
www.pergamum.puc.br/icap

EQUIPE EDITORIAL

Diretor

CMG (Ref^a) Milton Sergio Silva Corrêa

Editor

1T (T) Sergio Willian de Castro Oliveira
Filho

Organização do dossiê

Leonardo José Mataruna-dos-Santos

Identidade Visual

Edna Costa

Editoração Eletrônica

Felipe dos Santos Motta

Capa

Felipe dos Santos Motta

Revisão

Jacir Roberto Guimarães

Revisão em inglês

CT (T) Adriana de Matos Peixoto Rogerio

Web Designer

Célia Gutierrez

Navigator: Subsídios para a história marítima do Brasil.

– n.1 (jun. 1970) – n.20 (jun.1985) – n.23 (jun. 2016)

Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, 2005 – il.; 27cm.

Semestral

ISSN 0100-1248

Reedição do periódico de mesmo nome, editado pelo Serviço de Documentação da Marinha em 20 v.

1. Brasil – História Marítima – Periódicos

2. Brasil. Marinha – Periódicos. I. Brasil. Marinha. Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha

II. Título: Subsídios para a história marítima do Brasil

CDD 359.00981

Sumário

- 5 **APRESENTAÇÃO**
- DOSSIÊ UM SÉCULO DE HISTÓRIA DO ESPORTE MILITAR BRASILEIRO: DAS LIGAS DE ESPORTE AOS JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS RIO 2016**
- 9 **Apresentação do Dossiê**
 Leonardo José Mataruna-dos-Santos
- 13 **Le 'sport de guerre' dans l'armée Française (1914-1918)**
 O 'Desporto de Guerra' no exército francês (1914-1918)
 Arnaud Waquet
- 33 **Os Jogos Interaliados de 1919: o papel das Forças Armadas estadunidenses na promoção do esporte no contexto da Primeira Grande Guerra**
 The Interaliados Games 1919: the role of US armed forces in the promotion of sport in the context of the First World War
 Karina Cancellla
- 49 **De ídolos del deporte a héroes de la guerra: La aviación durante la Primera Guerra Mundial a través de la prensa deportiva española**
 De ídolos do esporte a heróis da guerra: A aviação durante a Primeira Guerra Mundial através da imprensa desportiva espanhola
 Juan Antonio Simón
- 63 **História da ginástica no Brasil: da concepção e influência militar aos nossos dias**
 Gymnastics history in Brazil: from conception and military influence to the present day
 Marcelo Gomes da Costa
 João Marcos Perelli
 Leonardo J. Mataruna-dos-Santos
- 76 **A Marinha e a capoeiragem**
 Brazilian Navy and the capoeiragem
 Leopoldo Gil Dulcio Vaz
- 91 **Evolução da Educação Física no Exército Brasileiro**
 Evolution of Physical Education in the Brazilian Army
 Luiz Fernando Medeiros Nóbrega
 Mauro B. G. Secco
- 102 **O surgimento da educação física no meio militar: Um estudo comparativo entre a Marinha e o Exército Brasileiro**
 The emergence of physical education in military media: A comparative study between the Navy and the Brazilian Army
 Erik Bueno de Ávila
 Raphael de Mattos Soares
 Bruna Medeiros Neves

108 Military Links to Competitive Sport and Games as Part of the Rehabilitation and Recovery Process

O esporte como parte do processo de reabilitação e recuperação de militares
Ian Brittain

116 O desenvolvimento científico do esporte militar e civil no Brasil: o papel catalisador da Marinha brasileira e da Academia do Conseil International du Sport Militaire – CISM (1957-1986)

Scientific development of military sport and civil In Brazil: catalyst paper of the Brazilian Navy and Conseil Academy International du Sport Militaire – CISM (1957-1986)
Lamartine P. DaCosta

ARTIGOS

125 Recrutamento forçado para a Armada Imperial nas Guerras da Independência e da Cisplatina

Forced recruitment into the Imperial Army in the Wars of Independence and Cisplatina
Paloma Siqueira Fonseca

135 Manuel Vicente Nunes (1711-c.1775) – Subsídios para a História da Construção e Arquitetura Naval do século XVIII em Portugal

Manuel Vicente Nunes (1711-1771): First builder Royal Arsenal – Design and Naval Architecture in the reign of D. José I
Nuno Saldanha

RESENHA

155 O esporte e as Forças Armadas na Primeira República: das atividades gymnasticas às participações em eventos esportivos internacionais

Silvestre Cirilo dos Santos Neto

Resenha de CANCELLA, Karina. O esporte e as Forças Armadas na Primeira República: das atividades gymnasticas às participações em eventos esportivos internacionais. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2014. ISBN: 978-85-7011-540-9, 270 p.

DOCUMENTO

157 Cartão-Postal Equipe de Fooball Association Benjamin Constant

Beatriz Alcoforado Oliveira



Capa – CB-FN BARNABÉ SANTOS SOUZA, CAMPEÃO MUNDIAL DE PENTATLO NAVAL, ACENDE A PIRA DANDO INÍCIO À XIV SEMANA DO MAR

Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha.

A fotografia retrata a abertura da XIV Semana do Mar na Escola Naval. O evento ocorreu entre os dias 29 de julho e 03 de agosto de 1969, onde foram realizadas provas de vela, remo e o pentatlo naval. Participaram das competições delegações de nove países, tendo a equipe brasileira sagrado-se vice-campeã.

Apresentação

Com grande satisfação, trazemos ao público o vigésimo segundo número da Revista *Navigator*, tendo como carro-chefe o Dossiê intitulado “Um século de História do Esporte Militar Brasileiro: Das Ligas de Esporte aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016”, organizado pelo Professor Doutor Leonardo José Mataruna-dos-Santos.

Nos últimos anos diversos debates tem sido desenvolvidos relacionando a prática de esportes e o meio militar, de modo que, imbricado a tal fator, a atual atenção dada ao esporte em decorrência dos variados eventos esportivos de grande porte que tiveram ou terão o Brasil como sede demandam uma abordagem historiográfica dos aspectos sociais, culturais e políticos que envolvem o desporto e as Forças Armadas.

Assim, o presente número traz um rico e vigoroso debate envolvendo pesquisadores de cinco países – Brasil, França, Portugal, Inglaterra e Espanha – sobre o esporte no meio militar e a prática de esportes nas Forças Armadas. Tal discussão é enriquecida pelas Seções “Resenha” e “Documento”, que apresentam, respectivamente, a relevante obra “O esporte e as Forças Armadas na Primeira República: das atividades *gymnásticas* às participações em eventos esportivos internacionais”, de autoria de Karina Cancelli e resenhada pelo Professor Silvestre Cirilo dos Santos Neto; e o Cartão-Postal “Equipe de Football Assoc. Benjamin Constant”, datado de 1912, atualmente sob a guarda do Arquivo da Marinha.

Na Seção de artigos avulsos, a *Navigator* traz os textos da Mestra Paloma Siqueira Fonseca, intitulado “Recrutamento forçado para a Armada Imperial nas guerras da Independência e da Cisplatina”, onde a autora aborda os processos relacionados ao recrutamento de pessoal para a Armada Brasileira nas primeiras décadas do século XIX; e do Professor Doutor português Nuno Saldanha, com o título “Manuel Vicente Nunes (1711-c.1775) – Subsídios para a História da Construção e Arquitetura Naval do século XVIII em Portugal”, em que há uma discussão envolvendo a trajetória biográfica do construtor naval português Manuel Vicente Nunes e o seu legado que deixou marcas, inclusive, do outro lado do Atlântico, isto é, no Brasil.

Desejamos a todos uma excelente leitura e que as discussões aqui levantadas possam, assim como o esporte faz a seus admiradores, trazer os variados sentimentos de vibração, inquietação e emoção.

Dossiê Um século de História do Esporte Militar Brasileiro: Das Ligas de Esporte aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016

Arnaud Waquet

Karina Cancelli

Juan Antonio Simón

Marcelo Gomes da Costa

João Marcos Perelli

Leonardo J. Mataruna-dos-Santos

Luiz Fernando Medeiros Nóbrega

Mauro B. G. Secco

Erik Bueno de Ávila

Raphael de Mattos Soares

Bruna Medeiros Neves

Ian Brittain

Lamartine P. DaCosta

Apresentação do Dossiê

Leonardo José Mataruna-dos-Santos

Professor Doutor, Pós-Doutor em Cultura Contemporânea pela UFRJ, Pós-Doutor em Sport for Peace and Development pela Coventry University, Doutor em Educação Física e Cultura pela UGF, Pesquisador da União Europeia (Marie Curie); Pesquisador Associado da Coventry University, Coventry, UK; Professor Visitante da Anglia Rusky University, Cambridge, UK; Professor Visitante da Universidad de Occidente, Los Mochis, MEX e Pesquisador do Programa Avançado de Cultura Contemporânea da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O presente dossiê da Revista NAVIGATOR, intitulado “Um século de História do Esporte Militar Brasileiro: das Ligas de Esporte aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016”, marca um momento impar do esporte militar no País, no qual uma prestigiada revista histórica abre um espaço para o debate de uma matéria rejeitada e marginalizada por muitos anos nas Forças Armadas brasileiras. Apesar de ter uma relação fundamental com a higidez física e as necessidades profissionais de atuação dos militares, a atividade física e o esporte em alguns momentos foram vistos como uma prática para quem queria escapar das fainas militares. Sem embargo, o esporte ganha um novo entendimento e redimensionamento no corrente período histórico e consegue, por exemplo, um espaço privilegiado nas Forças Armadas. Diante da *tsunami* dos megaeventos esportivos no País e das inúmeras pesquisas que comprovam os benefícios da prática de exercícios físicos orientados, o esporte, o Treinamento Físico Militar, e outras ações motoras, se reinventam e ocupam um novo cenário na história do tempo presente, plausíveis de estudos críticos e análises profundas por historiadores e que ainda deixam um legado para investigações futuras.

O envolvimento de militares e esporte na maioria dos países sempre foi muito forte pela própria necessidade da ação profissional: exigir do condicionamento físico de combatentes. Do ponto de vista histórico, sempre ressalto o esporte presente nos Jogos Olímpicos da Era Moderna que carrega consigo a lenda do soldado ateniense Pheidippides, que fora um mensageiro do Exército de Atenas, o qual teria corrido cerca de 40 km entre o campo de batalha de Maratona até a cidade de Atenas para anunciar aos cidadãos a vitória dos Exércitos atenienses contra os persas e, que logo a seguir, teria morrido de exaustão após cumprir a missão.

No Brasil, a ponte entre esporte e militares se tornou fundamental para o desenvolvimento da área de exercícios físicos no País. No fim da primeira década do século XX, surge com a Força Pública de São Paulo, atual Polícia Militar, a primeira Escola de Educação Física do País. Pioneira por estar aliada ao objetivo de melhorar a qualidade tática e estratégica da formação de oficiais, a forte influência da Missão Francesa, surge para um repensar sobre a atividade física, o esporte e o vigor físico de tropas. Na sequência, surgem as Ligas de Esporte, que no ano de 2015 completaram um centenário. A Liga de Futebol do Exército surge com uma tendência monoesportiva, enquanto a Liga de Sports da Marinha apresentava outras modalidades além do futebol, como o remo, o polo aquático e atividades ligadas à água. Tais instituições foram fundamentais para o desenvolvimento da atividade física e do esporte nas Forças Armadas brasileiras (FFAA). A criação do Comitê Olímpico Brasileiro (1914) e as primeiras medalhas do Brasil nos Jogos Olímpicos da Antuérpia (1920) com o Tenente Guilherme Paraense, ouro na pistola rápida e bronze na pistola por equipes marcam as raízes históricas que se mixam neste cenário militar e civil.

Novas histórias surgem neste centenário do esporte militar no Brasil. Um dos fatos mais marcantes é sem dúvida a realização dos Jogos Mundiais Militares – os Jogos da PAZ-Rio 2011 do Conselho Internacional de Esporte Militar (CISM), no qual o País foi sede. O Brasil pela primeira vez sediará também os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Todos estes eventos lidam com legados tangíveis e intangíveis que estão sendo discutidos por autores ao redor do mundo, e enfatizando sobretudo a relação estrita entre as FFAA e o esporte no Brasil. Apenas a efeito de registro, nos Jogos Olímpicos de Londres 2012, o CISM contabilizou mais de 350 atletas militares participantes do evento e entre estes mais de 130 militares se consagraram medalhistas. Agora, nos Jogos Rio 2016, além dos atletas, cerca de 38 mil militares das Forças Armadas serão mobilizados para atuar em ações de defesa durante os megaeventos, mostrando novamente a estreita relação de gestão, organização e planejamento. Fato que outrora nos Jogos do Centenário da República, Jogos Olímpicos Latino-Americanos em 1922, já havia ocorrido enquanto envolvimento entre meio civil e militar.

Para entender melhor o cenário nacional, se faz necessário saber também sobre o que acontecia em outras partes do mundo, como nos brinda o Prof. Dr. Arnaud Waquet, com o texto “o ‘Esporte na Guerra’ no Exército francês (1914-1918)”. Professor da Universidade de Lille 2 e especialista em Esporte e Guerra, Dr Arnaud é um dos maiores especialistas da temática história do esporte militar na França e Inglaterra. Em pesquisa realizada na Universidade de Lyon, encontrou dados de tamanha profundidade nos arquivos militares ainda existentes do tempo da Primeira Grande Guerra e que traduz em um dos melhores materiais produzidos até hoje sobre o assunto. Discutindo a questão da “responsabilidade” em pesquisas recentes, o autor apresenta um texto em língua francesa com uma rica discussão sobre o tema.

Na sequência temos um texto da maior especialista e pioneira da história do esporte militar no Brasil, a Doutoranda Karina Cancelli da Universidade Federal do Rio de Janeiro, especialista também em Estudos Olímpicos pela Academia Olímpica Internacional. Com dois livros publicados em língua portuguesa e dezenas de artigos, comunicações orais e *papers* sobre o esporte militar. Vale destacar que a historiadora recebeu recentemente, o prêmio de melhor pesquisa na Conferência da International Society for the History of Physical Education and Sport. A autora nos brinda com um texto sobre “os Jogos Interaliados de 1919: o papel das Forças Armadas estadunidenses na promoção do esporte no contexto da Primeira Grande Guerra”. Apresentando uma discussão baseada em dados raros de fontes de arquivos históricos, a autora traz a discussão do papel das Forças Armadas estadunidenses na organização dos Jogos Interaliados e dos principais objetivos de promoção do evento como forma de propaganda de uma “Olimpíada Militar”.

Trazendo uma visão diferenciada do Esporte Militar, o Prof. Dr. Juan Antonio Simón Sanjurjo, da Universidade Europeia de Madrid, que durante o seu pós-doutorado na Universidade Autônoma de Barcelona estudou as relações do esporte militar e raízes da socieda-

de espanhola, nos presenteia com um texto em sua língua materna intitulado “dos ídolos do esporte aos heróis da guerra: a aviação durante a Primeira Guerra Mundial através da imprensa esportiva espanhola”. O texto se divide em três áreas temáticas apresentando a intenção de enfatizar ao desenvolvimento da aviação na guerra e seu impacto na imprensa esportiva espanhola. Na segunda parte, Dr. Simon destaca a importância adquirida pela aviação durante a Grande Guerra para a Espanha, como uma confirmação da necessidade de aumentar os esforços nacionais nesta indústria para recuperar o atraso com as potências europeias. Por fim, o autor apresenta a memória dos atletas mortos ou feridos na frente de combate, levando o leitor a uma reflexão do esporte aeronáutico na Espanha e seu papel na grande guerra.

Mesmo que não tenhamos nesta edição um material sobre este personagem, não podemos deixar de mencionar o pioneirismo de Alberto Santos-Dumont, aeronauta, esportista e inventor brasileiro que entre o automobilismo, escaladas e a aviação acabou corroborando e muito para o esporte militar e civil no final do século XIX e início do século XX. A título de registro de memória, Santos-Dumont foi o primeiro a inventar, construir e alçar voo em uma aeronave mais pesada do que o ar por meios próprios. Este brasileiro de tal importância para o País e para a Força Aérea Brasileira (FAB) vem sendo lembrado por décadas, mas ainda precisa de maior divulgação de suas obras e feitos fora do Brasil. A FAB foi criada apenas em 1941, a partir do ramos aéreos da Marinha e do Exército, e o esporte aviação já incorporado outrora em ações militares passou a ter atenção diferenciada no Brasil. Do ponto de vista o esporte, na FAB ganhou corpo em 1967 com a criação da Comissão de Desportos da Aeronáutica (CDA). No ano de 2017, a CDA completará meio século de história e vem apostando em inovações e investimentos em modalidades esportivas que as duas outras Forças não realizaram até o momento, assim como o registro da sua história do tempo presente, sendo modelo para o esporte militar brasileiro. Fica aqui uma área pouco explorada como estudo do esporte militar brasileiro como sugestão de pesquisas futuras, o esporte militar na Força Aérea Brasileira.

Em um texto produzido a partir da Universidade de Coimbra em Portugal, por pesquisadores brasileiros, Marcelo Gomes da Costa, João Marcos Perelli, Leonardo José Mataruna-dos-Santos apresentam o texto: “história da Ginástica no Brasil: Da concepção e influência militar aos nossos dias”. Marcelo Costa é um dos grandes nomes da gestão do ensino superior no Brasil, sendo também especialista em ginásticas e desenvolvedor de um inovador método em seu doutoramento. Da mesma Universidade, João Perelli dos Santos, que trabalha com a ginástica brasileira, lê-se capoeira, sintetiza junto com os demais autores a importância das Forças Armadas no início do século passado. Já o Dr Leonardo Mataruna, especialista em História Militar e Estudos Olímpicos, fecha o trio trazendo a perspectiva da influência e dos ideários de eugenia e higiene na implantação e desenvolvimento da ginástica no País. Os autores apresentam a influência de Rui Barbosa para a Educação Física no Brasil e, sobretudo, trazem uma abordagem transversal do Método Nacional de Educação Física e da História da Ginástica no Brasil trazendo renomados autores brasileiros sobre o tema.

O Mestre Leopoldo Gil da Academia Maranhense de Letras, Membro fundador da Academia Ludovicense de Letras – Cadeira 21, colunista do Jornal *O Estado* e Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, traz à discussão a relação entre a Marinha e a Capoeiragem. O autor apresenta uma definição profunda do termo Capoeira e retrata episódios exclusivos do esporte que ocorreram em conexão direta com as Forças Armadas, como por exemplo seminários, revoltas, desafios e outros. Trata-se de uma revisão de incidências marcantes da Capoeira em episódios isolados e que marcavam uma necessidade de reafirmação histórica por meio da revisão da literatura.

O texto a seguir, de autoria dos militares e pesquisadores do esporte Coronel de Cavalaria Luiz Fernando Medeiros Nóbrega, atual Comandante da Escola de Educação Física do Exército, e do Coronel de Artilharia Mauro B. G. Secco, do Comitê Organizador dos Jogos Militares e do Centro de Capacitação Física do Exército (CCFEx), apresenta a “Evolução

da Educação Física no Exército Brasileiro". Com uma Linha do Tempo, com apresentações das datas de criação (origem) e transformação (modificação), das Organizações Militares atuais do Exército Brasileiro, discute o ensino da Educação Física, a relevância da pesquisa e o desporto militar, sendo assim um inédito material sobre a temporalidade da instituição.

Os oficiais da Marinha do Brasil, Primeiros-Tenentes (RM2-T) Erik Bueno de Ávila, Raphael de Mattos Soares e Bruna Medeiros Neves, que servem no Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), contrastaram os aspectos referentes ao "surgimento da Educação Física no meio militar brasileiro", em um estudo de história comparada entre Marinha do Brasil e Exército Brasileiro, trazendo elementos importantes da história do esporte.

O Prof. Dr. Ian Brittain, pesquisador catedrático da Coventry University, e um dos maiores nomes como pesquisador da história do esporte Paralímpico, nos permite ter acesso à sua atual pesquisa sobre o movimento do esporte adaptado e as relações com o esporte militar. Com o texto em língua inglesa intitulado "Ligações militares para o esporte e jogos competitivos, como parte do processo de reabilitação e recuperação", o pesquisador mostra a importância dos militares para o surgimento do esporte Paralímpico no mundo. Atualmente, em pesquisa inédita para o "Invictus Games", em Orlando nos EUA, com parte já publicada neste número, o pesquisador britânico, que é autor de quatro livros sobre o esporte Paralímpico, destaca a importância de outros eventos além dos Jogos Paralímpicos. Ele apresenta dados importantes sobre números de militares que se converteram em atletas após se tornarem pessoas com deficiências; a importância dos comitês Paralímpicos neste processo e a relevância de programas esportivos e de reabilitação historicamente.

Fechando as contribuições de artigos originais para este dossiê histórico, não poderia faltar o maior especialista da história do esporte no País. Altamente respeitado no exterior e conceituado no Brasil, o Prof. Dr. Lamartine Pereira DaCosta é professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências de Exercício e do Esporte da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e Pesquisador do International Olympic Committee – Advanced Research Grant Program 2015. Militar da reserva da Marinha do Brasil, responsável por feitos inovadores no que tange ao treinamento esportivo na preparação do País para os Jogos Olímpicos de 1968 e para a Copa de Futebol de 1970 no México, é um ícone da educação física mundial. O autor apresenta o texto "O desenvolvimento científico do esporte militar e civil no Brasil: o papel catalisador da Marinha brasileira e da Academia do Conseil International du Sport Militaire-CISM (1957-1986)". O texto pontua elementos acadêmicos ao longo de uma extensa e trabalhada literatura com reflexões que se centram em acontecimentos importantes no Século XX. Sem dúvida, é uma contribuição que marca a abertura de outras frentes de investigações na história do esporte militar, justamente sobre um período histórico em que existem poucas publicações que tratam sobre o Conselho Internacional de Esporte Militar e as realidades do Brasil.

A última contribuição deste número é a resenha do Professor Silvestre Cirilo dos Santos Neto, sobre o livro *O esporte e as Forças Armadas na Primeira República*: das atividades gymnásticas às participações em eventos esportivos internacionais, de autoria de Karina Cancelli, marcando uma reflexão sobre a primeira obra específica sobre a temática publicada no País. O livro enfatiza a criação das Ligas Militares de Esporte e das relações de organização e gestão das Forças Armadas nas décadas iniciais do século passado. O autor elucida os pontos positivos da obra enfatizando o pioneirismo da Marinha do Brasil.

Este dossiê, com contribuições marcantes, simboliza um novo momento da história do esporte militar brasileiro. Entender o que se passava com outros países e movimentos esportivos ao redor do mundo era uma necessidade para consolidar lacunas históricas e, sobretudo, servirá para construir novos pilares de discussão de estudos futuros, principalmente a partir dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Ao ter acesso a este número, o leitor terá a possibilidade de aproximação a materiais originais escritos por autores de grande prestígio do esporte militar e da Educação Física mundial, fazendo assim, uma reflexão crítica sobre contribuições que ajudam a redesenhar e divulgar a história do esporte militar do Brasil e do mundo. *Splendor sine occasu*.

Le ‘sport de guerre’ dans l’armée Française (1914-1918)*

O ‘Desporto de Guerra’ no exército francês (1914-1918)

Arnaud WAQUET

Professor Doutor da Université de Lille – France, EA 7369. Mestre de Conferências da Faculté des Sciences du Sport et de l’Education Physique de l’Université de Lille en France; Membro da Unité de Recherche Pluridisciplinaire Sport, Santé, Société – Equipe d’Accueil n°7369, e da l’Académie Nationale Olympique Française.

RÉSUMÉ

Les travaux de recherche sur le sport aux armées au cours de la Grande Guerre ont démontré l’existence d’une pratique accrue de la part des soldats britanniques et américains à leur retour des combats. Aujourd’hui, nous proposons de réaliser un focus sur le sport dans l’armée française entre 1914 et 1918. L’objectif est de démontrer comment la conjoncture de guerre contribue à l’officialisation du sport par les autorités militaires françaises. De tradition gymnique, l’armée française reconnaît en effet au sport le statut de pratique responsable au cours de la guerre du fait de la supériorité constatée des soldats-sportifs au front et du bénéfice physique et moral apporté par sa pratique aux soldats. Notre recherche a donc pour objectif d’identifier les facteurs endogènes et exogènes responsables du glissement de l’armée française d’un modèle gymnique vers un modèle sportif dans la préparation des soldats à la guerre moderne.

MOTS CLEFS: Armée Française, Sport, Première Guerre mondiale

RESUMO

As pesquisas sobre o esporte praticado pelos exércitos durante a Grande Guerra já haviam mostrado o desenvolvimento de sua prática por trás das linhas por soldados britânicos e americanos. O presente estudo propõe focar uma análise sobre o esporte no exército francês entre 1914 e 1918. O objetivo desta investigação é mostrar como a situação da guerra contribuiu para a formalização do “desporto de guerra” por parte das autoridades militares francesas. Apesar de uma tradição de ginástica profunda antes de 1914, o exército francês reconheceu o estatuto de “prática responsável” do esporte durante a guerra graças à demonstração de superioridade dos soldados-desportistas nas trincheiras e também devido ao bem-estar físico e moral interpostos pelos esportes aos soldados. Assim, este artigo apresenta os fatores endógenos e exógenos responsáveis pela mudança do modelo de treinamento militar do exército francês, a partir de um modelo de ginástica, para um modelo esportivo, para preparar seus soldados para a guerra moderna.

PALAVRAS-CHAVE: Exército Francês, Desporto, Grande Guerra

* Artigo recebido em 1 de abril de 2016 e aprovado para publicação em 27 de abril de 2016.



INTRODUCTION

A l'heure des commémorations du centenaire de la Première Guerre mondiale, le sujet du sport dans la Grande Guerre semble trouver sa place dans l'historiographie et dans la mémoire populaire¹. En témoignent les travaux de Peter Tauber pour l'Allemagne², de Tony Mason pour la Grande Bretagne³, de Sergio Giuntini pour l'Italie⁴, de Steven W. Pope pour les Etats-Unis⁵ et de Paul Dietschy⁶, Michel Merckel⁷, Thierry Terret⁸ et Arnaud Waquet pour la France⁹.

Les travaux produits démontrent que dans toutes les armées, le sport s'impose comme un élément à part entière dans la vie quotidienne des soldats démontrant ainsi que la vie des combattants de la Première Guerre mondiale ne peut se résumer à la vie militaire et aux combats dans les tranchées. Comme J.G Fuller l'a démontré pour l'armée britannique, un fantassin passe plus de la moitié de son temps à l'arrière du front¹⁰. Par ailleurs, nombre de soldats et d'officiers n'ont pas connu les tranchées¹¹.

L'histoire à laquelle nous nous intéressons aujourd'hui est à inclure dans la dimension culturelle de l'historiographie de la Grande Guerre¹². L'histoire du sport des soldats français dans la Grande Guerre est en effet à comprendre à la fois comme une histoire des activités extramilitaires des soldats, le sport étant perçu comme une distraction au retour du front, mais également comme l'histoire de l'officialisation du sport, pratique culturelle minoritaire en France avant le conflit, dans l'armée française. En l'espace des 51 mois que dure le conflit, les militaires français, centrée avant-guerre sur des méthodes de préparation gymnique¹³, reconnaissent en effet au sport le statut de pratique responsable du fait du bénéfice physique et moral apporté par sa pratique aux soldats et en raison de la supériorité constatée des soldats-sportifs au front. C'est la compréhension de ce glissement d'une armée française gymnique à une armée française sportive en réponse à la conjoncture de la Grande Guerre qui constitue le point d'ancrage de notre recherche.

Dans l'analyse qui suit, l'histoire militaire du sport dans l'armée française au

cours de la Grande Guerre est basée sur des facteurs endogènes, comme l'influence des sportifs français d'avant-guerre, et exogènes, avec en particulier l'impact de la présence des soldats britanniques et américains, pour expliquer le développement et la reconnaissance de la pratique sportive chez les *Poilus*¹⁴ et les autorités militaires françaises. Autrement dit, nous souhaitons comprendre comment le sport s'impose dans l'armée française comme une réponse à la conjoncture de guerre, le faisant passer du statut de pratique déconsidérée par les autorités militaires supérieures en 1914 à celle de pratique à responsabilité dans l'effort de guerre et l'obtention de la victoire en 1918.

Notre démonstration est structurée en trois périodes correspondant à l'histoire des combats de la Grande Guerre, à savoir 1. l'installation dans une guerre de tranchées, 2. la guerre d'usure et 3. la crise du moral et l'arrivée des américains. Elle s'appuie sur un corpus divers d'archives et de travaux de recherche ; en particulier : la presse de tranchées française et britannique, la presse sportive, les archives militaires françaises du *Service historique de l'armée de terre* (SHAT)¹⁵ et de la *Bibliothèque documentaire internationale contemporaine* (BDIC)¹⁶ mais également les archives militaires britanniques de l'*Imperial war museum* (IWM)¹⁷, des ouvrages d'époque, des historiques régimentaires et des carnets de soldats.

LE 'SPORT DE GUERRE', UNE NAISSANCE FONCTION DE LA TEMPORALITÉ DES COMBATS ET SOUS L'IMPULSION DES SOLDATS BRITANNIQUES (AOÛT 1914 – HIVER 1915)

L'établissement des tranchées, un facteur clef dans l'essor du football aux armées

L'analyse du 'sport de guerre' nécessite de prendre en compte la temporalité des combats afin de pouvoir comprendre les différentes phases de son développement dans l'armée française au cours de la Grande Guerre.

La guerre de mouvement, qui caractérise les premières semaines du conflit jusqu'à l'automne 1914, ne laisse que trop peu de temps aux soldats pour pratiquer. Harassante, cette première phase du conflit sature le corps et l'esprit des soldats. Meurtrière, elle traduit, par l'ampleur des pertes enregistrées, l'industrialisation de la guerre et l'apparition de nouvelles armes ; des armes de destruction massive dont la plus emblématique, la mitrailleuse, qui permet à un seul soldat de faucher la vie de centaines d'autres. A elle seule, à la fin de novembre 1914, l'armée française a perdu près d'un million d'hommes, dont 300.000 tués. Pour l'armée française, cette première phase de la guerre s'achève donc par un échec stratégique et le constat du manque de préparation des soldats face à la violence de la guerre moderne.

Avec la stabilisation du front et l'entrée dans une guerre de tranchées, le renouvellement des lignes permet aux soldats de rentrer dans une routine¹⁸, non moins dangereuse en première ligne, mais qui permet de s'écarter du danger en réserve et au cantonnement et de donner le temps aux soldats d'avoir des activités extramilitaires. A l'abri des mitrailleuses et des canons, les

hommes profitent de leur temps de repos pour se distraire. Jeux de cartes, écriture, artisanat, visite de l'estaminet ou du bordel local mais également du sport pour ceux qui le connaissent et l'ont pratiqué avant-guerre. L'enlisement du conflit dans une guerre de tranchées donne donc naissance au 'sport de guerre'.

Le football des *Tommies* en France dès les premiers jours du conflit

À l'image des sports modernes en Grande Bretagne, l'essor du 'sport de guerre' s'effectue sous l'impulsion des troupes britanniques. Dans les ports et les villes de garnison qui voient débarquer les *Tommies*¹⁹, la pratique sportive est quasi-quotidienne. Dès le mois d'août 1914, au Havre et à Boulogne-sur-Mer par exemple, des premières parties de football sont organisées. C'est un moyen de distraction qui rappelle le 'home' pour les hommes venus d'outre-Manche. Dans son journal, à la date du 15 août 1914, un officier indique d'ailleurs que ses hommes passent habituellement une partie de la soirée à taper dans un ballon de football²⁰. Cet exemple révèle le haut degré de développement du football dans l'armée britannique.



Fig.1 : "Entre deux batailles". Journal *Sporting* du 29 octobre 1914.

Institutionnalisé dès 1881 avec la création de l'*Army football association* et celle de l'*Army football Cup'* (1888)²¹, le football est le sport-roi chez les *Tommies*. Avant même l'entrée en guerre, tous les bataillons possèdent leur équipe de football²²; un indice de l'enracinement de sa pratique sportive dans la culture britannique qui préfigure la constitution d'un foyer

footballistique en France pendant la Grande Guerre²³. En outre, dès les premières semaines du conflit, la sportivité de l'armée britannique est renforcée à travers l'appel de Lord Kitchener aux hommes britanniques à s'engager dans la guerre pour pallier le manque cruel de soldats²⁴, mais également avec la constitution des *Pal's Battalions*²⁵ et de l'utilisation du sport comme un agent recruteur. Preuve en est la constitution de bataillons de sportifs²⁶ à l'instar du *23rd Battalion Royal Fusiliers*, connu comme le premier bataillon de sportifs, et le *17th battalion of the Middlesex regiment*, connu comme le premier bataillon de footballeurs. L'armée britannique qui débarque en France en août 1914 est donc une armée constituée de soldats sportifs. C'est ce que rapporte la presse sportive française qui dès le début de la parution de ses éditions de guerre ne manque pas de souligner l'appétit des *Tommies* pour le football. Dans un article intitulé "*Entre deux batailles*", le journal *Sporting* nous indique que "*Les soldats anglais, dès que la guerre leur laisse quelques minutes de repos, se reposent en jouant au football, ce qui intéresse leur camarade français, qui, sur la ligne de touche et l'arme au bras, ne pense plus du tout au boche, pour le moment*".



Fig.2 : *Entre deux combats*, les *Tommies* jouent au football

Le journal *L'Auto* publie lui le 15 janvier 1915 un article sur le football des *Tommies* soulignant "*qu'entre deux combats, (...) les soldats anglais disputent un match de football à proximité des lignes ennemies*".

Pratiqué massivement par les soldats britanniques à la fois dans le cadre de leur préparation militaire comme au retour du front pour se détendre, le football est officiellement reconnu par l'Etat-major britannique comme un indispensable dans la vie quotidienne des soldats, tant pour préparer les soldats au front que pour assurer leur confort physique et moral²⁷. Dans la continuité de l'ethos des public-schools, les officiers britanniques inscrivent la pratique du sport dans le quotidien des soldats. C'est un moyen pour eux d'assurer leur leadership, la pratique du sport leur permettant de faciliter la relation officier-soldat, mais également de développer le courage, le coup d'œil et l'esprit de corps au sein de leurs troupes²⁸.

Le désir insatiable de shooter dans un ballon des *Tommies* engendre un nombre de situations dont la singularité se doit d'être relevée tant elles démontrent la reconnaissance du football comme un construit de la culture de masse britannique et sa capacité à pouvoir se diffuser, même en temps de guerre, à l'ensemble des peuples. Dans une interview menée à l'occasion de la prépara-

tion des commémorations du cinquantième anniversaire de la Grande Guerre, la BBC a recueilli le témoignage de Peter Jackson, officier de l'armée britannique sur le front Ouest et présent dans la tranchée au moment de la Trêve de Noël. Son témoignage nous éclaire sur la place du football dans la fraternisation des soldats britanniques et allemands les 24 et 25 décembre 1914 : (la scène se déroule le 24 décembre dans le secteur des tranchées)

Paddy, l'un des soldats les plus indisciplinés de mon unité a commencé à discuter avec les allemands. Je ne voulais pas qu'une fusillade éclate. J'ai donc dit à Paddy "retourne dans ta tranchée". (...)

Quelques instants après, les Allemands sont sortis de leurs tranchées en apportant une caisse de bière. Ils pensaient qu'on pouvait se réunir un peu pour Noël. J'étais vraiment sur la réserve pour avoir ce moment de fraternisation.

Je regarde alors les hommes des deux camps dans leurs tranchées. Ils sont prêts à sortir. Ils attendaient l'ordre. Puis j'ai vu sortir deux britanniques de leur tranchée.

Après un moment, j'ai vu sortir un ballon de football de notre tranchée. Cette situation...comment dire ... était bizarre. Je ne savais pas vraiment ce qu'il allait se passer par la suite. Le ballon est allé jusqu'aux allemands qui l'ont renvoyé à mes hommes en shootant dedans. Par la suite, mes hommes sont venus me demander si une partie libre pouvait commencer. J'ai donc parlé aux officiers allemands et je leur ai suggéré d'organiser un match de football. (...)

J'ai suggéré ensuite que les deux lignes de but soient les deux lignes opposées de fil barbelés. Notre but serait du côté de notre tranchée et inversement. Les allemands n'aimaient pas cette idée parce qu'ils pensaient que si on faisait passer la balle de l'autre côté de la ligne de touche des barbelés allemands, on pourrait alors avoir un super coup d'œil sur la tranchée allemande. Mais

peu importe, après un moment, ils ont accepté l'idée et le match de football a commencé. C'était une mêlée. Ce n'était pas un match avec 10 joueurs de champs d'un côté et de l'autre. Non, c'était un jeu opposant 17 allemands contre 15 anglais qui consistait à envoyer la balle le plus loin et le plus fort possible en direction des barbelés ennemis. La partie s'est déroulée normalement pendant plus d'une demi-heure jusqu'à ce que la balle soit déviée sur l'un des pieux des barbelés ce qui mis fin au match. Cet armistice non officiel a duré toute la journée du 24 et la veillee de Noël. Le soir, les allemands avaient mis un arbre de Noël au-dessus de leur tranchée qui était illuminé par des lampes électriques. (...) Tout le temps que l'arbre de Noël fût sorti et illuminé, l'armistice durait. (...) Le lendemain matin, la journée de Noël, nous avons fraternisé pendant toute la journée encore.... Ça a été la même chose au total pendant deux jours de plus.

Puis les ordres sont tombés. L'officier allemand a eu le temps de me dire qu'ils seront à Londres dans deux mois. Des mots de trop qui suffisent à réanimer les tensions et s'enterrer de nouveaux dans nos tranchées respectives²⁹".

Dans l'armée française, le sport est initié par les sportifs d'avant-guerre

L'armée française de 1914, à l'image de la société française d'avant-guerre, est ancrée dans une tradition gymnique. Majoritairement issus du monde rural, les *Poilus* ne pratiquent pas le sport avant la guerre. L'effort physique rime davantage pour eux avec les travaux des champs³⁰ et la seule éducation physique qu'ils ont reçue à l'école et au service militaire se rapporte à la tradition gymnique française. Le poilu de la classe 1890 qui représente le soldat type de l'automne 1914 a en effet découvert la pratique physique avec l'école, a peut-être prolongé l'expérience dans une société de gymnastique et s'est exercé au



Fig. 3: Entraînement physique dans la cour de la caserne, le passage du portique par les fantassins (vers 1910-1911)³¹



Fig. 4: Exercice d'escrime à la baïonnette pour les soldats de l'infanterie (Vers 1908-1910)³²

cours du service militaire à la gymnastique aux agrès, à l'escrime à la Baïonnette et au mouvement d'ensemble. A l'automne 1914, rares sont les soldats qui possèdent des connaissances sportives.

Le sport est en outre perçu par les autorités militaires françaises comme un moment de détente et de démonstration de joie qu'il semble impossible à encourager en temps de guerre. Il faut alors aux sportifs le soutien de la presse sportive, tant dans les mots que dans la fourniture d'équipements, pour encourager la tenue de matchs à l'arrière du front. Le journal *Sporting* plaide ainsi en faveur de la pratique du football dans les régiments en lieu et place des longues heures passées par les soldats à jouer aux cartes.

*"On ne joue pas au foot-ball comme on joue aux cartes. (...) L'effort athlétique (...) est infiniment plus proche de l'effort héroïque déployé, sur un champ de bataille, par nos soldats que de l'effort de roublardise, déployé autour du tapis vert, par des amateurs de manille"*³³.

Le journal *L'Auto* met en place dès le mois de novembre 1914 une œuvre caritative dénommée "*Les ballons du soldat*" en faveur de l'envoi de ballons de football au front. Ce soutien venu de l'arrière permet à des sportifs d'avant-guerre d'organiser les premiers matchs. C'est le cas

par exemple du soldat Villain du Paris Université Club (PUC) qui indique dans une carte postale adressée au journal *Sporting* :

*"... j'ai pu il y a trois jours jouer au football. Aussitôt revenu au régiment, j'ai formé une team, trouvé un ballon. Conclure un match fut l'affaire de deux heures et, le surlendemain, le 251^{ème} battait l'association sportive de Braine [dans l'Aisne] par 5-2 et l'A.S Braine (mixte) battait le 251^{ème} (équipe 2) par 3-0"*³⁴.

Autre exemple,

*"à l'initiative d'un capitaine du régiment de dragons, (...) le 12^e dragons et le 10^e chasseurs se matchèrent dimanche dans un champ mis en état de jouer, avec limites et poteaux de buts"*³⁵.

Ces premiers exemples traduisent la naissance du 'sport de guerre' dans l'armée française grâce à des footballeurs et rugbymen appartenant à des clubs sportifs avant-guerre. Ces derniers, une fois à l'abri du danger, organisent au sein de leurs régiments des matchs sous l'œil le plus souvent dubitatif de leurs officiers supérieurs qui sont encore trop peu à comprendre l'intérêt du sport dans l'effort de guerre.



Fig.5: Nos footballeurs militaires en Alsace³⁶

LE SPORT DE GUERRE, UNE PRATIQUE INFORMELLE DANS L'ARMÉE FRANÇAISE: ENTRE SOUTIEN DES OFFICIERS SPORTIFS ET LEÇONS DE FOOTBALL DES TOMMIES (HIVER 1915 – HIVER 1917)

Une guerre d'usure ou le sport s'impose comme une distraction pour les soldats

Au sortir de l'hiver 1915, le football connaît une première phase de développement dans l'armée française. *“Dans chaque régiment, les sportifs se comptent, complotent entre eux pour faire revivre leur jeu favori (...)”*³⁷.

L'enlisement du conflit dans une guerre d'usure incite les soldats, et beaucoup moins le haut commandement français, à trouver des dérivatifs à la guerre. Les *Poilus*-sportifs d'avant-guerre, organisent des rencontres quand ils le peuvent afin de rompre avec la situation de vulnérabilité physique et morale dans laquelle ils sont placés en première ligne. *“Entre le cafard et le pinard”*³⁸, le sport rompt en effet avec l'immobilisme des tranchées et rappelle aux soldats qu'ils sont vivants. Véritable échappatoire à la guerre, il fait oublier le temps d'un match la boue, le sang et la mort. Dans une période où se succéderont, en plus des assauts quotidiens, la bataille de l'Artois (1915), puis la bataille de Verdun (1916) et la bataille de la Somme (1916), le sport obtient progressivement le statut de pratique responsable contribuant à l'effort de guerre grâce au mieux-être physique et moral qu'il procure aux soldats. Cependant, cette reconnaissance de l'utilité du sport dans la guerre reste informelle. Elle est le fruit d'officiers sportifs qui donnent lieu à des initiatives locales dépassant rarement le stade du régiment.

Une pratique informelle soutenue par les officiers sportifs dans l'armée française

En 1915 et 1916, du fait de l'obtention nécessaire de l'autorisation des officiers pour s'adonner à une partie de football dans l'armée française³⁹, son développement est fonction de la sportivité des chefs et notam-

ment des officiers supérieurs et des généraux. Ce sont eux qui autorisent la tenue des matchs au cantonnement mais surtout l'élaboration de terrains de sport et l'obtention de matériels sportifs indispensables à la pratique. Alors que le sport est encore loin d'être une pratique officielle dans l'armée française, on observe l'installation de disparités sportives entre les régiments français du fait d'un soutien inégal des officiers français pour le développement du sport dans l'armée française au cours des trois premières années du conflit.

Le Poilu's Park⁴⁰

L'élaboration du *Poilu's Park* à partir de l'été 1915 confirme l'existence d'une conscience sportive chez certains officiers supérieurs français dès le début de la guerre. Dans la Meuse, à Commercy, le *“si sportif Général Cordonnier”*⁴¹, fait preuve d'un degré de sportivité digne de celui de ses homologues britanniques. En permettant l'établissement d'un parc des sports à l'arrière du front, il met à disposition des soldats un outil au service de leur pratique. Pour le médecin-major Pierre-Louis Rehm, l'organisation d'activités d'abord sportives puis récréatives est destinée à soutenir le moral des troupes au repos. S'inspirant du “Luna Park”, ouvert à Paris en 1909, les deux hommes, général et médecin, font transformer le vélodrome de la ville en centre de loisirs et le baptisent *Poilu's Park*. Chaque dimanche, ce dernier accueille des soldats à leur retour du front et leur propose des rencontres sportives comme des matchs de football, de rugby, des épreuves de natation, de cyclisme, d'athlétisme, d'escrime. Certaines rencontres internationales y sont organisées contre des équipes britanniques puis américaines à la fin de la guerre avec parfois jusqu'à 3.000 soldats spectateurs. C'est le cas par exemple de ce *“gala monstre que fit surgir le docteur Rehm”*, avec au programme : course à pied, natation (le canal coulant à côté du vélodrome), cyclisme, lutte à la corde et, en clôture, un match d'association anglo-français dans lequel l'équipe française bat l'équipe anglaise 1 but à 0⁴².



Fig.6: Le Général Cordonnier
"Dont la sportivité a permis la réalisation du Poilu's Park"⁴³



Fig.7: Poilu's Park, départ d'une course cycliste (1915)

L'action des officiers dans les régiments

L'action des officiers français en faveur du sport n'est pas cantonnée à la 8^{ème} armée et au Général Cordonnier. Le capitaine de l'équipe du 12^e dragons, Richard du *FEC Levallois*, souligne ainsi l'effort du Colonel Lhotte et lui rend hommage, au nom de tous les sportifs du régiment. Selon ses propres mots, le Colonel "*ne se contente pas de nous encourager, de nous aider pécuniairement, il se fait un devoir de conduire nos fêtes sportives jusqu'au bout*"⁴⁴. Autre exemple, Daragon, moniteur à l'école de Joinville avant la conscription, qui cherche "*à faire pénétrer (...) l'amour des sports et de l'éducation physique*" dans le 299^{ème} régiment, et qui remercie le soutien du lieutenant-colonel Vidal pour l'organisation d'une fête sportive entre des groupes sportifs du 299^{ème}, du 2^e bataillon cycliste et du 18^{ème} chasseur à cheval à la fin du mois d'août 1915⁴⁵ ; au programme : 100m, boxe, saut à la perche, course de relais entre les compagnies du régiment, lever de gueuse, lutte à la corde, pyramides humaines.

La "*grande sportivité du colonel Saintenac*" est quant à elle soulignée dans l'article "*Le Sport au Front*" publié par le journal *Sporting* le 2 septembre 1915. Ce dernier a



Fig.8: Le Sport au Front, 2 septembre 1915

permis l'organisation de plusieurs matchs de football entre le 94^{ème} d'infanterie et des régiments voisins⁴⁶.

Les archives photographiques de la BDIC nous permettent également de mettre à l'honneur les rencontres de football organisées dans les champs ou les places de villages attenants aux cantonnements et de démontrer à la fois l'informalité des matchs de football et le réconfort que sa pratique procure aux soldats.

Enfin, de jeunes officiers, inspirés par le modèle de commandement britannique,

comprennent l'intérêt de développer la pratique du sport auprès de leurs hommes afin de leur apporter un (ré)confort et pour favoriser l'entente entre officiers subalternes et soldats dans la tranchée. Le journal de tranchée *Le Klaxon* du mois de mars 1916⁴⁷ précise ainsi que la formation des équipes de football au sein du 367^{ème} R.I se fait sous la direction du lieutenant H...⁴⁸ avec un premier match de football des fantassins le 30 mars 1916 qui se solde par un succès 4 buts à 1 contre le 55^{ème} régiment d'artillerie. À la fin de l'année 1916, pour ménager

les troupes et éviter aux soldats de répéter des exercices militaires lassants et inutiles selon les soldats, ces mêmes jeunes officiers français commencent à inclure le sport au programme des manœuvres. Dans ses carnets de guerre, le Caporal d'infanterie Louis Barthas, tonnelier audois de 36 ans, mentionne ces "jeux enfantins", comme le football et les courses, que lui fait pratiquer son jeune capitaine en guise d'exercices physiques⁴⁹.

La leçon de football des *Tomies* à l'arrière du front Ouest

A l'arrière du front Ouest, l'élaboration de centaines de terrains de football dans l'ensemble des villes et des villages de garnison, accom-



Fig.9: Soldats jouant au football, Bailleulval, novembre 1915



Fig.10: Jeu de football sur la place du village, Hermonville, 1916

pagnée d'une pratique quotidienne des *Tommies* dans les cantonnements et parfois même à l'arrière du front sur les lignes de réserve, engendrent la constitution d'un foyer footballistique⁵⁰. Sur l'ensemble des mois du conflit et parfois même au cours de la démobilisation, cette pratique massive du football surprend la population, voire choque. C'est le cas de Louis Dupont, cultivateur français, qui ne comprend pas pourquoi il a été sommé de louer un champ aux *Tommies* pour leur permettre d'établir un terrain de football⁵¹. Pays de tradition gymnique, la France en guerre reçoit alors de la part des soldats britanniques une véritable leçon de football.

Dans l'armée française, le contact continu avec les soldats britanniques engendre une acculturation sportive des *Poilus*⁵². À l'arrière du front, voire même dans la presse de tranchées et dans la presse sportive, le soldat-sportif britannique s'impose comme un modèle, celui capable de répondre aux exigences de la guerre moderne et de donner la victoire sur le champ de bataille⁵³.

Cet apprentissage du football de guerre débute dès les premières semaines du conflit. Les soldats français en liaison avec des régiments de l'armée anglaise regardent les *Tommies*, ballons au pied, se délasser avec une bonne partie de football⁵⁴. L'observation du jeu scientifique des soldats britanniques est une activité régulière des *Poilus*.

En tant que frères d'armes, les *Tommies* invitent régulièrement les *Poilus* à les rejoindre pour se matcher entre eux. L'exemple de la rencontre organisée en février 1915 à l'arrière du front de la première bataille d'Ypres est particulièrement significative du type d'échange sportif qui se développe entre soldats alliés pendant la Grande Guerre⁵⁵. En réserve, à l'occasion d'une halte au cours d'une marche en direction du front, il n'est pas rare d'observer la tenue de matches entre alliés⁵⁶.

Alors que le football connaît un premier essor dans l'armée française au sortir de l'hiver 1915, les troupes britanniques viennent en aide aux *Poilus* sportifs afin de leur fournir le précieux ballon. En effet, la solidarité et la camaraderie entre les sol-

datés alliés ne s'arrêtent pas aux tranchées et il n'est pas rare pour les *Poilus* de jouer avec les ballons que veulent bien leur prêter, voire leur distribuer, leurs camarades anglais ou belges. Des œuvres de charité britanniques telles que *Footballs for Soldiers* font par exemple envoyer à plusieurs reprises des ballons aux soldats français ; ce que le Général Joffre en 1916 puis le Maréchal Foch en 1918 ne manquent pas de souligner par l'envoi de remerciements personnels⁵⁷.

Au fur et à mesure des semaines passées aux côtés des *Tommies*, les *Poilus* constatent par eux-mêmes que les qualités qui font un bon sportsman sont celles attendues pour former un bon combattant, à savoir le courage, le sang-froid, la décision, la résistance. L'utilisation du football dans les tranchées marque également leurs esprits. Les 'attaques-ballons' menées en 1915 à Loos mais surtout l'exemple du Capitaine Wilfried Percy Neville du 8th *East Surreys* le premier jour de la bataille de la Somme expose au vu et au su des officiers et du haut commandement la nécessité de considérer le sport comme un outil participant à l'effort de guerre.

En ce 1^{er} juillet 1916, le Capitaine Neville du 8th *East Surreys* cherche à distraire ses troupes constituées de jeunes soldats pour qui le premier jour de la bataille de la Somme correspond avec le baptême du feu⁵⁸. Pour se faire, il fait distribuer un ballon dans chacune des sections sous son commandement avec l'ordre pour les soldats de progresser ballon au pied dans le *no man's land*. Par l'intermédiaire du ballon de football, le Capitaine Nevill demande à ses hommes de s'engager dans la bataille comme sur un terrain de football.

Au fur et à mesure de la guerre, le modèle britannique infuse au sein de l'armée française qui connaît en 1916 une certaine anglomanie. Chez certains officiers, le bridge remplace la manille, et le five o'clock tea, le coup de pinard. Enfin, "*le foot-bal si en honneur chez les tommy sévit en ce moment chez nos Poilus. Des équipes se sont formées et dans chaque section c'est à qui rentrera le plus de buts*"⁵⁹. Au cantonnement, "*le bataillon n'est pas arrivé que déjà surgissent les*

goals, le match de foot-bal s'engage et l'air retentit de locutions anglaises auxquelles l'accent parigot donne une saveur imprévue"⁶⁰. Fin 1916, la presse de tranchées annonce "*la renaissance du sport au front*"⁶¹.

Malgré l'absence de textes officiels sur l'organisation du football dans les armées, l'engouement des *Poilus* pour sa pratique amène les chefs à progressivement encadrer sa pratique dans les cantonnements.

LA RECONNAISSANCE OFFICIELLE DU SPORT DANS L'ARMÉE FRANÇAISE (1917-1918), ENTRE RÈGLEMENT DE LA CRISE DU MORAL DES POILUS ET SOUTIEN DES AMÉRICAINS

Après 3 ans d'effort, les soldats sont épuisés. Le manque de résultats sur le front et l'absence de considération de leur bien-être les font douter de la capacité de leurs chefs à trouver une issue à la guerre. Cette crise de confiance dans le commandement⁶² et la crise du moral des soldats trouvent leur point d'orgue en avril 1917 lors de la bataille du Chemin des Dames.

Prêts à mourir pour la cause juste, les soldats français sont lassés des attaques menées contre les allemands qui les emmènent inutilement se faire tuer au front. En signe de protestation, des actes isolés de refus d'obéissance et de désertion sont constatés. La désastreuse offensive de Nivelle dans la nuit du 16 avril 1917 achève de transformer ces actes isolés en véritable mutinerie.

Pour régler cette conjoncture de crise au sein de l'armée, il est décidé du remplacement du Général en chef des armées. L'arrivée du Général Philippe Pétain donne une nouvelle impulsion à l'armée française. Conscient des efforts qu'il reste à demander aux hommes pour obtenir la victoire, Pétain choisit de résoudre la crise du moral en prenant une série de réformes en faveur de l'amélioration des conditions de vie des soldats⁶³. Outre le retour des permissions tant attendues par les *Poilus*, il décrète, le 3 juin 1917, l'arrêt des exercices "*inutiles et tracassiers*" pour le soldat au retour du front. "*A l'arrivée au canton-*

nement, la troupe doit être laissée au repos absolu pendant le temps voulu, pour qu'elle puisse se détendre moralement et physiquement"⁶⁴. Trois jours de repos complet sont en moyenne accordés aux soldats : une véritable aubaine pour le développement et l'officialisation du sport dans l'armée française.

Le 'sport de guerre', un nouvel élément de défense nationale pour les autorités militaires françaises"

Depuis le début du conflit, la tradition gymnique des officiers supérieurs et des généralissimes français empêche la reconnaissance officielle de l'utilité du sport dans l'effort de guerre. L'année 1917 marque alors une rupture. En effet, le nombre d'officiers français qui utilisent le football pour le commandement et la gestion de la ressource humaine et physique de leur troupe est en constante augmentation. "*Nombreux deviennent [alors] les capitaines qui font d'un match de football la récompense d'une manœuvre militaire exécutée vite et bien*"⁶⁵.

A la suite de la bataille du Chemin des Dames, et dans le cadre du règlement de la crise du moral et du commandement qui touche l'armée française au printemps 1917, les officiers supérieurs et les généraux comprennent davantage l'utilité du sport dans le réconfort moral et physique des soldats, mais également dans la prévention des dérives (alcooliques & sexuelles) et enfin pour l'amélioration de la relation officier-soldat.

Au cours de l'été 1917, la presse de tranchées constate que "*l'impulsion est donnée par le haut commandement et les officiers supérieurs*"⁶⁶ concernant l'organisation du sport aux armées. L'exemple du 6^{ème} régiment colonial est particulièrement probant : "*les officiers procurent aux jeunes soldats toutes facilités pour pratiquer les sports athlétiques, leur donnant ballons, payant l'aménagement d'un terrain et d'une piste de course à pied*"⁶⁷. Au cours de cette vague sportive aux armées, les qualités humaines et militaires du football continuent d'être louées. Désormais, il ne manque

SPORTS!

Vent très favorable depuis quelque temps !
Grâce à une impulsion venue de haut, on s'organise — et on prévoit de belles journées pour tous les sportsmen.
Voici la liste des officiers qui ont bien voulu se charger des sports dans leurs unités :

83 ^e .	—	1 ^{er} Bat.	: Lieutenant Casténau.
		2 ^e	— Batmale.
		3 ^e	— Drouillard.
59 ^e .	—	1 ^{er} Bat.	: Lieutenant Leborgne.
		2 ^e	— Valatte.
		3 ^e	— Pigmale.
88 ^e .	—	1 ^{er} Bat.	: Lieutenant Bastian.
		2 ^e	— Houmieu.
		3 ^e	— Avan.
C. I. D.	83 ^e	:	(pas désigné).
	59 ^e	: Sergent Larret.	
	88 ^e	: Dulac.	
23 ^e R. A.	— 1 ^{er} gr.	: Lieutenant Larautis.	
	2 ^e	— Pitalier.	
	3 ^e	— Rolot.	
3 ^e génie et E. M.	:	Lieutenant Garczinski.	
2 ^e génie.	— 47. 2 :	— Bru.	

Des équipes de football sont constituées déjà dans les groupements suivants : 8^e Génie, — C. I. D., — Musique du 83^e, — I. D. 34, — 88^e, — Cra-pouillots.

Fig.11: Les officiers en charge du sport dans l'armée française⁷²

que des ballons ! Comme le rapporte Georges Rozet⁶⁸, correspondant de guerre à l'Oeuvre à l'été 1917, "avoir un ballon, (...) c'est la plus grande affaire. (...) C'est l'objet précieux, indispensable, qu'on fera tout pour se procurer"⁶⁹.

La question des ballons des soldats est alors traitée au plus haut niveau de l'Etat. En effet, une note du 24 septembre 1917, signée par le Général directeur de l'infanterie, indique que "Sur ordre direct du Président du Conseil, Ministre de la Guerre, la section d'instruction et entraînement physique de la direction de l'infanterie, étudie la manière la plus rapide de doter l'armée de ballons de football. (...) 4 000 à 5 000 ballons sont prévus par achat direct à Paris ou à Londres"⁷⁰.

À une semaine d'intervalle, le 29 septembre, des officiers d'état-major et l'Union des Sociétés Françaises de Sports Athlétiques (USFSA), la plus importante fédération sportive de l'époque, se réunissent à Paris pour un congrès sportif militaire. Celui-ci a pour but d'organiser l'achat des



Fig.12: "Concours sportif du 178^e Régiment d'Artillerie", une équipe de football Fère-en-Tardenois, 21 avril 1918, Collection BDIC-MHC⁷⁴.

ballons ainsi que la pratique sportive aux armées. En présence des autorités militaires et sportives nationales, une série de directives sont alors établies ; à savoir : l'élaboration de terrains de sport dans les cantonnements, l'établissement d'horaires dédiés à la pratique sportive pour les soldats au repos, la gestion des équipes et des matches au niveau régimentaire par des officiers, enfin, dernière mesure, la création de championnats sportifs militaires⁷¹. L'ensemble de ces décisions scelle le point de départ de l'essor officiel du sport dans l'armée française.

Fin novembre – début décembre 1917, les premiers corps d'armée reçoivent les précieux ballons ; s'en suit leur répartition. Dans une note de service datée du 13 décembre 1917, le Q.G de la X^e division d'Infanterie indique que les 21 ballons de football-association reçus seront répartis entre les 8 régiments qui la composent⁷³.

L'instauration de compétitions officielles au rang régimentaire et divisionnaire par l'USFSA renforce l'importance accordée au football.

En 1918, chaque match représente désormais un temps fort dans la vie des régiments. *"Le jour d'une rencontre entre deux équipes divisionnaires, il y a grand branle-bas dans le cantonnement : des affiches sont placardées sur les murs des maisons, (...) l'assistance est de plusieurs milliers de spectateurs"*⁷⁵. Un exemple, 5 000 *Poilus* sont présents au match final de la division de cavalerie, équipe du 8^{ème} cuir contre l'équipe du 273^{ème} d'artillerie, organisé au camp de Mailly sur le terrain du 'Foyer du soldat'⁷⁶.

Le débarquement américain, un accélérateur de l'essor de la pratique sportive des Poilus

L'arrivée des américains en France contribue à renforcer la prise en compte par l'armée française de l'utilité du sport dans l'effort de guerre. Le positionnement pro-sportif du Général Pershing, l'implantation de 'Foyers du Soldat' par la YMCA et la multiplication des rencontres sportives franco-américaines sont les principaux fac-

teurs qui expliquent le rôle des américains dans l'essor du sport dans l'armée française à la fin de la Grande Guerre. Pour saisir l'importance de l'organisation du sport en France par l'armée américaine, et donc son influence sur les *Poilus*, nous souhaitons rappeler les travaux de Thierry Terret qui dénombrent 175 000 soldats américains qui participent et 720 000 qui assistent en tant que spectateurs à des rencontres sportives au mois d'août 1918. Deux mois plus tard, en octobre 1918, c'est plus d'un million de soldats américains qui participent à des manifestations athlétiques soit 1 soldat américain sur 2. L'armée américaine de la fin 1918 et de 1919 est donc à envisager comme une "armée d'athlètes"⁷⁷.

L'entrée en guerre des américains en avril 1917 intervient dans une conjoncture de crise du moral pour l'armée française. Un point sur lequel le Général John Pershing souhaite apporter immédiatement un remède car il est convaincu que la victoire passe par un relèvement du moral des soldats français. Dans une note classée confidentielle, Pershing indique que l'amélioration du moral des soldats français est une nécessité vitale d'ordre international qui pourrait réduire à néant, en cas de statut quo, la stratégie militaire de Viviani et Joffre de lancer des offensives coordonnées entre l'ensemble des troupes alliées⁷⁸.

Pour Pershing, la YMCA doit jouer un rôle à l'arrière du front et son implantation doit être renforcée. L'action entreprise dès le début de la guerre par Emmanuel Sautter⁷⁹ de mettre en place des foyers de 'ravitaillement moral' pour les soldats est reprise et amplifiée par les américains.

A la suite de l'entrée en guerre des Etats-Unis, la YMCA et de façon plus globale "the United War Work Council" (UWWC)⁸⁰ obtiennent l'aval des autorités françaises, notamment du Général Pétain⁸¹, pour d'accroître le nombre de 'Foyers du Soldat de l'Union Franco-Américaine'⁸². Dès lors, plus de 3,5 millions de dollars en 1918 sont réunis par l'UWWC pour la construction des foyers. L'argent débloqué permet l'installation de 1534 foyers sur l'ensemble du territoire français, soit 2,5 nouveaux foyers par jour!

L'installation des Foyers du Soldat à l'arrière du front, couplée à l'officialisation du sport dans l'armée française, contribue à accélérer l'essor de la pratique du sport chez les *Poilus*. Construits afin de donner aux soldats des instants de réconfort en rentrant du front, les Foyers, sous l'impulsion de leurs directeurs, appliquent en effet un règlement de fonctionnement dans lequel les pratiques sportives occupent une place

centrale. L'article 11 du règlement indique par exemple que les Foyers doivent développer les jeux de plein air et les sports tels que les jeux de boules, le football, le volleyball, et d'autres jeux adaptés au goût des français. L'arrivée de directeurs américains, formés aux méthodes sportives, contribue ainsi à la mise en place de rencontres sportives inter-régiments, inter-foyers, voire franco-américaines dans des sports connus des français comme le football et l'athlétisme mais également dans des sports exotiques à l'époque en France comme le basket-ball, le volley-ball et base-ball⁸³.



Fig.14: Meeting sportif franco-américain. Tir à la Corde.
Stade du Matin, le 4 juillet 1918 (photographie : Agence Rol)

En exemple, nous pouvons citer la fête sportive américaine organisée le jour de l'*Independence Day*, le 4 juillet 1918 au Stade du Matin (futur Stade Yves-du-Manoir) au cours de laquelle sportifs français et américains s'affrontent dans des épreuves athlétiques avec notamment du tir à la corde, des courses de sprint, un relais et du saut à la perche.

La pratique du base-ball par les *Sam-mies*⁸⁵ à l'arrière du front Ouest est une découverte pour les soldats français. Afin d'encourager sa pratique en France, les

américains n'hésitent à fournir aux français du matériel et des moniteurs. Pour les officiers français, notamment chez instructeurs aux combats des tranchées, le base-ball est rapidement envisagé comme une possibilité d'obtenir un avantage stratégique au front. En effet, les instructeurs français



Fig.13: Une partie de base-ball en France à l'arrière du front Ouest, 19 Mars 1918⁸⁴



Fig.15: Meeting sportif franco-américain. Course de relais. Victoire de Géo André. Stade du Matin, le 4 juillet 1918 (photographie : Agence Rol)



Fig.16: Meeting sportif franco-américain. Arrivée d'une course de 100 mètres. Stade du Matin, le 4 juillet 1918 (photographie : Agence Rol)



Fig.17: Le lancer de grenade en bras roulé par un instructeur de l'armée française⁸⁶.



Fig.18: Le lancer de grenade en bras cassé ou l'influence du base-ball chez les Sammies⁸⁷.



Fig.19: Camp d'instruction de troupes américaines. Instruction des grenadiers, exercice de lancement de grenades. Mauvages, le 27 juillet 1917. Collection BDIC-MHC⁸⁸.

qui contribuent à former les *Sammies* aux techniques de combat dans la tranchée s'aperçoivent rapidement, et parfois avec une grande surprise, du gain en distance et en précision du lancer de la grenade à la manière d'un lancer de base-ball.

Cette supériorité de la technique américaine dans le lancer de grenade donne lieu, en août 1918, à une directive du Général Cottez, responsable de l'instruction physique au sein des armées françaises, dans le but de faire envoyer des instructeurs américains dans les 8 centres régionaux d'instruction physique (CRIP) nouvellement ouverts afin d'apprendre le base-ball aux soldats français. Les Foyers du Soldat servent également de relais à l'apprentissage des techniques américaines de lancer. Les moniteurs de sport américains présents dans les Foyers apprennent en effet aux soldats français à lancer la grenade avec le bras cassé ce qui leur permet immédiatement d'accroître de 10 mètres la portée de leur jet⁸⁹.

CONCLUSION: LA GRANDE GUERRE, UN VIRAGE SPORTIF POUR L'ARMÉE FRANÇAISE

Sur les quatre années du conflit, la pratique sportive en masse des soldats britanniques et américains, l'observation et l'imitation des soldats alliés par les *Poilus*, la découverte et l'apprentissage du sport par l'intermédiaire des sportifs français d'avant-guerre, la multiplication du nombre d'équipes et de matches dans les régiments, l'élaboration de terrains de sports et de foyers du soldat, l'organisation de fêtes sportives et de compétitions interalliées sont autant de facteurs endogènes et exogènes qui provoquent une acculturation sportive des soldats et des officiers français. Cette nouvelle donne culturo-sportive

expliquent la responsabilité acquise par le sport dans l'armée française au cours de la Grande Guerre.

Perçu comme un jeu ou, tout au plus, comme un moyen d'éducation de l'élite par les autorités militaires avant-guerre, le 'sport de guerre' encadre désormais le combat. Avant, il sert de formation. Pendant, il est un élément de cohésion et d'engagement. Après, il sert de distraction. Le 'sport de guerre' participe également à la guérison des blessures morales et physiques des soldats hospitalisés ou encore à rompre l'ennui des prisonniers de guerre⁹⁰.

En 1918, l'armée française est au cœur d'un moment sportif.

Dans ce contexte pro-sportif, le sport militaire français s'institutionnalise avec comme symbole la constitution des premières équipes de France militaires⁹¹ à la fin de la guerre et la volonté de briller aux Jeux Interalliés, véritable olympiade militaire, organisés par l'armée américaine du 22 juin au 6 juillet 1919⁹².

En définitive, nous pouvons dire que la conjoncture de la Grande Guerre engendre une remise en question du modèle de formation militaire dans l'armée française, mais également dans l'ensemble des armées qui possède une tradition gymnique. La mise en évidence des lacunes de la formation gymnique des soldats français dans leur préparation au combat moderne engendre un glissement des méthodes de préparation militaire vers un modèle de soldat sportif, celui ayant démontré être capable de répondre aux exigences de la guerre moderne. La vision gymnique (dix-neuviémiste) du soldat cède donc sa place à celle (vingtiémiste) d'un soldat sportif, ce qui détermine le modèle de préparation militaire qui s'installe progressivement dans l'ensemble des armées du monde au début du XX^e siècle.

- 1 Par exemple l'émission de radio d'INGHAM Mike, *Tunics for Goalposts – the footballers of World War One*. BBC Radio 5, 1ère diffusion le 11/12/2014 de 20h à 21h. Et, le documentaire TV de DUCHIRON Christophe et BETTENFELD Anne, *Le sport à l'épreuve du feu*. France 2, 1^{ère} diffusion le 26/07/2014 à 00h15.
- 2 TAUBER Peter. *Vom Schützengraben auf den grünen Rasen: Der Erste Weltkrieg und die Entwicklung des Sports in Deutschland*. Berlin: Lit-Verlag, 2008.
- 3 RIEDI Elisa et MASON Tony. 'Leather' and the Fighting Spirit: Sport in the British Army in World War I, *Canadian Journal of History*, Vol.3, n°41, 2006, pp. 486-516.
- 4 GIUNTINI Sergio. *Lo Sport e la Grande Guerre*. Roma : Stato Maggiore Dell'Esercito, 2000.
- 5 POPE Steven W. *Patriotic Games: Sporting Traditions in the American Imagination, 1876-1926*. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- 6 DIETSCHY Paul. La guerre, ou le 'grand match' : le sport, entre représentation de la violence et expérience combattante. In: *La Grande Guerre, pratiques et expériences*, Toulouse: Privat, 2005, pp. 45-54.
- 7 MERCKEL Michel. 14-18, le sport sort des tranchées. Un héritage inattendu de la Grande guerre. Villematier: Ed. Le Pas d'Oiseau :, 2012.
- 8 TERRET Thierry. Le rôle des YMCA dans la diffusion du sport en France pendant la première guerre mondiale. In, *Sports, éducation physique et mouvements affinitaires au XX^e siècle. Tome 1 : les pratiques affinitaires*. Paris: L'Harmattan, 2004, pp. 26-54.
- 9 WAQUET Arnaud. Le football des Poilus : analyse de la diffusion du football dans l'armée française au cours de la Grande Guerre. *Stadion*, Vol. 36, 2010, pp. 33-53.
- 10 FULLER J.G. *Troop morale and popular culture in the British and Dominion armies, 1914-1918*. London: Clarendon press, 1990, p.6.
- 11 Au cours de la Première Guerre mondiale, une part importante d'hommes est employée pour la construction d'infrastructures, les services d'intendances, la logistique. A cela s'ajoute les officiers supérieurs et les généraux qui ne connaissent pas la tranchée qu'à travers des comptes rendus et les photos aériennes.
- 12 PROST Antoine et WINTER Jay. *Penser la Grande Guerre. Un essai d'historiographie*. Paris : Seuil, 2004.
- 13 SPIVAK Marcel. Education physique, sport et nationalisme en France du Second Empire au Front populaire: un aspect original de la Défense nationale. Thèse pour le doctorat d'Etat, Université Paris 1, 1983.
- 14 Nom générique (surnom) donné aux soldats français de la Première Guerre mondiale.
- 15 Le SHAT est situé au Château de Vincennes.
- 16 La BDIC est située au musée d'histoire contemporaine des Invalides, Paris.
- 17 L'IWM de Londres.
- 18 MEYER JACQUES. *Les soldats de la Grande Guerre*, Paris: Hachette, 1966.
- 19 *Tommies* : nom générique donné aux soldats britanniques de la Grande Guerre en référence à Tommy Atkins.
- 20 Diary, 15 august 1914, T.S.Wollcombe papers, RMASL (Royal Military Academy Sandhurst Library), p. 45.
- 21 Army Sport Control Board. *Army Sport Records 1880-1939*. War Office, 1939.
- 22 Pour le football dans l'armée britannique avant la Première Guerre mondiale, se référer à CAMPBELL J. D. Training for sport is training for war: sport and the transformation of the British army, 1860–1914. In: *The International Journal of the History of Sport*, vol. 17, n°4, 2000, pp. 21–58. And MASON Tony. Le football dans l'armée britannique pendant la Première Guerre mondiale. In: *Histoire et société*, n°18-19, 2006, pp. 62-75.
- 23 WAQUET Arnaud. La France en guerre, un creuset interculturel et sportif : L'exemple du football des soldats alliés sur le front Ouest (1914-1919). *Sciences sociales et Sport*, n°4, juillet 2011, pp. 141-164.
- 24 Au début de la guerre, l'armée britannique est très modeste. 5 divisions d'infanterie soit 80 000 hommes. In, RENOUVIN Pierre. *La Première Guerre mondiale*. Paris: PUF, 1971, p.10. *Pour le seul mois d'août 1914, 298 923 hommes se portent volontaires ; en septembre, 462 901*. In, JONES Heather. Kitchener fait appel aux volontaires. In: *Larousse de la Grande Guerre*. Paris: Larousse, 2007, p. 39, 42.
- 25 *Ces bataillons sont composés d'amis liés par des relations professionnelles, éducatives ou récréatives*. L'armée Kitchener est ainsi composée de dockers, d'employés de bureau, voire de joueur ou de supporters d'une même équipe de football. In, JONES Heather. *op.cit.*, p. 44.
- 26 PROST et WINTER. *op.cit.*, p. 125.
- 27 FULLER J.G. *op.cit.*
- 28 DUFFY Christopher. *Military Experience in the Age of Reason*. London: Routledge & Kegan Paul, 1987, p. 53.
- 29 Interview réalisée en 1963 par la BBC, archive de l'IWM. IWM 4138.
- 30 Froissard Tony. *L'impasse du sport rural. La Seine-et-Oise de 1881 à 1939*. Besançon: Presse Universitaire de Franche-Comté, 2006, p. 136.
- 31 Référence : D146-2-1132. Collection Séeberger, Etablissement de Communication et de production des archives de la défense (ECPAD). Adresse: 2 à 8, route du Fort 94200 – Ivry sur Seine.
- 32 Référence : D146-2-1152. Collection Séeberger, ECPAD.
- 33 *Sporting*, 29 octobre 1914.
- 34 *Sporting*, 10 décembre 1914.
- 35 ESTEBE F. Nos footballeurs militaires en Alsace. In: *Sporting*, 26 novembre 1914. Le *Cercle Athlétique de la Société Générale* est l'un des clubs sportifs parisiens les plus importants du pays avant la Première Guerre mondiale. *L'Association Sportive Française* est l'un des clubs parisiens de football les plus réputés.
- 36 *Sporting*, 26 novembre 1914. En maillot noir, les Dragons et en maillot clair, les Chasseurs.
- 37 ROZET Georges. Les sports sur le front. In: *Sous le brassard vert*. Paris: Editions de la Sirène, 1919, p. 198.
- 38 DIETSCHY Paul. La guerre, ou le grand match. *op.cit.* p. 49.
- 39 In *L'Echo du Boyau*, n°1, 15 juin 1915.
- 40 JOVELIN Hervé. Poilu's park (1914-1919), un parc d'attractions pour soldats sur le front. *Guerres mondiales et conflits contemporains*, n°183, Juillet 1996, pp. 111-123.

- 41 In *Sporting*, 15 juillet 1915. Se reporter à la photo du Général Cordonnier issue de *Sporting*, 5 août 1915.
- 42 In *Sporting*, 5 août 1915.
- 43 In *Sporting*, 5 août 1915.
- 44 In *Sporting*, 10 novembre 1915.
- 45 In *Sporting*, 2 septembre 1915.
- 46 In *Sporting*, 2 septembre 1915.
- 47 In *Le Klaxon*, n°1, mars 1916.
- 48 Seul la première lettre du nom de famille est inscrite dans l'article. Néanmoins, la mention du grade de lieutenant montre l'implication des officiers subalternes dans le développement du sport. D'un point de vue strictement militaire, le lieutenant est un officier de terrain. Il est au contact des hommes. Accompagné du capitaine, il vit dans la tranchée. A l'écoute des soldats et représentant l'autorité militaire, il est le plus à même d'encourager la pratique du sport chez les Poilus. Le poids des lieutenants dans la diffusion du sport dans l'armée française pendant la Première Guerre mondiale n'est pas à négliger. En effet, dans bon nombre de régiments, les lieutenants sportifs donnent l'impulsion à la pratique du sport dans leur bataillon.
- 49 BARTHAS Louis. *Les carnets de guerre de Louis Barthas, tonnelier, 1914-1918*, Paris: la Découverte, 1997, p. 160.
- 50 WAQUET Arnaud. La France en guerre, un creuset interculturel et sportif, *op.cit.*
- 51 Informations récoltées dans un courrier de réclamation du maire de Lisbourg adressé, le 22 avril 1922, au contrôleur départemental du service de reconstitution des régions libérées afin d'obtenir une indemnisation pour l'occupation des terres de Louis Dupont, cultivateur, par des troupes britanniques du 19 juin au 1^{er} octobre 1918. Archives départementales du Pas-de-Calais, 10 R 1/38.
- 52 Pour une acculturation sportive des populations civiles françaises au cours de la Grande Guerre, cf. WAQUET Arnaud et TERRET Thierry. Ballons ronds, Tommies et tranchées : l'impact de la présence britannique dans la diffusion du football-association au sein des villes de garnison de la Somme et du Pas-de-Calais (1915–1918). *Modern & Contemporary France*, vol. 14, n°4, Novembre 2006, pp. 449–464. Pour une acculturation sportive des soldats français entre 1914 et 1919, cf. WAQUET Arnaud. Le football des Poilus : analyse de la diffusion du football dans l'armée française au cours de la Grande Guerre. *Stadion*, vol 36, 2010, pp. 33-53.
- 53 Cf. WAQUET Arnaud. Sport in the Trenches: The New Deal for Masculinity in France. *International Journal of the History of Sport*, vol. 28, n°3-4, mars 2011, pp. 331-350.
- 54 Se rapporter à la photo "Entre deux Batailles", in *Sporting*, 29 octobre 1914 (cf. *Infra*).
- 55 ELLISON N.F (photographe). *French and British troops playing football behind the lines at Ypres, February 1915*. In: IWM photography archives, Q. 61558.
- 56 IWM film archives. *An Entente Cordiale football scrimmage*. IWM 205.
- 57 En juin 1918, le Maréchal Foch remercie personnellement "Footballers for Soldiers" pour l'envoi de douze ballons à l'armée française. M^c CARTNEY John. *The 'Hearts' and the Great War*, Edinburgh, 1918.
- 58 NICHOLS G.H.F. *The 18th Division in the Great War*. Edinburgh : Blackwood, 1922, p. 40.
- 59 In *Le Gafouilleur*, n°14, 15 octobre 1916.
- 60 *Ibidem*.
- 61 In *L'Echo des Dunes*, n°4, dernier trimestre 1916.
- 62 Sur les causes des mutineries de 1917, voir LOEZ André et MARIOT Nicolas. *Obéir-désobéir : les mutineries de 1917 en perspective*. Paris: La Découverte, 2008.
- 63 Le Général Philippe Pétain rétablit les permissions, accélère le remplacement des hommes en 1^{ère} ligne et crée une série de mesures en faveur de l'amélioration de la vie des soldats au cantonnement. Cf. PEDRONCINI Guy. *Les Mutineries de 1917*. Paris: Presses universitaires de France. 1967.
- 64 Instruction n°1080 du 3 juin 1917. In: lettre du Général commandant en chef à Monsieur le Président du Conseil, Ministre de la Guerre, 18 décembre 1917, SHAT, 7 N 1989.
- 65 In *Lectures Pour Tous*, 15 novembre 1917.
- 66 In *Le 120 Court*, n°38, août 1917.
- 67 In *Sporting*, 11 juillet 1917.
- 68 Georges Rozet, théoricien du sport, chroniqueur réputé, Président du *Paris Université Club*, milite avant guerre en faveur d'une éducation physique et sportive par la méthode naturelle. Pendant la guerre, il est affecté à la section volante automobile de Boulogne et devient à partir de l'été 1917, correspondant de guerre auprès du journal *l'Oeuvre*. Ses convictions profondes en faveur de la pratique du sport sont renforcées pendant la guerre quand, au contact des soldats, il se voit porté par une mission pour laquelle il mènera une véritable campagne médiatique : "les ballons des soldats".
- 69 In *Lectures pour Tous*, 15 novembre 1917.
- 70 Note signée du Général Directeur de l'Infanterie, datée du 24 septembre 1917, in: SHAT, Archives du 3^e bureau de l'Etat-Major des Armées, *Bien-être du soldat*, 7 N 1989.
- 71 In *L'Auto*, 28 et 30 septembre 1917 et *Sporting*, 31 octobre 1917.
- 72 In *Le filon*, décembre 1917.
- 73 In SHAT, GR 24 N 192.
- 74 Service cinématographique et photographique de l'armée française, Fonds Première Guerre mondiale, collection Bibliothèque de documentation internationale contemporaine et Musée d'histoire contemporaine, Les Invalides, Paris.
- 75 In *Lectures pour Tous*, 15 novembre 1917.
- 76 In *Sporting*, 10 avril 1918.
- 77 "How Uncle Sam Has Created an Army of Athletes", in *Scientific American*, n°126, 1919, p.114. Cité par TERRET Thierry. Le rôle des YMCA dans la diffusion du sport en France. *op.cit.*, p.37.
- 78 Document dactylographié, 9 mars 1921. YMCA Min. AS. 43.
- 79 Représentant français de l'Union Chrétienne des Jeunes Gens (branche française de la YMCA) et Secrétaire général de l'Alliance universelle des YMCA depuis 1910.

- 80 The UWWC regroupe un ensemble d'oeuvres caritatives qui agissent en faveur du confort moral et physique des soldats américains, des soldats alliés et de la population civile française de la zone des armées.
- 81 Le 27 août 1917, Pétain donne son accord pour le développement d'une centaine de nouveaux Foyers du Soldat de l'Union Franco-Américaine. Quelques semaines plus tard, le Ministre de la Guerre, Paul Painlevé demande à E.Sautter d'accroître ce nombre à 1300. Lettre de Paul Painlevé à Emmanuel Sautter, 19/10/1917. Archives YMCA Minneapolis AS. 43. In TERRET Thierry, American Sammys and French Poilus in the Great War: Sport, Masculinities and Vulnerability. *The International Journal of the History of Sport*, Vol.28, n°3-4, 2011, pp. 355.
- 82 TROCME Hélène. Un modèle américain transposé : les foyers du soldat de l'Union franco-américaine (1914-1922). In: COCHET François (dir.). *Les Américains et la France (1917-1947). Engagements et représentations*. Paris: Maisonneuve & Larose, 1999, p. 5-8.
- 83 Rapport du département d'éducation physique. Société des Foyers de L'Union Franco-Américaine. 1er septembre 1921- 1er septembre 1922, pp. 3-4. YMCA Min. AS. 43.
- 84 Légende intégrale de la photo : *Les Français comprennent pourquoi les Américains sont d'excellents sportifs, en regardant un match de baseball. Les soldats américains pratiquent ce jeu à chaque moment de loisir. 19 Mars 1918*. Source : Committee on public information Washington Dc, Cote: 15-510920, N° d'inventaire : 62t501513. Localisation : Charenton-le-Pont, Médiathèque de l'Architecture et du Patrimoine. Permalien : <http://www.photo.rmn.fr/archive/15-510920-2C6NU0A0SOSO.html>.
- 85 *Sammies* ou *Sammys* : Nom générique donné aux soldats de l'Armée américaine en référence à l'oncle Sam.
- 86 Commentaire original de la photo : *Un instructeur français montre comment lancer une grenade pour atteindre les tranchées ennemies ou pour stopper une attaque. 23 Janvier 1918*. Source : Committee on public information Washington Dc, Cote: 15-509653. N° d'inventaire : 62T501241. Localisation : Charenton-le-Pont, Médiathèque de l'Architecture et du Patrimoine. Permalien : <http://www.photo.rmn.fr/archive/15-509653-2C6NU0AOWY4A9.html>.
- 87 Commentaire original de la photo : *U.S. Marine Corps en France : le baseball est inné chez les Américains, ce qui favorise le lancer de grenades : cette technique amuse les instructeurs français ; 23 Janvier 1918*. Source : Committee on public information Washington Dc, Cote: 15-509676. N° d'inventaire : 62T501264. Localisation : Charenton-le-Pont, Médiathèque de l'Architecture et du Patrimoine. Permalien : <http://www.photo.rmn.fr/archive/15-509676-2C6NU0AOWC0Q5.html>.
- 88 Service cinématographique et photographique de l'armée française, Fonds Première Guerre mondiale, collection Bibliothèque de documentation internationale contemporaine et Musée d'histoire contemporaine, Les Invalides, Paris.
- 89 ROZ Firmin. La Young Men's Christian Association. In: Edition spéciale de *la Revue Hebdomadaire*, Paris, 1919, p. 15. Archives de l'Alliance universelle de la YMCA, Genève, dossier X 391.1, War Work YMCA, 1914-1918. Cité par TERRET Thierry. Le rôle des YMCA dans la diffusion du sport en France. *op.cit.*, p. 46.
- 90 WAQUET Arnaud. 1914, the Responsibility of Soccer in France at the turn of the First World War. *Soccer, as The Beautiful Game: Football's Artistry, Identity and Politics*. Hofstra University Dept. of History International Conference, New York, 10-12 April 2014.
- 91 WAQUET Arnaud et VINCENT Joris. Wartime Rugby and Football : Sports elites, French military teams and international meets during the First World War. *International Journal of the History of Sport*, vol. 28, n°3-4, mars 2011, pp. 372-392.
- 92 TERRET Thierry. *Les Jeux interalliés de 1919. Sport, guerre et relations internationales*. Paris: L'Harmattan, 2002.

Os Jogos Interaliados de 1919: o papel das Forças Armadas estadunidenses na promoção do esporte no contexto da Primeira Grande Guerra*

The Interaliados Games 1919: the role of US armed forces in the promotion of sport in the context of the First World War

Karina Cancellla

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista da Capes –pesquisadora do Sport – Laboratório de História do Esporte e do Lazer; especialista em Estudos Olímpicos pela International Olympic Academy; autora de livros e artigos sobre História do Esporte Militar.

RESUMO

Atualmente, o esporte é um fenômeno presente no cotidiano das mais diversas instituições ao redor do mundo. As Forças Armadas não ficaram de fora desse contexto e ao longo do século XX passaram a promover não somente a prática do esporte de forma sistemática em suas corporações, mas também a organização de grandes eventos esportivos, como os Jogos Interaliados realizados em 1919 como celebração pelo fim da Primeira Guerra. Este artigo busca discutir, por meio da análise crítica de fontes históricas, o papel das Forças Armadas estadunidenses na organização do evento e os principais objetivos de promoção dos Jogos. As análises empreendidas possibilitaram a percepção de que a realização dos Jogos Interaliados e os bons resultados alcançados serviram

ABSTRACT

Nowadays sports are a present phenomenon in the daily life of plenty of institutions all over the world and the Armed Forces have not been an exception in this global context. Throughout the twentieth century, not only have they systematically promoted sporting activities in their corporations, but they also organized major events, such as the Inter-Allied Games, held in 1919 as a celebration for the end of the First World War. This article aims to discuss, through the critical analysis of historical sources, the role of the US Armed Forces in the organization of this specific event and the main reasons for their doing so. Analyses have led to the perception that the promotion of the Inter-Allied Games as well and the good results achieved served as an instrument for

* Artigo recebido em 15 de abril de 2016 e aprovado para publicação em 17 de maio de 2016.

como um instrumento de projeção internacional da imagem dos EUA no novo cenário político que emergia no pós-guerra.

PALAVRAS-CHAVE: História do Esporte Militar. Jogos Interaliados. Estados Unidos da América

the international projection of the US image in the new political context which emerged after the end of the war.

KEYWORDS: History of Military Sports. Inter-Allied Games. United States of America

INTRODUÇÃO

O esporte é na atualidade um fenômeno presente no cotidiano das mais diversas instituições ao redor do mundo. As Forças Armadas (FFAA) não ficaram de fora desse contexto. Ao longo do século XIX e especialmente no século XX, as aproximações entre militares e prática esportiva se ampliaram significativamente em diversas regiões do planeta. Entre finais do oitocentos e décadas iniciais do novecentos, países como Inglaterra, Alemanha, França, Estados Unidos da América (EUA) e Brasil passaram a investir em programas de treinamento do corpo de suas tropas utilizando os esportes e as ginásticas com vistas a não somente desenvolver o aspecto físico de seus contingentes mas também o reforço da moral e da masculinidade (CANCELLA, 2014).

Dentre as ações de promoção das práticas esportivas pelo mundo, um dos elementos utilizados amplamente ao longo do século XX foi a realização de grandes eventos com a mobilização de públicos expressivos. Na década final do século XIX, por exemplo, foi iniciado o ciclo de organização dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, com primeira edição em 1896 na Grécia, e seguindo até os dias atuais com realização periódica a cada quatro anos. Os únicos episódios da história ao longo do novecentos que interromperam esse ciclo de realização dos Jogos Olímpicos foram as ocorrências das duas grandes guerras. Os jogos planejados para ocorrerem em 1916, 1940 e 1944 não se efetivaram. (TOMECS, 2013).

A disseminação do papel dos eventos esportivos como instrumento de celebração e como espetáculo já havia alcançado, nas décadas iniciais do século XX, uma abrangência importante. (PRONI, 1998). Nesse sentido, ao final dos conflitos da Primeira

Grande Guerra, uma das ações para a comemoração da vitória foi justamente a realização de um grande evento esportivo com participação das Forças Armadas aliadas que foi nomeado, por fim, de "Jogos Interaliados" (TERRET, 1999).

Este trabalho, portanto, busca discutir o papel do esporte no cotidiano dos militares dos Estados Unidos da América no processo de preparação e ao longo do desenrolar da Primeira Guerra e os principais objetivos de organização e realização dos Jogos Interaliados na França no contexto pós-guerra.

A presente pesquisa transita nos campos da História do Esporte e da História Militar, enfocando suas análises em uma área de interesse identificada como "História do Esporte Militar", colocando em diálogo discussões características dos dois campos para a compreensão do desenvolvimento do fenômeno esportivo no contexto específico da organização militar (CANCELLA, 2014).

O campo de estudos específicos sobre a história do fenômeno esportivo tem se ampliado ao longo dos últimos anos e já é possível afirmar a consolidação de suas propostas, enfoques e abordagens de pesquisa. Como afirma Victor Melo, os estudos sobre a história do fenômeno esportivo ganharam maior projeção no Brasil no final da década de 1990 e principalmente nos anos 2000, sendo conduzidos "se não somente [...] por 'historiadores de formação', certamente por pesquisadores que, independente de sua filiação acadêmica original, procuram fazer uso das discussões metodológicas do campo da História" (MELO, 2007, p. 13).

No campo da História Militar, tradicionalmente vinculado à História Política e aos estudos das guerras e batalhas e das instituições militares, o movimento de renovação de objetos e interesses de pesquisa é também recente. Paulo André Paren-

te afirma que a História Militar brasileira, acompanhando os movimentos de renovação de temáticas e metodologias, passou a incorporar novos objetos e interesses em suas pesquisas discutindo as “múltiplas interfaces da História Militar, tais como social, institucional, cultural, econômica, tecnológica, religiosa, sociológica ou política, entre outras” (PARENTE, 2009, p. 3). As novas propostas dos estudos nesse campo não devem se restringir somente à História Batalha, mas inserir como pontos centrais de análise questões como:

[...] origens geográfica, social e familiar dos militares; influências educacionais; experiências administrativas das FFAA; relações familiares; participação dos militares nas redes políticas, econômicas e intelectuais tanto no interior dos quartéis como fora deles; estudo de relações entre as diferentes FFAA; inserção das instituições militares no cotidiano das diferentes regiões do País; estudos sociais de gênero; análises das origens socioeconômicas das diferentes camadas hierárquicas; mentalidade militar em diferentes momentos históricos; relação entre a guerra e a sociedade; estudos dos símbolos, gestos, comemorações, cantigas e elementos presentes na memória militar; construção dos “vultos”, dos ícones. (CANCELLA, 2013, p. 5).

Ao listar as novas possibilidades de objetos de estudo na História Militar, Parente não faz referência direta às práticas de atividades físicas ou esportivas. No entanto:

[...] no amplo universo de temáticas que tem emergido neste campo e levando em consideração a ampliação da relevância dos estudos sobre esporte na atualidade, considero que este movimento (o esporte) seja um objeto de importância significativa para a compreensão das relações das instituições militares com as questões do corpo e das competições através do esporte. (CANCELLA, 2013, p. 5).

Arnaud Waquet, em sua tese de doutorado defendida em 2010, aponta que o tema “esporte e guerra” somente recentemente passou a chamar a atenção dos historiadores. O autor destaca o nonagésimo aniversário do início dos conflitos como o momento em que outros aspectos relacionados à Primeira Guerra passaram a ser abordados, entre eles o esporte. Afirma já identificar um crescimento nos estudos sobre o tema desde meados dos anos 2000, apresentando obras e eventos que se dedicaram à temática, e uma real possibilidade de ampliação das pesquisas sobre as relações entre esporte e guerra nessa década, principalmente no período de 2014-2018 (centenário da Primeira Guerra). Realizando uma importante revisão dos estudos sobre a guerra, o autor comenta que a historiografia da Grande Guerra seria caracterizada em três fases:

[...] da história militar e diplomática (do entre guerras e até os anos 1960), à história social (dos anos 1960 aos anos 1990) e, finalmente, mais recentemente, à história cultural. A transição da história militar para a história social marca uma ruptura na história da Grande Guerra; o acesso a novas fontes coloca em questão, às vezes violentamente, a história escrita nos anos anteriores. A transição da história social para a história cultural, por sua vez, foi mais naturalmente. Na década de 1990, a história vista por políticos, generais, soldados e civis abriu caminho para o estudo da guerra através da literatura, das artes plásticas e do cinema. A mudança da historiografia da Guerra Mundial para a história cultural ocorre em paralelo à entrada das ciências sociais na história da guerra; é o caso, por exemplo, da antropologia. (WAQUET, 2010, p. 16).

O corpus documental selecionado para esta pesquisa compreende fontes das categorias documentais e impressas (PINSKY, 2006), pois foram as que se apresentaram mais profícuas para as discussões propostas, analisadas a partir do método de “aná-

lise crítica de documentos". Esse método é empreendido em duas etapas: a crítica externa, a fim de identificar a efetiva relação da produção com a datação do documento informada; e a crítica interna, na qual é observado o conteúdo informado na fonte, o objetivo de produção do documento, as características do produtor e as circunstâncias em que foi produzido, além de seu público alvo. (CALADO; FERREIRA, 2005). Para a categoria "fontes impressas" foram ainda observadas as sugestões metodológicas de Tânia de Luca (2006) para o uso da imprensa em pesquisas históricas.¹

Importante ainda pontuar que, ao longo deste trabalho, sempre que for referenciado o termo "esporte", estaremos tratando pela perspectiva do conceito de "esporte moderno", compreendido a partir das análises de Victor Melo. O autor, ao discutir as diferentes fases de construção do conceito ao longo dos séculos XVIII a XX, apresenta como características principais desse fenômeno:

- Organiza-se em entidades representativas (locais, nacionais e internacionais); o *club*, que se delinea nos "*coffee shops*" e "*public houses*" ingleses do século XVIII, será a unidade fundamental de estruturação. A palavra surgiu no século XIII e é somente no século XVII que ganhou a acepção de associação de pessoas para um fim em comum. Os clubes se estruturaram como bases da sociedade civil, uma forma de conformar novas identidades (de categoria, de classe, nacional, regional, local). [...]
- Possui um calendário próprio, já não mais seguindo estritamente outros tempos sociais ou rituais.
- Envolve um corpo técnico especializado cada vez maior (treinadores, preparadores físicos, dirigentes, gestores, psicólogos, médicos, entre muitos outros).
- Gera um mercado ao seu redor, que extrapola até mesmo o que a princípio poderia ser considerado específico da prática esportiva (MELO, 2010, p. 4).

O processo de sistematização e organização das práticas esportivas é, portanto, um movimento característico da modernidade, desenvolvendo-se principalmente na sociedade inglesa do século XVIII e difundindo-se pela Europa e por todas as regiões do mundo onde exerciam influência. Essas práticas e processos foram incorporados, assimilados e ressignificados por diversos grupos sociais nas diferentes localidades onde se estabeleceram a partir do oitocentos.

O ESPORTE E AS FORÇAS ARMADAS ESTADUNIDENSES

Para que seja possível compreender a importância atribuída ao esporte no cotidiano dos militares estadunidenses no contexto da Primeira Guerra, faz-se necessário o estabelecimento de uma breve discussão sobre como as relações entre esporte e militares foram estabelecidas naquele país.

A principal publicação existente sobre tal temática, a obra *Playing to win: sports and the American Military 1898-1945*, de autoria de Wanda Wakefield e publicada em 1997, defende que nos Estados Unidos, assim como no restante do mundo ocidental, a cultura esportiva apresentou maior desenvolvimento no final do século XIX, beneficiada pelas melhorias no transporte, pelo crescimento dos meios de comunicação, pela urbanização e industrialização. Em 1898, por exemplo, o esporte já fazia parte do calendário nacional e garantia atenção de diferentes grupos da população para competições de beisebol e futebol americano. (WAKEFIELD, 1997).

No entanto, a maior aproximação dos militares dessas práticas somente ocorreria na entrada dos Estados Unidos no conflito com a Espanha, conhecido como Guerra Hispano-Americana, pelo controle das colônias espanholas no Golfo do México no ano de 1898. Segundo a autora, após a derrota da Espanha no conflito, os comandantes americanos criaram intencionalmente oportunidades para os soldados e marinheiros praticarem beisebol, corrida e experiências com outras competições atléticas. Analisando a introdução sistemática das práticas esportivas no cotidiano dos militares em combate,

Wakefield (1997) discute os casos das campanhas em Cuba, nas Filipinas e nas duas Guerras Mundiais. A autora observa que o esporte foi defendido pelos comandantes das FFAA dos EUA inicialmente como elemento de distração saudável, sendo sempre enfatizada a necessidade de afastamento de práticas consideradas ilícitas pelos comandos, como ingestão de bebidas alcoólicas, envolvimento com prostituição e jogos de azar. No entanto, observações atentas sobre as atividades físicas já vinham chamando a atenção dos militares, tendo sido criado em 1914 o primeiro Manual de Treinamento Físico no US Army com objetivo de garantir processos de treinamento físico igualitários para todos os homens que poderiam servir em guerras.

Wakefield (1997) ainda aponta as análises do Departamento da Guerra sobre a inserção dos programas esportivos no cotidiano das FFAA estadunidenses. De acordo com essas análises, o esporte poderia desenvolver boas habilidades físicas nos militares e estimular o desenvolvimento do respeito e admiração por quem apresentava as melhores habilidades físicas em suas unidades. Por outro lado, se a rivalidade criada nas competições esportivas entre os soldados-atletas não fosse controlada, poder-se-ia colocar em perigo a lealdade e coesão necessárias aos grupos em combate. A partir da publicação do Manual em 1914, o esporte passou a ser defendido como um elemento útil para ensinar aos soldados a cooperar uns com os outros, se identificar com os membros de seus times e reconhecer os laços comuns. Participando ou assistindo a competições esportivas, eles aprenderiam a passar por adversidades não somente no campo de jogo mas também no campo de batalha. Os esportes e as competições esportivas, com as determinações desse documento publicado em 1914, garantiram seu espaço como parte integral da vida militar nas FFAA dos Estados Unidos. (WAKEFIELD, 1997).

O argumento de defesa da prática esportiva entre os militares como elemento de promoção de bons hábitos e boa ordem foi reforçado no processo de preparação dos EUA para o ingresso na Primeira

Grande Guerra. Paralelamente a esse movimento em defesa do esporte, os grupos que defendiam a moralização da sociedade e buscavam a proibição de venda de bebidas alcoólicas e da prostituição ganharam força no processo de organização do United States Army e United States Navy para o embarque para o cenário de operações. Utilizando o argumento de estarem em tempo de guerra emergencial e do significativo aumento dos acampamentos de treinamento militar, esses grupos moralistas intensificaram as pressões para proibir a prostituição, pois seria um risco para a saúde e segurança dos soldados e também por ser um atrativo para jovens mulheres que viviam no entorno dos acampamentos como uma possibilidade de recebimento por favores sexuais. (WAKEFIELD, 1997).

Essas proibições se baseavam na defesa de que as energias dos jovens deveriam ser direcionadas unicamente para o preparo para as batalhas. Nesse contexto, o esporte era uma prática recreativa desejável e moralizante, uma vez que possibilitava a distração dos soldados e, ao mesmo tempo, melhorias do condicionamento físico, das relações interpessoais e do companheirismo, além de serem instrumentos para reforço da masculinidade. (WAKEFIELD, 1997).

Nos acampamentos de treinamento, algumas entidades civis atuavam para desenvolver atividades entre os soldados. A Young Men's Christian Association (YMCA)², por exemplo, enviou representantes que organizavam aulas sobre a *Bíblia*, grupos de canto, jogos e competições esportivas, atuavam como árbitros em lutas de boxe, auxiliavam jovens soldados com pouca instrução a escrever cartas, entre outras distrações vistas como sadias pelos comandos das FFAA. (WAKEFIELD, 1997).

Ao longo da atuação na Primeira Guerra, as FFAA dos EUA organizaram entre seus militares inúmeros eventos esportivos em diferentes modalidades como beisebol, atletismo, boxe, futebol americano, além da criação de competições para exercícios militares específicos como lançamento de granada, atividades de ordem unida, manipulação de armas e exercícios de companhia. (WAKEFIELD, 1997).

Além dessas atividades com intuito recreativo, o esporte ainda foi utilizado na front como forma de treinamento de habilidades militares de forma mais "agradável". Ao treinar o beisebol, os militares eram lembrados que o lançamento das bolas era similar ao processo de lançamento de granadas. Para que os soldados aprendessem a utilizar as máscaras de gás em combate, eram realizados extensos treinamentos com jogos de beisebol, momentos em que os militares jogavam as partidas utilizando as máscaras sob os argumentos de que se conseguissem utilizar o instrumento no "campo de jogo", poderiam utilizá-lo sem problemas no "campo de batalha". Para encorajar os soldados a se sentirem confortáveis com as agressões que enfrentariam na guerra, as regras do boxe foram alteradas com a redução do tempo dos *rounds* para que não ocorresse a estagnação durante a luta, aumentando a intensidade do combate. (WAKEFIELD, 1997).

O esporte foi elemento presente e constante no cotidiano dos militares estadunidenses ao longo das primeiras décadas do século XX, sendo utilizado sob diferentes objetivos. Com o fim dos conflitos da Primeira Guerra em 1918, as Forças Armadas envolvidas nos eventos iniciaram o processo de desmobilização e retorno para seus países. Como forma de celebração da vitória dos Aliados, Elwood S. Brown, Diretor do Departamento de Atletismo da YMCA, escreveu ao Coronel Bruce Palmer, membro da equipe do General John Pershing (comandante da Força Expedicionária Americana na Primeira Guerra), informando que a entidade poderia organizar em conjunto com as FFAA competições esportivas entre os aliados como forma de celebração e reforço dos hábitos saudáveis entre os militares. (TERRET, 1999). No próximo item, serão analisados e discutidos o processo de organização desse evento, o papel das Forças Armadas estadunidenses naquele cenário e as repercussões da realização dos Jogos Interaliados entre os franceses.

OS JOGOS INTERALIADOS DE 1919

As Forças Armadas dos EUA ingressaram nos conflitos da Primeira Guerra no ano

de 1917 com a formação da Força Expedicionária Americana (FEA) sob comando do General John Pershing. O comandante, em relatório apresentado ao Secretário de Guerra dos Estados Unidos sobre as ações desempenhadas no período entre 26 de maio de 1917 até a assinatura do armistício em 11 de novembro de 1918, relatou que, após receber a designação para a missão, selecionou uma pequena equipe e seguiu para a Europa para se familiarizar com as condições do conflito. A equipe, segundo sua percepção, foi recebida de forma calorosa pelos militares ingleses e franceses³. Foram, então, discutidas as ações de apoio que seriam oferecidas pelos EUA. Após debates e análise da situação, foi definido que:

[...] nossa divisão de combate deve ser composta de quatro regimentos de infantaria de 3.000 homens, com três batalhões para cada regimento e quatro companhias de treinamento com 250 homens cada para cada batalhão, e de uma brigada de artilharia de três regimentos, um batalhão de metralhadoras, um regimento de engenharia, uma bateria de morteiro de trincheira, um batalhão de sinal, trens de vagão, uma sede e polícia militar. Estes, com médicos e outras unidades, fizeram um total de mais de 28.000 homens, ou praticamente o dobro do tamanho de uma divisão francesa ou alemã⁴.

A entrada dos EUA na Primeira Guerra reforçou as preocupações com os momentos de tempo livre das tropas em serviço, uma vez que teriam grandes somas de jovens homens americanos sendo mobilizados para o conflito e, caso esses jovens encontrassem formas de diversão somente nas cidades no entorno dos acampamentos, todo o esforço de guerra poderia ser comprometido. (MENNELL, 1989).

Após discussões dos comandos, identificou-se que a melhor forma de controlar os vícios no interior das instalações militares seria prover formas de recreação organizadas nos campos. Foi então criada a Commission on Training Camp Activities para supervisionar atividades de lazer, incluindo

esportes, no US Army. Pouco tempo depois, a Marinha também criou uma comissão com função semelhante. Foram nomeados diretores esportivos em cada um dos campos para a localização de treinadores para equipes esportivas que eles considerassem adequadas. (MENNEL, 1989).

Essas comissões internas das FFAA em parceria com entidades civis, como a YMCA, foram as responsáveis por promover a prática de atividades esportivas e competições em diversas modalidades entre os militares dos EUA tanto nos campos de treinamento ainda em território americano como no *front* europeu da Primeira Guerra. O esporte foi parte integrante do cotidiano das FFAA estadunidenses durante todo o período de mobilização. Posteriormente, essa organização passou a ser observada como um modelo a ser seguido pelas demais forças envolvidas no conflito.

Conforme pontuado anteriormente, com o fim dos conflitos, Elwood Brown, integrante do Comitê Olímpico Internacional e Diretor Atlético da YMCA, apresentou ao General Pershing a proposta de realização dos Jogos Interaliados, um evento esportivo que envolveria todas as Forças Armadas aliadas durante o conflito para a celebração da vitória por meio de competições esportivas. A Força Expedicionária Americana ficaria responsável pela organização do evento. (BUCHANAN, 1998).

O relatório final dos Jogos Interaliados registra a história do evento, que foi considerado pelos autores do documento como algo sem precedentes nos anais do esporte mundial. O evento marcaria o fim da guerra e o “início, nesta festa única de amor de diversas raças e nacionalidades, da maior e mais esperançosa paz que o mundo ainda não conheceu”.⁵

Os Jogos, segundo o documento, originaram-se das experiências realizadas em Manila, nas Filipinas, por Elwood Brown, anos antes onde foram divulgadas as práticas de beisebol e voleibol entre os nativos. Brown estabeleceu contato com o Coronel Bruce Palmer em carta do dia 15 de outubro de 1918 para tratar sobre como seriam organizadas as ações para o período de desmobilização militar. As preocupações princi-

pais eram com relação aos aspectos morais, como é possível verificar no trecho a seguir:

De: Elwood S. Brown, do Departamento Atlético, YMCA, Paris.

Para: Coronel Bruce Palmer.

ASSUNTO: Programa Atlético para o Período de Desmobilização. Condições.

Paz, se for estabelecida amanhã ou muitos meses a partir de agora, deve nos encontrar num estado de preparação contra o inevitável período de relaxamento que deve ser estabelecido quando as hostilidades cessarem. Este período vai trazer um perigoso aumento das tentações morais, será um tempo de espera ansiosa para o dia de partida para a América e exigirá atividades corporais muito construtivas e interessantes se os perigos da expressão física desordenada devem ser evitados.⁶

A carta segue apontando as sugestões de atividades de Brown para os soldados dos EUA. A lista envolvia jogos de massa para serem jogados por todos os homens com possibilidade (Jogos Atlético para todos); campeonatos oficiais das Forças Expedicionárias Americanas para uma ampla variedade de esportes competitivos; manifestações esportivas em diferentes regiões para apresentar o melhor do esporte e da masculinidade física dos EUA aos militares aliados e concursos atléticos abertos aos soldados dos Exércitos aliados, fechando com uma grande “Olimpíada Militar”. Logo após essas primeiras sugestões, Brown seguiu detalhando o programa atlético que tinha em mente para o período de desmobilização. Reforçava a necessidade de atividades recreativas para os homens, o estabelecimento de comissões de oficiais para conduzir os eventos esportivos militares, assim como a preparação de manuais de instrução para disseminar os ideais e programas de treinamento.⁷

O envolvimento da YMCA no desenvolvimento dessas atividades seria trazendo especialistas em eventos esportivos desse porte, introduzindo grandes grupos de homens nas várias competições e fornecendo

os trajes necessários para as competições atléticas. A associação também ficaria com a atribuição de buscar um estádio adequado, seria responsável pelos detalhes técnicos gerais e pelo fornecimento de prêmios simbólicos e artísticos. Já as FFAA dos EUA teriam como atribuições criar um comitê com autoridade para tratar com os oficiais franceses e autoridades locais sobre o uso de prédios ou campos; solicitar permissão para paradas ou outros itens requeridos pela organização; efetivar o treinamento dos homens que disputariam as competições pelos EUA; estabelecer convites formais às Forças Armadas para a participação nos eventos e a formação de um comitê-geral para trabalhar em conjunto com o comitê da YMCA.⁸

A organização de uma "Olimpíada Militar" reunindo os melhores atletas dos Exércitos seria, sem dúvida, um grande "cimento" nos laços de amizade entre os militares aliados por meio do esporte, segundo a visão de Elwood Brown. Para ele, "esportes internacionais desse tipo sempre desenvolvem respeito mútuo e compreensão."⁹

Como no momento de envio da carta ainda não havia uma real possibilidade de assinatura do Armistício, o documento foi arquivado para futuras utilizações. Assim que a guerra foi oficialmente encerrada, as conversações sobre a organização dos eventos esportivos foram retomadas. Por meio do envio da carta datada de 27 de novembro de 1918, comunicou-se que a YMCA estava pronta para "assumir a responsabilidade em promover, dirigir e financiar um dos itens sugeridos, que foi um grande conjunto de competições esportivas competitivas interaliadas que poderia ser chamado de 'Olimpíadas Militares'".¹⁰ O documento sugeria que os convites fossem formalmente realizados pelo comandante em chefe da Força Expedicionária Americana aos comandantes em chefe dos Exércitos aliados. Sobre a organização e os objetivos a serem alcançados com a realização do evento, a carta ainda defendia que:

b. Na medida em que a FEA estaria preparada para ser responsável pela YMCA para a promoção,

direção e financiamento do projeto, não impondo nenhuma obrigação financeira aos outros Exércitos aliados a não ser os envolvidos no envio de seus atletas, é perfeitamente lógico para a FEA tomar a iniciativa em estender o convite.

c. Esses jogos seriam inestimáveis para ainda estreitar o entendimento mútuo e a amizade entre os soldados dos Exércitos aliados. Informações em mãos indicam que esses jogos seriam bem acolhidos por muitos oficiais ingleses, franceses, australianos e canadenses responsáveis pelo treinamento físico.

d. Esses jogos poderiam focar os interesses do mundo atlético em ambos, Europa e América; poderia dar uma impressionante ilustração do lugar das atividades atléticas no treinamento militar dos Exércitos aliados e poderia absorver o interesse de grande número de tropas durante o período um pouco inquieto esperando seu retorno para casa.¹¹

Conforme foi possível perceber no documento transcrito acima, as questões relacionadas à estrutura dos jogos e ao seu financiamento ficariam a cargo da FEA e da YMCA, não onerando as FFAA aliadas a serem convidadas para a participação no evento. Era, portanto, um evento dos Estados Unidos realizado em território francês. Além disso, outro ponto destacado no documento era a visibilidade que um evento desse porte traria para a Europa e "América", em referência não ao continente como um todo mas aos Estados Unidos especificamente. Esse ponto é importante uma vez que os Jogos Interaliados foram, posteriormente, divulgados na imprensa francesa como um grande exemplo de força e de poder dos estadunidenses em relação aos demais militares envolvidos nos Jogos. Suas formas de treinamento e preparação foram apresentadas como as mais eficazes do mundo e passaram a ser defendidas pelos franceses como o modelo a ser adotado caso a França almejasse ser de fato uma potência esportiva. O esporte foi, portanto, um instrumento de política cultural exter-

na dos EUA e de divulgação do *american way of life*, como já realizado em outras ocasiões ao longo das campanhas militares na América Latina e na Ásia desde fins do século XIX. (GEMS, 2001; 2006). O conceito de “política cultural externa” adotado neste estudo é o definido por Hugo Suppo e Mônica Lessa como:

[...] um conjunto de ações planejado para amparar e/ou fomentar os laços entre as nações. Ela contribui com a difusão e venda dos produtos culturais – da língua nacional ao produto de luxo; do produto cultural por excelência, o livro, às obras artísticas alçadas a patrimônio cultural nacional de exportação (teatro, ópera, dança, música, artes plásticas, cinema). Visa também estabelecer cooperações técnicas e científicas, intercâmbios e acordos universitários, difundir autores e ideias por meio de conferências, seminários ou cursos, e organizar comemorações internacionais [...] e eventos em caráter transnacional: exposições, feiras de livros, festivais de cinema e exposições itinerantes [...] (SUPPO; LESSA, 2007, p. 244-245).

No estudo citado, os autores não consideraram a prática esportiva entre os elementos culturais mobilizados politicamente pelos Estados. No entanto, pela importância alcançada pelo fenômeno no cenário mundial ao longo do século XX e pelos exemplos do uso político do esporte, considera-se aplicável o conceito de “política cultural externa” no estudo em tela. Ademais, se ao lado dos termos “teatro” e “dança”, por exemplo, constasse também “esporte” ou juntamente com “exposições” e “festivais de cinema” fossem inseridos “campeonatos esportivos internacionais” e “Jogos Olímpicos”, as considerações dos autores em nada se mostrariam inadequadas.

Como foi possível perceber até este ponto por meio das fontes documentais, as preocupações mais presentes nos discursos institucionais dos estadunidenses estavam ligadas à ocupação “saúdável” do tempo livre dos militares que aguardavam o

retorno para casa. Na proposta inicial, os Jogos deveriam ocorrer no mês de abril, mas só se realizaram de fato entre junho e julho de 1919 devido ao tempo necessário para o preparo de toda a estrutura dos Jogos. Inicialmente, foi levantada a proposta de utilizar o Estádio Colombes, palco principal dos Jogos Olímpicos de 1900 em Paris, como sede. No entanto, foi decidido pela construção de um novo estádio para os Jogos Interaliados. O espaço de Colombes foi utilizado como campo de treinamento e realização de competições internas da FEA e somente para as partidas de rúgbi durante os Jogos Interaliados.

Em 29 de dezembro de 1918, foi publicada a Ordem Geral nº 241 do Quartel-General da FEA que versava sobre a organização dos eventos esportivos:

O comandante em chefe dirige a atenção de todos os interessados para a importância de incentivar o desenvolvimento de atividades atléticas gerais e competitivas, com a finalidade de manter a moral, promover e desenvolver a organização, *esprit de corps*, e melhorar a aptidão física do Exército.¹²

Sobre o programa de competições atléticas, a Ordem apontava que cada Exército, corpo e divisão deveria definir oficiais com conhecimento nas práticas como responsáveis pela condução geral das atividades atléticas em suas unidades. Defendia ainda que os comandantes deveriam estar atentos à seleção de homens que tivessem demonstrado aptidão especial para o trabalho com esporte antes ou depois de suas entradas no serviço militar.¹³

O documento também levantava a necessidade do estímulo, de forma coerente com os deveres militares, de competições atléticas de todos os tipos, especialmente aquelas que envolvessem o maior número de participantes possível. Seria o que o documento chamou de “jogos de massa”, que teriam os programas publicados pelo Quartel-General e envolveriam atividades como: “vôlei, beisebol *indoor*, cabo de guerra, *cross-country*, revezamento, obstáculo, resgate,

equipamento, transporte, corrida de saco, pular carniça, e outros esportes".¹⁴

Além dos jogos citados acima, seriam também organizados campeonatos atléticos oficiais da FEA. Esses seriam compostos por competições de atletismo, beisebol, futebol americano, basquete, tênis, boxe e luta livre e seguiriam um sistema de eliminatórias, culminando com séries de finais que selecionariam os vencedores dos campeonatos de divisão. O documento defendia que fosse permitido a todos que representassem suas unidades com a finalidade de treinamento físico e desenvolvimento do jogo em equipe.¹⁵ Essas competições internas serviriam também ao propósito de selecionar os melhores atletas para a composição da delegação dos EUA que participaria dos Jogos Interaliados.¹⁶

As negociações para a organização dos jogos foram estabelecidas entre a FEA e a YMCA por meio de correspondências oficiais entre as instituições já nos meses finais de 1918, como vimos até este ponto. Nesses documentos, foram debatidas as bases para a definição das atribuições de responsabilidades com relação aos eventos e também os programas e calendários de atividades. Foi estabelecido que de fato a participação das delegações seria efetivada por meio de convites diretos do comandante em chefe da FEA aos comandantes em chefe dos Exércitos aliados. Do ponto de vista organizacional, seria estabelecido um comitê-geral da FEA para os Jogos que atuaria em conjunto com os Diretores Atléticos da YMCA. Esse comitê seria a entidade decisória e a autoridade final em todos os assuntos relativos ao evento. Para compor tal comissão, seriam ainda convidados dois delegados de cada Exército participante para a formação de um Conselho Consultivo com função de apresentar as propostas ao Comitê organizador e dar toda a assistência geral possível visando ao sucesso das competições.¹⁷

Sobre as principais motivações para a realização do evento e seus benefícios mais evidentes, segundo o ponto de vista dos organizadores estadunidenses, considerou-se que:

Os Jogos forneceria um esplêndido incentivo para os nossos

próprios atletas americanos para entrar em grande parte nos campeonatos da FEA como, normalmente, os homens e equipes vencedoras nestas competições iriam ganhar a honra de representar o Exército americano nas grandes competições interaliadas.

Este projeto, se aprovado, vai trazer resultados reais em termos de eficácia física, interesses no atletismo em geral, orgulho das habilidades físicas, bem como respeito mútuo e entendimento entre os soldados dos Exércitos dos Aliados.¹⁸

Uma problemática, no entanto, foi identificada quanto à liderança dos EUA na organização dos Jogos em Paris, conforme podemos verificar no trecho transcrito a seguir:

O comandante em chefe estava em forte simpatia com as propostas dos Jogos a partir do dia em que a ideia foi apresentada pela primeira vez. Mas ele foi confrontado com uma dificuldade. Se ele aceitar as sugestões da YMCA e convidar as nações aliadas a entrar com seus atletas militares nos Jogos como comandante em chefe de um Exército americano na França, ele estaria na posição de uma pessoa que convida seus amigos a uma festa na casa de outro homem sem primeiro garantir que esse recebimento seria aceitável para o proprietário. Antes que qualquer um desses convites possa ser estendido, [...] tornou-se necessário verificar se tal procedimento seria aceitável para o Exército francês e para o Governo [...]¹⁹

O documento ainda afirma que existiam poucas dúvidas quanto ao aceite e apoio do governo e das FFAA francesas, mas ainda assim foram estabelecidos contatos com entidades e autoridades sobre o caso. A YMCA entrou em contato com o Comité National d'Education Physique, Sportive et de 1^{re} Hygiène Social solicitando que verificasse junto ao Marechal Pétain seu parecer sobre a realização do evento. Em carta enviada ao militar, a entidade defendeu que via com

bons olhos a realização do evento uma vez que auxiliaria na “difusão da prática saudável da educação e da higiene física, que é a base do seu programa para a regeneração da raça francesa”. Destacaram ainda que favoreceria o desenvolvimento de “irmandade pelo desporto” com os demais países e uma rivalidade saudável entre as unidades militares, com atividades que manteriam a forma física e seriam “uma excelente influência moral para os soldados, a quem a cessação das hostilidades transferiu de repente da vida intensa da batalha para o período de espera da desmobilização.” A entidade francesa ainda pontuou que seria vantajoso, já que todos os custos seriam cobertos pelos EUA e o estádio construído e utilizado durante os Jogos “ficaria sem custo à disposição da juventude francesa, como um testemunho permanente da amizade indelével unindo as duas democracias”.²⁰ Sobre essa questão, foi enviado ofício datado de 7 de janeiro do Comitê Nationale ao Diretor do Departamento Atlético da YMCA informando o aceite por parte do governo francês e do comandante em chefe das tropas francesas, Marechal Pétain, para a organização do evento nos termos propostos pela YMCA e pela FEA.²¹

O relatório publicado pelo comitê organizador é composto por 554 páginas com informes detalhados de todo o processo de preparação e realização dos eventos esportivos dos Jogos Interaliados. Nesse documento, são apresentadas as participações dos países aliados convidados nas provas e ações administrativas. O General Pershing enviou convite às 29 nações, colônias e territórios integrantes das Forças Aliadas na Primeira Guerra para participação no evento.²² O convite apresentava o seguinte teor:

Forças Expedicionárias Americanas

Gabinete do Comandante em Chefe.

10 de janeiro de 1919.

Senhor :

Os oficiais e soldados das Forças Expedicionárias Americanas, sendo profundamente gratos pelas relações esplêndidas que existem entre aqueles que têm su-

portado os braços em uma grande causa comum, e que, no presente caso, tem a felicidade de desenvolver sentimentos profundos de mútuo respeito e admiração, estão muito ansiosos para preservar e fortalecer essa relação em todos os sentidos possíveis.

Agora que as operações militares ativas cessaram, eles acreditam que nada poderia ser mais propício para este fim do que reunirem-se em competição amigável no domínio do desporto representantes dos Exércitos de cada uma das nações que têm por todo esse tempo lutado juntas.

Assim, eles decidiram organizar um Encontro Atlético Interaliado, a ser realizado no Estádio Colombes, Paris, durante o mês de maio ou junho de 1919, em que os oficiais e homens de todos esses Exércitos serão elegíveis para tomar parte.

Como Comandante em Chefe das Forças Expedicionárias Americanas, tenho a honra, portanto, de convidar, através de você como seu comandante em chefe, os oficiais e os homens dos Exércitos na França para participar nestes concursos e para expressar a sincera esperança de que muitos deles possam fazê-lo, de modo que os laços de espírito muito acalentado de camaradagem que surgiram a partir do esforço conjunto galante de nossas forças no campo de batalha possa assim ser ainda mais estreitamente cimentado.

Respeitosamente,

John J. Pershing.²³

Os seguintes países aceitaram formalmente a participação nos Jogos Interaliados: Austrália, Bélgica, Brasil, Canadá, França, Grécia, Guatemala, Hedjaz, Itália, Nova Zelândia, Portugal, Romênia, Sérvia e Tchecoslováquia.²⁴

A China aceitou primeiramente, mas depois rejeitou. Em correspondência de 5 de maio de 1919, o chefe da delegação chinesa informou que infelizmente não seria possível enviar equipes para as competições, mas que o país estava doando três taças

para servirem de premiação no evento: uma taça de ouro em nome do General Chin Yun Pen, Ministro da Guerra; uma taça de prata em nome de H.E. Lou Lseng Tsiang, chefe da delegação de paz chinesa e um vaso chinês em nome de H. E. Hoo Wei Teh, Ministro chinês para a França.²⁵

No caso brasileiro, não foi claramente apresentado na resposta do General Napoleão Felipe Aché a possibilidade do envio de atletas para a participação nas competições. O General apenas colocou-se pessoalmente à disposição para auxiliar na realização dos Jogos. Como desdobramento desse ponto, é possível verificar ao longo do relatório que somente são mencionados integrantes das FFAA brasileiras em funções de administração e organização e não como esportistas nas competições. No que seria uma "seção de ligação", é referenciada a participação do militar brasileiro Capitão George A. Gordon e no comitê consultivo dos Jogos, o Major Breant. É ainda mencionada a presença do General Aché durante o evento, tendo inclusive fotografia publicada no relatório ao lado do General Pilot (França), conforme legenda da imagem.²⁶

O Comitê dos Jogos Interaliados se reuniu em 19 de abril de 1919 na Avenida de Montaigne em Paris para a organização e divisão dos trabalhos sob a condução da Força Expedicionária Americana. Participaram da reunião os organizadores e os membros do comitê consultivo e foram estabelecidos os responsáveis por cada modalidade e setores das competições. Foram englobadas áreas técnicas (atribuições de prover espaços para os eventos, equipamentos e suprimentos; setor médico) e área geral (responsável por lazer e entretenimento; cerimônias e paradas; prêmios; imprensa e publicidade; distribuição de tíquetes).²⁷

Os critérios para participação no evento definiam que somente seriam elegíveis aqueles homens, integrantes das Forças Armadas Aliadas, que tivessem participado em qualquer momento da guerra, entre 4 de agosto de 1914 e 11 de novembro de 1918. Não foi levada em consideração a discussão sobre esportistas amadores e profissionais.²⁸

Conforme pontuado na introdução deste artigo, foram analisadas fontes das ca-

tegorias documentais e impressas para as discussões propostas. Para debater as repercussões da realização dos Jogos Interaliados em cenário francês, foram selecionados dois periódicos especializados em esporte publicados entre 1918 e 1919 e disponíveis na Bibliothèque Nationale de France: o jornal *L'Auto*²⁹ e a revista ilustrada *La Vie au Grand Air*.³⁰

Todo o processo de organização e realização do evento foi amplamente noticiado nos dois periódicos. Inicialmente, foi nomeado pela imprensa de *L'Olympiade Pershing*, denotando a representatividade do comandante da Força Expedicionária Americana naquele panorama. O uso dessa nomenclatura, tanto para o evento como para o estádio posteriormente, pode ser compreendida como mais uma ação de política cultural externa dos EUA para reforçar sua imagem em panorama europeu naquele momento bastante conturbado, projetando ainda mais a sua presença frente às nações envolvidas no evento. Foi também identificada a nomenclatura de "Olimpíadas Militares" antes da formalização do nome oficial de "Jogos Interaliados".

Em abril de 1919, o jornal *L'Auto* publicou uma gravura de como seria o Estádio Pershing acompanhado da seguinte legenda:

A França será dotada de um magnífico terreno de esportes graças à generosidade de nossos aliados, os americanos. Ao centro do Estádio Pershing, que tem 229 metros de comprimento e largura de 152 metros, há um campo de grama para o futebol e os esportes atléticos. Esse terreno está cercado por diversas pistas de corrida, uma com 5 metros de largura, e por uma pista de ciclismo. À direita e atrás dessas pistas, diversos pórticos de cimento armado foram planejados para os exercícios de combate. O estádio tem 21.150 lugares, sendo 5.400 cobertos, 2.275 de frente e 15.465 populares.³¹

Ainda sobre a construção do estádio, o mesmo jornal, em 15 de junho de 1919, publicou a seguinte nota:

O trabalho do estádio foi confiado primeiro a dois empresários: M. M. Buisson e Giffard e começou em 25 de fevereiro. Tudo funcionou corretamente, até o dia 1º de maio, dia em que os trabalhadores “conscientes e organizados” entraram em greve. Imediatamente, a YMCA tomou o assunto em mãos e substituiu nossos trabalhadores por 4.000 soldados americanos e 300 soldados franceses. O orçamento previsto de 450.000 de francos foi largamente ultrapassado e espera-se que o custo total deva chegar a 2 milhões.

Este é, obviamente, um acréscimo e temos de agradecer aos nossos amigos americanos por sua generosidade. Acrescentamos que os Coronéis Johnson, Goodrich e Souergon, dirigiram os trabalhos de desenvolvimento em conjunto com o Capitão Gerbault.

Esperemos que os jogos comecem em 22 de junho na presença do General Pershing e do Presidente da República, e terminem em 6 de julho. Para o 4 de julho (Dia da Independência) um programa gigantesco foi organizado.

Lembre-se que 27.500 pessoas podem estar sentados nos degraus do estádio e a entrada é absolutamente livre. Para evitar o congestionamento ao redor da arena, será fornecido um cartão a cada pessoa. Iremos anunciar amanhã onde podemos obter esses cartões. Os militares fardados podem entrar sem qualquer outra formalidade.³²

Os trabalhos seguiram sendo realizados dia e noite com três equipes se revezando de oito em oito horas. O estádio deveria estar completamente pronto no dia 22, dia de abertura do evento, e seu tempo total de construção levaria menos de três meses.³³ A inauguração foi de fato realizada no dia 22 de junho contando com a presença de autoridades civis e militares.³⁴ Aguardava-se a participação de cerca de 1.500 esportistas militares nos eventos.³⁵

Entre 22 de junho e 6 de julho, os Jogos Interaliados foram oficialmente realizados em Paris. O Estádio Pershing recebeu as cerimônias de abertura e de en-

cerramento, exposições especiais e as provas das seguintes modalidades: atletismo (que envolveu, dentre as provas clássicas de pista e campo, a prova de lançamento de granada, de maratona modificada e *cross country*), beisebol, basquete, boxe, luta livre, hipismo, esgrima, futebol, tênis, cabo de guerra e exposições de “jogos de massa”. As competições de rúgbi foram realizadas no Estádio de Colombes e as provas de natação e polo aquático na Lagoa St. James no Bosque de Bolonha. O golfe em La Boullie, um campo de golfe privado em Paris, e rifle e pistola em Le Mans. O remo começou somente após 6 de julho. As competições de golfe também continuaram após a cerimônia de encerramento.³⁶

Na edição de 7 de julho de 1919, o jornal *L'Auto* publicou a matéria “Le Stade Pershing aux Français – la journée de clôture” informando sobre a cerimônia de encerramento dos Jogos. Foi realizada a entrega de prêmios



Capa da edição de 15 de julho de 1919 da revista francesa *La Vie au Grand Air* com a reprodução do cartaz do evento.³⁷

aos vencedores das provas e, após, com a presença das tropas enfileiradas e sob um “silêncio religioso”, foram executados os hinos dos EUA e da França. O General Pershing e o General Sée se reuniram no centro da pista para o hasteamento da bandeira francesa. Com esse gesto, o estádio foi oficialmente entregue ao povo francês pelos estadunidenses. Os espectadores presentes saudaram com aplausos e gritos de “Viva a América” e “Viva a França”.³⁸ Ainda sobre a entrega do estádio e os “benefícios” deixados pelas FFAA dos EUA, o mesmo jornal publicou matéria em 15 de julho com o seguinte teor:

Os americanos merecem o nosso reconhecimento, menos talvez por causa do valor material do presente do que pela excepcional contribuição para a popularização do desporto na França. O número de espectadores, que veio curioso para assistir como a um circo as exposições americanas, voltou para casa surpreso e encantado; eles voltaram; eles estão agora conquistados pela causa desportiva.

[...]

Na classificação geral de atletismo, EUA tirou o primeiro lugar: o seu total de pontos é igual a duas vezes a de todos os seus concorrentes juntos. Foi a França que se classificou atrás deles, e podemos dizer que nossos representantes não estão longe de ter fornecido o melhor resultado que poderia ser esperado deles.

[...]

Graças aos americanos, os organizadores dos Jogos Interaliados, foi feito na França este ano para o atletismo mais do que nós nunca tínhamos feito; uma multidão de atletas e neófitos está interessada; o caminho está agora mapeado; precisamos perseverar e para isso os Jogos Olímpicos de 1920 são uma oportunidade de afirmação mais clara do valor do desporto e músculo francês.³⁹

As Forças Armadas dos EUA foram as grandes vencedoras dos torneios esportivos. Os processos constantes de treinamento es-

pecializado, a prática de diferentes esportes e a disciplina dos militares foram os pontos apresentados pela imprensa como grandes responsáveis pelo sucesso alcançado nos eventos esportivos. Diversos artigos publicados na imprensa francesa ao longo dos anos de 1918 e 1919 defendiam que a França adotasse os modelos de treinamento dos militares dos Estados Unidos como forma de melhoria de seus resultados esportivos. Os EUA tornaram-se, definitivamente, a potência a ser batida após a finalização do evento.⁴⁰

As análises empreendidas ao longo deste artigo buscaram compreender o papel das FFAA estadunidenses na organização dos Jogos Interaliados de 1919. Os militares dos EUA, em parceria com a entidade civil YMCA, foram os principais responsáveis por todas as etapas, como foi possível perceber por meio dos relatos das fontes. A realização de um evento esportivo internacional em território francês naquele momento servia a diferentes objetivos dos EUA. Além das preocupações com questões de moralidade e ocupação do tempo livre, largamente mencionadas nas fontes, pode-se considerar que havia também uma tentativa de estabelecer a construção de uma imagem de potência no novo cenário político que emergia no pós-guerra e a realização dos Jogos Interaliados e os bons resultados alcançados serviram como instrumento de projeção internacional da imagem do país. Tanto nas correspondências e relatórios oficiais a respeito do evento como nas matérias publicadas pela imprensa francesa, foi possível identificar as menções aos benefícios que a realização do evento trariam para a interação entre os países e no desenvolvimento de “amizade”, em uma ênfase na dinâmica das relações internacionais entre os envolvidos. Esses exemplos confirmam a abordagem apresentada anteriormente que compreende essa utilização do esporte e dos eventos como um elemento de política cultural externa por parte dos EUA, buscando o estabelecimento de suas práticas como modelos a serem seguidos naquele novo cenário internacional que se delineava por meio de ações de penetração cultural e da “clientelização” dos países sob sua influência, como ocorreu no caso francês. (SUPPO; LESSA, 2007).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUCHANAN, I. Elwood S. Brown: Missionary extraordinary. *Journal of Olympic History*, v. 6, n. 3, p. 12-13, 1998.

CALADO, C.; FERREIRA, C. *Análise de documentos: método de recolha e análise de dados*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2005.

CANCELLA, K. A Fundação da primeira sede da Associação Cristã de Moços na América Latina e sua atuação como fomentadora da prática esportiva no Rio de Janeiro pós-republicano. *Recorde: Revista de História do Esporte*, v. 3, n. 2, p. 1-38, 2010.

_____. *O esporte e as Forças Armadas na Primeira República: das atividades gymnasticas às participações em eventos esportivos internacionais (1890-1922)*. 2013. 219f. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

_____. *O esporte e as Forças Armadas na Primeira República: das atividades gymnasticas às participações em eventos esportivos internacionais*. Rio de Janeiro: BibliEx, 2014.

GALLICA. La Vie Au Grand Air. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb32888685g/date.item>>. Acesso em: 08 abr. 2016.

GEMS, G. Sport, Colonialism, and the Reconstruction of Nature. In: Congress of the International Society for the History of Physical Education and Sport, 2001, Montpellier, France. *Anais do Congress of the International Society for the History of Physical Education and Sport*. Montpellier, ago. 2001, p. 28-31.

_____. Sport, Colonialism, and United States Imperialism. *Journal of Sport History*, v. 33, nº 1, p. 3-25, 2006.

LUCA, T. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. *Fontes Históricas*. São Paulo: Ed. Contexto, 2006, p. 111-153.

MELO, V. Apontamentos para uma história comparada do esporte: um modelo heurístico. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 107-120, mar. 2010.

_____. Por uma história comparada do esporte: possibilidades, potencialidades e limites. *Movimento*, v. 13, n. 3, p. 11-41, set.-dez. 2007.

MENNELL, J. The Service Football Program of World War I: Its Impact on the Popularity of the Game. *Journal of Sport History*, v. 16, n. 3, p. 248-260, 1989.

PARENTE, P. A construção de uma nova História Militar. *Revista Brasileira de História Militar*. Edição especial de lançamento, p. 1-13, dez. 2009.

PINSKY, C. *Fontes Históricas*. São Paulo: Ed. Contexto, 2006.

PRONI, M. W. *Esporte-Espetáculo e Futebol-Empresa*. 1998. 275f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

SUPPO, H. R.; LESSA, M. L. O estudo da dimensão cultural nas Relações Internacionais: contribuições teóricas e metodológicas. In: LESSA, M. L.; GONÇALVES, W. S. (Org.) *História das Relações Internacionais: teorias e processos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007, p. 223-250.

TERRET, T. Le Comité International Olympique et les "olympiades militaires" de 1919. *Olympika – The International Journal of Olympic Studies*, v. VIII, p. 69-80, 1999.

TOMECS – The Olympic Museum Educational and Cultural Services. *The Modern Olympic Games*. 3a. ed. Lausanne: Graphic Design, 2013.

VELOARCHIVE. Henri Desgrange. Disponível em: <<http://www.veloarchive.com/races/tour/origins.php>>. Acesso em: 08 abr. 2016.

WAQUET, A. *Football en guerre: l'acculturation sportive de la population française pendant la Grande Guerre (1914-1919)*. 2010. 487f. Thèse (Doctorat) – Ecole Doctorale Interdisciplinaire Sciences-Santé, Mention Sciences et Techniques des Activités Physiques et Sportives, Université Claude Bernard – Lyon 1, Lyon, 2010.

WAKEFIELD, W. *Playing to win: sports and the American Military, 1898-1945*. Albany: State University of New York Press, 1997.

De ídolos del deporte a héroes de la guerra: La aviación durante la Primera Guerra Mundial a través de la prensa deportiva española*

De ídolos do esporte a heróis da guerra: A aviação durante a Primeira Guerra Mundial através da imprensa desportiva espanhola

Juan Antonio Simón

Doctor en Humanidades y profesor de historia y sociología del deporte en la Universidad Europea de Madrid.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es analizar el impacto que tuvo la aviación durante la Primera Guerra Mundial en la prensa deportiva española. A nivel metodológico, se han seleccionado algunas de las más importantes publicaciones deportivas españolas de ese periodo (*El Mundo Deportivo*, *Gran Vida*, *Heraldo Deportivo*, *Stadium* o *Madrid-Sport*). Los principales resultados muestran tres grandes áreas temáticas de contenido dentro de esas publicaciones entre 1914 y 1918. La primera de las tres temáticas hace referencia a la aparición de la aviación en la guerra y su impacto en la prensa deportiva española. Como segundo aspecto, la importancia que adquirió la aviación durante la *Gran Guerra* supuso para España la confirmación de la necesidad de aumentar los esfuerzos nacionales en esta industria, para poder ponerse al nivel de las potencias europeas. Por último, otro de los temas más relevantes hace referencia al recuerdo de los deportistas fallecidos o heridos en el frente de guerra.

PALABRAS CLAVE: aviación; España; prensa deportiva

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar o impacto da aviação durante a Primeira Guerra Mundial na imprensa esportiva espanhola. Metodologicamente foram selecionadas algumas dentre as mais importantes publicações desportivas espanholas desse período (*Gran Vida*, *Heraldo Deportivo*, *Madrid-Sport*, *El Mundo Deportivo* e *Stadium*). Os principais resultados mostram três áreas temáticas de maior interesse de conteúdo dessas publicações entre 1914 e 1918. A primeira das três áreas temáticas é definida por sua intenção de enfatizar o desenvolvimento da aviação na guerra e seu impacto na imprensa esportiva espanhola. Como um segundo aspecto, a importância adquirida pela aviação durante a Grande Guerra foi para a Espanha, uma confirmação da necessidade de aumentar os esforços nacionais nesta indústria para recuperar o atraso ante as potências europeias. Finalmente, outro tema destacado refere-se à memória dos atletas mortos ou feridos na frente de guerra.

PALAVRAS-CHAVE: aviação; Espanha; Imprensa Desportiva

* Artigo recebido em 29 de março de 2016 e aprovado para publicação em 15 de abril de 2016.



INTRODUCCIÓN

Es difícil encontrar un testimonio más adecuado para poder llegar a entender las sensaciones que a finales de la primera década del siglo XX despertó en la sociedad europea la aparición de la aviación, que las palabras que el arquitecto y diseñador Le Corbusier dedicó a la emoción que le produjo la visión de uno de los primeros aeroplanos sobre el cielo de París en 1909:

Una noche de primavera de 1909, desde mi buhardilla de estudiante en el Quai St. Michel oí un ruido que por primera vez llenaba el cielo de París; hasta aquel momento, del alto, los hombres sólo habían recibido una voz-rugiendo o tronando-la voz de la tormenta. Estiré mi cuello fuera de la ventana para buscar con los ojos el mensajero desconocido. El Conde de Lambert después de haber conseguido "despegar" en Juvisy, había descendido hacia París y, a 300 metros de altura, había rodeado la Torre Eiffel.

¡Era prodigioso, era una locura! Nuestros sueños se podían convertir en realidad, por muy temerarios que fuesen.

Aquella noche, en París, se vivió un gran júbilo.

En la primavera de 1909 los hombres habían alcanzado la primera y dirigida sobre la ciudad.¹

El 7 de agosto de 1914 el gobierno de España, liderado por su propio presidente Eduardo Dato, hacía pública su decisión de mantener la más estricta neutralidad ante el inicio de la guerra en Europa.² Después de la pérdida de Cuba en el conflicto que les había enfrentado con los Estados Unidos en 1898, la realidad mostraba a través de su forma más dramática que España había dejado lejos los años dorados de su imperio colonial, quedando reducidos sus intereses estratégicos en el exterior a poco más de un pequeño territorio en el norte de Marruecos, bajo la influencia y control de Francia e Inglaterra.³

Este artículo pretende abordar el papel que representó la aviación durante la Pri-

mera Guerra Mundial y su impacto directo en la prensa deportiva española. De actividad elitista estrechamente relacionada con la llegada del nuevo *sport* inglés y con los procesos de modernización del primer tercio del siglo XX, la aviación se convertirá con el inicio del conflicto armado en un elemento determinante en su propio desarrollo. El objetivo principal de esta investigación es el analizar a través de algunas de las más relevantes publicaciones deportivas españolas (*El Mundo Deportivo*, *Stadium*, *Gran Vida*, *Heraldo Deportivo* y *Madrid-Sport*), cómo se presentó a los lectores la abundante información relacionada con la aviación que apareció en la prensa deportiva durante la Primera Guerra Mundial. Podemos dividir las noticias que aparecieron dedicadas a la aviación y su relación con la guerra durante estos años en tres grandes temáticas: por un lado, aparecerán un amplio número de artículos y reportajes relacionados con la transformación de la aviación del mundo civil al militar; así como la inevitable mutación de la imagen del aviador que de ídolo deportivo y aventurero, pasará a convertirse desde el agosto de 1914 en el nuevo héroe del ejército y salvador de la patria con sus hazañas aéreas. Al mismo tiempo, veremos cómo se produce una interesante adaptación del tradicional estilo periodístico utilizado en la redacción de las crónicas deportivas, a la forma de narrar los nuevos combates aéreos, como si de eventos deportivos se tratasen.

En segundo lugar, el análisis del contenido de estas publicaciones ha mostrado también la enorme influencia que tuvo en la prensa deportiva española el rápido desarrollo de la industria de la aviación en Europa, convirtiéndose inmediatamente en un modelo en el que debía fijarse la industria nacional si quería acortar las enormes distancias que les separaban de las potencias internacionales. La aviación estará estrechamente relacionada con los nuevos avances científicos y tecnológicos, exponencialmente impulsados durante estos años por las exigencias de la guerra. Desde la prensa, las noticias del protagonismo que estaban adquiriendo aeroplanos y dirigibles en Europa, se intercalan con las informaciones de los tímidos avances de la aviación española y los primeros nombres propios.

El último marco de análisis hará referencia al papel que tuvo la prensa deportiva como medio de construcción de la imagen del nuevo héroe deportivo en el campo de batalla. Los jóvenes deportistas estarán en el frente de guerra formando batallones de atletas, ciclistas, gimnastas y automovilistas, acompañados de escuadrones de aviadores. De la inicial fase deportiva, la guerra llevó el duelo atlético al combate aéreo plasmándose inmediatamente en clasificaciones y estadísticas de los pilotos con más aeroplanos enemigos abatidos, o en la similitud de las escuadrillas aéreas con los equipos deportivos. Los grandes nombres de la aviación deportiva comienzan a mostrar sus cualidades en los nuevos enfrentamientos aéreos, pasando de caballeros *sportmen* a grandes ases del aire, y posteriormente, a héroes de guerra cuando sus hazañas terminaban en tragedias. Las páginas deportivas se encargarán de recordar a sus lectores las heroicidades que los grandes nombres de la aviación estaban realizando por la defensa de sus países, lo que en muchos de los casos que veremos les llevó incluso a dar su propia vida. Los lectores admirarán a los grandes pilotos de caza que participaban en los primeros combates aéreos, como años más tarde idolatrarán a los ídolos del fútbol.

La aeronáutica, como el automovilismo y el motociclismo, aunaban desde principios del siglo XX conceptos que llevaban de la épica al patriotismo, pasando por el desarrollo industrial y tecnológico, junto con el espíritu de aventura y el record. Los deportes de motor pese a representar en España actividades minoritarias y elitistas, se convirtieron en espectáculo y símbolo incuestionable de modernidad al que la prensa no pudo resistirse, transformándose en una herramienta determinante para su difusión en la creciente sociedad de masas. Antes de la conquista en los años veinte de las secciones deportivas de los periódicos por el fútbol, el ciclismo o el boxeo, la información de los deportes de caballeros como la aviación ocupaban sus páginas principales. En 1910 la Federación Aeronáutica Internacional concedió los primeros títulos de pilotos a españoles como Benito Laigorri y Alfredo Kindelán, sólo un año después de haberse producido los pri-

meros vuelos en nuestro país en ciudades como Barcelona, Madrid y Valencia.

Al mismo tiempo, la prensa deportiva inició a mostrar a partir de 1914 algunas de las características que la definirán durante la década de los veinte, provocando un salto exponencial en el número de publicaciones y en sus tiradas. La modernización y profesionalización de la prensa deportiva se dará dentro de un proceso de conquista de la prensa de masas. Las publicaciones irán progresivamente abandonando la información deportiva centrada en un lector con un claro perfil elitista y aristocrático, para apostar, sobre todo a partir del final de la Gran Guerra, por una nueva fórmula que trataba de dar respuesta a un consumidor que ya no mostraba interés por las virtudes sociales y éticas del deporte, reclamando ahora información relacionada con los nuevos deportes-espectáculo como el fútbol o el boxeo.⁴

LA AERONÁUTICA Y GRAN GUERRA EN LA PRENSA ESPAÑOLA

Mientras España daba los primeros pasos en el desarrollo de la aeronáutica civil y militar, los países beligerantes se vieron inmersos en una trepidante competición por el desarrollo tecnológico de los aviones, mejorando aspectos determinantes como su velocidad, altura, autonomía, así como su mayor potencia, capacidad de carga y maniobrabilidad; factores todos ellos determinantes para una aviación militar, que pasó en muy poco tiempo de entender al avión de guerra como una simple plataforma móvil desde la que poder observar la situación del enemigo, a poder convertirse en un factor determinante en el desarrollo de las contiendas en superficie.

Al mismo tiempo, las nuevas exigencias de la guerra provocaron una rapidísima mejora en el diseño y fabricación de los aviones, gracias sobre todo al aumento de las inversiones económicas por parte de los diferentes gobiernos beligerantes. Es probable que fueran los alemanes los primeros en comprender las posibilidades que daba el empleo masivo de la fuerza aérea, y la importancia del bombardeo como herramienta decisiva para conseguir debilitar la capacidad defensiva del enemigo. Ya desde fechas

tan tempranas como enero de 1915 los franceses tuvieron entre sus principales objetivos aéreos algunas industrias alemanas, aunque no llegaron a la envergadura de los varios bombardeos que se realizaron a Londres por los Zepelines y aviones alemanes. Sirva como ejemplo de lo anterior el ataque aéreo sobre la capital inglesa del 13 junio de 1917, en el que intervinieron 17 aviones bimotores Giv GIV que llegaron a lanzar hasta 500 kilos de bombas.⁵

Aunque como veremos más adelante las cifras que mencionaba la prensa española no coinciden exactamente con las que citan nuestras fuentes bibliográficas, es necesario señalar que Inglaterra al inicio de la guerra disponía de 113 aviones frente a los 120 de Francia, 232 de Alemania, 226 de Rusia y 36 del Imperio austrohúngaro.⁶ El ejército inglés no tenía una única fuerza aérea, estando divididos entre la Royal Naval Air Service (RNAS), el brazo aéreo de la *Royal Navy*; y la Royal Flying Corps (RFC), dependiente de la *British Army*. En abril de 1918 se unirán finalmente ambas instituciones para dar forma a la Royal Air Force (RAF) y al nuevo Ministerio del Aire. Siguiendo con el caso inglés, es muy significativo del esfuerzo que los diferentes gobiernos implicados en la guerra realizaron para potenciar el desarrollo de su fuerza aérea, que el número de trabajadores empleados en la industria aeronáutica inglesa pasó de los 49.000 en octubre de 1916, a los 154.000 que se alcanzaron en noviembre de 1917, y a los 218.000 que se registraban sólo un año más tarde.⁷

Pero una de las grandes preguntas que se realizaba la prensa española al inicio de la Primera Guerra Mundial, hacía referencia al papel que representaría la aviación en este nuevo conflicto internacional. Desde la revista *Gran Vida* se tratará de dar respuesta a esta cuestión en agosto de 1914, señalando que si bien antes de iniciarse la guerra parecía que la aviación “sería el verdadero árbitro de la lucha”, la revista española se lamentaba que hasta el momento “la lucha en el aire no ha aparecido por ninguna parte, que nosotros sepamos”, siendo utilizados hasta la fecha únicamente en los servicios de reconocimiento. A continuación, el artículo realizaba un análisis de las inversiones que las potencias europeas habían realizado

en los últimos años para mejorar su fuerza aérea. Rusia, destaca el texto, había llegado a invertir 78 millones de francos en su flota aérea, y contaba con doce dirigibles y 250 aviones, todos ellos de construcción francesa. Este último país había sido el primero en apostar por la adaptación de “la aviación al Ejército”, y poseía en la actualidad 10 dirigibles y “35 escuadrillas de cinco y seis aeroplanos, con 1.250 pilotos”; Inglaterra, en cambio, tenía a disposición 7 dirigibles y una “tropa aeronáutica” con 250 aparatos que en su mayoría eran hidroaviones. Antes de concluir este amplio artículo, su autor, Gallego y Castro, añadía que la prensa francesa había publicado que se había creado en este país “una escuadrilla de aeroplanos blindados armados con ametralladoras, y con motores de 200 caballos”, que tendrían como función principal el dedicarse a “perseguir a los alemanes que desde sus aparatos bombardean París”.⁸

Para la revista, Alemania era sin duda la potencia “más grande del mundo” aunque no conocían con exactitud cuántos aviones y dirigibles poseían. Se menciona que de los primeros, “se le conocen 21, todos de gran desplazamiento y tipo Zeppelin”; junto con una flota de 500 aeroplanos, “dotados todos de los adelantos más modernos. Su construcción es nacional, y están hechos, especialmente para caso de guerra”. Pero después de todas estas grandes inversiones todavía la aviación no había mostrado su supuesto protagonismo. La publicación recuerda que ya se había demostrado la capacidad de la aviación en la guerra, mencionando la campaña italiana en Trípoli y el primer vuelo bélico que se registró en la historia de la aviación, realizado “por el italiano Piazza, tripulando un Blériot”. Quizá no había llegado el momento de intervenir dado que hasta el momento sólo se habían observado enfrentamientos “a campo abierto o fuertes”, aunque los aeroplanos podían haber secundado “eficazmente con sus bombas la acción de la infantería y caballería, causando la desmoralización de las fuerzas enemigas é impidiéndolas avanzar”. Pero *Gran Vida* también se cuestionará si quizá se había comprobado que tanto aviones como dirigibles no podían cumplir con el fin que

se les había asignado en la guerra. La impaciencia y las dudas de la prensa española tardarán pocos días en solventarse.⁹

Tres meses después del inicio del enfrentamiento y del comienzo de la aparición en la prensa de las primeras dudas sobre la verdadera relevancia de la aviación, será la propia revista *Gran Vida* quien incluya una de las primeras noticias sobre enfrentamientos aéreos. Con el estilo característico de las crónicas deportivas, se narraban los hechos ocurridos durante el combate entre aviones francés, ingleses y alemanes: “cuatro *taubes* se acercaron á las líneas de los aliados, volando á gran altura. Pero inmediatamente fueron alcanzados por dos aviadores ingleses y dos franceses. Una lucha emocionante se entabló entonces”. El periodista continuará exponiendo el desarrollo del combate aéreo, describiendo con grandes detalles cómo los aviadores alemanes habían caído en la trampa de los aliados:

Una lluvia de proyectiles, disparados por algunas baterías francesas, hábilmente disimuladas, estallaban en torno de ellos. Los alemanes habían caído en la trampa y no podían escapar. En cinco minutos los aviones alemanes eran destrozados y caían delante de las líneas inglesas. Los ocho Oficiales que los pilotaban resultaron muertos.

Los aeroplanos aliados aterrizaron entonces y sus pilotos fueron aclamados.¹⁰

En noviembre de 1916 el comandante Alfonso Bayo, uno de los primeros nombres propios de la aviación española, explicaba en un amplio artículo publicado en el *Heraldo Deportivo* las características que tenían que tener los nuevos aviones de guerra.¹¹ En este texto también se exponían las cualidades que debían caracterizar a los pilotos, al mismo tiempo que se señalaban las peculiaridades de los nuevos aeroplanos en el combate aéreo, así como lo que denominaban “el tiro desde aeroplanos”, el bombardeo a objetivos, y el “tiro contra aeroplanos”. Por otro lado, en el tiro “o arroje de proyectiles” desde el avión era necesario contar con es-

pecialistas que tuviera la práctica necesaria y al mismo tiempo que se tenía que recurrir a los “aparatos de puntería”. Los pilotos no tendrían que temer a los disparos de fusil desde tierra, pero sí que debían tener cuidado con las ametralladoras y sobre todo con el fuego de la artillería especial, con armamento construido específicamente para derribar aeroplanos. Por este motivo, el blindaje se convertía en un factor fundamental, por lo menos en las “partes vitales del aeroplano y su equipo”. Respecto al avión de combate, también se menciona en el artículo que es fundamental el incidir en la importancia de contar con un adecuado armamento, así como con aviones de “gran potencia ascensional, rapidez de movimientos y energía de mandos para alcanzar fácilmente la situación que convenga para atacar al aeroplano enemigo [...]”, pero sobre todo, era necesario disponer de un piloto con el valor y la temeridad necesarias:

[...] requiere un piloto atrevido hasta la temeridad, que, siendo el alma del aeroplano, lo dirija vertiginosamente, buscando siempre la posición más vulnerable del enemigo; no se presta, pues, este tipo á tripulaciones compuestas, con consultas y modificaciones durante los momentos de la lucha aérea; hay que ser fulminante en la acción, sin vacilaciones ni dudas; hay que obrar velozmente, aprovechando momentos fugaces; y la compresión de estos momentos y sus decisivas resoluciones, capitales las más de las veces por la consecuencia inmediata del éxito ó del fracaso total, requiere un corazón arriesgado y decidido á triunfar ó sucumbir.¹²

Pero cómo podrían los ejércitos saber las personas que estaban realmente preparadas para ocupar esos puestos de responsabilidad máxima. Nuevamente, la prensa nos intenta dar la respuesta, cuando se hagan eco de la noticia que días antes había aparecido publicada en el periódico francés *Le Journal*, en relación con las pruebas que el ejército francés realizaba para seleccionar a sus pilotos. Miles de jóvenes que querían convertirse

en aviadores pasaban diariamente múltiples pruebas médicas, quedando descartados entre un 30 y un 40 por ciento de los que inicialmente se presentaban. El examen médico consistía en dos tipos de exámenes: por un lado se medía “la rapidez de las percepciones y de las reacciones psico-motrices”, mientras que se encargaban de valorar, entre otros aspectos, “el grado de influencia que ejercen las emociones sobre el ritmo cardíaco”. Estas pruebas se realizaban tanto para la selección de futuros pilotos, como para comprobar la condición física y psíquica de los pilotos después de vivir situaciones de gran stress.¹³

En septiembre de 1916 Franco Valle, junto con un grupo de corresponsales extranjeros, fue invitado por el Foreign Office a visitar en Inglaterra la Escuela Central de Aviación. Para un país como España que se encontraba en pleno proceso de desarrollo de su industria aeronáutica, el ejemplo inglés se convertía en un modelo ideal en el que poder inspirarse. Uno de los oficiales le explicará al periodista español que las exigencias de la guerra habían provocado un aumento exponencial de su fuerza aérea en sólo dos años:

Al empezar la guerra teníamos pocos aeroplanos, pocos pilotos; importábamos de Francia todos los motores. Hoy tenemos en todos los frentes sobrados aeroplanos y pilotos para las necesidades de un ejército de dos millones de hombres repartidos en tres continentes. La mayor parte de nuestros aviones son, desde la pieza más frágil y complicada del motor hasta los alambres y las telas, de fabricación británica. Nuestros pilotos, formados en ésta y otras escuelas, hacen honor a las tradiciones deportivas de la raza...¹⁴

INDUSTRIA Y DESARROLLO TECNOLÓGICO EN LA AVIACIÓN ESPAÑOLA: EL EJEMPLO DE LA PRIMERA GUERRA MUNDIAL

El arraigo de la aviación española durante el primer tercio del siglo XX tendrá en la organización en la carrera Paris-Madrid de

1911 el evento determinante en la difusión de la aviación. Nombres universalmente famosos como los de Roland Garros, Louis Gilbert y Jules Vedrines, este último el único de los pilotos que consiguió llegar victorioso y en solitario a Madrid, participaron en este raid.¹⁵ Otro momento determinante en los orígenes de la aviación española fue la creación en febrero de ese mismo año del primer aeródromo, centro de experimentación de aeroplanos y escuela de aviación en Cuatro Vientos, localidad muy próxima a Madrid. Este mismo lugar, dos años más tarde, se convirtió en la sede central de la rama de aviación del Servicio de Aeronáutica Militar. Algunas fuentes mencionan a España como el primer país que realizó un bombardeo con visores específicos y bombas diseñadas especialmente para este fin, ante la necesidad de utilizar este instrumento bélico durante las Campañas de Marruecos (1909-1927), conflicto armado que se desarrolló en el territorio del Protectorado español en Marruecos. Siguiendo estas fuentes, el 17 de diciembre de 1913 los capitanes Barrón y Cifuentes llevaron a cabo el primer bombardeo específicamente aéreo.¹⁶

Pero el elemento clave en el análisis de la influencia que tuvo la Gran Guerra en la industria aeronáutica, hace referencia al aislamiento que como consecuencia de este conflicto internacional sufrió España, siendo prácticamente imposible la renovación del material aéreo ante el cierre de los mercados europeos. Este hecho obligará a la industria española a plantearse el desarrollo de sus propios motores y modelos de aviones, pese a las dificultades que generaba la escasez de gasolina. Antes del inicio de la guerra el número de los aviones existentes en este país no pasaba de la treintena, pero entre 1914 y 1918 se construyeron 120 aeroplanos.¹⁷ La Primera Guerra Mundial provocó el cierre del mercado exterior, dificultando sensiblemente la compra de aviones en el extranjero y obligando al mismo tiempo a que se construyeran en nuestro país. En el aeródromo de Cuatro Vientos se empezaron a construir aviones militares como el biplano Flecha (1915) o el modelo W de Eduardo Barrón (1917). También en 1915 se inició, empujados por las necesi-

dades a las que obligaba el bloqueo internacional, el primer curso de la Escuela de Mecánicos en Cuatro Vientos.¹⁸

Aprovechando la primera visita del monarca Alfonso XIII a la Escuela Nacional de Aviación de Getafe a finales de 1915, *Heraldo Deportivo* a través de su director Ricardo Ruiz Ferry, incidía en la importancia que tenía para el país el lograr impulsar definitivamente la construcción aeronáutica. Ante la pregunta de si sería posible conseguir algún día una industria nacional de aeroplanos pese a la complicada situación que se vivía con el inicio de la guerra, el propio autor señalaba:

Para ello es preciso que se cuente con elementos materiales ajenos al capital; pero indispensables para el desenvolvimiento de la industria. Hace falta tener ingenieros entendidos en la materia, operarios adiestrados en la reparación, primero, y en la construcción, después, conocedores prácticos de los motores modernos, que se pongan "al día" y que sigan los progresos de esta materia.

Tal vez de este conjunto de cosas aparezca un día el aeroplano de invención española.¹⁹

Del mismo modo, la prensa catalana también se lamentaba en octubre de 1914 que Barcelona, pese a ser el principal núcleo deportivo del país en estos años, no contaba todavía con un centro de aviación. El artículo recordaba a los lectores que un centro de este tipo no era una cuestión baladí, al contrario, estas infraestructuras determinaban "en el mundo de los deportes la categoría de una capital". Era sin lugar a dudas "un medio de propaganda de turismo" y de progreso, con el que se conseguiría que el visitante pregone "luego en su país las excelencias de nuestra tierra". Por este motivo se subrayaba la relevancia del proyecto del aviador catalán Luis Foyé, quien después de conseguir su título de aviador en Francia y de constatar las carencias que sobre esta materia existían en España, se había propuesto dar vida a un centro de aviación en Barcelona. Por desgracia, el contexto inter-

nacional iba a retardar la puesta en marcha de este proyecto, debido a que Foyé formaba parte de la aviación francesa, en donde había ingresado después de pasar unas rigurosas pruebas para valorar su técnica y determinación:

Después de previos exámenes de táctica militar, entre los cuales figuran las arriesgadas pruebas de conducción del aparato disparando desde él con ametralladora situada a proa, y los ejercicios de lanzamiento de bombas y toma de croquis para levantar planos o determinar la situación del enemigo.²⁰

El periódico catalán esperaba que las autoridades políticas, una vez concluida la guerra, apoyasen decididamente la creación de un centro de aviación que situase a esta ciudad al mismo nivel que las grandes urbes europeas. Pero los plazos se adelantaron, y en enero de 1916 el periódico se felicitaba por la inauguración de la Escuela de Aviación Civil en el aeródromo de Casa Antúnez, donde el prestigioso piloto español Salvador Hedilla impartiría sus clases. Los sucesos que estaban ocurriendo en Europa subrayaban día a día la relevancia que representaba para un país el desarrollo de una potente industria aeronáutica, por lo que apoyarán desde sus páginas medidas como la creación del Aero Club de Cataluña, que ayudaría a impulsar la aeronáutica y reducir la distancia que aún se tenía respecto a nuestros vecinos: "La guerra nos ha dado ocasión de conocer los enormísimos servicios que ha prestado la aviación a los ejércitos beligerantes".²¹

La inauguración del Aero Club se convirtió en una excusa ideal para reflexionar sobre el papel que tenía que alcanzar la aviación en España, y sobre la importancia de priorizar la inversión en la aviación civil o militar. La guerra estaba dejando claro para los observadores españoles que lo "que empezó como un nuevo sport", se había convertido "en poco tiempo en una arma de un valor inmenso". El propio ministro de la Guerra, el general Agustín de Luque y Coca, realizó unas declaraciones en las que re-

conocía que deseaba que se desarrollase más la aviación civil que la militar, porque para él la primera siempre sería la "reserva de la militar, y el día de las amarguras, en el combate, las dos irán unidas, como van la primera y la segunda línea de un ejército".²² Por este motivo, el ministro confirmaba a los lectores que ayudaría con todas sus fuerzas a impulsar ambas ramas de la aviación; la guerra actual estaba mostrando al gobierno español que para imponerse en los enfrentamientos del futuro se tendría que contar con el respaldo de toda una nación, no sólo de su ejército:

Precisamente hoy-todos lo sabéis- la guerra ya no es guerra de ejércitos contra ejércitos, es guerra de toda la nación. De modo que el día del combate, si nosotros no contamos con este elemento, con esa reserva, el ejército, por sí solo, no puede hacer nada. Ya estais viendo lo que ocurre en todas partes; en Alemania, en Austria, en todas partes, ¿quién hace la campaña? La nación entera. Detrás de los Cuerpos armados, está, quizá, lo más interesante, porque vence en la guerra, no el mismo soldado.²³

Planteamientos similares también los realizó Alfredo Kindelán, primer jefe de la aeronáutica militar, aprovechando la amplia cobertura que ofrecían sobre estos temas cabeceras como *Heraldo Deportivo*. En un artículo de los múltiples artículos que publicó durante este periodo, reflexionaba respecto a las líneas de desarrollo futuras que tendría que tener la aviación militar española, a raíz de las enseñanzas que la guerra estaba mostrándonos. De los controles y pruebas necesarios para el reclutamiento de los aviadores, pasará a plantear las necesidades de materiales, incidiendo en las dificultades que existían para poder unificar la flota de aeroplanos. Kindelán recuerda a los lectores que los franceses habían reducido a cuatro o cinco tipos de aeroplanos, los "18 ó 20 de que disponían al comenzar la campaña; de este número no han podido descender tampoco los alemanes, y en cuanto

á los ingleses, creo poder asegurar que en vez de reducir han aumentado durante la campaña el número de tipos empleados".²⁴ El ejército español tendría que contar con tres modelos de aeroplanos (de combate, bombardeo y exploración), pudiendo llegar como máximo a cinco o seis. Un punto determinante para el autor era la elección de los motores, aspecto en el que se tendría que fomentar la fabricación nacional, donde la Hispano-Suiza era la referencia en la producción de motores, teniendo noticias que "de un momento á otro, parece han de poder emplearse en los aeroplanos militares".²⁵ Por último subrayará la importancia de desarrollar el conocimiento sobre el terreno y la meteorología aplicada a la aeronáutica, como ya la guerra nos estaba enseñando:

La meteorología ha tomado tal desarrollo durante la guerra en Alemania, que para reemplazar las observaciones de las Azores, Torre Eiffel y otras, que no reciben ahora el servicio meteorológico alemán, se organizan sueltas de globos-pilotos y sondas en el mismo frente de combate franco-inglés, y en carta del profesor Hergessell, recibida ha poco en Madrid, se habla de esta gran aplicación constante de la meteorología á la guerra y se cita, como dato curioso, que "hasta los estudios del magnetismo terrestre han recibido aplicación práctica al arte de la guerra".²⁶

Después de más dos años de conflicto armado, la guerra se había convertido para Narciso Masferrer-apóstol de la difusión de la actividad física y el deporte en España y uno de los principales referentes de la prensa deportiva en este país-, en un gran *match* en el que los diferentes países beligerantes estaban mostrando "sus fuerzas atesoradas en los campos de deporte". Masferrer ponía el ejemplo de superación de la sociedad francesa, que había sabido aprender la lección de Sedán en 1870 dando forma a una "Francia sportiva". Pero junto con el desarrollo del deporte, nuestros vecinos supieron centrar sus esfuerzos en el desarrollo de la relación entre la industria y el deporte: "la Francia generalmente sportiva, pero

eminentemente industrial, se apoderó, con preferencia a los demás, de tres sports, a los que ha sabido rendir el más grande de los cultos: el ciclismo, el automovilismo y la aviación". Si Francia había podido reaccionar frente al enemigo, era debido a sus valientes soldados, pero también a una floreciente industria automovilística: "y quien habla de automovilismo habla de aeroplanos, de motos, de ciclos, auxiliares poderosos en la guerra, de la que Francia surte a todas las demás naciones".²⁷

RECORDANDO A LOS HÉROES SPORTMEN

A medida que avanzaba el conflicto armado las bajas en ambos bandos se multiplicarán, y al mismo tiempo los nombres ilustres de la aviación empezarán a ocupar las secciones de necrológicas en la prensa deportiva. Los grandes héroes de la aeronáutica durante la primera década del siglo XX se habían convertido en pocos meses en los nuevos héroes de la guerra. El famoso piloto alemán Josef Suwelack saltará a las páginas deportivas españolas en diciembre de 1915 cuando se confirme su desgraciado fallecimiento, tras caer abatido en un combate aéreo frente a otro aviador inglés. Las crónicas recordaban que Suwelack había visitado antes de la guerra Madrid para realizar varias exhibiciones aéreas y probar el nuevo modelo de aeroplano alemán "Konдор". Destacaban la sencillez y el interés que había mostrado en crear junto con una empresa de Barcelona unos talleres para la construcción del mencionado modelo de aeroplano: "¡Descanse en paz el simpático y pundonoroso Suwelack!".²⁸

Pocos meses antes de la muerte de Suwelack, el francés Adolphe Pégoud también había muerto en el campo de batalla al ser derribado mientras perseguía a un avión de reconocimiento alemán. El que probablemente podríamos considerar como el primer as de la aviación francesa, era recordado por la prensa española como "el osado inventor del 'looping' en aeroplano", que en 1913 había obtenido su título de piloto con su maestro Louis Blériot llegando incluso a conseguir realizar acrobacias como la de

hacer diez vueltas seguidas de "looping", o conseguir "volar cabeza abajo setenta y siete segundos". Se destacaba que desde joven se había dedicado "a los deportes atléticos", para posteriormente participar en la guerra de Marruecos entre 1907 y 1908 en el cuerpo de caballería. Su merecida fama como piloto le había convertido por meritos propios en el primer referente de la aviación acrobática, creando un propio estilo de volar que copiaron muchos imitadores, lo que llegó a provocar, como destacaba la prensa, que el propio Ministerio de Guerra francés decidiese llegar a prohibir a los oficiales los ensayos acrobáticos.²⁹

Gran Vida también se hizo eco de la desgracia de Pégoud, mencionando que después de presentarse voluntarios, "los héroes de la aviación francesa van sucumbiendo poco a poco, víctimas de la barbarie de la guerra, en aras de su patriotismo". La revista madrileña recordaba que Roland Garros había tenido que realizar un aterrizaje en terreno enemigo el 18 de abril de 1915, y que Gilbert, otro famoso piloto francés, había sufrido un accidente cuando regresaba de una expedición militar "contra las fábricas alemanas de Friedrichshafen. En cambio, Pégoud, no había tenido tanta suerte al caer herido por una bala en un combate aéreo: "su adversario, rindiendo homenaje á su valentía, al día siguiente del terrible encuentro, depositó en el sitio en que pereciera el célebre aviador una corona con esta inscripción: *A Pégoud, muerto como los héroes* [cursiva en el original]".³⁰ En un amplio artículo la revista recordará las hazañas de una de las grandes leyendas de la aviación francesa. Reconocido por su "acrobatismo aéreo", sus evoluciones, pese a su espectacularidad, eran producto de un "sinnúmero de ensayos precedentes. Pégoud ha sido un acróbata aéreo, pero un acróbata científico". El famoso "looping the loop" que realizaba con su aeroplano, era mucho más que una simple acción espectacular, entendiéndola como "una evolución total en todas las posiciones del aeroplano" y demostrando que "teniendo suficiente sangre fría y dominio de sí mismo", se podía mantener siempre el aeroplano en las mejores condiciones de estabilidad. Sus hazañas eran innume-

rables, pero *Gran Vida* recordaba que para comprobar la eficacia de su paracaídas, “el aviador saltó de su aparato que planeaba a 2.000 metros de altura y llegó al suelo sano y salvo”; o como en otra ocasión, concretamente en agosto de 1913, cuando voló “gran espacio de tiempo con el aparato invertido”. Por su estilo particular de pilotar, se le terminará recordando como “el creador del acrobatismo aéreo y como el inventor de nuevos y arriesgados ejercicios”.³¹

Pégoud, como también solían hacer Garros y Gilbert, volaban solos haciendo funcionar ellos mismos las ametralladoras que tenían incorporadas en el aeroplano. Llevaba más de seis aviones enemigos abatidos gracias a una táctica que consistía en colocarse a menor altura de su objetivo para posteriormente elevarse y atacarlo. Para el autor del artículo el hecho de que los aviadores alemanes conocieran su táctica, había sido la causa de la tragedia al decidir armar sus aviones con ametralladoras, “que pudiesen disparar en el ángulo en que siempre se colocaba el atrevido adversario”. Para la prensa española la muerte de Pégoud era una pérdida irreparable: “La humanidad pierde un hombre más, la aviación francesa uno de sus mejores y más arriesgados pilotos, y, en tanto, los hombres siguen aniquilándose en la más salvaje lucha que registra la Historia”.³²

Un impacto similar tuvo en el contenido de la prensa deportiva española la desaparición de Georges Guynemer, cuando el 11 de septiembre de 1917 falleció en pleno combate aéreo en el frente belga. *Madrid-Sport* recordaba a sus lectores que el francés Guynemer había abatido 53 aparatos enemigos, incluyendo la narración que el propio protagonista había realizado de uno de sus últimos vuelos:

Partí en el Spad de un camarada y éste vuelo fue uno de los más regocijantes de mi carrera. Era mediodía. Un avión enemigo se pavoneaba a 3.800 metros. Asciendo, asciendo; vuelo por encima de él. Ataca. Contesto. Diez balas y mi arma desengalga. [...] Descendemos hasta menos de 2.000 metros. Le sigo incesantemente

procurando no mostrarle mi inferioridad de armamento. El sigue descendiendo. Me coloco detrás, a diez metros. El observador no me puede disparar. Pronto comienzo mis maniobras y él, plácidamente, me deja hacer.³³

La prensa destacó que durante el conflicto armado Francia había perdido 7.757 aviadores y tenían empleados en la producción de aviones de guerra en 1918 a 186.000 obreros.³⁴ En marzo de 1919 *El Mundo Deportivo* recogía la noticia de la fuga de los dos famosos pilotos franceses Roland Garros y Anselme Marchal que estaban prisioneros en Alemania. La información señalaba que habían logrado volver a Francia y que estaban siendo objeto “de toda suerte de merecidas manifestaciones de simpatía por parte de las autoridades y del pueblo”.³⁵ Esta misma publicación también informará a sus lectores de las dudas que existían en Francia sobre el paradero de Roland Garros, después del enfrentamiento aéreo que había tenido a principios de octubre en las Ardenas. Veinte días más tarde la prensa española mencionaba que no se sabía todavía si estaba vivo o muerto, lo que si tenían claro era que en el caso de haber sobrevivido volvería a la Francia victoriosa, y en el caso de haber fallecido, “tiene asegurado un puesto en el Panthéon, al lado de Guynemer”. En un amplio artículo se recordaba que meses antes Garros había conseguido escaparse de la fortaleza de Magdeburgo con su compañero Marchal disfrazados de oficiales, logrando pasar a Holanda e Inglaterra para finalmente volver a Francia. Invitado a continuar como preparador de pilotos, Garros decidió volver al frente para “mandar una escuadrilla de valientes aviadores”, porque no había estado “tres años preparando su evasión para permanecer tras las últimas líneas”. “Nada se había vuelto a saber” desde que había caído abatido tras las líneas enemigas.³⁶ *La Nación*, el 18 de octubre, comunica a sus lectores que según información de la agencia de noticias Wolff, el aviador francés “había caído mortalmente herido en las líneas alemanas”.³⁷

Las noticias del fallecimiento de grandes aviadores se sucedían en la prensa española, *El Mundo Deportivo* también menciona

en una pequeña nota en mayo de 1918 que el famoso aviador francés Gilbert, que había escapado poco tiempo antes de Suiza “donde estaba internado”, había muerto “cuando evolucionaba a gran altura sobre el velódromo de Villacoublay”. No se menciona nada de los motivos de su fallecimiento, pero se recuerda que Gilbert, “héroe y afamado piloto francés”, entre sus múltiples records tenía el haber ganado competiciones como la Copa Henri Deutsch o la Copa Michelin.³⁸

Me gustaría destacar también, cómo algunas publicaciones deportivas destacaron en sus páginas que la guerra aérea parecía haber adoptado el comportamiento caballeroso que los deportistas de principios de siglo tenían en los terrenos de juego. Las necesidades de la guerra habían obligado en los países beligerantes a requisar todos los aeroplanos y dirigibles, suprimiéndose concursos y competiciones aéreas. Pero para Alfredo Kindelán, pese a la guerra, el *sport* no había desaparecido. Los objetivos podrían ser ahora militares, pero los espíritus seguían siendo deportivos. Las exigencias de la guerra habían provocado la realización de verdaderas hazañas aéreas; como por ejemplo el vuelo del capitán Beauchamps, desde las líneas del frente francés a Venecia después de bombardear Múnich; o el viaje del aviador alemán Schroeder, desde Brmene a Londres y regreso, “en trece horas”. Pero el elemento más importante de la incorporación de la aviación en la guerra, era para este autor la conducta caballerescas con la que se relacionaban entre sí los propios pilotos aéreos. Teniendo claro que “es de correctos sportmen, al par que de nobles soldados, respetar y no difamar al adversario”, no era extraño para Kindelán que los aviadores alemanes dejasen caer sobre la tumba de Pégoud una corona de flores, o también el gesto que pocas semanas más tarde realizó la aviación inglesa al lanzar desde el aire sobre la tumba de Max Immelmann, el “rey del aire” de la aviación alemana, una corona dedicada “a la memoria del valiente adversario, el Real Cuerpo de Aviación británico”. La explicación a todos estos comportamientos era muy sencilla: “La guerra aérea es noble por naturaleza; en ella se ha refugiado la acometividad y valor

individual de los combatientes medioevales y ella ha desterrado de la tierra los engaños, fintas y sorpresas que constituían hasta hoy el fundamento de la estrategia”.³⁹

Para concluir, me gustaría señalar el testimonio del Ayudante Lemaitre, piloto francés que narrará para la revista semanal *Stadium* uno de sus enfrentamientos aéreos y su trágico final. Agregado en una escuadrilla aérea en el frente norte, se le había encargado un reconocimiento fotográfico que debía realizar junto un joven observador, el subteniente Momet. Nada más cruzar las líneas enemigas se encontrarán con tres aviones enemigos que abrieron fuego sobre ellos. Los detalles dramáticos inundan su narración, describiendo el momento en el que alcanzan a su compañero destacando como “la sangre sale a borbotones, que me inundan. Los instrumentos de abordaje chocan”. La crónica del combate aéreo, como la de un encuentro de fútbol, pasa de la emoción al júbilo bordeando el drama:

¿Voy a ser obligado a posarme en territorio enemigo? Lo temo. Una gran angustia me invade a la idea de ser capturado. No; esto no puede ser. Vale más la muerte. Y decido luchar hasta el final. Tanto peor si los cañones y fusilería enemigos consiguen lo que sus aviones no han podido. Voy a probar suerte. ¡Suerte!.

Lemaitre conseguirá finalmente salvar su vida, aunque peor suerte tendrá su compañero, quien será trasladado al hospital aunque, “al día siguiente. Momet exhalaba el último suspiro”.⁴⁰

CONCLUSIONES

La Primera Guerra Mundial fue la primera guerra aérea. La prensa ayudará a incluir en el imaginario común de las clases populares los nombres de los nuevos “ases” del aire, caballeros del *sport* que en pocos meses pasaron a convertirse en “caballeros del cielo”, manteniendo la ética y la cultura deportiva que habían aprendido en las *public schools*. Nombres como Manfred Von Richthofen (el *Barón Rojo*), Roland Garros,

Willian "Billy" Bishop, Georges Guynemer o Francesco Baracca alcanzarán la gloria del héroe en el frente de guerra gracias a la difusión masiva de sus hazañas por la prensa deportiva. En agosto de 1914 la historia del aeroplano no tenía más de una década. Del primer vuelo a motor de Orville Wright el 17 de diciembre de 1903, pasando por el primer vuelo en Europa realizado por el brasileño Alberto Santos-Dumont en 1906, o la hazaña de Louis Blériot el 25 de julio de 1909 al conseguir atravesar el Canal de la Mancha, la aviación y su desarrollo técnico habían sido impulsados por los desafíos deportivos y la búsqueda de la aventura.

Hemos visto que la transformación llegará con el inicio de la guerra, al obligar a los países beligerantes a invertir en la transformación de la aviación deportiva en una moderna arma de combate. En pocos meses se desarrolló un verdadero sector industrial con miles de trabajadores, que no dejó de aumentar su productividad durante todos los años en los que se alargó el conflicto. Sirva como ejemplo que la producción total de aviones entre 1914 y 1918 de los siete países beligerantes fue de algo más de 195.000 aparatos; con países como Inglaterra que lograron pasar de los 195 aeroplanos producidos en 1914, a los 32.536 que se contabilizaron en 1918; o la propia Francia, que de los 541 aviones que salieron de sus fábricas en el primer año de la guerra, se llegaron a crear 24.652 en el último año de la guerra.⁴¹

Al mismo tiempo, el impacto de la aviación en la Primera Guerra Mundial fue determinante para impulsar el desarrollo de este sector en España. La prensa se hizo eco del protagonismo que estaba adquiriendo la aeronáutica en Europa, y de la distancia que todavía estaban en este país de conseguir alcanzar una situación similar a la que disfrutaban nuestros vecinos. Al igual que ocurrió con la práctica deportiva, era necesario fijarse en el modelo europeo, seguir su ejemplo y reclamar la implicación de las autoridades políticas; una denuncia que desgraciadamente se repetirá desde la prensa durante gran parte del siglo XX.

Me gustaría concluir este artículo de la misma forma con la que decidí empezarlo, dejándole la palabra nuevamente a Le Corbusier

a través de los escritos que realizó en 1935, recordando la importancia que tuvo la Primera Guerra Mundial en el desarrollo de la aviación:

Ha llegado la Gran Guerra. El hombre había adquirido "la visión desde el aire del pájaro". ¡Qué inesperado regalo poder ver los ejércitos enemigos desde lo alto!

Pero el pájaro puede ser paloma o halcón. Si se convierte en halcón. Qué inesperado regalo poder salir de noche en la cómplice oscuridad y repartir la muerte con bombas sobre la ciudad dormida.

Pero el halcón baja en picado sobre su presa y la coge por la fuerza con el pico y las garras. Qué surte poder llegar desde lo alto, con una metralleta y escupir la muerte como un abanico sobre los hombres agachados en los agujeros.

La guerra fue una prodigiosa palanca para la aviación. Con un ritmo vertiginoso, por orden del Estado, por orden de la autoridad, todas las puertas se abrieron a los investigadores. Se consiguió el éxito, el objetivo se alcanzó, se hicieron progresos asombrosos.

El objetivo era matar y destruir. Las autoridades estaban completamente convencidas. Si la guerra no hubiese ocurrido, la aviación todavía estaría pasando el rato en pobres y pequeñas talleres mecánicos, en los campos de alfalfa, y el Parlamento declararía que el país tenía otras cosas que hacer que no ocuparse de gente que pretende "envenenar nuestro precioso cielo de Francia, nuestro precioso cielo de Ile de France, nuestro maravillosos cielo de París-el cielo de la Patria, así puro y virginal, etc." [...].

La guerra fue el laboratorio infernal donde la aviación fue creada, perfectamente, exactamente, impecablemente.

La guerra hizo surgir también una dinastía de hombres del aire, para los cuales la temeridad, el coraje loco, el desprecio a la muerte, era su alimento cotidiano. "Ases" fueron bautizados.⁴²

BIBLIOGRAFÍA Y FUENTES HEMEROGRÁFICAS

Bibliografía

ALEGI, Gregory. A caccia di aeroplani. L'asso como sportivo nella prima guerra aerea. En: *Quaderni della Società Italiana di Storia dello Sport: Lo sport alla Grande Guerra*. Siena: Nuova Immagine, 2015.

BAHAMONDE MAGRO, Ángel. *Historia de España siglo XX: 1875-1939*. Madrid: Cátedra, 2000.

EDGERTON, David. *England and the Aeroplane: An Essay on a Militant and Technological Nation*. London: MacMillan Academic and Professional, 1991.

EJÉRCITO DEL AIRE. *Uso de la aviación en la guerra de Marruecos 1900-1927*, p.13. Disponible en: <<http://www.ejercitodelaire.mde.es/stweb/ea/ficheros/pdf/F08CC8B7EEC2D-343C1257A690039D1DE.pdf>>. Acceso el: 13 mayo 2015.

FERNÁNDEZ DE LATORRE, Ricardo. *Crónica del Madrid aeronáutico: La aventura del hombre en los cielos de la villa y su provincia, 1792-2002*. Barcelona: Lunwerg Editores, 2003.

HISTORIA de la aviación española. Madrid: Instituto de Historia y Cultura Aérea, 1988.

LE CORBUSIER. *Aircraft*. Milano: Abitare Segesta, 1996.

PUJADAS, Xavier; SANTANA, Carles. *L'Esport és notícia: historia de la prensa esportiva a Catalunya (1880-1992)*. Barcelona: Diputació de Barcelona, 1997.

ROLDÁN VILLÉN, Alfonso. La base aérea de Cuatro Vientos y sus unidades militares. En: *Cuatro Vientos. Un siglo de historia aeronáutica: XV Jornadas de Estudios Históricos Aeronáuticos*. Madrid: Fundación Aena, 2012.

SIMÓN, Juan Antonio. *La marea del deporte: fútbol y modernización en los orígenes de la sociedad de masas en España, 1900-1936. Tesis Doctoral*-Universidad Carlos III de Madrid, 2011.

Fuentes hemerográficas

Heraldo Deportivo, 1915, 1916; *Gran Vida*, 1914, 1915; *El Mundo Deportivo*, 1914, 1916, 1917, 1918; *Madrid-Sport*, 1919; *La Nación*, 1918; *Stadium*, 1917, 1918.



-
- ¹ LE CORBUSIER. *Aircraft*. Milano: Abitare Segesta, 1996, p. 6.
- ² MINISTERIO DE ESTADO. Sección de política. *Gaceta de Madrid*, Madrid, 7 agosto 1914.
- ³ BAHAMONDE MAGRO, Ángel. *Historia de España siglo XX: 1875-1939*. Madrid: Cátedra, 2000.
- ⁴ SIMÓN, Juan Antonio. *La marea del deporte: fútbol y modernización en los orígenes de la sociedad de masas en España, 1900-1936. Tesis Doctoral*-Universidad Carlos III de Madrid, 2011. PUJADAS, Xavier; SANTANA, Carles. *L'Esport és notícia: historia de la premsa esportiva a Catalunya (1880-1992)*. Barcelona: Diputació de Barcelona, 1997.
- ⁵ HISTORIA de la aviación española. Madrid: Instituto de Historia y Cultura Aérea, 1988, p. 66.
- ⁶ EDGERTON, David. *England and the Aeroplane: An Essay on a Militant and Technological Nation*. London: MacMillan Academic and Professional, 1991, p.10.
- ⁷ EDGERTON, p. 14.
- ⁸ GALLEGO Y CASTRO, V. La aviación en la guerra. *Gran Vida*, Madrid agosto 1914, pp. 237-238.
- ⁹ *Ibidem*.
- ¹⁰ LA AVIACIÓN en la guerra. *Gran Vida*, Madrid, 1 nov. 1914, p. 327.
- ¹¹ BAYO, Alfonso. El aeroplano en la guerra. *Heraldo Deportivo*, Madrid, 15 nov. 1916, p. 373.
- ¹² BAYO., p. 374
- ¹³ CÓMO se evalúa la aptitud física de los candidatos a la aviación. *Heraldo Deportivo*, Madrid, 25 oct. 1916, p. 344.
- ¹⁴ VALLE, Franco. La Escuela Central de Aviación. *El Mundo Deportivo*, Barcelona, 26 sept. 1916, p.1.
- ¹⁵ DEL RIVERO, Ricardo. El Raid París-Madrid. *Gran Vida*, Madrid, 1911, pp. 143-146.
- ¹⁶ EJÉRCITO DEL AIRE. *Uso de la aviación en la guerra de Marruecos 1900-1927*, p.13. Disponible en: <<http://www.ejercitodelaire.mde.es/stweb/ea/ficheros/pdf/F08CC8B7EEC2D343C1257A690039D1DE.pdf>>. Acceso el: 13 mayo 2015.
- ¹⁷ HISTORIA de la aviación española, pp. 67-68.
- ¹⁸ ROLDÁN VILLÉN, Alfonso. La base aérea de Cuatro Vientos y sus unidades militares. En: *Cuatro Vientos. Un siglo de historia aeronáutica: XV Jornadas de Estudios Históricos Aeronáuticos*. Madrid: Fundación Aena, 2012, p.120.
- ¹⁹ FERNÁNDEZ DE LATORRE, Ricardo. *Crónica del Madrid aeronáutico: La aventura del hombre en los cielos de la villa y su provincia, 1792-2002*. Barcelona: Lunweg Editores, 2003, p. 120.
- ²⁰ RUIZ FERRY, Ricardo. Escuela Nacional de Aviación. *Heraldo Deportivo*, Madrid, 5 dic. 1915, p. 232.
- ²¹ COREBO. Los centros de aviación. *El Mundo Deportivo*, Barcelona, 1 oct. 1914, p.1.
- ²² N.M. Hedilla en Barcelona. *El Mundo Deportivo*, Barcelona, 17 enero. 1916, p.1. Otra noticia sobre este tema M.F.C. La aviación en Barcelona. *El Mundo Deportivo*, Barcelona, 24 enero. 1916, p.1.
- ²³ INAUGURACIÓN de una Escuela. *El Mundo Deportivo*, Barcelona, 21 feb. 1916, p.1.
- ²⁴ *Ibidem*.
- ²⁵ KINDELÁN, Alfredo. Factores que influyen en el éxito de los servicios aéreos. *Heraldo Deportivo*, Madrid, 5 abr. 1916, pp. 93-96.
- ²⁶ *Ibidem*.
- ²⁷ *Ibidem*.
- ²⁸ MASFERRER, Narciso. El gran match. *El Mundo Deportivo*, Barcelona, 11 abr. 1917, p. 1.
- ²⁹ JOSEF Suwelack. *Heraldo Deportivo*, Madrid, 5 dic. 1915, p.238.
- ³⁰ EFE. Pegoud ha muerto. *Heraldo Deportivo*, Madrid, 15 sept. 1915, p. 131.
- ³¹ VÍCTIMAS de la guerra. *Gran Vida*, Madrid, oct. 1915, pp. 307-308.
- ³² *Ibidem*.
- ³³ *Ibidem*.
- ³⁴ STOP. Guynemer... *Madrid-Sport*, Madrid, 21 agosto 1919, p. 5.
- ³⁵ HUGO. Curiosidades deportivas. *Madrid-Sport*, Madrid, 4 sept. 1919, p.6.
- ³⁶ GARROS y Marchal. *El Mundo Deportivo*, Barcelona, 19 marzo 1918, p.2
- ³⁷ ROLAND Garros. *El Mundo Deportivo*, Barcelona, 22 oct. 1918, pp.2-3
- ³⁸ MUERTE del aviador Garros. *La Nación*, Madrid, 18 oct. 1918, p. 7.
- ³⁹ LA MUERTE de Gilbert. *El Mundo Deportivo*, Barcelona, 22 mayo 1918, p. 3.
- ⁴⁰ KINDELÁN, Alfredo. El sport aéreo en la guerra. *Stadium*, Barcelona, 5 mayo 1917, p. 294.
- ⁴¹ LEMAITRE. Con un moribundo. *Stadium*, Barcelona, 5 enero 1918, pp. 6-7.
- ⁴² ALEGI, Gregory. A caccia di aeroplani. L'asso como sportivo nella prima guerra aerea. En: *Quaderni della Società Italiana di Storia dello Sport: Lo sport alla Grande Guerra*. Siena: Nuova Immagine, 2015.
- ⁴³ LE CORBUSIER. *Aircraft*. Milano: Abitare Segesta, 1996, pp. 8-9.

História da ginástica no Brasil: da concepção e influência militar aos nossos dias*

Gymnastics history in Brazil: from conception and military influence to the present day

Marcelo Gomes da Costa

Programa de Doutorado em Ciências do Desporto na Universidade de Coimbra. Professor do Curso de Educação Física da Universidade Estácio de Sá. Mestre em Ciência da Motricidade Humana, UCB – Mestre em Educação, UNESA

João Marcos Perelli

Programa de Doutorado em Ciências do Desporto na Universidade de Coimbra. Professor do Curso de Educação Física da Universidade Estácio de Sá. Professor da Faculdade Mercúrio – FAMERC. Mestre em Ciência da Motricidade Humana, UCB – Mestre em Educação, UNESA

Leonardo J. Mataruna-dos-Santos

Coventry University, Centre for Trust, Peace and Social Relation - CTPSR

RESUMO

A Ginástica escreve um importante capítulo na história da humanidade e, sobretudo, da sociedade brasileira. O objetivo desse estudo foi compreender a importância do papel das instituições militares na sua implantação da ginástica no Brasil, e identificar as suas tendências assumidas ao longo do tempo. Concluiu-se que houve forte influência militar com predomínio dos ideários de eugenia e higiene na implantação e desenvolvimento da ginástica no País, somente sendo desvinculados nas últimas décadas do século XX.

PALAVRAS-CHAVE: Ginástica; Instituições Militares; História do Brasil

ABSTRACT

Gymnastic has marked an important chapter in the humanity history and, overall in the Brazilian Society. The aim of this study is to investigate the role of military institutions in the establishment of the gymnastic in Brazil and identify tendencies. In conclusion, military institutions played an important role in the development of the sport due to a predominance of eugenics and hygiene ideals, unlike the background just in the 20th Century.

KEYWORDS: Gymnastic, Military Institutions, History of Brazil

* Artigo recebido em 2 de abril de 2016 e aprovado para publicação em 4 de maio de 2016.



INTRODUÇÃO

Um dos importantes componentes da Cultura Corporal em nossos dias, perfilando os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (BRASIL, 1997), a Ginástica, que em seus primórdios foi considerada como o próprio significado da Educação Física (TUBINO; GARRIDO; TUBINO, 2007), encontra sua origem no Brasil intimamente ligada às Instituições Militares. Marinha, Exército e Polícia Militar deram o tom inicial da sua sistematização que, fruto das influências culturais, políticas, econômicas e científicas, ao longo da sua trajetória história, ampliou o seu acervo de expressões e objetivos sobre a motricidade humana. Atualmente, a Ginástica se faz presente em, no mínimo, cinco campos distintos: Ginásticas de Condicionamento (e Desenvolvimento Motor, que acrescentamos); Ginásticas de Competição; Ginásticas de Conscientização Corporal; Ginásticas Fisioterápicas e; Ginásticas de Demonstração (SOUZA, 1992).

No presente posicionamento pessoal, ao revisitar a sua história por intermédio dos registros e fontes bibliográficas acerca do tema, pretendemos descortinar as tendências assumidas pela Ginástica ao longo do tempo, como também, compreender e registrar quão importante foi a influência militar em sua concepção, propagação e desenvolvimento. Todavia, não temos a pretensão de assumir uma posição de verdade histórica absoluta, tampouco encerrar discussões em torno de seus delineamentos, mas sim, compreender as características de sua sistematização “utilitária” (de Condicionamento, Conscientização Corporal e Desenvolvimento Motor), desde a sua aceção pelas Forças Militares, passando por sua introdução e desenvolvimento no ambiente escolar, até a sua penetração nas associações e clubes, com o seu consequente desdobramento, crescimento e desenvolvimento para os atuais Centros de Condicionamento Físico (academias de ginástica, estúdios de exercícios físicos e similares).

BRASIL IMPÉRIO, GINÁSTICA, E O IDEÁRIO NACIONAL

A História da Educação Física institucionalizada no Brasil se inicia no período do

Império, se confundindo com a dos militares (CASTELLANI FILHO, 1988). Antes disso, no Brasil Colônia, a prática de atividades físicas se restringia às atividades de origem indígena, como: o arco e flecha; a natação; a canoagem; as corridas a pé, marchas e toureadas e; a equitação entre os índios e os primeiros colonizadores. Ao final desse período, em fins do séc. XVIII surgem algumas importantes publicações que caracterizavam o entendimento da Educação Física à época, bem como, a direção para qual apontavam (MARINHO, s/a).

Em 1787, o bacharel Luiz Carlos Moniz Barreto publica, em Lisboa, *Tratado de Educação Física e Moral dos meninos de ambos os sexos*, uma tradução do seu original, em francês. Neste, que talvez seja o mais antigo documento escrito em língua portuguesa dedicado à Educação Física, temas como eugenia, hereditariedade, alimentação, higiene, puericultura, concepção, gravidez e parto perpassavam os sete capítulos dessa obra, “que naturalmente vem ter ao Brasil, atendendo à nossa situação de Colônia”. À essa, outras três importantes publicações se ajuntam: *Tratado da Educação Física dos Meninos para o uso da Nação Portuguesa* (Lisboa, 1890), pelo Dr. Francisco de Melo Franco, escritor de renome, um ilustre mineiro graduado na Universidade de Coimbra; *Tratado da Educação Física dos Meninos para o uso da Nação Portuguesa* (Lisboa, 1891), publicado por ordem da Academia Real das Ciências por Francisco José de Almeida, estabelecendo uma distinção entre movimento e exercício para os padrões da época. Neste, sugere como um dos meios de trabalho físico a Ginástica, junto à luta, o jogo das barras, o jogo da bola, as corridas, a dança e a equitação, e; no início do séc. XIX, *Elementos de Higiene ou Ditames Teóricos para conservar a saúde e prolongar a vida*, do Dr. Francisco de Melo Franco (Lisboa, 1819) por ordem da Academia Real das Ciências, com capítulos dedicados à influência recíproca entre o moral e o físico (MARINHO, s/a, p.p. 18-20).

Com a chegada do Príncipe Regente, D. João VI, no Rio de Janeiro, capital do Vice-Reino do Brasil, à época, muitas das transformações, já em curso, começam

efetivamente a ocorrer. Assim, em 1808, ele dá início à criação de instituições significativas, em número e importância: Secretarias de Estado, Supremo Conselho Militar, Fábrica de Pólvora da Lagoa Rodrigo de Freitas, Imprensa Régia, Academia da Marinha, Escola de Medicina, Jardim Botânico, Escola de Belas Artes, Biblioteca Real, Arquivo Militar, Casa de Suplicação, Academia de Ciências Física, Matemáticas e Naturais, um banco de depósito, desconto e emissão que viria se tornar o Banco de Brasil, entre tantas outras (MARINHO, s/a, p.21). Dessas, duas possuem grande importância para a Ginástica: a Academia Real da Marinha e a Escola de Medicina. Para efeito de registro, essas e outras iniciativas deram maturidade ao desejo de Independência até que, em 7 de setembro de 1822, D. Pedro de Alcântara de Bragança, já Príncipe Regente do Brasil (nomeado em 1821 por D. João, antes do seu retorno a Portugal) proclama a Independência do Brasil, às margens do Riacho Ipiranga, tornando-se o primeiro Imperador do Brasil: D. Pedro I.

Segundo ARANTES (2008, p.1), os primórdios da Ginástica no Brasil decorrem da iniciativa de D. Maria Leopoldina e Leopoldina, Imperatriz-Consorte do Brasil, esposa de D. Pedro I. De origem austríaca, ao aportar em nossas terras, “trouxe consigo um grupo pequeno, porém, muito importante formado por cientistas e pela sua guarda pessoal. Esta guarda pessoal praticava exercícios que foram adotados pelos nossos soldados. A partir deste fato, a prática da gymnástica foi gradualmente ‘ganhando espaços’”.

A criação da Academia Real dos Guardas-Marinhas na cidade do Rio de Janeiro, em 1808 (atual Escola Naval), inaugurou o estudo superior no Brasil. A formação dos oficiais, que contou com a participação de alunos estrangeiros (franceses, ingleses e portugueses), para além das aulas teóricas, incluía aulas práticas das artes do marinhaio, exercícios militares e embarques, e ainda, atividades de caráter formativo, direcionadas à guerra que tinham o sentido esportivo, como o manejo de armas, a equitação e as instruções pertinentes à preparação dos equipamentos e pilotagem de embarcações à vela. “Desse modo, pode-se

atribuir às Forças Armadas, em particular à Marinha do Brasil, o papel precursor do desenvolvimento dos esportes no Brasil, sobretudo quanto ao tiro, à esgrima, ao hipismo e à vela. Estas práticas esportivas ocorriam de forma lúdica ou em exibições e encontros amistosos” (GARRIDO; LAGE in DACOSTA, 2005, p.131).

De acordo com Cancellari; Santos (2012, p.3), com o objetivo de atender à demanda dos serviços militares, a prática de atividades físicas regulares passou a se fazer presente na preparação militar desde o século XIX. Com o Decreto nº 2.163, de 1º de maio de 1858, a Academia da Marinha se transformou em Escola da Marinha e, dentre as reformulações curriculares experimentadas, estabeleceu novas práticas de preparação: “*esgrima, uma vez por semana; **ginástica**, uma vez por semana; natação, duas vezes por mês e aos domingos, antes da missa*” (MARINHO, s/a, p.25 – grifo nosso). Um pouco mais tarde, o Decreto nº 4.720, de 22 de abril de 1871, regulamentou a Escola da Marinha, ratificando a Ginástica como prática obrigatória para aos aspirantes (CANCELLARI; SANTOS, 2012). Posteriormente, o Decreto nº 9.611, de 26 de junho de 1885, reuniu a Escola da Marinha e o Colégio Naval em uma única Instituição, a Escola Naval, “*mantendo os exercícios de ginásticas, a natação e a esgrima*” (MARINHO, s/a, p.29).

Decorrente de um processo de modernização da Marinha do Brasil, “*iniciado em 1906 sob as ações do Ministro da Marinha, Almirante Alexandrino Faria de Alencar retomando algumas propostas de seu antecessor, Almirante Júlio César de Noronha*, foram levantadas necessidades fundamentais pertinentes ao preparo físico e técnico do pessoal de bordo decorrentes do processo de modernização da Marinha e da introdução da nova tecnologia a vapor. Nesse contexto, emergiram discussões sobre a necessidade de introdução das atividades ‘gymnasticas’ de forma mais regular na instituição, visando à manipulação dos novos tipos de maquinário que compunham os navios. Como resultado, Cancellari (2011) cita o importante artigo de Alfredo Colonia (COLONIA, 1910) “*propondo a criação de uma Escola de Gymnastica no Corpo de Marinheiros que teria*

como alunos sargentos e cabos em um curso com parte teórica e prática, saindo estes diplomados como monitores de ginástica com responsabilidade de divulgar os jogos e a ginástica sueca pelas escolas e navios da Marinha do Brasil” (CANCELLA, 2011, p. 6).

Na esteira desse processo, foram inauguradas outras instituições militares destinadas ao estudo e formação em Educação Física, onde podemos destacar a Escola de Educação Física da Força Policial do Estado de São Paulo e a Escola de Educação Física do Exército (DACOSTA, 2005; CASTELLANI FILHO, 1988; RAMOS, 1982).

Em 1809, o D. João VI cria a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia da Corte, “com a finalidade de promover a segurança e a tranquilidade da população, coibir a desordem e o contrabando”. Em 1831, na Assembleia Provincial da Província de São Paulo, seu presidente, o Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, sanciona lei criando o Corpo de Municipais Permanentes, fundando aí, a futura Polícia Militar do estado de São Paulo que, posteriormente, “passou a liderar a doutrina e as práticas das atividades físicas no âmbito das forças policiais” (BOUÇAS; RABELO; LACERDA in DACOSTA, 2005, p.136). No início do século XX, mais precisamente em 9 de março de 1910, foi formalmente constituída a Escola de Educação Física da Polícia Militar de São Paulo (EEFPM), a primeira Escola de Educação Física do Brasil (*ibid*, p.138).

Criada em 1810, a Real Academia Militar formava os oficiais em diversas Armas, bem como engenheiros, geógrafos e topógrafos, onde eram ministrados os cursos de Cavalaria, Infantaria e Engenharia. Com a Independência do Brasil, fundiu-se com a Academia Real dos Guardas-Marinhas, formando a Academia Militar e de Marinha. Em função de não ter obtido os resultados esperados, o decreto de 22 de outubro de 1833 separa as duas Instituições novamente, regulando provisoriamente a Academia Militar da Corte (MOACYR, 1936). Em 1840, viria se denominar Escola Militar, sendo transferida para as dependências do Forte da Praia Vermelha, a partir de 1858 (DACOSTA, 2005).

A reorganização do ensino militar, em 1860, conduziu o Alferes do Estado-Maior da 2ª classe, Pedro Guilhermino Meyer, ao

posto de contramestre de Ginástica da Escola Militar (MARINHO, s/a). “No Depósito de Aprendizizes Artilheiros situado na Fortaleza de São João, ginástica, esgrima e natação se tornaram obrigatórias” (ALMEIDA, 2010). Influenciado pelo grande número de imigrantes alemães, no Brasil, que continuavam com o hábito regular da prática de atividades gímnicas, bem como, pela influência inicial dos oficiais e soldados prussianos da Guarda Imperial da nossa Imperatriz, o Método Alemão de Ginástica foi introduzido como o primeiro sistema de Ginástica, no Brasil, baseado nos exercícios sistematizados de Jahn, oficialmente adotado até 1912 (MELO, 1996; CASTELLANI FILHO, 1988; MARINHO, 1982, MARINHO, s/a). De nacionalidade alemã, Meyer muito deve ter contribuído para a introdução e desenvolvimento deste.

Na continuidade desse processo de amadurecimento do Exército Brasileiro (EB), a criação do Centro Militar de Educação Física (CMEF), no início do séc. XX, possibilitou a sua posterior transformação para Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), por intermédio do Decreto 23.252, de 19 de outubro de 1933, “dando-lhe nova organização, atualizando seus currículos e ampliando os seus objetivos” (SOEIRO; PINHEIRO in DACOSTA, 2005, p.129), instituição essa que muito contribuiu para o desenvolvimento inicial da Educação Física, no Brasil, ampliando seu escopo como Escola de Formação em Educação Física para além do seu efetivo, incluindo membros das Polícias Militares de todo o Brasil e civis (*ibid*, p.136).

Inúmeras outras corporações militares foram criadas e influenciadas por três essas precursoras. Em todas essas Instituições, por conta de uma política de Estado, os objetivos maiores sempre giraram em torno de um projeto de nação baseado nos ideários de eugenia e higiene.

A imigração, e consequente miscigenação de raças, suportava o desejo de melhoria da raça brasileira. D. Pedro I foi o primeiro a defender essa tese, endossando a ideia de sua esposa em trazer grupos de colonos alemães, pois enxergava nisso a possibilidade de promover a eugenia da raça brasileira, como também, uma oportunidade para “importação de gente laboriosa, de hábitos euro-

peus e cultura mais adiantada que a nossa" (MARINHO, s/a, p.39). Contudo, o debate racial da eugenia não se restringia à etnia e ao consequente "embranquecimento" da raça brasileira. Envolveva outras questões, "*como constituição física, força individual e coletiva de uma nação*" (GÓIS JÚNIOR, 2013, p.143), encontrando na imigração de outros povos europeus – especialmente de alemães e franceses – e na prática da Ginástica, grandes aliados na direção desse projeto.

A análise da produção intelectual realizada, no Brasil, entre o final do séc. XVIII até o início do século XX endossa esses ideários (MARINHO, s/a). Procedendo-se à análise dos manuais e livros estrangeiros, importados e traduzidos, bem como, da produção nacional destes e das teses oitocentistas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ), "*instituição que na visão de José Gondra, formulou um projeto de educação escolar para o Brasil, onde se pode notar a presença dos exercícios gymnásticos*" (GONDRA, 2000 in CUNHA JÚNIOR, 2008, p.61), os conceitos de eugênico e higienista estão bem demarcados.

Uma das primeiras teses sobre Ginástica no Brasil, intitulada *Generalidades acerca da Educação Physica dos meninos*, de autoria do médico mineiro Dr. Joaquim Pedro de Mello, data de 1846. Nessa, Mello destacou a importância da prática regular de exercícios físicos por intermédio da Ginástica, e teceu críticas à falta de interesse e intervenção do governo brasileiro sobre a Educação Física Escolar. Consta que sua Defesa de Tese foi presenciada por D. Pedro II, à época, Imperador do Brasil. Outras duas importantes teses reforçam o pensamento ideário predominante: a de Afrânio Peixoto, médico baiano que fez carreira no Rio de Janeiro, membro da Academia Brasileira de Letras, professor de História da Educação e Reitor da Universidade do Brasil, um dos que bem representava o pensamento em defesa do "embranquecimento" da raça brasileira por intermédio da mestiçagem e; a do médico mineiro João da Matta Machado, um dos principais apologistas de uma Ginástica com mentalidade científica, médica e higienista, nas escolas (GÓIS JÚNIOR, 2013).

Associada à oficialização do Sistema Alemão de Ginástica na Escola Militar, a

multiplicação e propagação de inúmeras Sociedades (civis) de Ginástica criadas pelos alemães e as inúmeras publicações nacionais e estrangeiras em torno do tema, em especial, a publicação da tradução do *Novo Guia para o Ensino da Ginástica nas Escolas Públicas da Prússia*, em 1870, por ordem do Ministro do Império, impulsionaram a inclusão da Ginástica nas escolas primárias da Corte, em meados do século XIX (ARANTES, 2008), com a consequente adoção desse método. Dessa forma, para além de sua presença no âmbito militar e como prática social já estabelecida, a Ginástica alcançava o sistema escolar civil da época.

Em 1837, "um dos anos mais fecundos para as iniciativas educacionais", o Deputado pela Província da Bahia, Antônio Ferreira França, apresenta projeto para criação de uma "sociedade escolar" e, na continuidade, obtém autorização para criação da "escola primária superior", onde introduz a Ginástica como 'cadeira' (disciplina) integrante da instrução primária (MARINHO, s/a, p.23-24).

Nesse mesmo ano, é fundado o Colégio D. Pedro II (CPII) (CARDOSO, 2003), com o objetivo de servir à elite da capital com uma formação diferenciada, que incluía a Ginástica, junto com a Música e o Desenho, como disciplinas de seu currículo escolar, que teve em Guilherme Luiz Taube, ex-Capitão do Exército Imperial, como o primeiro professor de Ginástica, em 1841 (GÓIS JÚNIOR, 2013). Alguns anos após a saída de Taube, Pedro Guilhermino Meyer, o mesmo que havia sido alçado anteriormente a contramestre de Ginástica da Escola Militar, assumiu a direção das lições de Ginástica do CPII, encaminhando uma grande demanda de compra de aparelhos de Ginástica ao Ministro do Império, consolidando cada vez mais o formato ginástico das aulas de Educação Física no colégio (CUNHA JÚNIOR, 2008). Coadunamos com a percepção de Cunha Junior de que os militares contribuíram para além da direção das lições de Ginástica e de Educação Física, mas também na organização didática e na elaboração dos recursos materiais, aparelhos e utensílios, utilizados nas aulas.

Sancionada em 1854 pelo Ministro do Império, Luiz Pedreira do Couto Ferraz, a Reforma Couto Ferraz, apresentada por

este, quando ainda Deputado, na Assembleia Geral Legislativa, em 1851, instituiu o Regulamento da instrução primária e secundária do Município da Corte, que tornou obrigatória a Educação Física nas escolas da capital da Corte, estabelecendo a Ginástica como disciplina obrigatória para o ensino primário (LIMA, 2012; MARINHO, s/a). De início, houve resistência popular quanto à prática da Ginástica por parte das meninas, muito provavelmente em decorrência da associação, dessa, com as instituições militares (LIMA, 2012), o que, muito provavelmente, estimulou a publicação do Decreto nº 7.654, de 06 de março de 1880, que baixou novo regulamento para a Escola Normal de Municípios da Corte, instituiu para a 5ª série princípios de educação física, intelectual, moral e cívica e esclareceu que para a Ginástica haveria um 'mestre' e uma 'mestra' (MARINHO, s/a).

Rui Barbosa um entusiasta e defensor da prática escolar da Ginástica, é reconhecido por MARINHO como "O Paladino da Educação Física no Brasil" (MARINHO, 1980). Advogado e Político de grande expressão, entre as décadas finais do Império e as décadas iniciais da República, Rui emitiu Pareceres fundamentais para as Reformas do Ensino Primário, Secundário e Superior, originários da análise do Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, "*que reformava o ensino primário e secundário no município da Corte e o ensino superior em todo o Império*" (MORMUL; MACHADO, 2013, p.280), "*influindo decisivamente para que a Educação Física encontrasse ambiente favorável ao seu desenvolvimento no campo educacional*" (MARINHO, s/a, p.27).

"Em Rui, encontramos o precursor de ideias fundamentais, que, no âmbito da Educação Física, podem ser assim, substanciadas: (... c) distinção entre os exercícios físicos para os alunos (ginástica sueca) e para alunas (calistenia), de modo que a mulher praticasse atividades compatíveis com as características de seu sexo, a harmonia das formas feminis e as exigências da maternidade futura; d) prática de exercícios físicos pelo menos quatro vezes por semana, durante 30 minutos, devendo ser professada a ginástica exclusivamente

higiênica e pedagógica, sem caráter acrobático; e) valorização do professor de Educação Física, dando-lhe paridade, em direitos e vencimentos, categoria e autoridade, aos demais professores; f) preferência nas nomeações e acessos, aos professores que tivessem habilitação no ensino da ginástica escolar, quando em igualdade de condições com os demais ...]" (MARINHO, 1980, p.164)

Em 1888, Pedro Manuel Borges publica *Manual Teórico-Prático de Ginástica Escolar (Elementar e Superior)*, destinado aos professores das escolas, liceus e colégios, cujo conteúdo encontrava-se alicerçado no Método Sueco, que começava a disseminar-se nas escolas. Assim, o Método Alemão ficou restrito às instituições militares. Junto com Rui Barbosa, Manuel Borges firmou importante posição em defesa da obrigatoriedade da Educação Física nas escolas (MARINHO, s/a).

BRASIL REPÚBLICA, A PRÁTICA SOCIAL DA GINÁSTICA E A FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

As reformas educacionais que incluíram a Ginástica na escola no início do Brasil República (BETTI, 1991), a posterior inclusão da Educação Física na Constituição brasileira, tornando-se obrigatória no ensino secundário (RAMOS, 1982) e a adoção dos métodos ginásticos oriundos das escolas alemã, francesa e sueca, sob a influência dos militares (MARINHO, 1982) numa perspectiva eugenista/higienista (DARIDO; RANGEL, 2005), contribuíram para a disseminação de uma cultura da Ginástica.

Com a grande imigração alemã para o Rio Grande do Sul (RS) na segunda década do século XIX, em função de um clima mais favorável para sua adaptação, houve a criação de centenas de associações com variados propósitos, dentre essas, 47 eram dedicadas à prática da Ginástica (*Turnverein*), fenômeno este que se reproduziu em outras regiões do País (TESCHE in DACOSTA, 2005). Suas características originais perduraram até o final da quarta década do século XX quando, por força do Decreto-Lei nº 383, de 18 de abril de 1938, essas sociedades de Ginástica foram nacionalizadas.

Após o domínio inicial do Sistema Alemão de Ginástica, “a derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a chegada da Missão Militar Francesa ao Brasil contribuíram para que o método alemão perdesse, em nosso país, o caráter oficial que até então gozava, sendo substituído pelo método francês” (MARINHO, s/a, p.40).

A chegada da Missão Militar Francesa (MMF) ao Brasil foi estimulada por duas principais razões: o despreparo do EB e a evolução da Primeira Guerra, na qual a França saiu-se vitoriosa. Em sua estada por aqui, a MMF muito contribuiu para a mudança de paradigma metodológico na Educação Física nacional, especialmente nas forças militares, que passaram a adotar o método francês. Como consequência, influenciou na criação da primeira Escola de Educação Física do Brasil, a Escola de Educação Física da Polícia Militar de São Paulo (EEFPM) (RIBEIRO, 2009). O primeiro curso implantado foi o Curso de Esgrima e Ginástica, sob o comando e direção do Capitão da MMF, Delphin Balancier. Em 1912, o recém-chegado Capitão Louis Lemaître, diplomado pela Escola de Joinville-le-Point, assumiu a Direção do Curso de Ginástica (DACOSTA, 2005).

Outra grande influência para a propagação do Método Francês tem relação com a criação do Centro Militar de Educação Física (CMEF), destinado a dirigir, coordenar e difundir o novo método de Educação Física militar. Os oficiais da MMF tiveram participação significativa, desde a sua concepção, passando pela seleção e recrutamento até a direção dos cursos para Instrutores e Monitores oferecidos aos oficiais e sargentos do EB (MARINHO, s/a). Posteriormente, o CMEF viria se tornar a Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx).

Conforme Faria Junior (2014), no âmbito civil, a grande reforma experimentada pelo ensino secundário, com a obrigatoriedade da Educação Física para todas as classes, aderiu ao Método Francês, adotado pelo Ministério de Educação e Saúde por intermédio da Portaria Ministerial de 1931.

Mesmo tendo sido adotado de forma oficial no Brasil, o Método Francês sofria a concorrência de outros sistemas europeus de Ginástica, principalmente, do Método

Sueco e da Calistenia, bem como, “não se fez sem críticas que partiam da ressalva de que era necessária a criação de um *Método Nacional de Educação Física*” (*ibid*, p.18).

Marinho (s/a, p.41) declara que “o primeiro brado a favor da implantação da ginástica sueca em nosso país” decorreu dos famosos Pareceres de Rui Barbosa, de 1882. Nestes, postulou argumentos em defesa do Sistema Sueco para o sexo masculino e da Calistenia para o feminino. Esta última, posteriormente, seria bastante difundida pela Associação Cristã de Moços (ACM), fundada em 1893, no Rio de Janeiro, a primeira da América Latina. Em 1897, a ACM inicia as suas aulas de Ginástica, baseada no Método Calistênico (HIDAKA; SEGUI in DACOSTA, 2005).

Grande estudioso da Educação Física e da própria Ginástica, Marinho (1982), que fazia parte de um grupo que aspirava a criação e consolidação de um Método Nacional de Educação Física, apresentou a proposta de uma Ginástica Nacional baseada nos movimentos da Capoeira, atividade historicamente tipicamente brasileira e, epistemologicamente, de múltiplo entendimento: um misto de exercício físico, arte, luta e dança. Aspirava, principalmente, a adoção do seu método nas escolas. Inezil criou e divulgou, mas, apesar dos elogios e reconhecimento ao seu trabalho, por motivos diversos, não conseguiu a aceitação e consolidação do seu método.

Para além da formação de Instrutores nas escolas militares, “novos instrutores eram formados também na antiga Escola Normal da Corte”, entre eles, um se destacaria, Arthur Higgins (MAGALHÃES, 2005, p.91) que, em 1896, publicaria *Compêndio de Ginástica e Jogos Escolares*, livro adotado pela Escola Normal e pelo Ginásio Nacional, ambos na capital. Este estudo, bem como o manual de Pedro Manuel Borges (*Manual Teórico-Prático de Ginástica Escolar*), contribuiu para a disseminação da Ginástica Sueca nos escolas civis do Brasil (MARINHO, s/a).

Lima (2012) declara que o ensino da Educação Física nesse período baseava-se nos métodos europeus, em especial, o sueco, o alemão e o francês, que se sustentavam em

princípios biológicos. *“Faziam parte de um movimento mais amplo, de natureza cultural, política e científica, conhecido como Movimento Ginástico Europeu, e foi a primeira sistematização científica da Educação Física no Ocidente”* (ibid, p.152).

Com a expansão da atividade física para a sociedade civil, a necessidade de uma melhor formação em Educação Física ficou latente. Conforme Grunennvaldt (2006, p.8), *“na década de 1930, as discussões em torno da Educação Física eram acaloradas, época marcada pelas preocupações que personalidades, ligadas a instituições educacionais, destinavam ao trato das questões afetas à formação, organização e difusão da Educação Física, num país que pretendia se industrializar e que apresentava um contingente populacional bastante heterogêneo, precisando ser organizado à luz do progresso”*.

Na Revolução de 30, que levou Getúlio Vargas à chefia do Governo Provisório, a Educação Física assume status diferenciado no Governo Vargas, fazendo parte de ações governamentais sistemáticas, tornando-se uma área específica do Ministério da Educação e Saúde (ALMEIDA, 2010). Nessa direção, em 1933, nos primeiros anos da Era Vargas, surge a Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), que pode ser considerada como a célula-mãe na formação de profissionais de Educação Física no País (MAGALHÃES, 2005, p.93).

Grunennvaldt (2006) destaca que o VII Congresso Nacional de Educação realizado no Rio de Janeiro, em 1935, foi um momento estratégico, neste sentido. Neste, a Educação Física recebeu destaque, onde uma Comissão composta por sujeitos da esfera civil e militar foi criada para discutir questões fundamentais ao destino da formação em Educação Física. *“As conclusões extraídas das teses sobre a organização de institutos ou escolas de Educação Física do VII Congresso Brasileiro de Educação apontavam que ficaria a cargo do Governo a criação de uma Escola Normal de Educação Física, anexada à Universidade do Rio de Janeiro, articulada com a Faculdade de Educação, Ciências e Letras, a ser criada”* (ibid, p.09).

Assim, em 1938, a EsEFEx cria um curso de emergência visando a formação de Ins-

trutores que, ao se formarem, juntaram-se a alguns militares, médicos e destaques esportivos da época para formar o que seria o primeiro corpo docente da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD) da Universidade do Brasil, criada em 1939 (MAGALHÃES, 2005), atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Decididamente, a década de 30 foi rica em eventos decisivos para os rumos da Educação Física. Em decorrência do contexto político no cenário internacional, com a ascensão das ideologias fascistas e nazistas, essa década presencia o ‘retorno’ do ideário eugenista, com certa força, visitando as instituições militares de todo o mundo, também no Brasil, que por intermédio do EB experimentou *“um movimento em prol do “ideal” da Educação Física que se mesclava aos objetivos patrióticos e de preparação pré-militar”* (LIMA, 2012, p.152).

Com efeito, em seu trabalho, Corrêa (2013) relata que esse ideal está presente em todos os números da *Revista de Educação Física do Exército*, entre os anos de 1932 a 1939, deixando evidente um princípio básico que orientava as suas matérias: *“o princípio da cientificidade na promoção de uma nacionalidade racional pelo aperfeiçoamento da raça. Por isso, há uma veiculação ideológica de exaltação à supremacia da raça calcada em princípios científicos da ciência moderna”* (ibid, p.187).

Em função do contexto bélico dessa década e do êxito das operações militares norte-americanas na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a proposta de treinamento físico militar dos Estados Unidos da América (EUA) ganha evidência, despontando em seu modelo o seu método de treinamento fundamentado nas bases da Calistenia (RIBEIRO, 2009).

Todavia, o discurso eugenista não conseguiu se sustentar durante muito tempo, frente aos fortes objetivos higiênicos e de prevenção de doenças, obviamente, muito mais afins ao contexto educacional (LIMA, 2012).

As escolas de formação em Educação Física e as ofertas públicas e privadas de cursos especiais de treinamento promoveram a consolidação de alguns métodos já desenvolvidos no País, bem como, a apresentação de novas metodologias, produzindo novos conhecimentos e possibilidades de inter-

venção na área. Na metade do século XX, “a Calistenia fazia parte do currículo da Escola Nacional de Educação Física, considerado “currículo padrão” para as demais Escolas de Educação Física existentes no País” (FARIA JUNIOR, 2014, p.19), assim como, o Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo empreendeu iniciativa convidando palestrantes internacionais, professores dos países europeus, que trouxeram a Ginástica Moderna Sueca, a Ginástica Natural Austríaca e a Ginástica Desportiva Generalizada (BARROS, 1998). Desde então, a ampliação do espectro de métodos ginásticos europeus em solo brasileiro cresceu significativamente, alcançando os diferentes espaços destinados à prática da Ginástica.

Praticada nas ACMs e nas Escolas Americanas, criadas em nosso País, pelos filhos de diplomatas que serviam à ACM e à Marinha do Brasil (MB), e inserida na estrutura curricular dos Cursos de Educação Física das Escolas de Educação Física do Brasil, a Calistenia, em seu novo formato metodológico, a *Nova Ginástica*, ganhou prestígio e penetração nas aulas de Ginástica realizadas em escolas e clubes sociais (MARINHO, 1953; MARINHO, s/a).

Paralelamente, entre as décadas de 30 e 40, surgiu um novo modelo de espaço destinado à prática de atividades físicas. Inicialmente nominados de ginásios, estúdios ou escolas, com o passar do tempo, as academias de ginástica, sua denominação atual, (CAPINUSSÚ in DACOSTA, 2005), absorveram os diversos Métodos Europeus de Ginástica, especialmente a Ginástica Sueca e a Calistenia, mais ainda essa última (NOVAES, 1991).

A Calistenia foi o método que mais influenciou a Ginástica praticada nas Academias de Ginástica do Rio de Janeiro. Na década de 70, os exercícios calistênicos tiveram o seu espectro de possibilidades ampliado, na medida em que novos recursos de Ginástica foram adicionados às aulas. Com o passar dos anos, as aulas de Ginástica foram ganhando um novo formato. Influenciada pelas metodologias de treinamento com pesos (atualmente, comumente conhecida como Musculação), esse novo modelo passou à denominação de Ginástica Localizada (exercícios realizados com

o peso corporal e com sobrecarga), atividade tipicamente carioca que influenciou o segmento de atividades físicas nas Academias de Ginástica de todo o Brasil, até os nossos dias (COSTA, 1996; COSTA, 1998).

Na década de 80, a Ginástica Aeróbica invadiu as terras brasileiras, ampliando as possibilidades metodológicas da Ginástica. Esse movimento decorreu do sucesso do Método Cooper, criado pelo médico Dr. Kenneth H. Cooper, na década de 60. Com a publicação e popularização do seu livro *Aerobics*, em 1968, que versava sobre a sua pesquisa desenvolvida com marinheiros norte-americanos. Buscando proporcionar melhorias físicas nas Forças Armadas norte-americanas, Cooper acabou dando destaque às atividades aeróbicas, que acabaram por ganhar a população, que passou a praticar o *jogging* (corrida) (CEAS e col., 1987).

Com o objetivo de potencializar os resultados aeróbicos dos seus alunos, Jack Sorensen divulga o seu *Aerobic Dancing*, em 1971, utilizando passos simples coreografados de dança ao ritmo da música, estimulando a continuidade dos movimentos com vistas ao desenvolvimento do componente aeróbico. No final da década de 70, Jane Fonda apresentou um programa denominado *Workout*, que mesclava saltitamentos (exercícios que simulam marcha e corrida, e suas variações de movimentos) com exercícios localizados (NOVAES, 1991). Essas novas metodologias de Ginástica foram absorvidas rapidamente e alcançaram grande sucesso nas Academias de Ginástica dos EUA. Na década de 80, chegaram ao Brasil por intermédio dos grandes Congressos de Educação Física que militavam com este novo mercado, denominado *Fitness*. Aqui chegando, rapidamente, a Ginástica Aeróbica foi adotada pelas Academias de Ginástica do Brasil, que experimentavam grande crescimento a partir deste período, e incorporada como última grande contribuição que representou quebra de paradigma na Ginástica.

Posteriormente, novas possibilidades de atividades aeróbicas surgiram, algumas como variações metodológicas da Ginástica Aeróbica, outras, decorrentes da utilização de novos recursos materiais, onde destacamos o *Step Training*, o *Jump*, o *Cycling Indoor* e o *Running*.

Como desenvolvimento dos estudos e pesquisas na área de Educação Física e afins, *“estimulado pelo movimento em favor da Educação Física como área acadêmica”*, iniciado em 1964, nos EUA (BARROS, 1998, p.14), para além das mudanças e contravérsias que ocorreram dentro da área, novos conteúdos e conceitos foram desenvolvidos e incorporados na Educação Física e, conseqüentemente, na prática da Ginástica, ampliando os entendimentos iniciais eugenista e higienista, que carregava, com novas propostas que visitaram sua práxis: esportista, na década de 70; da aptidão física, na década de 80 e da cultura corporal, na década de 90, até os mais recentes de saúde e bem-estar.

Exceto o ideário eugenista, fortemente marcado pelo objetivo de melhorar a raça e colocar em destaque a sua nação em relação aos outros países, estimulado pelos governos dos países nos quais foram criados esses métodos, fato notadamente observado em muitos dos métodos do Movimento Ginástico Europeu, atualmente, desfrutamos da possibilidade multicultural de concepções, finalidades e objetivos presentes na Ginástica que, a bem da verdade, pela riqueza histórica e sua presença intimamente relacionada à história da humanidade, deveria ser elevada à categoria de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, pela UNESCO.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História da Ginástica e, conseqüentemente, da própria Educação Física institu-

cionalizada no Brasil se confunde com a dos militares. Sua introdução, à época do Império, dá-se a partir da chegada da Corte Portuguesa em nossas terras. Em sua permanência no Brasil, D. João VI, o Príncipe Regente, implanta diversas Instituições importantes visando o desenvolvimento da Colônia, em sua preparação para o seu processo de Independência, dentre essas, a Academia da Marinha e a Escola de Medicina viriam ser protagonistas no processo de implantação da Ginástica, inicialmente, apenas no âmbito militar para, num segundo momento, se inserir no educacional.

Durante mais de um século e meio, os ideários eugenistas e higienistas predominaram, contribuindo para a lenta difusão da Ginástica. Apenas a partir da metade do século XX, em função do desenvolvimento científico e tecnológico experimentado, é que a Ginástica desfrutou de um desenvolvimento mais célere e amplo, ao incorporar novos métodos e ampliar o seu acervo, todos aqueles que mereceram posição de destaque, ainda eram oriundos da esfera militar ou médica.

Por fim, podemos compreender que somente nas décadas finais do século XX, marcadamente pela iniciativa no campo civil, a Ginástica conseguiu se “desvincular” da produção médica-militar para a produção endógena, quer seja, dentro da própria área e realizada por profissionais de Educação Física, para que pudesse atender às suas próprias expectativas conceituais, como também, às demandas decorrentes do desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A.J. História da Educação Física no Exército Brasileiro: História do Corpo e Formação do Estado. *Revista História do Esporte*, Volume 3, n. 2, dezembro de 2010.

ARANTES, A.C. A História da Educação Física Escolar no Brasil. *Revista Digital* – Buenos Aires – Ano 13, n. 124, Setiembre de 2008. Disponível em: <http://www.efdeportes.com>.

BARROS, J.M.C. *Preparação Profissional em Educação Física e Esporte*: Propostas dos Cursos de Graduação. Motriz, v.4, n.1, junho/1998.

BETTI, M. *Educação Física e Sociedade*. São Paulo: Movimento, 1991.

BOUÇAS, R.M.; RABELO, A.S.; LACERDA, R.F. Polícias Militares do Brasil – Atividades Físicas e Esportivas. In: DACOSTA, L.P. (Organizador). *Atlas do Esporte no Brasil*. Rio de Janeiro: Shape Editora, 2005.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais*: Educação física / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 96p.

CANCELLA, K.B. O esporte e a Marinha do Brasil: primeiras aproximações e a institucionalização da prática esportiva através da criação da Liga de Sports da Marinha. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

CANCELLA, K.B.; SANTOS, L.J.M. Para o “desenvolvimento physico do pessoal da Armada”, institucionaliza-se o esporte: análises sobre as primeiras aproximações da Marinha do Brasil com as práticas esportivas e o processo de fundação da Liga de Sports da Marinha. *Navigator Journal*, 09/2012; 1(15):101-113).

CARDOSO, T.F.L. A construção da escola pública no Rio de Janeiro imperial. *Revista Brasileira de História da Educação* n. 5 jan./jun., 2003.

CAPINUSSÚ, J.M. Academias de Ginástica e Condicionamento Físico – *Origens*. In: DACOSTA, L.P. (Organizador). *Atlas do Esporte no Brasil*. Rio de Janeiro: Shape Editora, 2005.

CASTELLANI FILHO, L. *Educação Física No Brasil*: a História que não se conta. São Paulo: Papirus, 1988.

CEAS e col. *Ginástica Aeróbica e Alongamento*. São Paulo: Manole, 1987.

COLONIA, A. *Introdução das atividades gymnasticas na Marinha do Brasil*. *Revista Marítima Brasileira*, 4º bimestre de 1910, p. 7-16. Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha – DPHDM.

CORRÊA, R.L.T. Cultura, material escolar e formação de professores: como disciplinar o corpo – imagens e textos. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 49, p. 183-205, jul./set. 2013. Editora UFPR.

COSTA, M.G. *Ginástica Localizada*. Rio de Janeiro: Sprint Editora, 1996.
_____. *Ginástica Localizada*: grupos heterogêneos. Rio de Janeiro: Sprint Editora, 1998.

CUNHA JUNIOR, C.F.F. O Processo de escolarização da Educação Física no Brasil: reflexões a partir do Imperial Collegio de Pedro Segundo (1841-1881). Revista *HISTEDBR* On-line, Campinas, n.30, p.59-83, jun.2008.

DACOSTA, L.P. (Organizador). *Atlas do Esporte no Brasil*. Rio de Janeiro: Shape Editora, 2005.

DARIDO, S.C. E RANGEL, I.C.A. *Educação física na escola: implicações para a prática pedagógica*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2005.

FARIA JUNIOR, A.G. Os currículos de Educação Física e o ensino por unidades didáticas. *Corpus Sci*. Rio de Janeiro, v.10, n.2, p.16-32, jul/dez. 2014.

GARRIDO, F; LAGE, A. O Esporte na Marinha do Brasil. In: DACOSTA, L.P. (Organizador). *Atlas do Esporte no Brasil*. Rio de Janeiro: Shape Editora, 2005.

GÓIS JÚNIOR, E. Ginástica, higiene e eugenia no projeto de nação brasileira: Rio de Janeiro, século XIX e início do século XX. *Movimento*, Porto Alegre, v.19. n.1, p.139-159, jan/mar de 2013.

GONDRA, J.G. Medicina, Higiene e Educação Escolar. In: LOPES, E.M.T.; FARIA FILHO, L.M.; VEIGA, C.G. (Orgs.). *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 519-550.

GRUNENVALDT, J.T. Os militares e a construção das condições para criação de escolas para formação de profissionais de educação física: um caso de revolução passiva. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4., 2006, Goiânia. Anais. Goiânia: Sociedade Brasileira de História da Educação, nov. 2006.

HIDAKA, M.K.; SEGUI, A.C. Associação Cristã de Moços no Brasil – ACM. In: DACOSTA, L.P. (Organizador). *Atlas do Esporte no Brasil*. Rio de Janeiro: Shape Editora, 2005.

LIMA, R.R. *Para compreender a História da Educação Física*. Educação e Fronteiras On-Line, Dourados/MS, v.2, n.5, p.149-159, maio/ago, 2012.

MAGALHÃES, C.H.F. *Breve Histórico da Educação Física e suas tendências atuais a partir da identificação de algumas tendências de ideais e ideias de tendências*. Maringá, v.16, n.1, p.91-102, 1º sem. 2005.

MARINHO, I.P. *Sistemas e Métodos de Educação Física*. Brasília: Cia. Brasil Editora, 1953.

_____. *História da Educação Física no Brasil*. Rio de Janeiro: Cia. Brasil Editora, s/a.

_____. *Rui Barbosa: Paladino da Educação Física no Brasil*. Brasília: Horizonte Editora Ltda, 1980.

_____. *A Ginástica Brasileira*. Brasília: Congresso Mundial da Associação Internacional de Escolas Superiores de Educação Física, Comunicação técnico-científica, 1982.

MELO, V A. *Escola Nacional de Educação Física e Desportos – Uma Possível História*. Campinas, SP, 1996. [Dissertação de Mestrado – Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas].

MOACYR, P. *A Instrução e o Império – Subsídios para a História da Educação no Brasil: 1823 – 1853*. 1ª Volume. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

MORMUL, N.M.; MACHADO, M.C.G. Rui Barbosa e a Educação Brasileira: os Pareceres de 1882. *Cadernos de História da Educação* – v. 12, n.1 – jan./jun. 2013.

NOVAES, J.S. *Ginástica em Academia no Rio de Janeiro: Uma Pesquisa Histórico-Descri-tiva*. Rio de Janeiro: Sprint Editora, 1991.

RAMOS, J.J. *Os exercícios físicos na história e na arte*. São Paulo: Ibrasa. 1982.

RIBEIRO, A.M. Contribuições da Missão Militar Francesa para o desenvolvimento do Desporto no Exército Brasileiro. *Revista de Educação Física 2009*: 40-47. Rio de Janeiro (RJ) – Brasil.

SOEIRO, R.S.P.; PINHEIRO, R. Escola de Educação Física do Exército – EsEFEx. In: DA-COSTA, L.P. (Organizador). *Atlas do Esporte no Brasil*. Rio de Janeiro: Shape Editora, 2005.

SOUZA, E. P. M. *A busca do autoconhecimento através da consciência corporal: uma nova tendência*. Dissertação do Mestrado em Educação Física, Faculdade de Educação Física – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

TESCHE, L. Cluster esportivo do Rio Grande do Sul – Clubes Turnen. In: DACOSTA, L.P. (Organizador). *Atlas do Esporte no Brasil*. Rio de Janeiro: Shape Editora, 2005.

TUBINO, F.M.; GARRIDO, F.A.C.; TUBINO, M.J.G. *Dicionário Enciclopédico Tubino do Esporte*. Rio de Janeiro: SENAC Editoras, 2007.

A Marinha e a capoeiragem*

Brazilian Navy and the capoeiragem

Leopoldo Gil Dulcio Vaz

Membro da Academia de Letras do Maranhão

RESUMO

Analisa-se o termo capoeira para se estabelecer sua historicidade e os principais acontecimentos em que se envolveram as Marinhas de Guerra e Mercante com a Capoeiragem e os Capoeiras.

PALAVRAS-CHAVE: Marinha; Capoeira; História

ABSTRACT

Analyzes the term Capoeira to establish its historicity and the main events that have engaged the Marine War and Merchant with Capoeiragem and Capoeiras.

KEYWORDS: Navy; Capoeira; History

O que é Capoeira?¹ Vernaculização do tupi-guarani *caá-puêra*: *caá* = mato, *puêra* = que já foi ²; no Dialeto Caipira de Amadeu de Amaral: Capuêra, s.f. – mato que nasceu em lugar de outro derrubado ou queimado. Data de 1577 primeiro registro do vocábulo “Capoeira” na Língua Portuguesa: Padre Fernão Cardim (SJ), na obra *Do clima e da terra do Brasil*. Conotação: vegetação secundária, roça abandonada (Vieira, 2005)³.

Capoeira – espécie de cesto feito de varas, onde se guardam capões, galinhas e outras aves (Rego, 1968): [...] os escravos que traziam capoeiras de galinhas para vender no mercado, enquanto ele não se abria, divertiam-se jogando capoeira⁴.

Por Capoeira deve-se entender “indivíduo(s) ou grupo de indivíduos que promoviam ações criminosas que atentavam contra a integridade física e patrimonial dos cidadãos, nos espaços circunscritos dos centros urbanos ou área de entorno?” Ou conforme a conceitua Araújo (1997)⁵ ao se perguntar “mas quem são os capoeiras?” e por capoeiragem como: “a ação isolada de indivíduos, ou grupos de indivíduos turbulentos e desordeiros, que praticam ou exercem, publicamente ou não, exercícios de agilidade e destreza corporal, com fins maléficos ou mesmo por diver-



Debret – 1816/1831

* Artigo recebido em 1 de abril de 2016 e aprovado para publicação em 8 de maio de 2016.

timento oportunamente realizado"? (p. 69); e capoeirista, como sendo: "os indivíduos que praticam ou exercem, publicamente ou não, exercícios de agilidade e destreza corporal conhecidas como Capoeira, nas vertentes lúdica, de defesa pessoal e desportiva?" (p. 70). Para esse autor, capoeiras era a denominação dada aos negros que viviam no mato e atacavam passageiros (p. 79): "manda que a Junta Policial proponha medidas para a captura e punição dos capoeiras e malfeitores⁶. Ou devemos entendê-la como:

[...] Desporto de criação nacional, surgido no Brasil e como tal integrante do patrimônio cultural do povo brasileiro, legado histórico de sua formação e colonização, fruto do encontro das culturas indígena, portuguesa e africana, devendo ser protegida e incentivada" (Regulamento Internacional da Capoeira); assim como Capoeira, em termos esportivos, refere-se a

'... um jogo de destreza corporal, com uso de pernas, braços e cabeça, praticado em duplas, baseado em ataques, esquivas e insinuações, ao som de cânticos e instrumentos musicais (berimbau, atabaque, agogô e reco-reco). Enfocado em sua origem como dança-luta acabou gerando desdobramentos e possibilidades de emprego como: ginásticas, dança esporte, arte marcial, folclore, recreação e teatro, caracterizando-se, de modo geral, como uma atividade lúdica. (Atlas do Esporte no Brasil, 2005, p. 39-40).

Considera-se como prática do desporto formal da Capoeira sua manifestação cultural sistematizada na relação ensino-aprendizagem, havendo um ou mais docentes e um corpo discente, onde se estabelece um sistema de graduação de alunos e daqueles que ministram o ensino, havendo uma identificação indumentária por uniformes e símbolos visuais, independentemente do recinto onde se encontrarem.

Considera-se como pratica desportiva não formal da Capoeira sua manifestação cultural, sem qualquer uma das configurações estabelecidas pelo artigo anterior, e

que seja praticada em recinto aberto, eminentemente por lazer, o que caracterizará a liberdade lúdica de seus praticantes:

Capoeira – jogo atlético de origem negra, ou introduzida no Brasil por escravos bantos de Angola, defensivo e ofensivo, espalhado pelo território e tradicional no Recife, cidade de Salvador e Rio de Janeiro, onde são reconhecidos os mestres, famosos pela agilidade e sucessos. Informa o grande folclorista que, na Bahia, a capoeira luta com adversários, mas possui um aspecto particular e curioso, executando-se amigavelmente, ao som de cantigas e instrumentos de percussão, berimbaus, ganzá, pandeiro, marcando o aceleração do jogo o ritmo dessa colaboração musical. No Rio de Janeiro e Recife não há, como não há notícia noutros Estados, a capoeira sincronizada, capoeira de Angola e também o batuque-boi. Refere-se, ainda, à rivalidade dos guaiamus e nagôs, seu uso por partidos políticos e o combate a eles pelo chefe de Polícia, Sampaio Ferraz, no Rio de Janeiro, pelos idos de 1890. O vocábulo já era conhecido, e popular, em 1824, no Rio de Janeiro, e aplicado aos desordeiros que empregavam esse jogo de agilidade. (Câmara Cascudo, Dicionário do Folclore)⁷.

"Capoeiragem", de acordo com o Mestre André Lacé: "uma luta dramática" (in *Atlas do Esporte no Brasil*, 2005, p. 386-388).

Para a capoeira, apresentam-se três momentos importantes: finais do século XIX, quando a prática da capoeira é criminalizada; décadas de 30/40, quando ocorre sua liberação; década de 70, quando se torna oficialmente um esporte; e o reconhecimento como patrimônio imaterial do povo brasileiro.

Do *Atlas do Esporte no Brasil*⁸:

Origens e Definições. A capoeira é hoje um dos esportes nacionais do Brasil, embora sua origem seja controversa. Há uma tendência dominante entre historiadores e antropólogos de afirmar que a Capoeira surgiu no Brasil, fruto de um processo de aculturação ocorrido entre

africanos, indígenas e portugueses. Entretanto, não houve registro de sua presença na África bem como em nenhum outro país onde houve a escravidão africana. Em seu processo histórico surgiram três eixos fundamentais, atualmente denominados de Capoeira Desportiva, Capoeira Regional e Capoeira Angola, os quais se associaram ou se dissociaram ao longo dos tempos, estando hoje amalgamados na prática. Desde o século XVIII sujeita à proibição pública, ao longo do século XIX e até meados do século XX, ela encontrou abrigo em pequenos grupos de praticantes em estados do Sudeste e Nordeste. Houve distintas manifestações da dança-luta na Bahia, Maranhão, Pará e no Rio de Janeiro, esta última mais utilitária no século XX. Na década de 1970 sua expansão se iniciou em escala nacional e na de 1980, internacional

Embora sejam encontrados diversos significados para o vocábulo “capoeira”, cada qual se referindo a objetos, animais, pessoas ou situações, em termos esportivos, trata-se de um jogo de destreza corporal, com uso de pernas, braços e cabeça, praticado em duplas, baseado em ataques, esquivas e insinuações, ao som de cânticos e instrumentos musicais (berimbau, atabaque, pandeiro, agogô e reco-reco). Enfocada em suas origens como uma dança-luta, acabou gerando desdobramentos e possibilidades de emprego como: ginástica, dança, esporte, arte, arte marcial, folclore, recreação e teatro, caracterizando-se, de modo geral, como uma atividade lúdica^{9, 10}.

Na pesquisa realizada pelo IPHAN, ela é definida como:

[...] um fenômeno urbano surgido provavelmente nas grandes cidades escravistas litorâneas, que foi desenvolvido entre africanos escravizados ligados às atividades “de ganho” da zona portuária ou comercial. A maioria dos capoeiras dessa época trabalhava como carregador e estivador, atividades muito liga-

das à região dos portos, e muitos realizavam trabalho braçal.¹¹

Seguindo a justificativa do IPHAN¹², a partir de 1890, quando a capoeira foi criminalizada, através do Artigo 402 do Código Penal, como atividade proibida (com pena que poderia levar de dois a seis meses de reclusão), a repressão policial abateu-se duramente sobre seus praticantes. Os capoeiristas eram considerados por muitos como “mendigos ou vagabundos”. Outras práticas afro-brasileiras, como o samba e os candomblés, foram igualmente perseguidas. Mais adiante, durante a República Velha, a capoeiragem era uma manifestação de rua, afrodescendente, e muitos dos seus praticantes tinham ligações com o candomblé, o samba e os batuques. A iniciação dos capoeiras nessas atividades acontecia provavelmente na própria família, no ambiente de trabalho e também nas festas populares. Ainda sobre o universo das ruas, estudiosos revelam que o cancioneiro da capoeira se enriqueceu dos cantos de trabalho, e que o trabalhador de rua, em momentos lúdicos ou de conflitos, também se utilizava dos golpes e movimentos da capoeira.

Já na década de 1920, com o apoio fundamental de intelectuais modernistas que procuraram reconstituir as bases ideológicas da nacionalidade, as práticas afro-brasileiras começaram a ser discutidas, e passaram a constituir um referencial cultural do País. Ao final dos anos 30, a capoeira foi descriminalizada e passou de um extremo a outro, a ponto de ser defendida por historiadores e estudiosos como esporte nacional, considerada a verdadeira ginástica brasileira. A manifestação já foi apontada como esporte, luta e folguedo, e era praticada por diferentes grupos sociais, principalmente a partir do século XX. Assim, em 1937:

[...] a capoeira começou ser treinada como uma prática esportiva, e não apenas como uma “vadiação” de rua. Neste mesmo ano Mestre Bimba criou o Centro de Cultura Física e Capoeira Regional da Bahia. A capoeira regional nasceu como forma de transformar a imagem do capoeira vadio e desordeiro em um

*desportista saudável e disciplinado. Ele criou estatutos e manuais de técnicas de aprendizagem, descreveu os golpes, toques, cantos, indumentárias especiais, batizados e formaturas. Em seguida, Mestre Pastinha fundou o Centro Esportivo de Capoeira Angola, em 1941, e assim este estilo passou a ser ensinado através de métodos próprios. A ideia da capoeira como arte marcial brasileira criou polêmica, pois era defendida por uns e criticada por outros, principalmente pelos angolanos, que afirmavam a ancestralidade africana do jogo.*¹³

JOÃO MOREIRA (TENENTE AMOTINADO)

O primeiro capoeira foi um tenente chamado João Moreira, homem rixento, motivo porque o povo lhe apelidou de 'Amotinado'. Viam os negros escravos como o 'Amotinado' se defendia quando era atacado por quatro ou cinco homens, e aprenderam seus movimentos, aperfeiçoando-os e desdobrando-os em outros dando a cada um o seu nome próprio. "Como não dispunham de armas para sua defesa uma vez atacados por numeroso grupo defendiam-se por meio da 'capoeiragem', não raro deixando estendidos por uma cabeçada ou uma rasteira, dois ou três de seus perseguidores" (Hermeto Lima, 1925)¹⁴. Macedo (1878)¹⁵ afirma que o 'Tenente Amotinado' era de prodigiosa força, de ânimo inflamável, e talvez o mais antigo capoeira do Rio de Janeiro, jogando perfeitamente, a espada, a faca, o pau e ainda de preferência, a cabeçada e os golpes com os pés"¹⁶.

A MARINHA E A CAPOEIRAGEM

O primeiro episódio que se tem notícia do envolvimento da Marinha com os capoeiras deu-se durante a revolta das tropas estrangeiras no Rio de Janeiro em 1828¹⁷. Pol Briand¹⁸ cita o Relatório de Le Marant, em que o almirante, no pedido de D. Pedro I, botou tropas de Marinha em terra para guardar o Palácio e o Arsenal da Marinha, enquanto as tropas brasileiras saíam destes lugares para abafar a revolta. Diz-se que foram os

capoeiras que dominaram a revolta, derrotando as tropas estrangeiras sublevadas. Para Briand, a aparição do termo capoeira na relação da revolta das tropas estrangeiras no Rio de Janeiro mostra a invenção interessada de uma tradição da capoeira.

Segundo esse autor, foi Capistrano de Abreu quem denunciou ser o Sr. Pereira da Silva o inventor da intervenção dos capoeiras.¹⁹ Para Briand, todos os escritores anteriores concordam em dizer que as autoridades brasileiras mobilizaram o povo, escravos incluídos, para impedir a comunicação dos três focos da revolta. O populacho (*populace*) para Debret²⁰ os moleques para Walsh²¹ massacraram os revoltosos isolados, enquanto as tropas brasileiras, apoiadas por infantarias de Marinha francesa e inglesa desembarcadas dos navios estacionados na Baía, atacavam com canhões os seus quartéis.

Segundo Álvaro Pereira do Nascimento²² a Marinha de Guerra, em seus recrutamentos, tinha dentre os vadios e malfeitores, capoeiras. Conforme consta em Relatório do Ministro da Marinha (1888, Anexos) nota-se que, de 1840 a 1888, foram recrutados à força 6.271 homens para o Corpo de Imperiais Marinheiros, e recebidos somente 460 voluntários. Essa diferença com certeza asseverava o dito por vários ministros da Marinha ao longo do século XIX e início do XX, isto é, a falta de voluntários levava ao imediatismo do recrutamento forçado²³:

Entre as autoridades civis, os chefes de polícia eram o braço direito do ministro da Justiça e dos presidentes de província para assuntos de alistamento, e precisavam pôr seus delegados e subdelegados na rua para alcançar a quantidade de alistados destinada a cada província. Nesse sentido, todo homem pego pela malha como recruta, suspeito de deserção, vadio, arruaceiro, gatuno, capoeira ou órfão poderia ser enviado para a Marinha ou para o Exército. Se até um homem negro com sinais de castigo podia ser capturado e enviado para as Forças Armadas, o que dizer daqueles sem marcas?

...Mando apresentar [...] o moleque livre Martinho de Tal, solteiro, de 16 anos, capoeira, ex-sineiro da

igreja de Santa Anna, e que pretendia passar por peruano quando até mal sabe uma ou outra palavra de espanhol e aqui na Corte é muito conhecido, infelizmente, sempre vadio.

Em 1865, o Brasil, junto com a Argentina e o Uruguai, declarou guerra ao Paraguai. O Exército Brasileiro formou seus batalhões e, dentro destes, um imenso número de capoeiras. Muitos foram “recrutados” nas prisões; outros foram agarrados à força nas ruas do Rio e das outras províncias; aos escravos, foi prometida a liberdade no final do conflito.

Na própria Marinha, o ramo mais aristocrático das Forças Armadas, destacou-se a presença dos capoeiras. Não entre a elite do oficialato, mas entre a “ralé” da marujada²⁴:

Marcílio Dias (o herói da Batalha do Riachuelo, embarcado no “Parnahyba”) era rio-grandense e foi recrutado quando capoeirava à frente de uma banda de música. Sua mãe, uma velhinha alquebrada, rogou que não levassem seu filho; foi embalde, Marcílio partiu para a guerra e morreu legando um exemplo e seu nome. (Correio Paulistano, 17/6/1890)²⁵.

Os capoeiras do Batalhão de Zuavos, especialistas em tomar as trincheiras inimigas na base da arma branca, fizeram misérias na Guerra do Paraguai.

Manuel Querino descreve-nos “o brilhante feito d’armas” levado a efeito pelas companhias de “Zuavos Baianos” no assalto ao Forte Curuzu, quando os paraguaios foram debandados. Destacam-se dois capoeiras nos combates corpo a corpo: o Alferes Cezario Alves da Costa – posteriormente condecorado com o hábito da Ordem do Cruzeiro pelo Marechal Conde d’Eu –, e o Alferes Antonio Francisco de Melo, também tripulante da já citada corveta “Parnahyba” que, entretanto, teve sua promoção retardada devido ao seu comportamento, observado pelo comandante de corpos:

“O Cadete Melo usava calça fofa, boné ou chapéu à banda pimpão e não dispensava o jeito arrevesado dos entendidos em mandinga”. (REIS, 1997, p.55)²⁶.

O 31º de Voluntários da Pátria – policiais da Corte do Rio de Janeiro com grande percentagem de capoeiras – também se destacou na Batalha de Itororó: esgotadas as munições, “investiu contra os paraguaios com golpes de sabre e capoeiragem” (COSTA, Nelson in SOARES, op.cit., 1944, p.258)²⁷.

Devido a estas ações de bravura e temeridade, começou a surgir dentro do Exército e da Marinha, de maneira velada e não explícita, o mito que o capoeira seria o “guerreiro brasileiro”.

Cinco anos depois, 1870, os sobreviventes da Guerra do Paraguai voltaram, agora transformados em “heróis”, e flanavam soltos pelas ruas do Rio. Muitos engrossaram as fileiras das maltas cariocas e, não raro, pertenciam também à força policial.

Na Revolta da Armada (1893-1894) capoeiristas pró-Exército e pró-Marinha lutaram entre si²⁸.

O pesquisador francês Pol Briand²⁹ informa que os famosos mestres de capoeira Aberrê e Pastinha³⁰ foram aprendizes-marinheiros no início do século XX. Pastinha ingressou na escola em 1902, e ensinava capoeira a seus colegas aprendizes da Marinha.

Em “Areia do Mar” [31], ladainha do Abadã Capoeira (Pato):

Areia do mar, areia do mar
o que você tem, para me contar
Me conta de Pastinha
e de Bimba por favor
seu Pastinha na Marinha
Mestre Bimba estivador

Vicente Ferreira – Pastinha – nasceu em Salvador, na Bahia, em 5 de abril de 1889. Filho de uma mulata baiana e de um comerciante espanhol, aprendeu capoeira ainda na infância, através dos ensinamentos de um africano chamado Benedito, buscando aprender a se defender depois de muito apanhar de um menino de seu bairro. Aos 12 anos entrou, em Salvador – onde morou

a vida toda –, na Escola de Aprendizes-Marinheiro³¹ e, posteriormente, na Marinha, lá permanecendo até os 20 anos. Em 1910, dá baixa e começa a dar aulas de capoeira em um espaço onde funcionava uma oficina de ciclistas. Ainda na Marinha, teve contato com esgrima, florete e ginástica sueca, o que nos mostra que conheceu outros estilos de luta que não a capoeira³².

De acordo com Matthias Rohrig Assunção (2014)³³, no Brasil, os oficiais da Marinha foram os primeiros a se interessar pelo jiu-jítsu. Navios da Marinha brasileira já aportavam no Japão desde o século XIX. Em 1905, dois oficiais da Marinha, Santos Porto e Adler de Aquino, publicaram o manual Educação física japonesa, traduzido de um livro em inglês de H. I. Hancock (PIRES, 2001, p. 95³⁴; VIEIRA, 1995, p. 154³⁵; CAIRUS, 2012, p. 38-39)³⁶.

José Cairus assinalou que a introdução ao livro pelos militares explica por que consideram o jiu-jítsu superior à capoeira: a arte marcial brasileira teria sido durante o Império desviado por criminosos, o que a teria levado à decadência.

Em 1907 começa a circular um livro: *O. D.C. Guia do Capoeira ou Ginástica Brasileira* (2a. edição)³⁷. Rio de Janeiro, Livraria Nacional. Corre uma versão em que a autoria do livro é atribuída ao Primeiro-Tenente da Marinha José Egydio Garcez Palha³⁸. Tendo esse oficial falecido em 1898, seu livro sobre capoeira foi publicado posteriormente sobre a sigla ODC. (Lace Lopes, 2005)³⁹. Segundo alguns estudiosos, “ODC” não representa as iniciais do possível nome do misterioso autor; ODC significa simplesmente, “Ofereço, Agradeço, Consagro”. Livro duplamente misterioso. Pelo seu autor que não quis aparecer e, sobretudo, pelo seu desaparecimento da Biblioteca Nacional. Por sorte, antes desta ocorrência, Annibal Burlamaqui teve a chance copiá-lo (sem ter como reproduzir as ilustrações). Enquanto o original não reaparece é esta cópia que está correndo o mundo.

Em 1908, a Marinha do Brasil importa mestres japoneses para o ensino do jiu-jítsu a seus homens. O judoca japonês Sada Miako foi contratado para ensinar aos oficiais da Marinha, e considerou-se adotar o

jiu-jítsu no treinamento dos recrutas. Isso provocou debates e comentários irônicos da imprensa nacionalista, que em geral dava preferência ao uso da capoeira sobre tradições importadas de luta⁴⁰. Época de profissionalização, além das mudanças nas estruturas internas, reforma de regulamento, inserção de novas práticas, bem como a intensificação das preocupações com as atividades físicas. Em uma visita do Navio-Escola *Benjamim Constant* ao Japão, em sua volta vieram alguns japoneses, ocasião em que houve demonstrações de jiu-jítsu (CAN-CELLA, 2014)⁴¹.

Assim, a introdução das técnicas japonesas de luta no Brasil provocou reações e respostas de vários segmentos da sociedade: os capoeiras, os aficionados em esportes de combate, os intelectuais e os militares (Assunção, 2014; Cancelli, 2014).

Acompanhava o Professor Sada Miyako, seus ajudantes M. Kakihara e Sensuke He. Os marinheiros brasileiros receberam lições dessa arte marcial de origem japonesa⁴².

Em artigo publicado no *Jornal do Capoeira*⁴³ em 2005, escrevi que em *A Pacotilha*, São Luís, segunda-feira, 14 de junho de 1909, aparecera notícia que tem por título “JIU-JITZÚ” – certamente transcrita de *A Folha do Dia* – do Rio de Janeiro (ou Niterói):

Desde muito tempo vem preocupando as rodas esportivas o jogo do Jiu-Jítsu, jogo este japonês e que chegou mesmo a espicaçar tanto o espírito imitativo do povo brasileiro que o próprio ministro da Marinha mandou vir do Japão dois peritos profissionais no jogo, para instruir os nossos marinheiros. [...] “Na ocasião em que o ilustre Almirante Alexandrino cogitava em tal medida, houve um oficial-general da Armada que disse ser de muito melhor resultado o jogo da capoeira, muito nosso e que, como sabemos, é de difícil aprendizagem e de grandes vantagens. [...] Essa observação do oficial-general foi ouvida com indiferença. [...] Sobram razões ao nosso oficial-general quando dizia que o brasileiro ‘sabido, quando se espalha, nem o diabo ajunta’. (Grifos nossos).

Para o Mestre André Lacé (s.d.)⁴⁴, Francisco da Silva Ciríaco, mais conhecido como Macaco Velho, nascido em Campos, foi um dos mais afamados capoeiristas no Rio de Janeiro, na virada do século 19 para os 20. Era o mestre preferido pelos acadêmicos de medicina, fenômeno que se repetiu na Bahia, décadas mais tarde, com Mestre Bimba. Foram esses estudantes que insistiram no confronto da Capoeira (Macaco Velho) com o jiu-jítsu (Sada Miyako, campeão japonês). Evento que acabou ocorrendo, no dia 1º de maio de 1909, com um fulminante desfecho: aplicando um literalmente surpreendente rabo de arraia, Ciríaco encerrou a luta em alguns segundos. Mesmo existindo uma versão – jamais comprovada – de que Ciríaco teria utilizado um recurso, digamos, de rua, mesmo assim, luta é luta, vale-tudo é vale-tudo, e ninguém jamais poderá negar o mérito da vitória. Tanto assim, que Mestre Ciríaco saiu vitorioso do Pavilhão Internacional Paschoal Segreto, com o povo cantando pelas ruas “a Ásia curvou-se ante o Brasil”. No dia seguinte, a Capoeira foi notícia em quase todos os jornais, valendo registrar, por oportuno, a ocorrência de algumas redações cautelosas, quase envergonhadas da própria cultura brasileira, como a nota do *Jornal do Commercio* (02.05.1909, pág. 7):

*O sportman japonês do tão apreciado jogo jiu-jítsu foi hontem vencido pelo preto campista Cyriaco da Silva, que subjugou o seu contendor com um passo de capoeiragem”.*⁴⁵

A nota, curiosamente, não menciona o nome do *sportman* perdedor. Mais adiante, entretanto, no mesmo jornal garimpei o seguinte anúncio:

“JIU-JITSU: Mr. Sada Miyako, professor contratado para leccionar na Marinha brasileira encarrega-se de dar lições particulares a domicílio. Cartas para a Rua Gonçalves Dias n. 78 ou para a Fortaleza de Willegaignon”.

Em recente novela de época, da Rede Globo de Televisão, em um dos episódios – segundo a sinopse – ocorre a seguinte cena⁴⁶:

Zé fica danado ao saber que a Marinha contratou japonês para ensinar jiu-jítsu

Zé Maria (Lázaro Ramos) está se dando bem como administrador do jornal *Correio da República*, mas ele ainda não está livre de testemunhar o preconceito contra a capoeira. Depois de ter sido expulso da Marinha após a **Revolta da Chibata**, ele descobre no jornal que o governo contratou um japonês para ensinar jiu-jítsu aos marinheiros brasileiros.

“A capoeira é proibida, sinônimo de vadiagem. Agora, se a luta vem do Japão, é chamada de arte marcial. Eu queria só ver esse japonês lutar!”, reclama Zé, indignado.

Jonas (George Sauma) avisa que o japonês vai fazer uma exibição no Pavilhão Nacional, na Praça Tiradentes, o local onde se realizam os campeonatos de luta greco-romana.

“É jiu-jítsu, luta greco-romana... Esse é o Brasil. Só não ganha respeito o que vem do meu povo”, reclama Zé. Será que ele vai deixar isso barato?

O escritor Coelho Neto (maranhense) apresenta um projeto de lei para a Câmara dos Deputados tornando obrigatório o ensino da capoeira nas escolas civis e militares; usa de dois argumentos para sua proposta pedagógica: o primeiro, era de que a capoeira, como excelente ginástica, promovia um desenvolvimento harmonioso do corpo e dos sentidos; o segundo atribui à capoeira um sentido estratégico de defesa individual (Reis, 1997, p. 88-89)⁴⁷.

Gomes Carstruc, no jornal *O Paiz*, de 22 de outubro de 1923, conclama que o jogo da capoeira seja adotado pela Marinha de Guerra:

[...] todos os brasileiros a cultivarem o Jogo da Capoeira – ‘um jogo elegante, próprio para a defesa individual, jogo de destreza nobre e não brutal e aviltante’ e que poderia ser, certamente, adotado oficialmente pela ‘nossa Marinha de Guerra’ – e a execrarem o boxe – um jogo no qual ‘duas feras, ridículas nas suas formas inestéticas, nem bem quadrúpede, nem bem bímano, quase

réptil, quase mono; as duas feras se esmurram, quebram-se mandíbulas, esmigalham-se dentes, cegam-se a murros, assassinam-se com pesados socos, diante dos seus semelhantes, embriagados com tanta estupidez.⁹⁹

⁹⁹ Cf. A. Gomes Carstruc. *Cultivemos o jogo de capoeira e tenhamos asco pelo do boxe. O PAIZ, Edição Extraordinária, anno XI, no. 14.246, 1ª. Página. Rio de Janeiro, segunda-feira, 22 de outubro de 1923.*⁴⁸

Lamartine Pereira da Costa^{49, 50}, Mestre Capoeira, foi o introdutor, oficialmente, da capoeiragem na Marinha. Escreveu vários artigos e dois livros específicos sobre o assunto; em 1961, apresenta-nos *Capoeiragem: a arte da defesa pessoal brasileira* (Rio de Janeiro: [s.n.], 1961) e logo a seguir *Capoeira sem mestre* (Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1962), onde propunha uma espécie de ensino de capoeira por correspondência, pois a luta poderia ser a sós, como no boxe, dispensando a figura do mestre (Reis, 1997, p. 156)⁵¹. Como professor de Educação Física, escreveu dezenas de artigos, coordenou dezenas de projetos a nível nacional e internacional. Com doutorado em Filosofia, além de professor universitário, tornou-se um consultor internacional em sua área profissional.

“Dança de negros e arma de malandros: capoeira oficializada na Marinha”. Com esse título, o *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 30 março de 1966 noticia que Lamartine Pereira da Costa, com a cooperação dos Mestres Artur Emídio e Djalma Bandeira promove um curso de capoeira especialmente para oficiais e praças da Marinha. (Lace Lopes, 2005)⁵².

Lamartine Pereira da Costa⁵³, à época oficial da Marinha, deu-me o seguinte depoimento sobre os livros que publicou⁵⁴:

A versão Arte de Defesa Pessoal Brasileira é 1961 e a Sem Mestre é de 1962, mas o conteúdo é o mesmo. A obra de 1961 foi publicada por mim já que nenhuma editora quis se envolver com o tema. A de 1962 foi da Edições de Ouro (editora hoje inexistente) que me propôs fazer um livro popular de baixo cus-

to e título chamativo. O público da versão 1962 foi o geral sem um foco preciso como todo livro popular, vendido em qualquer lugar.

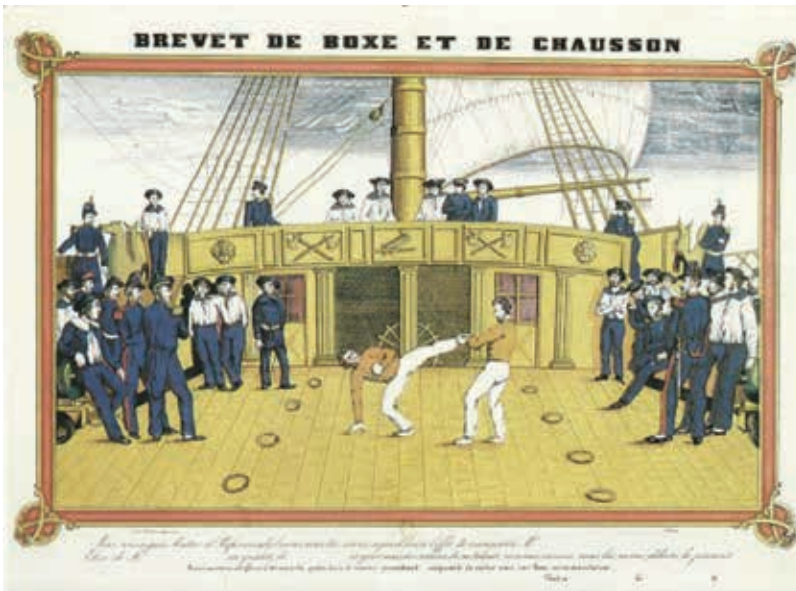
O meu livro de 1961 foi o quarto livro publicado sobre a capoeira. Os dois primeiros foram de pouca penetração desde que eram contra a lei vigente entre 1900 e década de 1928, período de publicação dos livros ODC e Aníbal Burlamaqui. O terceiro foi um estudo histórico publicado pelo Inezil Pena Marinho (professor da então Universidade do Brasil, hoje UFRJ) com pouca circulação. O meu seguiu-se ao do Inezil porque havia uma deficiência na apresentação da luta pelos seus golpes e movimentos. Este último livro em meados dos anos de 1960 já tinha vendido 60 mil exemplares e a capoeira se popularizou.

Claro está que houve vários livros e artigos sobre a capoeira ao longo da história brasileira, mas por menções, citações ou textos menores. Livros pioneiros são os citados acima embora se possa discutir se essas obras foram efetivas em termos de impactos culturais.

Desconheço a obra do Mestre Bimba dos anos de 1960, mas posso garantir que ela não existia quando do lançamento dos dois livros citados desde que a razão que me motivou a produzi-los foi da ausência de fontes sobre a capoeira. Estive na Bahia entre 1960 e 1961 e constatei que os mestres famosos cultivavam o segredo (típico da cultura africana). Meu mestre – o baiano Artur Emidio, radicado no Rio de Janeiro – também cultivava o segredo e me alertou sobre as dificuldades para ser ter registros de utilização pedagógica como eu antevia a época.

Artur Emidio e Djalma Bandeira foram meus mestres, mas Novis e Vieira foram meus apoiadores no financiamento para a publicação do livro 1961.

A produção do livro de 1961 foi muito simples com desenhos calcados em fotografias. A semelhança com figurações ODC é meramente casual em face de que eu somente conhecia a obra do Inezil.



<http://cap-dep.blogspot.com/search/label/1890-BRASIL-Capoeiragem%20proibido>



Há que se destacar que, em 1967, a Força Aérea Brasileira organizou o I Congresso Nacional de Capoeira; como também organizou o II Congresso Nacional de Capoeira. Nestes dois eventos, aviões da FAB trouxeram mestres de todo o Brasil com o objetivo de dar uma organização nacional efetiva à prática da luta (Vieira, 2005)⁵⁵.

Em 1995, outro oficial da Marinha lança livro sobre o assunto: SANTOS, Esdras M. dos. *Conversando sobre capoeira*. São Paulo: JAC. Livro emocionado, desassombrado e extremamente informativo. Preciosa fonte de informações e esclarecimento sobre a trajetória da Capoeira Regional. (Lace Lopes, 2005)⁵⁶.

Aliás, para o Mestre André Lacé, estudioso da Capoeira, um grande mote, ainda virgem, é o papel das Marinhas – de Guerra

e Mercante – na propagação e no intercâmbio capoeirístico nos portos brasileiros e do mundo. (Lace Lopes, 2005)⁵⁷.

A esse propósito, já expusemos em vários eventos o que consideramos uma influência europeia na Capoeira, configurada através da Chausson/Savate (VAZ, 2013; 2014)⁵⁸, praticado por marinheiros no porto do sul de Marselha, do século XVII. Segundo os historiadores, foram aprendidos pelos 'leões marinhos' em suas viagens aos países do Oceano Índico e o Mar da China. Houve intenso tráfico entre os portos brasileiros – Rio de Janeiro, Salvador, Recife, São Luis e Belém – e Marselha. Encontramos em nossas pesquisas artes marciais que se localizavam justamente nas rotas dos navios dos impérios coloniais assim como nas rotas ancestrais dos malaio e hindus que povoaram Madagascar.

1820-1833

ALIMENTAÇÃO DO MARINHEIRO — CARNES

437

Em Brest, o contracto assignado com os fornecedores de bois para uso da marinha, exige que os quartos do animal não pesem menos de 126 kilogrammas, mas ordinariamente chegam a pesar 150 kilogrammas. Parece-nos interessante comparar o peso medio dos bois (os quartos somente) mortos nos navios fundeados nos portos mais frequentados pela nossa marinha. Os termos feitos a bordo indicam o seguinte peso (medio).

Bois de Kiel	269 kilogrammas	
» de Teneriffe	231	»
» do Brazil	213	»
» da Guadeloupe. .	170	»
» da Martinica. . .	163	»
» da Oceania	156	»
» de Bourbon	128	»
» da Cayenna	120	»
» da Goréa	89	»

Fonte: Tratado de hygiene naval, ou, Da influencia das condições physicas e moraes ...

Por J. B. Fonssagrives, on line <http://eu-bras.blogspot.com/search/label/1820-1833-BREST%28Cuna%20del%20SAVATE%29-Navios%20de%20la%20Armada%20frecuentando%20BRASIL%28Capoeira%29%20-MARTINICA%28Ladja%29%20%20BOURBON%28Moringue%29>

Posteriormente, em cada rixa da barra em portos franceses era comum ver chutes infligidos em qualquer parte do corpo. Os marinheiros chamavam “Chausson” este tipo de combate, em referência a chinelos normalmente usados a bordo. Marinheiros gauleses e espanhóis eram instruídos com estas formas de ataques e defesas. Na época de Napoleão Bonaparte, os soldados do imperador exibiam publicamente suas “aptidões” chutando

a bunda de seus prisioneiros. A punição era conhecida como “Savate”, que pode ser traduzido como “sapato velho”⁵⁹.

A capoeira do século XIX, no Rio, com as maltas de capoeira⁶⁰, e em Recife, com as gangues de Rua dos Brabos e Valentões, foram movimentos muito semelhantes aos das gangues de savate (boxe francês) em Paris e das maltas de fadistas⁶¹ de Lisboa do século XIX. Chama atenção é que os gestuais dessas lutas também são parecidos, ou seja, os golpes usados na aguerrida comunicação gestual eram análogos.

O “Chausson” era do sul da França e usava somente os pés; já no norte, usava-se a combinação de pés e mãos abertas – “savate”. Enquanto os homens se reúnem em um duelo de tiro com espadas ou bastões, as classes mais populares lutavam com os pés e batendo com os punhos, de modo que o Savate, esgrima, pés e punhos, tornaram-se a prática de “Thugs” no momento, para citar apenas Vidocq, chefe simbólico do fim do século XVIII.

O contato com essas formas de luta se dá, também, com a interação entre marinheiros, nas constantes viagens entre os dois lados do Atlântico, pois navios da Ma-



Fonte: LIBRO:Souvenirs d'un aveugle Escrito por François Arago, Jules Janin Edición: 4 – 1868 – http://books.google.com/books?id=5hGQK-QrB8QC&hl=es&source=gbs_navlinks_s, on line: <http://eu-bras.blogspot.com/search/label/1840-RIO-Savate%20y%20Bast%C3%B3n%20en%20Rio%20de%20Janeiro>

rinha francesa entre 1820 e 1833 foram de Brest (cidade natal de Savate) para portos do Brasil (Capoeira), Martinica (Ladja) e Bourbon (Moringa):

Câmara Cascudo⁶² informa que assistiu a uma pernada executada por marinheiros mercantes, no ano de 1954, em Copacabana, Rio de Janeiro. Diziam os marinheiros que era carioca ou baiana. É uma simplificação da capoeira. Zé da Ilha seria o “rei da pernada carioca”; é o bate-coxa das Alagoas.

Para Costa (2007)⁶³, no Rio de Janeiro, no Recife e na Bahia, a capoeira seguia sua história, e seus praticantes faziam a sua própria. Originavam-se de várias partes das cidades, das áreas urbanas e rurais, das classes mais abastadas às mais humildes, de pessoas de origem africana, afro-brasileira, europeia e brasileira, inserindo-se em vários setores e exercendo várias atividades de trabalho, profissões e ofícios. Alguns exemplos que fundamentam essa constatação: Manduca da Praia, empresário do comércio do ramo da peixaria, Ciriaco, um lutador e marinho (Capoeira, 1998, p. 48)⁶⁴; José Basson de Miranda Osório, chefe de polícia e conselheiro (REGO, 1968)⁶⁵; mais recentemente, Pedro Porreta, peixeiro, Pedro Mineiro, marítimo, Daniel Coutinho, engraxate e trabalhador na estiva; Três Pedacos, que trabalhava como carregador (PIRES, 2004, p. 57, 61, 47 e 73)⁶⁶; Samuel Querido de Deus, pescador, Maré, estivador e Aberrê, militar com o posto de capitão (CARNEIRO, 1977, p. 7 e 14)⁶⁷. Todos eram capoeiristas.

Em postagem no Blog “École de capoeira angola de Paris”⁶⁸, ao se discutir “o que é um contramestre?”, se esclarece a origem dessa graduação. Segundo Mestre Jogo de Dentro, a origem do termo contramestre estaria na íntima relação que capoeiras possuíam com os trabalhos portuários. Muitos capoeiras trabalhavam nos portos como estivadores, como marujos, como pescadores, ou ainda, por morarem em cidades litorâneas compartilhavam uma cultura portuária que foi incorporada pela cultura da capoeira que os mestres do início do século XX estavam construindo. O autor da matéria encontrou material produzido no século XIX que pode ser elucidador sobre a questão dos contramestres na Capoeira Angola. Trata-se

da obra: *Princípios de Direito Mercantil e Leis da Marinha para o uso da mocidade Portuguesa, destinado ao comércio*, de 1819 e impresso em Lisboa.

Em nota publicada no jornal sorocabano *Cruzeiro do Sul*⁶⁹, ao reproduzir notícia da pretensão de se fundar uma academia de capoeira no Rio de Janeiro em 1920, tem-se notícias sobre outros homens do mar que utilizavam a capoeira como defesa, em suas brigas pelos portos afora:

UM DESPORTO NACIONAL

*O Dr. Raul Pederneiras e o Professor Mario Aleixo pretendem fundar no Rio uma escola [...] por ser a capoeiragem um desporto excelente. [...] Um japonês, jogador afamado do “jiú jutsú” foi vencido há tempos pelo capoeira carioca Cyriaco. Raul Pederneiras pensa em reviver esse desporto, auxiliado pelo Professor Mario Aleixo, que já ensinou “jiú-jutsú” e capoeiragem à polícia civil do Rio. Os francezes chamam aquelle desporto de “savate”: os pés, as mãos, a cabeça, tudo o capoeira emprega quando se defende. A Folha cita um **marujo brasileiro**, um tal “Boi”, que num porto francez resistiu a uma escolta numerosa, só se utilizando da cabeça e dos pés.⁷⁰ (Grifos meus).*

Luciano Milani⁷¹, em entrevista com Mestre Bola Sete, divulgada pelo *Jornal do Capoeira*, traz a informação que o grande capoeirista Pessoa Bababá era marinho da Marinha Mercante. Discípulo de Mestre Pastinha, ingressa em sua academia em 1969:

José Luiz Oliveira Cruz, o mestre Bola Sete, nasceu em 31 de maio de 1950, iniciou na capoeira em 1962 como autodidata, em 1968 começa a treinar com o grande capoeirista Pessoa Bababá, marinho da Marinha Mercante e discípulo de Mestre Pastinha, em 1969 ingressa na academia de Vicente Ferreira Pastinha, [...].

A Capoeira maranhense teve, dentre seus precursores, Roberval Serejo⁷², que

fundou o grupo Bantus. Roberval Serejo aparece no Maranhão por volta dos anos 60 do século passado; era escafandrista da Marinha, tendo aprendido capoeira no Rio de Janeiro – quando lá servia –, com o Mestre Arthur Emídio⁷³, um baiano de Itabuna, considerado referência na história da capoeira. Mestre Patinho relata o aparecimento desse grupo:

[...] bem aqui na Quinta, bem no SIOGE. Década de 60 era um grande reduto da capoeira principalmente na São Pantaleão, onde nasci [...] outro amigo, que era marinho da Marinha de Guerra,

também aprendeu com o mestre Artur Emídio do Rio, Roberval Serejo; juntamos Jessé, Roberval Serejo, Babalu, Artur Emídio e eu formamos a primeira academia de capoeira, Bantú, e estava sem perceber fazendo parte da reaparição da capoeira no Maranhão [...] ⁷⁴.

Em meados dos anos 2000, a Marinha do Brasil realizou uma parceria com ONGs num projeto social chamado Cidadão do Amanhã, coordenado pela ONG Ativa, com o Grupamento dos Fuzileiros Navais, em que se realizavam atividades de recreação e ensino de capoeira⁷⁵.

¹ VAZ, Leopoldo Gil Dulcio. *Crônica da capoeiragem*. São Luís: Edição do Autor, 2014. Disponível em http://issuu.com/leovaz/docs/cronica_da_capoeiragem_-_issuu/1.

VAZ, Leopoldo Gil Dulcio. *Jornal da Capoeira* <http://www.capoeira.jex.com.br/>, Edição 47: 30 de outubro à 05 de novembro de 2005

VAZ, Leopoldo Gil Dulcio. In RIBEIRO, Milton César – Miltinho Astronauta. (Editor). *Jornal do Capoeira*, Sorocaba-SP. Disponível em www.capoeira.jex.com.br (Artigos publicados).

LOPES, André Luiz Lacé. In RIBEIRO, Milton César – Miltinho Astronauta. (Editor). *Jornal do Capoeira*, Sorocaba-SP, disponível em www.capoeira.jex.com.br (Artigos publicados)

LOPES, André Lacé. Capoeiragem, in PEREIRA DA COSTA, Lamartine (org.). *Atlas de Esportes no Brasil*. Rio de Janeiro: Shape, 2005, p. 386-388.

LOPES, André Luiz Lacé. Capoeiragem. In DACOSTA, Lamartine (ORG.). *Atlas do Esporte no Brasil*. Rio de Janeiro: CONFEF, 2006. Disponível em <http://cev.org.br/biblioteca/capoeiragem/>

REIS, Letícia Vidor de Sousa. Capoeira, Corpo e História. In *Jornal da Capoeira*, disponível em www.capoeira.jex.com.br, capturado em 14 de abril de 2005, artigo com base na dissertação de mestrado "Negros e brancos no jogo de capoeira: a reinvenção da tradição" (Reis, 1993).

VIEIRA, Sérgio Luiz de Souza. Capoeira. in PEREIRA DA COSTA, Lamartine (org.). *Atlas de Esportes no Brasil*. Rio de Janeiro : Shape, 2005, p. 39-40.

LIMA, Mano. *Dicionário de Capoeira*. 3ª. Ed. Ver. E amp. Brasília: Conhecimento, 2007, ARAÚJO, Paulo Coelho de; JAQUEIRA, Ana Rosa Fachardo. *Do jogo das imagens às imagens do jogo – nuances de interpretação iconográfica sobre a Capoeira*. Coimbra – Portugal: Centro de Estudos Biocinéticos, 2008.

² MARINHO, Inezil Penna. *A Ginástica Brasileira*. 2 ed. Brasília, Ed. Do Autor, 1982.

³ VIEIRA, 2005, obra citada, p. 39-40.

⁴ Antenor Nascimento, citado por REGO, 1968, citados por Mano Lima – *Dicionário de Capoeira*. Brasília: Conhecimento, 2007, p. 79.

⁵ ARAÚJO, Paulo Coelho de. *Abordagens Sócio-Antropológicas da Luta/Jogo da Capoeira*. (Porto): Instituto Superior Maia, 1997.

⁶ BRASIL. Decisão 205, de 27 de julho de 1831, documentada na *Coleção de Leis do Brasil* no ano de 1876, p. 152-153

⁷ CASCUDO, Luis da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1972.

⁸ DACOSTA, Lamartine (ORG.). *Atlas do Esporte no Brasil*. Rio de Janeiro: CONFEF, 2006, p. 1.44-1.45. Disponível em www.atlasesportebrazil.org.br.

⁹ VIEIRA, 2005, obra citada, p. 39-40.

¹⁰ DACOSTA, 2005, 2006, obra citada.

¹¹ IPHAN, Assessoria de Imprensa do Iphan. A capoeira na história. in *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Ed. de julho de 2008, disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=1871>.

¹² IPHAN, 2008, obra citada.

¹³ VAZ, 2014, obra citada.

¹⁴ LIMA, Hermeto in "Os Capoeiras", Revista da Semana 26 n° 42, 10 de outubro de 1925.

¹⁵ MACEDO, Joaquim Manoel. *Memórias da Rua do Ouvidor*. Rio de Janeiro: Perseverança, 1878, pg. 99.

¹⁶ O texto em tela se relaciona também com o Tenente João Moreira.

¹⁷ No 9 de junho de 1828, um castigo desmedido, inflito por um motivo de vez fútil e duvidoso a um soldado alemão – 250 açoites, podendo significar a morte na tortura, sem contar que no Brasil, os livres não levavam açoites – provoca, no 201º açoite infligido à frente da tropa, à sublevação. Os soldados apelam ao Imperador, que se nega a recebê-los. Eles entrincheiram-se nos seus quartéis, e dois outros regimentos se rebelam, matando e pondo em fuga oficiais brasileiros. Chega a noite. É uma crise como ainda se conhece em nossos dias: as autoridades querem retomar o controle, mas ficam enfraquecidas; os poderes estrangeiros, as Marinhas francesa e britânica, que dispõem de uma força considerável na Baía de Guanabara, querem, sem demonstrarem-se partidários, preservar a vida e os bens dos seus conterrâneos; e a oposição política procura aproveitar da situação. Um dia passa sem decisão. Os brasileiros de todas as tendências concordam em reduzir a revolta pela força. Para impedir a comunicação entre os três quartéis insurgentes, põem os soldados estrangeiros fora da lei, pode-se ferir e matá-los sem risco de sanção penal. Homens e crianças das classes mais baixas de livres e escravos perseguem os isolados. Estas presas, que não são realmente guerreiros, escondem-se, ou, com mais frequência, caem feridos o mortos. Nos dias seguintes, as tropas de artilharia e a cavalaria de Minas Gerais retomam o controle dos quartéis. Os revoltosos sobreviventes são presos, e na sua maior parte, ora mandados de volta para Europa, ora expedidos nas províncias. In Nota de BRIAND, Pol. *História de um mito da capoeira*. Blog da Association de Capoeira PALMARES de Paris, www.capoeira-palmars.fr, disponível em <http://www.capoeira-palmars.fr/histor/legenda.htm>.

¹⁸ Rapport du Contre-Amiral Le Marant, commandant de la station navale française à Rio de Janeiro, au Ministre de la Marine. A bord de la régata la Surveillante en rade de Rio Janeiro, le 14 juin 1828. Archives de la Marine, BB/4/506, Campagnes 1828.10, f.o 78. In BRIAND, Pol. *História de um mito da capoeira*.. Blog da Association de Capoeira PALMARES de Paris, www.capoeira-palmars.fr, disponível em <http://www.capoeira-palmars.fr/histor/legenda.htm>. Ver também: Esboço fiel dos acontecimentos dos dias 9, 10, 11 e 12 de junho de 1828. Rio de Janeiro: Imperial Tipografia de Pedro Planch. Cópia literal do impresso, Rio de Janeiro, 20/6/1865, Seção de Manuscritos-Biblioteca Nacional (SM-BN), II-34, 16, 19.

¹⁹ SILVA, João Manoel Pereira da, Segundo período do reinado de Dom Pedro I no Brasil, narrativa histórica, Rio de Janeiro: Garnier, 1871. p. 269-274, 286-291. Disponível em <http://www.capoeira-palmars.fr/histor/legenda.htm>.

²⁰ Debret, Jean-Baptiste, Voyage Pittoresque et Historique au Brésil, ou Séjour d'un artiste français au Brésil, depuis 1816 jusqu'en 1831 inclusivement, époques de l'avènement et de l'abdication de S.M. don Pedro, premier fondateur de l'Empire brésilien. Paris: Didot Frères, 3 volumes in-Folio publiés en livraisons de 1834 a 1839.

²¹ Walsh, Robert, Notices of Brazil in 1828 and 1829. London: Frederick Westley & A.H. Davis, 1830; reprinted in Boston, 1831.

²² *Do cativo ao mar: escravos na Marinha de Guerra*. In <http://cap-ang.blogspot.com.br/2009/09/do-cativeiro-ao-mar-escravos-na-Marinha.html>

²³ O autor faz referência a Nascimento 1997: cap. 2, sem explicitar a fonte. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2000000200005

²⁴ PASSOS NETO, Nestor S. dos. "Jogo Corporal e Comunicultura", ECO-UFRJ, 2001. In <http://www.nestorcapoeira.net/hfp.htm>

²⁵ Citado por PASSOS NETO, Nestor S. dos. "Jogo Corporal e Comunicultura", ECO-UFRJ, 2001. In <http://www.nestorcapoeira.net/hfp.htm>

²⁶ REIS, Leticia Vidor de Sousa. O mundo de pernas para o ar: a capoeira no Brasil. São Paulo: Publisher Brasil, 1997.

²⁷ Citado por NESTOR CAPOEIRA. (PASSOS NETO, Nestor S. dos.). IN história, filosofia e pesquisa, 2007. Disponível em <http://www.nestorcapoeira.net/hfp.htm>

²⁸ DONATO, Hernâni. *História dos usos e costume no Brasil: 500 anos de vida cotidiana*. São Paulo: Melhoramentos, 2005, p. 286.

²⁹ On line in <http://saladepesquisacapoeira.blogspot.com/search/label/Ginga-SAVATE>. Ver também: KUHLMANN, Paulo Roberto Loyolla (Major), *Serviço Militar obrigatório no Brasil: Continuidade ou mudança?* Campinas: Núcleo de Estudos Estratégicos – Unicamp / Security and Defense Studies, vol. 1, winter 2001, p.1. SOUSA, Celso. *La mission militaire française au Brésil de 1906 à 1914 et son rôle dans la diffusion de techniques et méthodes d'éducation physique militaire et sportive*. Thèse Histoire contemporaine, Université de Bourgogne, 2006 in [http://www.esefex.ensino.eb.br/atual_trab/%40cap%20I.PDF]

³⁰ http://pt.wikipedia.org/wiki/Mestre_Pastinha

³¹ [...] ingressou na escola da Marinha, por desejo de seu pai que não apoiava sua prática de capoeira. Na escola, ele costumava ensinar capoeira aos amigos. Com 21 anos, deixou a escola da Marinha e se tornou um pintor profissional. MESTRE PASTINHA In *Abadã Capoeira*, disponível em <http://www.abadadc.org/paginas/pastinha.htm>

³² FONSECA, Vivian Luiz. *Capoeira sou eu: memória, identidade, tradição e conflito*. Rio de Janeiro: GFV/CPDOC, 2009. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História, Política e Bens Culturais.

³³ ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. *Ringue ou academia? A emergência dos estilos modernos da capoeira e seu contexto global*. Hist. cienc. saude-Manguinhos vol.21 n°1 Rio de Janeiro Jan./Mar. 2014 Epub Jan 01, 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702014005000002>. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702014000100135

³⁴ PIRES, Antonio Liberac Cardoso Simões. Movimentos da cultura afro-brasileira : a formação histórica da capoeira contemporânea, 1890-1950. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas. 2001.

³⁵ VIEIRA, Luiz Renato. O jogo de capoeira : corpo e cultura popular no Brasil. Rio de Janeiro: Sprint. 1995.

³⁶ CAIRUS, José. *The Gracie clan and the making of Brazilian jiu-jitsu: national identity, performance and culture, 1801-1993*. Tese (Doutorado) – Graduate Programme in History, York University, Toronto. 2012.

³⁷ Edição do livro apócrifo 'Guia do Capoeira ou Gymnástica Brasileira' é 1904. Nele a autoria é feita pelas iniciais 'O.D.C.', que significada à época: ofereço, dedico e consagro'. (Vieira, 2005)

³⁸ Em 1890, era capitão de fragata e pertencia ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ocupando a função de Secretário Suplente. E ainda que, em janeiro de 1890, fora exonerado da função que ocupava no Ministério da Marinha. Em julho de 1890 aparece o livro *Aprendiz do Marinheiro*, organizado por Garcez Palha, então primeiro-tenente e José Vitor de Lamare, Capitão-Tenente. Em 1894, nomeado Secretário do Ministro da Marinha, Almirante Elisiário Barbosa. Em 1898, a 10 de março, notícia de que seu enterro fora muito concorrido, incluindo o representante do Presidente da República, Tenente Ávila, ajudante de ordens. Garcez Palha foi autor da obra *Efemérides Navais*. Era lente da Escola Naval. Redator da *Revista Marítima Brasileira* por vários anos, chegando a seu Diretor. Foi membro da Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro.

³⁹ LACÉ LOPES, 2005, obra citada

⁴⁰ ASSUNÇÃO, 2014, obra citada

⁴¹ CANCELLA, Karina. *O Esporte e as Forças Armadas na Primeira República*: das atividades gymnasticas às participações em eventos esportivos internacionais. (1890-1922). Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2014, p. 108-1110.

⁴² CANCELLA, 2014, p. 108-1110, obra citada.

⁴³ VAZ, Leopoldo Gil Dulcio. Jiu-Jitsu no Maranhão. In *Jornal do Capoeira* Edição 45: 29 de Agosto à 04 de setembro de 2005, Disponível em <http://www.capoeira.jex.com.br/>

⁴⁴ LACÊ, André. Disponível em CD-Room, enviado ao autor. CIRÍACO, HERMANNY, ARTUR E HULK.

⁴⁵ Ver também CANCELLA, 2014, p. 108-1110.

⁴⁶ <http://gshow.globo.com/novelas/lado-a-lado/Vem-por-ai/noticia/2013/01/ze-fica-danado-ao-saber-que-a-Marinha-contratou-japones-para-ensinar-jiu-jitsu.html>

⁴⁷ REIS, Leticia Vidor de Sousa. *O mundo de pernas para o ar*: A Capoeira no Brasil. São Paulo: Publisher Brasil; FAPESP, 1997.

⁴⁸ Fonte: *O que a escola faz com o que o povo cria: até a capoeira entrou na dança!* Cesar Augustus Santos Barbieri, São Carlos – SP – Agosto 2003 – Tese. In Blog Associação de capoeira deportiva, disponível em <http://cap-dep.blogspot.com.br/2011/01/1923-jogo-da-capoeira-adotado-pela.html>;

⁴⁹ DA COSTA, Lamartine Pereira. Capoeiragem: a arte da defesa pessoal brasileira. Rio de Janeiro: [s.n.], 1961; DA COSTA, Lamartine Pereira. Capoeira sem mestre. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1962.

⁵⁰ LAMARTINE PEREIRA DA COSTA. Graduação em Ciências Navais pela Escola Naval (1958), licenciatura em Educação Física pela Escola de Educação Física do Exército (1963) e doutorado em Filosofia pela Universidade Gama Filho (1989). Atualmente é professor titular da Universidade Gama Filho, membro Conselho Pesquisas do Comitê Olímpico Internacional em Lausanne (Suíça) e professor visitante da Universidade Técnica de Lisboa. Atuou como professor visitante da Universidade do Porto (Portugal), da Academia Olímpica Internacional (Grécia) e da Universidade Autônoma de Barcelona (Espanha). No Brasil, foi professor da Universidade Católica de Petrópolis (Engenharia), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Mestrado em Geografia), UNIRIO (Mestrado em Memória Social), USP (Mestrado Educação Física) e UERJ (Graduação Educação Física). Tem experiência nas áreas de Educação Física, Administração, História e Filosofia com ênfase em meio ambiente, esportes, lazer e Gestão do Conhecimento. Tem produção contínua em pesquisas desde 1967 no Brasil e no exterior, com início na área de meio ambiente. <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4721721A5>.

⁵¹ REIS, 1997, obra citada.

⁵² LACÊ LOPES, 2005, obra citada, p. 386-388; 2006.

⁵³ Da COSTA, Lamartine Pereira. Depoimento de Lamartine P. da Costa sobre livros de Capoeira no Brasil – 15fev15. Em correspondência pessoal. De: "Lamartine Da Costa" Enviada:segunda-feira, 16 de fevereiro de 2015 05:56:19 Para:"Leopoldo Gil Dulcio Vaz" (vazleopoldo@hotmail.com)- Re: MARINHA + CAPOEIRA / MARANHÃO□.

⁵⁴ Em 1960, Lamartine Pereira da Costa, então oficial da Marinha, diplomado em Educação Física pela EEEF e instrutor chefe dos cursos de Escola de Educação Física da Marinha, CEM-RJ, lança um livro que se tornou o clássico da capoeira: Capoeiragem – A arte da Defesa Pessoal Brasileira. http://www.capoeiramestrebimba.com.br/busca_reconhecimento.html.

⁵⁵ VIEIRA, 2005, obra citada, p. 39-40.

⁵⁶ LACÊ LOPES, 2005, obra citada, p. 386-388; 2006

⁵⁷ LACÊ LOPES, 2005, obra citada, p. 386-388; 2006

⁵⁸ VAZ, Leopoldo Gil Dulcio. Uma origem da Capoeira é a Ringa-Moringue Maugache? *Anais do Congresso Ishpes – Physical Education And Sport Around The Globe: Past, Preente And Future*. Rio de Janeiro: Gama Filho, 2013, p. 173-202. VAZ, Leopoldo Gil Dulcio. O "Chausson/Savate" influenciou a Capoeira? *Anais XIII Congresso Brasileiro de História do Esporte, Lazer e Educação Física*. Londrina-PR, 19 a 22 de agosto de 2014b. VAZ, 2014, obra citada.

⁵⁹ On line <http://saladepesquisacapoeira.blogspot.com/2009/01/pelea-de-marinos-savate.html>

⁶⁰ As maltas eram grupos de capoeiras do Rio de Janeiro que tiveram seu auge na segunda metade do século XIX. Compostas principalmente de negros e mulatos (os brancos também se faziam presentes), as maltas aterrorizavam a sociedade carioca. Houve várias maltas: Carpinteiros de São José, Conceição da Marinha, Glória, Lapa, Moura entre outras. No período da Proclamação da República, havia duas grandes maltas, os Nagoas e os Guaiamús. [http://pt.wikipedia.org/wiki/Malta_\(capoeira\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Malta_(capoeira)).

⁶¹ SOARES, Carlos Eugenio Líbano. Dos fadistas e galegos: os portugueses na capoeira. In *Análise Social*, vol. xxxi (142), 1997 (3.º), 685-713 disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/122184194008hRJ0ah8Vq04U07.pdf>

⁶² CASCUDO, Luis da Camara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Rio de Janeiro: TECNOPRINT, 1972.

⁶³ COSTA, Neuber Leite. *Capoeira, trabalho e educação*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, 2007.

⁶⁴ NESTOR. *Capoeira*: Pequeno Manual do Jogador. 4. ed. Rio de Janeiro: Record. 1998.

⁶⁵ REGO, Waldeloir. *Capoeira Angola*: um ensaio sócio-etnográfico. Salvador: Itapuã, 1968.

⁶⁶ PIRES, Antonio Liberac A. *Capoeira na Bahia de Todos os Santos*: estudo sobre cultura e classes trabalhadoras (1890-1937). Tocantins: NEAB/ Grafset. 2004.

⁶⁷ CARNEIRO, Edson. *Capoeira*. 2 ed. 1977 (Cadernos de Folclore).

⁶⁸ <http://www.angola-ecap.org/matieres-a-penser/em-portugues/87-o-que-e-um-contramestre>.

⁶⁹ CAVALHEIRO, Carlos Carvalho. O ensino da capoeiragem no início do século XX. In *Jornal do Capoeira*, 02.08.2005 – Sorocaba (SP), www.capoeira.jex.com.br, disponível em <http://www.capoeira.jex.com.br/cronicas/o+ensino+-da+capoeiragem+no+inicio+do+seculo+xx>

⁷⁰ Cruzeiro do Sul, 31 jan 1920.

⁷¹ MILANI, Luciano. Mestre Bola Sete & Capoeira Angola. In *Jornal do Capoeira*, 31 de julho de 2005, disponível em <http://www.capoeira.jex.com.br/noticias/mestre+bola+sete+capoeira+angola> ; www.lmilani.com.

⁷² Mestre Mirinho (Casimiro José Salgado Corrêa) In *Livro álbum dos mestres da capoeira no Maranhão* – em entrevista concedida a Hermílio Armando Viana Nina, aluno do Curso de Educação Física da UEMA, em fevereiro de 2005.

⁷³ VAZ, Leopoldo Gil Dulcio. *Arthur Emídio e a Capoeiragem em São Luis do Maranhão*. In BLOG DO LEOPOLDO VAZ, disponível em <http://www.blogsoestado.com/leopoldovaz/2013/11/15/cronica-da-capoeiragem-artur-emidio-e-a-capoeiragem-em-sao-luis-do-maranhao/>

⁷⁴ Antonio José da Conceição Ramos – Mestre Patinho – em entrevista concedida a Manoel Maria Pereira in *Livro-Álbum dos Mestres de Capoeira do Maranhão*, trabalho de pesquisa apresentado a disciplina História da Educação Física e Esportes, do Curso de Educação Física da UEMA, turma C-2005.

⁷⁵ <http://raivosocdonatal.blogspot.com/2008/01/capoeira-na-Marinha-projeto-social-2006.html#ixzz3RYppoBen>

Evolução da Educação Física no Exército Brasileiro*

Evolution of Physical Education in the Brazilian Army

Luiz Fernando Medeiros Nóbrega

Coronel de Cavalaria do Exército Brasileiro, graduado em Educação Física (EsEFEx), Mestre em Ciência da Motricidade Humana (UCB), Mestre em Ciências Militares (ECEME), Comandante da Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx).

Mauro B. G. Secco

Coronel de Artilharia do Exército Brasileiro, graduado em Educação Física (EsEFEx), Centro de Capacitação Física do Exército (CCFEx).

RESUMO

O objetivo deste trabalho é o de abordar resumidamente a evolução da Educação Física no Exército Brasileiro, detalhando marcos principais, a história, a estrutura e o funcionamento atual das Organizações Militares do Exército Brasileiro (EB) responsáveis pela atividade. Verificou-se neste estudo a forte presença militar em toda história da educação física, inserindo-se também informações sobre realizações no campo do esporte, bem como sobre o desempenho militar brasileiro em competições militares internacionais. Concluiu-se pela importância dos militares no contexto da educação física nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física, Exército Brasileiro, História do Esporte Militar

ABSTRACT

The aim of this paper is to approach briefly the evolution of Physical Education in the Brazilian Army, detailing main landmarks, your history, and current structure and functioning of the Brazilian Army (EB) Military Organizations responsible for the activity. It was found, in this study, the strong military presence throughout the history of physical education in Brazil, also inserting up information on achievements in the field of sports, as well as the Brazilian military performance in international military competitions. It was concluded by the importance of the military in the context of national physical education.

KEYWORDS: Physical Education, Brazilian Army, History of Military Sports

INTRODUÇÃO

Foi ao longo de todo o século XVII até o século XIX, nos períodos Colonial e Imperial, que a Força Terrestre Brasileira cumpriu suas missões organizando-se em três linhas, nos moldes do Exército português: 1ª linha – Tropas Pagas, 2ª linha – Tropas Auxiliares (designadas

* Artigo recebido em 29 de março de 2016 e aprovado para publicação em 28 de abril de 2016.



“milícias” a partir do final do século XVIII) e 3ª linha – Ordenanças (WEHLING, 1994).

Inspirados pelas ideias iluministas da época, estavam em pleno desenvolvimento na Europa, vários métodos ginásticos e de preparação física, com destaque para aqueles que viriam a influenciar diretamente o treinamento físico do soldado brasileiro: Pehr Henrik Ling (1776-1839), considerado Precursor da Educação Física Moderna, criou o Método Sueco de Ginástica, dividida em Pedagógica, Médica, Militar e Estética; e Friedrich Ludwig Christoph Jahn (1778-1852) que foi o criador do Método Alemão de Ginástica (*Gymnastik*), também com aplicações militares (SIGOLI e DE ROSE, 2004).

Neste artigo pretende-se abordar a evolução da Educação Física no Exército Brasileiro, detalhando marcos principais, a história, a estrutura e o funcionamento atual das Organizações Militares do Exército Brasileiro (EB) responsáveis pela atividade e bem como algumas das suas realizações no esporte.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O termo Educação Física tem sido discutido no decurso de sua história por uma grande quantidade de autores na tentativa de compreendê-la em sua complexidade (BARBANTI, 2012; GOELLNER, 1992; CASTELLANI FILHO, 1983; MARINHO, 1943).

Notoriamente, sabe-se que no passado, em seu contexto histórico, expressões como educação física, cultura física, treinamento desportivo, exercício físico, atividade física, esporte, ginástica foram empregadas muitas vezes indicando uma mesma atividade (RAMOS, 1982). No mundo, ainda há falta de uma absoluta uniformidade sobre o assunto e por vezes uma confusão generalizada em conceituá-los.

Não é intenção deste trabalho ir a fundo propondo definições e diferenças, e tão pouco a intenção de abordar e adotar um referencial teórico-metodológico. Na abordagem de sua história, adotar-se-á o termo Educação Física visualizando-se muitas vezes assuntos que se referem a exercícios físicos, ginástica, esporte, atividade física na conjuntura atual.

Importante, no entanto, destacar o conceito proposto por Barbanti (2012) que define atualmente a Educação Física como um processo educacional que usa o movimento como um meio de ajudar as pessoas a adquirir habilidades, condicionamento, conhecimento e atitudes que contribuem para seu ótimo desenvolvimento e bem estar.

Para Ferreira e Silva (2010), a Educação Física é a área de conhecimento que abrange atividades pedagógicas, promovendo a inserção e integração das pessoas na prática da cultura corporal do movimento; sendo o esporte, os jogos, as danças, as lutas, as ginásticas um dos blocos de conteúdos desta inserção.

Marinho (1940) já realizava análises sobre a importância da educação física para todos os povos no decorrer dos séculos, no desenvolvimento de qualidades físicas, morais e intelectuais, como fator psíquico de alta relevância, quer ainda em vários outros setores.

Castellani Filho (1983) observou que a história da Educação Física se confunde em muitos momentos com a dos militares, citando marcos que validam a afirmação:

- a criação da Escola Militar pela Carta Régia de 4 de dezembro de 1810, com o nome de Academia Real Militar, dois anos após a chegada da Família Real ao Brasil;

- a introdução da Ginástica Alemã, no ano de 1860, por meio da nomeação do Alferes Pedro Guilhermino Meyer, alemão, para a função de contramestre de ginástica da Escola Militar;

- a Portaria do Ministério da Guerra, em 10 de janeiro de 1922, que criou o Centro Militar de Educação Física, hoje Escola de Educação Física do Exército, que naquela época tinha o objetivo de “dirigir, coordenar e difundir o novo método de Educação Física Militar e suas aplicações desportivas”.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO MEIO MILITAR

Em 1817, a Imperatriz Leopoldina, Arquiduchessa da Áustria, chega ao Brasil para casar-se com o Príncipe D. Pedro I. Sua guarda pessoal, formada por um pequeno grupo de soldados austríacos, praticava

exercícios (*gymnastica*) que foram gradativamente adotados pelos soldados brasileiros (ARANTES, 2008). Observa-se também uma influência direta na adoção do Método Alemão de Ginástica nas Escolas Militares, a partir da contratação pelo Governo Imperial Brasileiro da Legião Prussiana (os *Brummer*), para a campanha contra Oribe e Rosas, na Bacia Cisplatina.

Com a criação da Escola de Aplicação do Exército, em 1855, na Fortaleza de São João, como parte da Escola Militar para a instrução prática de Infantaria e Artilharia, surgem os exercícios práticos curriculares como a natação, a esgrima, as marchas e o ataque e defesa (BRASIL, 1855).

O ano de 1858 foi marcado por uma grande reforma das Escolas Militares, com o estabelecimento oficial de aulas de esgrima, natação e equitação, nos cursos de Infantaria e Cavalaria (BRASIL, 1858). Marinho, na sua obra *Contribuição para a história da educação física no Brasil: Brasil Colônia – Brasil Império – Brasil República* faz referência a estas atividades:

“Na Escola Militar da Praia Vermelha – ... – a ginástica alemã já era praticada, assim como esgrima de baioneta, de sabre, florete e espada, canoagem, pesca, equitação, além de escaladas em elevações como o Pão de Açúcar e Morro da Urca.” (Marinho, 1943, p.50)

Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), maior conflito armado do hemisfério sul, também chamado de Guerra do Paraguai, revelou a grande necessidade de reorganização do Exército, fruto do despreparo das tropas brasileiras, particularmente nos aspectos físicos e higiênicos. No ano seguinte à deflagração do conflito, um novo estabelecimento de ensino foi criado para a formação de praças, o Depósito de Aprendizes Artilheiros (BRASIL, 1865), sendo instalado na Fortaleza de São João, onde José Ferreira da Costa assumiu o cargo de instrutor de ginástica, tendo como matérias obrigatórias a esgrima, a ginástica e a natação.

No campo científico surge, em 1867, uma das primeiras publicações sobre a condição física do soldado brasileiro, o livro

Estudos hygienicos sobre a educação physica, intellectual e moral do soldado – escolha do pessoal para a boa organização do nosso Exército, de Eduardo Augusto Pereira de Abreu (1833-1892), médico militar que participou daquele conflito. Suas observações são consideradas no meio acadêmico como os primeiros estudos biofisiológicos da atividade física, com destaque para a influência do físico sobre o moral e a necessidade da colaboração médico-instrutor. Referenciando o Método Francês de preparação física da tropa, indicou a classificação dos exercícios em elementares e de aplicação.

“Dedicado ao Conde d’Eu, que dirigiu as forças brasileiras na etapa final da Guerra do Paraguai, o livro foi escrito no auge do conflito, quando as elites médicas e políticas debatiam o perfil que deveria ter o soldado enviado às frentes de batalha.” (in Fabricando o soldado, forjando o cidadão: o doutor Eduardo Augusto Pereira de Abreu, a Guerra do Paraguai e a Educação Física no Brasil. Silva & Melo, 2011).

Inezil Penna Marinho (1943) destacava o trabalho como notável e o autor Pereira de Abreu como “avançado meio século em relação à época em que viveu.”

A maior influência na Educação Física nacional, que serviu de modelo para a difusão pelo País, a partir do Exército Brasileiro, foi do Método Francês, de 1830, desenvolvido pelo Coronel do Exército Francisco Amorós e Ondeano, na Escola Normal Militar de Ginástica e Esgrima de Joinville-le-Pont (1852-1940).

Nascido na Espanha, promoveu a Educação Física na França, inspirado no Método Suíço de Pestalozzi (1746-1827) e em Gutz Muths. Em colaboração com Napoleón Laisné, publicou o seu *Nouveau manuel complet d’éducation physique, gymnastique et morale*, edições de 1830, 1838 e 1848, base para o ensino da ginástica nos corpos de tropa e estabelecimentos militares (RAMOS, 1982). Amorós dividiu a ginástica utilitária em Exercícios Elementares, compostos de exercícios de relaxamento, exercícios abdominais,

passagem no pórtilho, exercícios em terreno variado, muro de assalto, boxe, pesos e halteres, e exercícios de aplicação, com exercícios no cavalo, esgrima para oficiais, esgrima de bastão e esgrima de baioneta.

A Ginástica Amorosiana inspirou, mais tarde, o Método Natural de 1905 de Georges Hébert, oficial da Marinha Francesa, que elaborou um conjunto de procedimentos, valendo-se de obstáculos naturais e do peso do próprio corpo, para marchar, correr, saltar, quadrupedar, trepar, equilibrar, levantar, lançar, defender-se e nadar, com o lema “ser forte para ser útil” (SOARES, 2003 e HEBÉRT, 1941). Elementos do Método de Hébert também foram adotados pelo Exército Brasileiro.

No Brasil, o movimento pela Educação Física ganhou impulso a partir do projeto de Rui Barbosa, em seu parecer de 1882 sobre a *“Reforma do Ensino Primário e Várias Instituições Complementares da Instrução Pública”*, ao propor a Fundação de uma Escola Normal de Ginástica. Considerado por Innezil Penna Marinho (1980), o “Paladino da Educação Física no Brasil”, Rui Barbosa afirmou ainda que “o governo deveria contratar os serviços de alguma notabilidade ginasta de alguns ginasiarcas [sic] europeus de primeira ordem” convencido de que “o exercício físico renova a energia intelectual”. Apesar de seu esforço, não foi executado.

A partir do Período Republicano, novas ações foram tomadas no âmbito do Exército, como o Regulamento das Escolas Militares (BRASIL, 1890), o qual determinava que haveria uma sala d’armas, campo de exercícios e linha de tiro, picadeiro, barca e demais aparelhos necessários ao ensino da natação, trem de pontes, ferramentas e utensílios para os trabalhos de guerra, cavalos e muare. Em nova versão, de 1905, o Regulamento das Escolas Militares enfatiza ainda mais a prática, com ensino de equitação, esgrima a cavalo, esgrima de espada, florete e baioneta, ginástica e natação.

Outra iniciativa de âmbito nacional seria o projeto do Deputado Jorge de Moraes (AM), de 1905, que previu a criação de duas escolas de formação de professores de Educação Física, uma civil e uma militar. Apesar de aprovado pela Câmara, não foi efetivado.

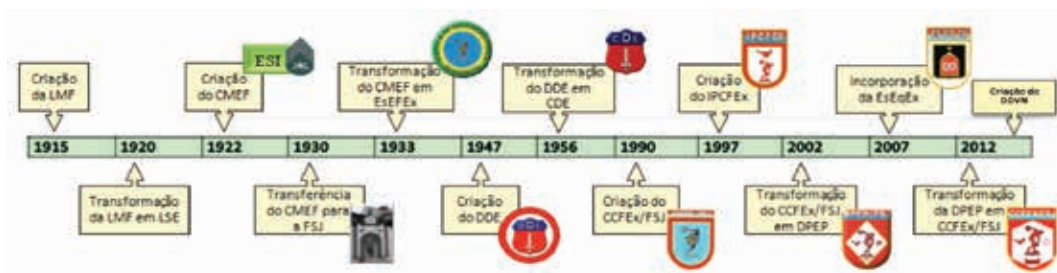
Em 1912, oficiais egressos de estágio na Alemanha, apelidados de “Jovens Turcos” (NETO, 1999), lançam uma campanha renovadora do Exército e fundam a revista *Defesa Nacional*.

“...a caserna é hoje, pois, uma escola cívica e militar, onde a educação moral cultiva os sentimentos da hygiene, preside ao desenvolvimento dos músculos, pela prática racional da gymnástica e pela preparação intensiva dos homens nos misteres propriamente militares.” (Carvalho. A Defesa Nacional, 1914, p.140)

O primeiro órgão de fomento à atividade físico-desportiva criado no Exército foi a Liga Militar de “Foot-ball” (LMF), de 1915 (SOEIRO, 2003 e CANCELLA e MATARUNA, 2012 b). Instituída inicialmente para desenvolver a prática do futebol no meio militar, teve seu escopo ampliado em 1920, pela transformação em Liga de *Sports* do Exército (LSE), com a finalidade de promover o desenvolvimento físico através do desporto. Um grande impulso foi dado a partir desse ato, com a realização de várias competições esportivas, de diversas modalidades, no Distrito Federal e outras sedes, ao longo dos anos subsequentes.

A fundação das Ligas Esportivas nas FA estava acompanhada de um movimento maior que se desenvolvia além do panorama do Esporte no Brasil. No ano de 1919, um grupo de oficiais e cadetes da Escola Militar do Realengo fundou a União Atlética da Escola Militar e promoveu, através do Estatuto da Cruzada Física, o início da sistematização da Educação Física nos meios militar e civil no Brasil. Aquele núcleo, liderado pelo Tenente Newton de Andrade Cavalcanti, foi a gênese da Escola de Educação Física do Exército, materializada com a criação do Centro Militar de Educação Física (CMEF) em 10 de janeiro de 1922, sua organização de origem, pelo Ministro da Guerra João Pandiá Calógeras, em nome do Presidente da República, Epitácio Pessoa (BRASIL, 1922).

Em 1929, foi então formada no CMEF a primeira turma de diplomados em Edu-



Linha do Tempo

- 1915 – Criação da Liga Militar de “Foot-ball”(LMF).
 1920 – Transformação da LMF em Liga de Sports do Exército (LSE).
 1922 – Criação do Centro Militar de Educação Física (CMEF), na Vila Militar-RJ.
 1929 – Graduação em educação física da primeira turma de militares e civis no Brasil.
 1930 – Transferência do CMEF para a Fortaleza de São João.
 1933 – Transformação do CMEF em Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx).
 1947 – Criação do Destacamento de Desportos do Exército (DDE), em substituição à LSE.
 1956 – transformação do DDE em Comissão de Desportos do Exército (CDE).
 1990 – Criação do CCFEx/FSJ
 1997 – Criação do Instituto de Pesquisa da Capacitação Física do Exército (IPCFEx).
 2002 – Transformação do CCFEx em Diretoria de Pesquisa e Estudos de Pessoal (DPEP/FSJ).
 2007 – Incorporação da Escola de Equitação do Exército (EsEqEx).
 2012 – Transformação da DPEP/FSJ em CCFEx/FSJ.
 2015 – Criação do Destacamento Desportivo da Vila Militar (DDVM).

Figura 1 – Linha do Tempo das Organizações Esportivas do Exército Brasileiro

cação Física no Brasil, ainda com sede na Escola de Sargentos de Infantaria (ESI), na Vila Militar-RJ. Em 1930, em virtude das instalações da ESI serem precárias, principalmente na parte náutica, o CMEF foi transferido para a Fortaleza de São João, na Urca. Em 1933, por decreto do Presidente Getúlio Vargas, o CMEF foi transformado na atual Escola de Educação Física do Exército, com nova organização, atualização dos currículos e ampliação dos seus objetivos. Desde então, a EsEFEx assumiu definitivamente sua função formadora, com atuação em todo o território nacional, refletindo o próprio desenvolvimento da atividade física, do esporte e do lazer, sendo por isso denominada o Berço do Ensino Metódico e Racional da Educação Física no Brasil (NÓBREGA e CAPINUSSÚ, no prelo).

A Figura 1 apresenta a Linha do Tempo, com datas de criação (origem) e transformação (modificação), das Organizações Militares atuais do Exército Brasileiro responsáveis pelo ensino da Educação Física, pela pesquisa nesta área e pelo desporto.

ESTRUTURA ATUAL DE ORGANIZAÇÕES MILITARES ENVOLVIDAS COM A EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE

O CISM atualmente é integrado por 134 Países, representando quatro continentes, reunindo mais de um milhão de atletas militares ao redor do mundo, sendo inclusive reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como um Órgão Internacional que promove a Paz por intermédio do esporte (NÓBREGA, 2011).

A Comissão Desportiva Militar do Brasil (CDMB), integrante da estrutura funcional do Ministério da Defesa (MD), é a organização desportiva que tem ligação técnica junto ao CISM, sendo a responsável em coordenar e fomentar assuntos referentes ao desporto militar no País, apoiando também iniciativas como o programa Segundo Tempo – Forças no Esporte e os Projetos Brasil Medalhas, Atleta de Alto Rendimento (PAAR), Educação e Esporte, conduzidas pelo Ministério do Esporte (ME) e da Educação (MEC) (BRASIL, 2016).



Figura 2 – Organizações Desportivas Militares do Exército Brasileiro e suas Ligações Técnicas entre as Forças Armadas

A Comissão de Desporto da Marinha (CDM) e a Comissão de Desportos da Aeronáutica (CDA) são órgãos do sistema de educação física das referentes Forças, que tem por missão assessorá-las quanto ao planejamento, direção, coordenação, fiscalizando as atividades de educação física e desportos, respectivamente na Marinha e na Força Aérea (CAPINUSSÚ, 1992).

No âmbito do Exército Brasileiro, a Organização Militar (OM) que trata da gestão do esporte é a Comissão de Desportos do Exército (CDE), apoiada pela Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), responsável pela capacitação de pessoal na área de Educação Física, que juntamente com o Instituto de Pesquisa da Capacitação Física do Exército (IPCEx), a Escola de Equitação do Exército (EsEqEx), a Bateria de Comando Estácio de Sá e o Destacamento Desportivo da Vila Militar (DDVM), integram o Centro de Capacitação Física do Exército e Fortaleza de São João (CCFEx/FSJ).

O CCFEx tem como missão coordenar, controlar, supervisionar e promover as atividades de ensino, pesquisa e desporto, realizadas por sua OM diretamente subor-

dinadas, para atender às necessidades do Exército Brasileiro. Foi criada com a finalidade de dotar o Exército de um pólo de referência capaz de realizar altos estudos em benefício do treinamento físico e dos desportos, e simultaneamente, resgatar o sítio histórico da fundação do Rio de Janeiro (CALDAS, 1991).

Completando 100 anos de existência em 2015, a Liga de Futebol Militar foi transformada, em 1956, na atual CDE, cabendo-lhe, entre outras atribuições: a de representar o EB em competições militares com outras FA; convocar, treinar e conduzir as delegações desportivas do EB; organizar e dirigir as competições militares do EB.

A Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), completando em 2016, noventa e quatro anos de história, é o estabelecimento de ensino do Exército Brasileiro destinado a especializar oficiais e civis em Educação Física e Desportos, Esgrima e Medicina Esportiva; bem como especializar sargentos para o exercício das funções de monitor de Educação Física. Valorizando o ensino, o desporto, a pesquisa científica, os programas de extensão e o envolvimento com a

comunidade acadêmica, criou em 1932, a *Revista de Educação Física do Exército*, primeiro periódico da área de educação física do Brasil; realizou sua primeira colônia de férias em 1936, que se repete a cada ano em janeiro; e participou da criação da atual Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), portanto confundindo sua história com a própria história da Educação Física no Brasil (NÓBREGA e CAPINUSSÚ, no prelo).

PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA ATUAL EM COMPETIÇÕES DESPORTIVAS MILITARES

São competições militares: 1) Nível Mundial – os diversos campeonatos mundiais de modalidades esportivas e os Jogos Mun-

diais Militares; 2) Nível Forças Armadas – os múltiplos campeonatos ou seletivas de modalidade entre Exército, Marinha e Aeronáutica; 3) Nível Exército – os Jogos Desportivos do Exército, antigos Jogos Marciais e as competições internas Organização Militar (OM), seja ela um Batalhão/Regimento, uma Brigada ou Comando Militar de Área. Destacam-se, ainda, as 4) Competições Escolares: NAE (competição entre alunos das Escolas Preparatórias de Oficiais das Forças), MARESAER (competição entre alunos das Escolas de Formação de Sargentos), NAVAMAER (competição entre cadetes e aspirantes das Escolas de formação de Oficiais), Jogos da Amizade (entre os alunos de Colégios Militares) e Competições Cívis de interesse do Exército Brasileiro: como por

Tabela 1 – Visão Geral do desempenho brasileiro na história dos Jogos Mundiais Militares obtido por uma amostra de países participantes dos JMM de acordo com o método do sucesso absoluto proposto por SIRC (2002) *apud* De Bossher *et al.* (2009) adaptado pelo autor.

País	Participação de Mercado*					
	1º JMM Roma 1995	2º JMM Zagreb 1999	3º JMM Catânia 2003	4º JMM Hyderabad 2007	5º JMM Rio de Janeiro 2011	6º JMM Mungyeong 2015
Rússia	25,4% (1º)	19,4% (1º)	24,5% (1º)	21,6% (1º)	-----	19,3% (1º)
China	8,0% (3º)	11,8% (2º)	15,9% (2º)	17,4% (2º)	16,6% (2º)	12,6%(2º)
Itália	10,1% (2º)	8,9% (3º)	14,4% (3º)	5,2% (4º)	7,5% (3º)	3,2% (8º)
França	6,2% (4º)	3,8% (8º)	0,9% (18º)	0,7% (26º)	3,5% (6º)	3,7% (7º)
Alemanha	7,1% (5º)	5,0% (6º)	----	5,5% (3º)	5,5% (5º)	3,8% (6º)
EUA	3,6% (8º)	4,2% (7º)	0,8% (20º)	2,0% (14º)	0,9% (22º)	0,8% (25º)
Coréia do Norte	4,3% (7º)	2,9% (10º)	2,8% (6º)	3,6% (7º)	2,3% (10º)	-----
Coréia do Sul	1,6% (15º)	3,4% (9º)	2,8% (7º)	2,1% (13º)	3,6% (7º)	7,3% (4º)
Ucrânia	5,3% (6º)	5,5% (5º)	6,2% (4º)	4,3% (5º)	2,6% (9º)	2,9% (9º)
Polônia	2,7% (9º)	2,0% (15º)	0,9% (17º)	2,9% (8º)	7,2% (4º)	4,9 (5º)
Romênia	2,6% (10º)	0,7% (25º)	3,3% (5º)	1,5% (17º)	0,4% (33º)	0,6% (28º)
Quênia	2,1% (11º)	2,2% (14º)	2,3% (9º)	2,7% (9º)	2,7% (8º)	1,2 (18º)
Brasil	0,4% (32º)	1,1% (20º)	1,5% (13º)	0,5% (31º)	19,4% (1º)	11,6% (3º)
Total de países com medalhas/ Total de participantes	46/93	50/82	50/87	49/101	57/111	58/105

* Participação de mercado é uma medida padronizada do total alcançado em um evento pelo qual os totais de medalhas obtidas são convertidos em pontos (ouro = 3, prata = 2, bronze = 1) e os pontos ganhos por uma determinada nação são posteriormente expressas em percentagem do total de pontos atribuídos (SIRC, 2002).

Fonte : Nóbrega (2013) atualizada por Nóbrega e Capinussú (no prelo).

exemplo as 10 Milhas dos EUA, Corrida Volta à Ilha e outras (NÓBREGA, 2011).

Os Jogos Mundiais Militares (JMM) são um megaevento multiesportivo organizado a cada quatro anos, baseado no espírito olímpico e um ano antes dos Jogos Olímpicos, sob a tutela do CISM, que para fortalecer os propósitos de atingir a paz no mundo por intermédio do esporte criou esses jogos em 1995, na celebração do 50º aniversário do final da 2ª Grande Guerra Mundial (DA COSTA *et al.*, 2008, p. 541). As cidades de Roma (1995), Zagreb (1999), Catânia (2003), Hyderabad (2007), Rio de Janeiro (2011) e Mungyeong (2015) foram as sedes desse evento desportivo, onde as Forças Armadas de centenas de países do mundo se reuniram e competiram sob a bandeira do CISM e em nome da amizade.

A Tabela 1 fornece uma visão geral do desempenho brasileiro na história dos Jogos Mundiais Militares. Utilizou-se o método do sucesso absoluto proposto por SIRC (2002) *apud* De Bossher *et al.* (2009) onde países foram avaliados pela “participação de mercado” (*market share*): medida padronizada do total alcançado em cada JMM pelo qual os totais de medalhas obtidas são convertidos em “pontos” (ouro = 3, prata = 2, bronze = 1) e os pontos ganhos por um determinado país são posteriormente expressos em percentagem do total de pontos atribuídos a fim de fornecer informações significativas sobre a relação do ciclo entrada – desempenho – saída dos países da amostra.

Constata-se que a Rússia, mesmo não tendo participado dos Jogos Mundiais realizados no Rio de Janeiro, é a nação mais bem sucedida na história do Jogos Mundiais Militares. Em seguida, China, Coréia do Sul, Alemanha, França e Itália destacam-se por sempre manter altos rendimentos esportivos.

Nota-se também que os Estados Unidos da América (EUA) não repetem as excelentes atuações que tem em competições olímpicas civis, tendo resultados modestos em competições militares como nos JMM. Constata-se também que a Polônia e principalmente o Brasil, vem alcançando sucesso desportivo internacional a partir dos Jogos Mundiais Militares – Rio 2011, e que ainda não haviam obtido em JMM anteriores, sinalizando grandes investimentos no esporte

de alto rendimento. No Brasil, tal ocorrência, pode ser explicada de um modo geral pelo investimento das Forças Armadas, por meio de programas como o de Atletas de Alto Rendimento (PAAR) que seleciona e apoia atletas de destaque no contexto esportivo brasileiro, oferecendo toda estrutura necessária para seus treinamentos.

CONCLUSÃO

Neste artigo pode-se conhecer um pouco mais da história da educação física e do esporte no Exército Brasileiro, bem como a suas organizações militares que são responsáveis por estes encargos.

Ao longo da história da Educação Física, as Forças Armadas (FA) brasileiras tiveram um papel de grande relevância no processo de estabelecimento das primeiras escolas de formação em Educação Física do País, como a Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx); na formação e preparação de atletas olímpicos, com destaque para o Tenente Guilherme Paraense, primeiro medalhista de ouro do País nos Jogos Olímpicos da Antuérpia em 1920; e na organização de eventos esportivos como os 5º Jogos Mundiais Militares – Rio 2011 (5º JMM), maior evento esportivo militar ocorrido até então no Brasil, entre 16 e 24 de junho de 2011 (NÓBREGA, 2011).

Desde sua criação, o Exército Brasileiro (EB) tem valorizado a prática sistematizada da Educação Física, do esporte e exercícios físicos como preparo militar e sobretudo disciplinar. Atividades esportivas, como a esgrima, a equitação e a natação, são praticadas desde 1810 na Academia Real Militar (DA COSTA *et al.*, 2006, p. 4.3).

Em meados do século XIX, a partir das reformulações curriculares realizadas nas escolas de ensino de oficiais, os alunos de seus cursos passaram a realizar também, como parte das atividades, aulas de tiro e ginástica, sendo estas instituições militares as responsáveis por ações de difusão e normatização de tais atividades (CANCELLE e MATARUNA, 2012b).

Pode-se concluir, diante do que foi exposto, que as Forças Armadas (FA) brasileiras, ao longo da história desportiva nacional, tem tido um papel de grande relevância, sendo pioneiras no ensino da Educação Física, na

pesquisa ou até mesmo no desenvolvimento e apoio ao esporte nacional.

A estrutura de suas Organizações Esportivas Militares e os programas atuais tem

espelhado excelentes resultados internacionais, sobretudo em competições militares, sendo o Brasil considerado, nos dias atuais, uma potência desportiva militar.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Ana Cristina. A História da Educação Física escolar no Brasil. *Revista Digital*, Buenos Aires, Ano 13, n. 124, p.1-18, set. 2008. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com>>. Acesso em: 20 Mar 2009.

BARBANTI, Valdir. O que é educação física. Ribeirão Preto, p. 1-23, 2012.

BRASIL, Câmara dos Deputados. Decreto 1.536, de 23 de janeiro de 1855. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1536-23-janeiro-1855-558364-publicacaooriginal-79560-pe.html>>. Acesso em 15 Mar 2016.

BRASIL, Câmara dos Deputados. Decreto 2.116, de 1ª de março de 1858. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2116-1-marco-1858-556897-norma-pe.html>>. Acesso em 15 Mar 2016.

BRASIL, Câmara dos Deputados. Decreto nº 3.555, de 9 de Dezembro de 1865. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3555-9-dezembro-1865-554932-publicacaooriginal-73934-pe.html>>. Acesso em 15 Mar 2016.

BRASIL, Câmara dos Deputados. Decreto nº 330, de 12 de Abril de 1890. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-330-12-abril-1890-524468-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 25 Mar 2016.

BRASIL. Ministério da Guerra. Departamento do Pessoal da Guerra. *Boletim do Exército* nº 431, de 20 de janeiro de 1922. Baixa Instruções para o Centro Militar de Educação Física.

BRASIL. Ministério da Defesa. Departamento de Desporto Militar (DDM). Página Oficial. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/esporte/departamento-de-desporto-militar-ddm>>. Acesso em: 20 Mar. 2016.

CAPINUSSÚ, José Maurício. *Moderna Organização da Educação Física e Desportos*. São Paulo: IBRASA, 1992.

CASTELLANI FILHO, L. A (des) caracterização profissional-filosófica da Educação Física. *Rev. Bras. Ciências Esporte*. Vol. 4, n. 4, p. 95-101, 1983.

CALDAS, P. R. L. O Centro de Capacitação Física do Exército e Fortaleza de São João. *Revista de Educação Física – EsEFEx*, 1991, Vol. 59, n. 119, p. 37-47.

CANCELLA, K., e MATARUNA, L. Para o desenvolvimento *physico* do pessoal da Armada, institucionaliza-se o esporte: análises sobre as primeiras aproximações da Marinha do Brasil com as práticas esportivas e o processo de fundação da Liga de Sports da Marinha. *NAVIGATOR*, v. 8, p.101- 114, 2012 a.

CANCELLA, K., e MATARUNA, L. Gestão do Esporte Militar no Brasil: uma análise histórica do primeiro modelo de gestão adotado pela Liga De Sports da Marinha (1915-1919). *Podium Sport, Leisure and Tourism Review*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 123-147, jul./dez. 2012b.

CARVALHO, E. L. de. Outro aspecto de nosso voluntariado. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, p. 140-142, fev. 1914.

DE BOSSCHER, Veerle; DE KNOP, Paul; BOTTENBURG, Maarten van; SHIBLI, Simon; BINGHAM, Jerry. Explaining international sporting success: An international comparison of elite sport systems and policies in six countries. *Sport Management Review*, 2009, Vol. 12, 113-136.

DA COSTA, Lamartine; NOLASCO, V. P.; BITENCOURT, V.; PAOLI, P. B.; GOMES, E. e CASTRO, M. *Atlas do Esporte no Brasil*. Rio de Janeiro: Confed, 2006.

EXÉRCITO BRASILEIRO. *As origens do Exército Brasileiro*. Disponível em: < <http://www.eb.mil.br/web/centro-de-comunicacao-social-do-exercito/as-origens-do-exercito-brasileiro>.> Acesso em 31 Mar 2016.

FERREIRA, Heraldo Simões e SILVA, Antônio J. F. Análise das interpretações dos alunos das séries finais do ensino fundamental da rede pública de Fortaleza sobre as diferenças entre Educação Física e Esporte. *Lecturas, Educación Física y Deportes*. Buenos Aires, v. 14, p. 1-2, 2010.

GOELLNER, Silvana Vilodre. *O Método Francês e a Educação Física no Brasil: da Caserna a Escola*. Dissertação de Mestrado em Ciências do Movimento Humano – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

HÉBERT, Georges. *L'Education Physique, Virile et Morale par la Méthode Naturelle*. Tome 1: *Exposé doctrinal et principes directeurs de travail*. Paris, Vuibert, 1941.

MARINHO, Inezil Penna. *Contribuições para a História da Educação Física no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

MARINHO, Inezil Pena. *História da educação física no Brasil: exposição, bibliografia, legislação*. Cia. Brasil Editora, 1980.

NETO, Amarílio Ferreira. A Pedagogia no Exército e na Escola: a Educação Física (1920-1945). *Motrivência*. Florianópolis, n. 13, p. 35-62, jan. 1999.

NÓBREGA, Luiz Fernando Medeiros. *Análise do Modelo de Gestão Desportiva de Alto Rendimento adotado pelo Exército Brasileiro face aos 5º Jogos Mundiais Militares – Rio 2011*. Dissertação de Mestrado em Ciências Militares – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2011.

NÓBREGA, Luiz Fernando Medeiros e CAPINUSSÚ, José M. de Souza. *O Esporte Militar – História, Estrutura e Funcionamento*. No prelo.

NÓBREGA, L. F. M.; DE BOSSCHER, V.; BÖHME, M. T. S. The Elite Sport and Military Participation in International Sporting Success. SPLISS Conference on Elite Sport Success: Society boost or not? Vrije Universiteit Brussel, 2013, 50-51.

RAMOS, J. J. *Os exercícios físicos na história e na arte*. São Paulo: IBRASA, 1982.

SIGOLI, M. A., DE ROSE JR., D. A história do uso político do esporte. *R. Bras. Ci e Mov.* 2004; 12(2): 111-119.

SILVA, Carlos Leonardo Bahiense da; MELO, Victor Andrade de. Fabricando o soldado, forjando o cidadão: o doutor Eduardo Augusto Pereira de Abreu, a Guerra do Paraguai e a educação física no Brasil. *Hist. Cienc. Saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro , v. 18, n. 2, p. 337-354, June 2011.

SIRC (Sport Industry Research Centre). European Sporting Success. A Study of the Development of Medal Winning Elites in Five European Countries. Final Report. Sheffield: SIRC, 2002.

SOARES, Carmem Lúcia. Georges Herbert e o método natural: nova sensibilidade, nova educação do corpo. *Revista Bras. Cienc. Esporte*, Campinas v. 25 , n. 1, p.21 a 39, Set 2003.

SOEIRO, Renato Souza Pinto; TUBINO, Manoel José Gomes. A contribuição da Escola de Educação Física do Exército para o esporte nacional: 1933 a 2000. *Fitness & Performance Journal*, 2003, v. 2, n. 6, p. 336-340.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria Jose C. de. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

O surgimento da educação física no meio militar: Um estudo comparativo entre a Marinha e o Exército Brasileiro*

The emergence of physical education in military media: A comparative study between the Navy and the Brazilian Army

Erik Bueno de Ávila

Bacharelado em Educação Física pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Especialização em Curso Avançado de Gestão Esportiva e Atividades Motoras Adaptadas

Raphael de Mattos Soares

Graduado em Educação Física pelas Faculdades Integradas Maria Thereza. Especializado em Atividade Física Adaptada e Saúde (UGF) e MBA em Gestão de Academia (FACINTER)

Bruna Medeiros Neves

Mestre em Ciências da Atividade Física (UNIVERSO), Pós-graduada em Gestão e Marketing Esportivo (Ibmec), Graduada em Educação Física (UNIVERSO)

Professores do Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN) – Marinha do Brasil

RESUMO

A Educação Física (EF) no Brasil surgiu por influência militar visando à difusão de sua prática por toda a extensão do território com o principal objetivo de criar uma cultura de “corpo são” no povo brasileiro. Marinha (MB) e Exército (EB) foram as instituições pioneiras no desenvolvimento das Escolas de Formação Militar em EF, entretanto, adotaram ações distintas quanto ao seu desenvolvimento. O objetivo deste estudo foi comparar as vertentes e os rumos tomados por estas duas Instituições quanto a atuação

ABSTRACT

Physical Education in Brazil emerged from military influence aiming to disseminate its practice throughout the extent of the territory with the main objective of creating a culture of “body” the Brazilian people. Navy and Army were the first institutions in the development of Military Training Schools in physical education, however, adopted different actions for their development. The aim of this study was to compare the strands and the direction taken by these two institutions acting as the same front

* Artigo recebido em 2 de abril de 2016 e aprovado para publicação em 6 de maio de 2016.

das mesmas, frente EF no Brasil. Foi observado que o EB sofreu influência das Missões Alemã e Francesa e seguiu um rumo mais acadêmico da EF, enquanto que a MB com forte influência da Missão Sueca e Norte-Americana, direcionou suas ações para a normatização e organização do esporte, principalmente os náuticos. Atualmente, ambas contribuem com o fomento da EF em todo o País.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física, Educação Física Militar, Educação Física no Brasil

PE in Brazil. It was observed that the Army was influenced by German and French missions and followed a more academic direction of physical education, while the Navy with strong influence of the Swedish and North American mission, directed their actions to the regulation and organization of the sport, especially water. Currently, both contribute to the development of Physical Education across the country.

KEYWORDS: Physical Education, Military Physical Education, Physical Education in Brazil

INTRODUÇÃO

Pouco se discute com a sociedade a respeito da contribuição das Forças Armadas (FFAA) em relação ao esporte, entretanto, praticamente toda bibliografia referente à história da Educação Física no Brasil, remete aos quartéis, que seriam a gênese acadêmica dessa ciência.

Historicamente, as primeiras evidências da influência estrangeira surgiram na Escola de Educação Física da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em 1910 (CANCELLA, 2014, p. XXX) e nos quartéis da Capital Federal (Rio de Janeiro na época), fruto das Missões Alemãs e Francesas. A última, influenciando diretamente a origem das Escolas de Formação de pessoal militar em Educação Física, surgindo inicialmente na Marinha do Brasil (MB), em 1925, e posteriormente no Exército Brasileiro (EB), em 1929. Todas essas ações possuíam praticamente o mesmo objetivo, a difusão por toda extensão do território nacional da cultura do “corpo são” junto ao povo brasileiro, com o intuito de preparar a juventude para uma vida saudável, bem treinada e preparada para as necessidades das Forças Públicas à época.

Percebe-se, ademais, que o EB sofreu influência da missão francesa para sua reorganização de cultura física, apresentando sucesso com esta vertente, e a MB por sua vez tomou rumo semelhante, mas adotou o modelo norte-americano, com influência da Missão Naval Americana, trazendo o tipo de ginástica calistênica, sendo esta definida como um método de exercícios localizados aplicado no tombadilho dos navios e locais de reduzido espaço (GARRIDO, 1998).

Desta forma, podemos dizer que Marinha e Exército foram as instituições pioneiras na prática de exercícios físicos, entretanto, adotaram ações distintas quanto ao seu desenvolvimento.

Nesse sentido, o presente artigo buscou realizar uma análise descritiva e comparativa, periodizando as contribuições da MB e do EB frente ao desenvolvimento da EF, pois não cabe neste texto juízo de valores quanto aos caminhos tomados, tratando-se apenas de uma descrição da observação dos autores. Portanto, o objetivo geral deste estudo foi comparar as vertentes e os rumos tomados pela MB e do EB frente à EF no Brasil, mostrando que, ao longo da história dessas duas instituições, rumos diferentes foram tomados quanto aos seus objetivos fundamentais.

DESENVOLVIMENTO

A Educação Física na Marinha do Brasil

Diferentemente do EB, a organização da EF dentro da MB ocorreu de forma espontânea, quando em seus navios eram realizados jogos, atividades lúdicas e recreativas (CANCELLA, 2014, p. 148).

Mediante isto, houve a necessidade de se regularizar estas atividades e foi por intermédio de oficiais e praças que a MB organizou e sistematizou estas atividades esportivas já existentes, principalmente, o remo, a esgrima, a canoagem e o iatismo. Esta sistematização levou a MB a organizar e promover, principalmente, regatas nas enseadas de Botafogo no Rio de Janeiro e na cidade de Rio Grande, no extremo sul do país.

De acordo com CANCELLA:

Ao longo do século XX, a preocupação da MB quanto à condição física dos seus militares intensificou-se, sendo publicado em 1910 um artigo na edição do 4º bimestre da *Revista Marítima Brasileira* (RMB), propondo a criação de uma Escola de Ginástica no Corpo de Marinheiros com o objetivo de formar monitores para divulgar os jogos e a ginástica sueca pelas escolas e navios da MB, tendo como público-alvo a formação de sargentos e cabos em um curso teórico/prático.

Anteriormente à criação da Escola, para difundir os jogos e a ginástica, houve a criação da Liga dos Sports da Marinha (LSM), no ano de 1915, que contribuiu para a regulamentação das ações esportivas da MB em competições e atividades esportivas da época. Desde então, vários torneios, competições, eventos esportivos, nacionais e internacionais ocorreram ou foram criados, organizados e conduzidos pela Força Naval.

Após este período, a EF na MB seguiu vários caminhos, inclusive na criação da Escola de Educação Física da Marinha, no ano de 1941 (CANCELLA, et al, 2015, p. 37), cujo objetivo principal era formar pessoal qualificado para ministrar as aulas de ginástica e incrementar o treinamento físico do pessoal militar, contribuindo na melhora do treinamento das equipes esportivas já existentes na Força Naval. Com isso, foram incrementadas disciplinas como anatomia, pedagogia esportiva, além de aulas de esgrima, ginástica, natação, boxe e atletismo (CANCELLA, et al, 2015, p. 31).

Atualmente a MB, em sua Escola de Educação Física, forma praças especialistas em EF para atuarem como monitores de exercícios físicos dentro de suas Organizações Militares, possuindo ainda um currículo voltado basicamente para o ensino de modalidades esportivas.

Várias denominações foram dadas à Escola de Educação Física da MB, vindo inclusive a acompanhar a mudança e nomes atuais, hoje, Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes – CEFAN, localizado no Complexo Naval da Avenida Brasil, no Rio de Janeiro. Embora influenciada pelas mudanças de denominação, a mesma ain-

da existe como Escola de Educação Física, atualmente, subordinado ao Comando do CEFAN através da Superintendência de Ensino reportando suas ações à Diretoria de Ensino da Marinha (DEnsM).

Estudos demonstram que a prioridade dada às atividades esportivas e competitivas se deu através dos resultados obtidos pelos "militares atletas" e por "atletas militares" da MB em campeonatos regionais, nacionais e internacionais, fato este que culminou na criação e incorporação em 2008 de Atletas de Alto Rendimento, visando a participação brasileira na 5ª edição dos Jogos Mundiais Militares, ocorridos na cidade do Rio de Janeiro em 2011, consequentemente seguido pelas demais Forças (Exército e Aeronáutica).

Vale ressaltar aqui a importância desta iniciativa da MB com o esporte nacional, pois através da incorporação destes atletas às suas fileiras, pôde-se contribuir significativamente com o desenvolvimento de modalidades pouco privilegiadas por suas Confederações e carentes de apoio ou patrocínio no Brasil. Consequentemente, após o excelente resultado obtido nos 5º Jogos Mundiais Militares, foi criado Programa Olímpico da Marinha – PROLIM, em 2013, onde a MB recruta seus talentos, através de outros programas e projetos agregados às suas Organizações Militares.

A Educação Física no Exército Brasileiro

Conforme já mencionado, durante o período de permanência da Missão Francesa no Brasil, foi dada ao EB a missão de difusão da prática de exercícios físicos para seus militares e como desenvolvimento da cultura de "corpo saudável" para a sociedade como um todo.

As Missões Militares Alemã e Francesa trouxeram modificações ao EB. Nasceu de uma necessidade de padronização e modernização nos campos doutrinários, a Missão Francesa, por exemplo, teve seus trabalhos iniciados em 1920 e a primeira fase foi concentrada nas escolas militares. O motivo da escolha da missão francesa deu-se ao fato do Exército alemão estar à beira da Primeira Guerra Mundial, o que fez com que o Brasil,

talvez até por influência externa, deixasse de ser atendido pela Missão Alemã. Desde o início, a referida missão não influenciou as atividades na Armada brasileira.

Por estarmos vivendo uma mudança forte de Governo no período de 1929, destaca-se a figura de Getúlio Vargas, que buscava uma política centralizadora e intervencionista onde figurava a ideia da colaboração nacional em prol do desenvolvimento da Pátria, a Escola de Sargentos de Infantaria, que mais tarde se tornaria a Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), tornou-se o processo de formação de professores na EF nacional. Por solicitação do Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal, foi autorizado a matrícula de 20 (vinte) professores públicos do DF na primeira turma de diplomados em Educação Física no Brasil.

Em 1930, o Ministério da Guerra promoveu uma reestruturação no Centro Militar de Educação Física, ligando-o, didática e diretamente, ao Estado-Maior do Exército, e, administrativamente, ao próprio Ministério da Guerra. Nesta mesma data, também foi transferido o Centro Militar para a Fortaleza de São João, na Urca (MARINHO, 1980).

Em 1931, o Centro Militar passou a ser um estabelecimento independente, dentro do Exército. Dois anos depois, foi substituído pela EsEFEx, criada, inicialmente, para formar instrutores, monitores, mestre d'armas, monitores de esgrima e médicos especializados, sendo aos civis também permitido tomarem parte dos cursos (MARINHO, 1980). Nesse momento, percebemos a verdadeira vocação do EB no ensino didático e qualificação técnico-profissional dos que por ali passaram.

Focar o caminho percorrido pelo EB na qualificação do seu ensino, que culminou com o ensino regular de professores de Educação Física que mais tarde, ministrariam aulas nos bancos acadêmicos da recém-criada Escola Nacional de Educação Física, hoje Escola de Educação Física e Desportes (EEFD) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Grandes nomes da Educação Física nacional passaram, em algum momento pelos bancos escolares da EsEFEx. Esses profissionais foram enviados aos Estados

Unidos e Europa para qualificação e retornaram com os cursos de especialização e pós-graduação, dando assim, continuidade na melhoria do ensino da Educação Física em todo Brasil.

RESULTADOS

Não se considera neste artigo a necessidade de qualificarmos qual instituição militar foi melhor ou pior na formulação das ações para a Educação Física, não nos cabe juízo de valor, pois cada uma delas buscou dentro de suas possibilidades e disponibilidades do tempo em que estavam, tanto no âmbito militar quanto no meio civil, a complementação profissional, acadêmica e esportiva e tentaram não se afastar da verdadeira missão para as quais foram criadas: difusão das práticas físicas e a higidez física no meio militar e; como consequência da primeira, fomentar e desenvolver a disciplina Educação Física por todo Brasil.

Podemos dizer que ambas as instituições militares, no início, sofreram com a pouca prática formal de profissionais qualificados para a formação do pessoal militar em suas instituições de ensino e não se influenciaram em seu surgimento.

A MB seguiu padrões suecos e americanos enquanto que o EB seguiu padrões alemães e franceses de EF, o que nos daria mais subsídios para novas pesquisas e um aprofundamento do tema no que tange as reais influências estrangeiras, suas vertentes e eventuais consequências.

Quanto aos rumos tomados, podemos perceber através dos momentos de cada Força aqui abordados que a MB foi pioneira na normatização do esporte no Brasil, não possuindo como prioridade a higidez física de seus militares, e que posteriormente, através de uma necessidade de saúde pública, o EB foi incumbido de aprimorar a prática de exercícios físicos para as suas tropas e difundir esta prática pelo País como forma de cultura de saúde pública do povo brasileiro.

Consequentemente, o EB voltou-se para o aprimoramento e difusão da EF no País, levando-o a uma tendência mais acadêmica do conhecimento da prática do exercício,

enquanto a MB instituiu como prioridade a normatização e organização de esportes, principalmente vela e remo.

DISCUSSÃO

A MB teve pouca representatividade na difusão da EF pelo Brasil, pois embora tenha criado uma Escola visando contribuir com o treinamento físico militar, desde o início a privilegiou atividades esportivas e competitivas, não tinha a capilaridade semelhante a do EB, deixando o ensino acadêmico e a formação de pessoal qualificado com um foco menor do que se esperava. Prova disso era o cargo de Diretor da Escola pertencer ao próprio Presidente da Liga de Sports da Marinha, favorecendo uma visão diretamente voltada para a prática esportiva e em menor grau, do ensino acadêmico.

Tentou-se dentro da Marinha implantar a formação da cultura de ensino regular das práticas e culturas físicas, mas a Força estava mais atraída pela participação de seu pessoal pelas práticas competitivas formais e não formais que perduram até os dias atuais.

A Escola de Educação Física da MB foi limitada pelo tempo e a consequência da sua não profissionalização na formação; e a prova disto é a ausência de relatos e referências históricas à sua atuação frente ao desporto nacional, o que clareia ainda mais seu papel de coadjuvante no cenário acadêmico nacional e de formação profissional, muito embora tenham acontecido momentos de altivez como no 1º Congresso Pan-Americano de Educação Física, realizado no Rio de Janeiro, em 1943 na própria Escola da MB, possuindo à época instalações próprias e recém-inauguradas, visitadas inclusive pelo então Presidente da República na época, o Sr. Getúlio Vargas (CANCELLA, et. al., 2015).

Atualmente a MB e o EB contribuem com o fomento ao esporte nacional através do recrutamento de atletas de alto rendimento para representações em competições militares, o que é de grande valia para um país como o Brasil que não possui políticas de esporte bem difundidas.

As FFAA contribuem não apenas com o auxílio financeiro destes atletas, mas também com todo o suporte médico-hospitalar, além de recursos humanos e físicos especializados e bem preparados para o desenvolvimento destes atletas.

Entretanto, pouco é explorado na MB a capacitação de seu pessoal para acompanhar e auxiliar no desenvolvimento destas atividades de alto rendimento, diferentemente do EB que além de desenvolver estudos e pesquisas para aprimorar suas tropas no que tange a preparação física para as mais diversas práticas, também forma pessoal qualificado para desenvolver modalidades e também atuar em arbitragens por exemplo.

CONCLUSÃO

A Marinha contribuiu para a difusão da EF no Brasil e a mesma vem contribuindo de forma significativa com o esporte nacional através de seus recrutamentos de atletas de alto rendimento. Estudos neste sentido seriam interessantes para se medir efetivamente a contribuição destas ações com a formação e desenvolvimento de atletas e/ou modalidades esportivas de pouca expressão que possuem pouco ou nenhum tipo de apoio de patrocínio ou de suas Confederações.

O EB contribuiu significativamente com o desenvolvimento da Educação Física no Brasil e através de sua Escola de nível superior, forma oficiais do EB em educadores físicos, o que consequentemente contribui para o despertar acadêmico destes militares quanto à prática de exercícios, principalmente aqueles também relacionados ao aprimoramento físico de suas tropas, sem deixar de lado os desportos em geral.

Sugere-se de um modo geral após este pequeno comparativo entre Marinha e Exército, que estudos de análise quanto as políticas adotadas pelas FFAA para a prática de exercícios físicos e o desenvolvimento/contribuição do esporte sejam realizados de modo a quantificar qualiquantitativamente a influência das FFAA na EF nacional.

BIBLIOGRAFIA

CANCELLA, Karina. *O Esporte e as Forças Armadas na Primeira República: das atividades gymnasticas às participações em eventos esportivos internacionais (1890-1922)*. 1. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2014.

CANCELLA, Karina.; GARRIDO, F. A. C. ; AVILA, E. B.; SOARES, V. Q.; GROSS, P. S. C. *100 anos de esporte na Marinha do Brasil: da Liga de Sports ao Programa Olímpico*. Rio de Janeiro: CEFAN/Agência 2A Comunicação, 2015. v. 1. 124p.

CASTRO, Celso. In corpore sano – os militares e a introdução da Educação Física no Brasil. *Antropolítica*. Niterói, RJ, nº 2, p.61-78, 1º sem. 1997.

FERREIRA NETO, Amarílio (org.). *Pesquisa Histórica na Educação Física*. Volume 3. Aracruz: Ed. Faculdade de Ciências Humanas de Aracruz, 1998.

GARRIDO, Fernando Antônio Cardoso. Doutorado em Ciências Navais, Trabalho Final do Curso de Política e Estratégia Marítima (C-PEM) da Escola de Guerra Naval (ESG), 2004.

MARINHO, Inezil P. *História Geral da Educação Física*, 2ª ed. São Paulo: Cia. Brasil. Editora, 1980.

MELO, Victor Andrade de. *Militares e imigrantes: “professores” de Educação Física nas escolas brasileiras do século XIX*. In: MELO, Victor Andrade de (org.). Encontro Fluminense de Educação Física Escolar, 1, Niterói, 1996. Anais; MELO, Victor Andrade de. A Educação Física nas escolas brasileiras do século XIX: esporte ou ginástica? In: FERREIRA NETO, A. *Pesquisa Histórica na Educação Física Brasileira*, v. 3. Aracruz: Facha, 1998.

Military Links to Competitive Sport and Games as Part of the Rehabilitation and Recovery Process*

O esporte como parte do processo de reabilitação e recuperação de militares

Ian Brittain

Doutor da Coventry University, United Kingdom.

ABSTRACT

The Paralympic Games grew out of the use of sport in the rehabilitation and recovery process of spinally injured service personnel at Stoke Mandeville hospital, UK following World War II. In recent years there has been a resurgence in the use of sport in the rehabilitation and recovery process of wounded and ill military personnel in number of countries around the world. This brief paper examines some of the possible reasons for this resurgence, as well as the creation of close links between the military sporting rehabilitation practices and the National Paralympic committees in some countries, where an almost symbiotic link appears to be developing between the Paralympic movement and the military rehabilitation and recovery process from which the Paralympic movement originally sprang.

KEYWORDS: Paralympic Games, Military Sport, History of Sport

RESUMO

Os Jogos Paralímpicos cresceram a partir da utilização do desporto no processo de reabilitação e recuperação do pessoal de serviço lesionados em combate no hospital de Stoke Mandeville, no Reino Unido, após a Segunda Guerra Mundial. Nos últimos anos tem havido um ressurgimento na utilização do desporto no processo de reabilitação e recuperação de militares feridos e doentes em vários países ao redor do mundo. Este breve artigo analisa algumas das possíveis razões para esse ressurgimento, bem como a criação de ligações estreitas entre as práticas de reabilitação desportiva militar e os Comitês Paralímpicos Nacionais em alguns países, onde uma ligação quase simbiótica parece estar se desenvolvendo entre o movimento paralímpico e o processo de reabilitação e recuperação militar, a partir do qual o movimento paralímpico originalmente surgiu.

PALAVRAS-CHAVE: Jogos Paralímpicos, Desporto Militar, História do Esporte

* Artigo recebido em 13 de abril de 2016 e aprovado para publicação em 24 de maio de 2016.

INTRODUCTION

Most articles discussing the history of the Paralympic Games describe how they grew out of the rehabilitation of spinally injured British veterans of World War II at Stoke Mandeville Hospital in the UK. However, any direct link between the Paralympic Games and disability sport and military and other types of conflict are rarely, if ever discussed. Yet today, nearly seventy years after the Stoke Mandeville Games began to use competitive sport in the rehabilitation of military veterans there has been a resurgence within the military of certain countries of the use of sport as a rehabilitative tool in the form of sport and adventure activity based rehabilitation programmes and national and international sporting competitions. Such programmes include the USA's Paralympic Military Program and 'Wounded Warriors', Canada's 'Soldiering On', the Australian Paralympic Committee – Australian Defence Force Paralympic Programme and the 'Battle Back' programme in Great Britain. Games include the Warrior Games in the USA and the recently established Invictus Games. The Stoke Mandeville Games, which became the Paralympic Games, quickly broadened their scope to include non-military participants, so it is interesting to note the rise over the last decade or so of military Games open only to veterans with disabilities. Also of interest, however, is the fact that many of the soldiers within these recent sports based military rehabilitation programmes are being fast-tracked into their country's Paralympic training programmes. This brief paper will, therefore, attempt to lay out some of the possible reasons for the reintroduction of these programmes, why the links with the Paralympic training programmes might exist and what the role of Games such as the Warrior Games and the Invictus Games might play in this process.

THE HISTORICAL RELATIONSHIP BETWEEN THE MILITARY AND THE PARALYMPIC GAMES/DISABILITY SPORT

According to Legg et al (2002) prior to World War II most people who received spi-

nal cord injuries were dead within about three years. Dr Ludwig Guttmann, who went on to found the Paralympic Games had, according to Craven (2006), as a doctor in Germany during the 1930s been shocked to learn from his mentor when encountering a coal miner with a broken back that such cases were a waste of time as they would likely soon die due a combination of blood poisoning and kidney failure. However, Brandmeyer and McBee (1986) claim that things began to change after the war when the introduction of sulfa drugs made survival from such injuries a possibility. Unfortunately, survival bought with it a new set of problems as highly negative societal attitudes towards people with disabilities led to many survivors suffering from depression. Guttmann was a German-Jewish Neuro Surgeon who has escaped Nazi Germany in 1939. Following a brief period of work at Oxford University he was commissioned by the British Government in September 1943 to be Director of the National Spinal Injuries Unit at the Ministry of Pensions Hospital, Stoke Mandeville, Aylesbury (Lomi et al., 2004). According to Goodman (1986) his main role was to care for the large volume of military personnel who had incurred spinal injuries during the war, a role he accepted only on condition that he had total autonomy in deciding what treatment the patients received.

Prior to the war there is minimal evidence of organised attempts to use or promote sport within the disabled population and especially those with spinal injuries, who were considered to have little chance of survival. After the war, however, Steadward (1992) claims that medical authorities were forced to rethink their rehabilitative techniques, which were failing to meet the medical and psychological needs of soldiers who had been injured in combat. McCann (1996) claims Guttmann recognised the possibilities for sport to meet these needs amongst his spinally injured patients and so began to introduce sport as part of their rehabilitative regime. Anderson (2003) claims that Guttmann's aim was not only instil a sense of hope and self-esteem within the patients, but also to try and change the negative attitudes within the non-disabled population

towards people with disabilities by showing that they could still be active and productive members of society.

Guttmann (1976; pp. 12-13), highlighted three main areas in which participation in sport could benefit people with disabilities; *i. Sport as a Curative Factor* whereby Guttmann claims that sport is a natural form of remedial exercise that is highly complementary to other forms of remedial exercise; *ii. The Recreational and Psychological Value of Sport* which Guttmann claims restores 'that passion for playful activity and the desire to experience joy and pleasure in life, so deeply inherent in any human being' (1976; p. 12). However, Guttmann states that if the participants do not derive enjoyment from the activity then its restorative powers are lost; *iii. Sport as a means of Social Re-integration* whereby it certain sports allow disabled and non-disabled competitors to compete side by side, Such sport, depending upon the disability might include archery, bowls, table tennis, Guttmann claims this helps create a better understanding between disabled people and their non-disabled peers and aids in their social re-integration through the medium of sport.

MODERN DAY MULTI-SPORT COMPETITIONS FOR MILITARY PERSONNEL

Although initially the Stoke Mandeville Games were meant to be for spinally injured service personnel, it didn't take long for them to be joined by spinally injured civilians attracted to the success of the new treatment regimes for people with spinal injuries introduced by Dr Guttmann at Stoke Mandeville Hospital. It was not until the reintroduction of multi-sport Games for wounded, injured and ill service personnel in the form of the Warrior Games in the USA in 2010 that military only Games for disabled service personnel were really re-established. However, these were primarily for American service personnel, although small groups of competitors from countries such as Great Britain did begin to take part. Then in 2013, whilst serving as a Captain and helicopter pilot in the British Army, Prince Harry was invited to

open the Warrior Games (BBC, 2013). This apparently inspired him to launch a new international competition for wounded and ill servicemen in order to "demonstrate the power of sport to inspire recovery, support rehabilitation and demonstrate life beyond disability" (Telegraph, 2014). The first Invictus Games was held in London in September 2014, using many of the same facilities as had been used for the London 2012 Olympic and Paralympic Games, with around 400 competitors from 13 nations taking part in 9 different sport (Invictus Games Foundation, n.d.a). The Games were so successful that in early 2015 that they led to the founding of the Invictus Games Foundation, based in London whose job it is to develop the legacy of the Games, manage the process of selecting the hosts of future games and oversee their delivery, in much the same way as the International Paralympic Committee do for the Paralympic Games. The next Games are about to take place at the ESPN Wide World of Sports Complex in Orlando, USA from 8 to 12 May 2016 with 500 competitors in 10 sports and it has recently been announced that the 2017 Games will be held in Toronto where they expect 600 competitors to take part in 12 different sports. Bids have also been accepted for a 2018 version of the Games (Invictus Games Foundation, n.d.b). It is clear, therefore, that the importance of competitive sport and Games are playing an increasingly important role within the military rehabilitation and recovery process. Events for wounded military personnel have also recently been added to the programme for the International Military Sports Council (CISM) World Games programme (CISM, 2012). In the remainder of this short paper I will look at some of the possible reasons why competitive sport and Games may have taken on such renewed importance within the military rehabilitation and recovery process.

WHY IS DISABILITY AN ISSUE?

Sudden traumatic disability may have a huge psychological and social impact upon any individual, including military personnel, as their newly defined role as a person with a disability brings with it a variety of possi-

ble impacts including; i. *Social Exclusion and Discrimination* whereby Devine (1997) claims that society has a prescribed set of standards by which we are all measured and when someone's biological make-up or function fails to meet these standards they are 'assumed to be inferior and are subject to a decrease in inclusion in society' (p. 4); ii. *The Economic and Social Position of People with Disabilities* whereby people with disabilities are far less likely to be in employment than their non-disabled counterparts leading to claims by authors such as Oliver (1996; p.115) that 60% of people with disabilities in both Britain and the USA currently live below the poverty line; iii. *Accessibility of the Built Environment* whereby because the built environment in which we all have to live our lives is, on the whole, designed, built, paid for and operated by those within the non-disabled majority it is, more often than not built only with their needs in mind. This often leads to a great deal of accessibility issues for people with a wide variety of impairments and iv. *Self-Confidence and Self-Image* whereby many people with disabilities suffer from low self-esteem brought about by the reactions and comments of others within non-disabled society to their impairments. Seymour (1989) sums this up when she states:

The body in which I live is visible to others. It is the object of social attention. I learn about my body from the impressions I see my body make on other people. These interactions with others provide critical visual data for my self-knowledge
(Seymour, 1989 cited in Hargreaves, 2000; p. 185)

Such reactions can have very strong and long-term negative effects on people with disabilities and the way they view themselves. I have highlighted just a small number of examples of the way sudden traumatic disability might impact upon the lives of people with disabilities, including military personnel. Without the necessary finances and isolated by an inaccessible built envi-

ronment and negative perceptions of their abilities from non-disabled society it is easy to see why inclusion within the wider society becomes extremely difficult for many people with disabilities. Military personnel may be hit even harder by this situation given they were previously highly trained physically very fit individuals who had been able to carry out the majority of physical tasks and activities relatively easily.

WHY THE NEED FOR MILITARY – PARALYMPIC PROGRAMMES?

Over the last decade there has been a marked increase in the overt use of sport in the rehabilitation of soldiers injured in combat. The recent rise of these programmes appears to have come about due to a number of factors. These include: (i) a rise in the number of military personnel surviving combat injuries, but who wounds prevent them from returning to active duty (Chivers, 2009); (ii) the media and political visibility of these conflicts and their impacts meaning that governments and the military need to be seen to be doing something to care properly for these individuals and (iii) the global rise in popularity and importance of disability sport in general, and the Paralympic Games in particular (cf Brittain, 2016). Table I (below) provides a list of the five known programmes that connect military rehabilitation programmes directly to sport and physical activity and when they were introduced.

Programme	Country	Launch
Wounded Warriors	United States	2003
Soldier On	Canada	2006
Paralympic Military Program	United States	2008
Battle Back	Great Britain	2008
Australian Defence Force Paralympic Sport Program	Australia	2010

Part of the reason for the increased need for these programmes has been driven by increased survival rates in the field. According to Brittain and Green (2012; p.250) there are a number of possible reasons for this:

- Overall improvements in general medical knowledge.
- Specific improvements in military medical responses in the field.
- Improvements to military equipment providing protection to the torso and head e.g. Kevlar vests (Gerber, 2003).

Although these factors have led to a drop in the number of soldiers dying from their injuries, they have also led to significant increases the number of soldiers being left with severe disabling injuries. Improvements in protective equipment and civilian and military medicine mean that many individuals who would have previously died from their injuries are now surviving, although they may be left with severe and lifelong disabling conditions.

WHAT'S IN IT FOR THE MILITARY?

According to Gross (2008: 3) military personnel seriously injured in the 19th century received 'little or no medical care'. Since then, however, a combination of interlinked factors have come together, over time, to ensure that military personnel injured in battle receive a greatly improved quality of care. As well as the above mentioned improvements in medical knowledge, issues such as the human rights agenda, disability activism, the close relationship between the military and the state they represent combined with the almost saturated and immediate media coverage of conflicts all around the world have forced both the military and the governments they represent to ensure that individuals who are seen to have made sacrifices for their nation are well treated and looked after. As part of this process, which has run alongside the recent rise to prominence of the Paralympic Games, the military in certain countries such as those outlined above have begun to collaborate with their respective National Paralympic Committees. Possible reasons for this outlined by Brittain & Green (2012; p.251-252) include:

- To provide a positive public relations discourse which might

arise from demonstrating that positive steps are being taken to do all that is possible for the care and welfare of injured military veterans.

- To provide a rehabilitation and recovery process that has well-documented impacts upon the psychological and physical well-being of people with disabilities.

- To provide an engaging rehabilitation method and route for injured veterans, presenting a challenging environment, with the potential to once more represent their nation on the world stage, albeit in the arena of sports rather than combat.

- To maintain morale amongst the military by demonstrating that disability is not a barrier to leading a full and active life.

WHAT'S IN IT FOR THE NATIONAL PARALYMPIC COMMITTEES?

It would appear from the literature (cf Brittain, 2016) that for some of the countries that have engaged in these new military – Paralympic programmes there is an issue of an ageing Paralympic population combined with problems in identifying the next generation of Paralympians to replace them, at a time when the importance of being seen to compete at the Paralympic Games and be successful in Paralympic sport is at all-time high. This has led to a need to find new ways to increase the number of new athletes coming into the system. Therefore, as a result of this Brittain and Green (2012; p.252) cite the following possible reasons for the advent of these programmes:

- Injured military personnel are a potential source of new athletes who, other than their newly acquired injuries have strong, physically fit bodies that are already used to enduring hours of hard training. They are also well disciplined, used to taking orders and work well in team situations which often means that they can adapt quickly to the rigours of

training necessary to reach the heights of Paralympic sport.

- As with Olympic Sports in most countries, government funding for Paralympic sport in future years is often dependent upon medal success. Every NPC in this situation is, therefore, always on the lookout for the next Paralympic star, or at least a new method of finding them in order to secure the future funding upon which everyone's livelihood depends.

- Media interest in the military is usually quite high and so programmes such as these provide an excellent opportunity to promote and raise awareness of disability and Paralympic sport within a particular country.

CONCLUSION

Current literature regarding the use of competitive sport and Games within the military – disability – rehabilitation and recovery nexus remains quite sparse a number of au-

thors have commented upon the apparent benefits of such an approach (cf Messinger, 2010; Weaver et al., 2009; Sakic et al., 2007) and many of their claims directly support those originally made by Guttmann outlined earlier in this paper when setting up the Stoke Mandeville Games as part of the rehabilitation and recovery process of those spinally injured military personnel from World War II. It is possibly somewhat ironic, therefore, that the Paralympic movement and its athlete pool is being partly refreshed from the ranks of the military to whom it owes its very existence. Interestingly, however, this time around current Paralympians are visiting recently injured soldiers in order to help them come to terms with their newly acquired disability and to discuss with them the kinds of problems and issues they will face in their rehabilitation and recovery. An almost symbiotic link appears to be developing in some countries between the Paralympic movement and the military rehabilitation and recovery process from which the Paralympic movement originally sprang.

BIBLIOGRAPHY

ANDERSON, J. (2003) Turned in Tax Payers': Paraplegia, Rehabilitation and Sport at Stoke Mandeville, 1944-56, *Journal of Contemporary History*, 38 (3): 461-475.

BBC, 2013, Prince Harry starts off Warrior Games event in US. Retrieved from <http://www.bbc.co.uk/news/22504970>

BRANDMEYER, G.A. and McBee, G.F. (1986) Social Status and Athletic Competition for the Disabled Athletes: The Case of Wheelchair Road-Racing, in Sherrill, C. (ed.) *Sport and Disabled Athletes*, Champaign, IL: Human Kinetics.

BRITAIN, I. (2016) *The Paralympic Games Explained (2nd Edition)*, Abingdon: Routledge.

CARDEN-COYNE, A. (2007) Ungrateful Bodies: Rehabilitation, Resistance and Disabled American Veterans of the First World War, *European Review of History*, 14(4): 534-565.

CHIVERS, S. (2009) Disabled Veterans in the Americas: Canadians "Soldier On" after Afghanistan – Operation Enduring Freedom and the Canadian Mission, *Canadian Review of American Studies*, 39(3): 321-342.

CISM, 2012, CISM presents the project "Injured Soldiers" to IPC. Retrieved from http://www.cism-milspport.org/eng/013_EVENTS/2012/12-02-03_IPC_Inj_Soldiers/Injured_soldiers_IPC.asp

CRAVEN, Sir P. (2006), *Paralympic Athletes Inspiring and Exciting the World*, presentation at the XIXth British National Olympic Academy, Greenwich, UK on 29th April.

DEVINE, M.A. (1997) Inclusive Leisure Services and Research: A Consideration of the Use of Social Construction Theory, *Journal of Leisurability*, Vol. 24(2), p. 3 – 11.

GERBER, D.A. (2003) Disabled Veterans, the State, and the Experience of Disability in Western Societies, 1914-1950, *Journal of Social History*, 36(4): 899-916.

GOODMAN, S. (1986) *Spirit of Stoke Mandeville: the story of Sir Ludwig Guttmann* London: Collins.

GROSS, M.L. (2008) Why Treat the Wounded? Warrior Care, Military Salvage, and National Health, *American Journal of Bioethics*, 8(2): 3-12.

GUTTMANN, L. (1976). *Textbook of Sport for the Disabled*, Alden Press, Oxford.

HARGREAVES, J. (2000) *Heroines of Sport: The Politics of Difference and Identity*, London: Routledge.

INVICTUS GAMES FOUNDATION (n.d.a) The Invictus Games Foundation. Retrieved from <https://invictusgamesfoundation.org/>

INVICTUS GAMES FOUNDATION (n.d.b) The Invictus Games. Retrieved from <https://invictusgamesfoundation.org/games>

LEGG, D., Emes, C, Stewart, D. & Steadward, R, (2002) Historical Overview of the Paralympics, Special Olympics and Deaflympics, *Palaestra*, 20(1): 30 – 35, 56.

LOMI, C., Geroulanos, E. & Kekatos, E., (2004) Sir Ludwig Guttmann – “The de Coubertin of the Paralysed”, *Journal of the Hellenic Association of Orthopaedic and Traumatology*, 55 (1). (http://www.acta-ortho.gr/v55t1_6.html) accessed 7-11-08.

MCCANN, C. (1996) Sports for the Disabled: the evolution from rehabilitation to competitive sport, *Brit. Jnl of Sports Medicine*, 30 (4), 279-280.

MESSINGER, S., D. (2010) Getting past the accident: explosive devices, limb loss, and refashioning a life in a military medical center. *Med Anthropol Q.*, 24 (3), 281-303.

OLIVER, M. (1996) *Understanding Disability: From Theory to Practice*, MacMillan Press Ltd, London.

SAKIĆ, V.A., Sakić, D., Badovinac, O. & Pjevac, N. (2007) Importance of kinesiology recreation beginning in early rehabilitation in Zagreb, *Acta Medica Croatica*, 61(1): 75-76.

SEYMOUR, W. (1989) *Body Alterations*, London: Unwin Hyman.

STEADWARD, R.D. (1992) Excellence – The Future of Sports for Athletes with Disabilities, in Williams, T., Almond, L. and Sparkes, A. (eds.) *Sport and Physical Activity: Moving Towards Excellence*, London: E & FN Spon.

TELEGRAPH, 2014, Prince Harry launches Invictus Games for wounded servicemen. Retrieved from <http://www.telegraph.co.uk/news/uknews/prince-harry/10679969/Prince-Harry-launches-Invictus-Games-for-wounded-servicemen.html>

WEAVER, F.M., Burns, S.P., Evans, C.T., Rapacki, L.M., Goldstein, B. & Hammond, M.C. (2009) Provider Perspectives on Soldiers With New Spinal Cord Injuries Returning From Iraq and Afghanistan, *Archives of Physical Medicine and Rehabilitation*, 29(3): 517-521.

O desenvolvimento científico do esporte militar e civil no Brasil: o papel catalisador da Marinha brasileira e da Academia do Conseil International du Sport Militaire – CISM (1957-1986)*

Scientific development of military sport and civil
In Brazil: catalyst paper of the Brazilian Navy and
Conseil Academy International du Sport Militaire –
CISM (1957-1986)

Lamartine P. DaCosta

Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências de Exercício e do Esporte da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Pesquisador do International Olympic Committee – Advanced Research Grant Program 2015, Doutor em Filosofia (UGF), Livre Docente em Gestão do Esporte (UERJ), Capitão de Mar e Guerra (FN-Ref).

RESUMO

Os avanços de desenvolvimento no esporte na Marinha brasileira tiveram efeitos de longa duração tanto por meio da Liga de Sports da Marinha, criada em 1915, como também da Academia do Conselho Internacional do Esporte Militar, atuante no Brasil nas décadas de 1960 e 1970. A presente revisão histórica analisa fatos ocorridos na segunda metade do século XX que comprovam a função catalisadora de ambas entidades postas sob exame nas relações da Marinha com a sociedade civil do País.

PALAVRAS-CHAVE: Marinha do Brasil; esporte militar; estratégia de gestão

ABSTRACT

The developmental drives of sport in the Brazilian Navy had been revealed by long duration effects from the Navy Sports League, created in 1915, as much as from the Academy of the International Military Sport Council during the 1960s and 1970s. As such, this historical fact-finding reviews selected data from the second half of the 20th century which demonstrate the catalytic nature of both institutions in terms of the Navy's relationships with civil society.

KEYWORDS: Brazilian Navy; military sport; management strategy

* Artigo recebido em 14 de abril de 2016 e aprovado para publicação em 27 de maio de 2016.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do esporte na Marinha Brasileira tem se caracterizado por renovações proeminentes seguidas de longos períodos de estabilidade em que se consolidaram os avanços obtidos. Esta interpretação generalista fundamenta-se na revisão histórica de Cancelli & Mataruna¹ sobre o esporte na Marinha desde meados do século XIX até os Jogos Esportivos Mundiais Militares sediados no Brasil em 2011.

O avanço produzido pela criação da Liga de Sports da Marinha (LSM) em 1915 é um exemplo típico da característica de tal perspectiva pendular, pela expansão de esportes resultante daquela associação voluntária de líderes militares com clubes esportivos civis e seus atletas.² Posteriormente em 1922, outro impulso de destaque originou-se da realização dos Jogos Olímpicos Latino-Americanos no Rio de Janeiro, quando o Exército e a Marinha associaram-se a entidades civis para a gestão do primeiro megaevento esportivo ocorrido no Brasil.³

Impacto semelhante surgiu na década de 1930, quando a preparação de atletas da natação e polo aquático da Marinha brasileira, visando a participação nos Jogos Olímpicos de Berlim, em 1936, foi orientada pelo técnico japonês Takashiro Saito⁴. Depois desse evento que influenciou a natação brasileira civil nas décadas de 1930 e 1940 – segundo relato de Maria Lenk⁵ –, somente nos anos de 1960 a Marinha voltaria a produzir renovações em sua vida esportiva com impactos externos, no caso resultantes da introdução da pesquisa científica também na preparação de atletas no então existente Centro de Esportes da Marinha.

Na perspectiva dessas generalizações, importa mencionar que os avanços aconteceram por exceção em meio à rotina de práticas esportivas da Marinha brasileira que tem se apoiado desde o século XX no quadro de praças especializados em Educação Física (EP) e mais recentemente no Brazilian Navy; military sport; management strategy. Quadro Técnico do Corpo Auxiliar (CP-T) correspondente para oficiais. Ou seja: os impulsos de desenvolvimento citados ocorreram dentro da tradição naval, mas, sobretudo

com significados relacionados ao âmbito civil do País. Esta linha de conta consolidou-se pela criação da LSM cujas iniciativas foram compartilhadas tanto na Marinha como em clubes esportivos da cidade do Rio de Janeiro na primeira metade do século XX⁶.

Tal feição, ora entendida como catalisadora da Marinha brasileira na relação militar-civil do esporte, teve contudo seu ápice no decorrer dos anos de 1930, como relata DaCosta⁷:

O então Primeiro-Tenente Médico Heriberto Paiva, da Marinha de Guerra, que acompanhava a delegação brasileira aos Jogos Olímpicos de Los Angeles (1932), observou que a inferioridade dos nossos nadadores devia-se ao desconhecimento de um método de trabalho adequado. Regressando ao Brasil, incutiu nos dirigentes da extinta Liga de Sports da Marinha a necessidade da adoção de novas técnicas. Em 1934, após prolongados entendimentos governamentais, chegava ao Rio de Janeiro o técnico japonês Takashiro Saito, da equipe de Matsusawa. A influência de Saito fez-se sentir a curto prazo, com a conquista da hegemonia sul-americana através de Manoel da Rocha Villar, Benevenuto Nunes, Isaac Moraes, Antonio Ferreira dos Santos, João Havelange e outros. O impulso também atingiu São Paulo, onde Carlos de Campos Sobrinho, técnico da equipe de natação da Associação Atlética São Paulo, de 1930 a 1933, já conseguira performances razoáveis com Forssell e Maria Lenk.

O impacto desse intercâmbio com o exterior e com o esporte de alta competição do mundo civil do País, completa a transcrição anterior.⁸

Saito, nos dez meses que permaneceu em nosso País, lançou, em condições permanentes, as bases do treinamento sistematizado da escola japonesa, tendo como veículo os nadadores da Marinha que ficaram à sua disposição em tempo integral. (...) O empenho do eminente técnico japonês em transmitir conhecimentos chegou a ponto de ser organizado um livro, publicado em 1935, com o título *Como vencer na natação*, no qual se estudava o conjunto de fatores considerados no treinamento, que eram propriamente chamados pelo autor de "Treinamento Controlado". Esta brochura é

a primeira obra escrita sobre o treinamento sistematizado em nosso País.

Isto posto, a presente reconstituição histórica propõe-se a revisar o avanço mencionado dos anos de 1960-1970, cuja participação exterior à Marinha deveu-se na ocasião à Academia do Conseil International du Sport Militaire – ACISM, com sede na Bélgica, com influências que se estenderam ao protagonismo civil do esporte brasileiro. A periodização no caso situa-se desde a inauguração da ACISM, em 1957, até seu encerramento das atividades em 1986.

A INFLUÊNCIA DO CISM NO ESPORTE MILITAR

Em oposição aos impulsos anteriores ao pós-Guerra Mundial (1939-1945), o avanço do esporte na Marinha e nas Forças Armadas do Brasil, na década de 1960, partiu de um suporte militar externo, definido pelo CISM e sua ramificação científica, a ACISM, a qual eventualmente atuava em associação com meios civis de pesquisa e intercâmbio. Note-se neste particular que o CISM em si mesmo representou, segundo DaCosta⁹, a tendência de agregar nexos científicos ao treinamento físico militar em lugar da ênfase na simples capacitação para o combate, ainda predominante nos anos de 1950. Esta mesma fonte ainda focalizando os anos de 1960, aponta a coincidência do desenvolvimento promovido pelo CISM com o domínio então crescente da ciência no treinamento de atletas e na gestão das entidades esportivas no mundo civil.¹⁰

Não surpreendentemente, vários membros pioneiros da ACISM atuaram em entidades esportivas civis em condições equivalentes a suas funções militares. Este foi o caso do Major Raoul Mollet (Bélgica), que atuou como Secretário-Geral do CISM e membro da ACISM entre os anos de 1960 e de 1980, tornando-o um personagem emblemático do esporte militar em perspectivas internacionais como também autor consagrado de obras técnicas dirigidas ao mundo civil.

Vale citar diante de tais circunstâncias o testemunho pessoal do presente autor constante de uma avaliação promovida recentemente pelo próprio CISM.¹¹

O autor deste ensaio acompanhou no Brasil a promoção de duplo significado de Raoul Mollet, que se dirigia tanto para os temas militares relacionados ao CISM como ao público civil interessado no seu método Power Training. E como consequência, seus livros traduzidos para o português eram produtos comerciais no Brasil. Eu me tornei adepto desta dupla opção nos anos de 1960 por permitir trânsito nos ambientes acadêmicos internacionais e por manter meu status de pesquisador na vida militar. Posteriormente na década de 1970 eu atuei como treinador de equipes militares simultaneamente produzindo pesquisas de impacto internacional.

Além do então Capitão-Tenente (FN) Lamartine DaCosta, o citado relato nomeia personalidades do Exército e da Marinha que marcaram tanto a influência do CISM como o próprio desenvolvimento do esporte nacional a partir dos anos de 1960.¹²

Outros optantes do modelo militar-civil da ACISM no Brasil foram o Capitão José Pires Gonçalves (Exército), Tenente Manoel Tubino (Marinha) e Capitão Cláudio Coutinho (Exército), este último destacando-se pela sua longa parceria com o Major Kenneth Cooper da US Air Force.

Entretanto, em outra fonte também do próprio CISM, uma importância equivalente às lideranças foi atribuída às abordagens científicas do treinamento físico-esportivo, como se resume a seguir em resgate histórico da ACISM, as propostas destacadas de intervenção durante a década de 1960¹³ (CISM, 2010):

O conceito do 'Treinamento Total' do Major Raoul Mollet abordou a capacitação física como condicionamento fisiológico, aquisição de resistência e endurance, desenvolvimento neuromuscular, ganhos de força muscular, trabalho psicológico e treinamento invisível (dieta, hábitos de vida, família, trabalho etc). Já o "Altitude Training" do Capitão Lamartine DaCosta foi proposto como treinamento das capacidades físicas em nível superior à altitude do local da competição visando a aquisição de endurance por meio da redução da pressão parcial de oxigênio. Por sua vez, o "One Program of Physical Conditioning" do Major Kenne-

th Cooper apoiou-se nos treinamentos de longa duração e no respectivo acompanhamento das reações individuais por meio de um teste padronizado.

Em resumo, igualmente com base na fonte destas declarações, o papel da ACISM durante sua existência mostrou-se também como catalisador nas suas relações com entidades militares e civis brasileiras. Esta interpretação é também justificada em escala maior pela circulação de sua revista técnica *Sport Internacional* – publicada em inglês e francês –, tanto quanto pela organização sistemática de clínicas de atualização de treinadores esportivos para competições de alto desempenho, por congressos de temas técnico-esportivos e por seus manuais técnicos com acesso livre, também em inglês e francês.

Como fatos relevantes desses meios de relacionamento e de informação técnico-científica, a fonte CISM (2010) apresenta a seguinte linha de tempo:¹⁴

1957 – Inauguração da Academia do CISM com o objetivo de dar amplo acesso aos membros militares do desenvolvimento científico do esporte por meio de três seções: doutrinas de treinamento físico, medicina do esporte, técnicas e métodos de treinamento esportivo.

1958 – Criação da revista *Sport Internacional* com ênfase inicial em artigos técnicos e pesquisas relacionadas aos métodos Interval-Training, Circuit-Training, Cross-Progression, Fartlek e PowerTraining criado por Raoul Mollet em 1954.

1960 – Publicação do livro *Medicine of the Sport*, incluindo um capítulo denominado de “Military Sports Medicine”, tendo como autor o Coronel G. Tartarelli (Itália), incluindo pesquisas relacionadas à academia do CISM; divulgação pela ACISM do método Total Training de Raoul Mollet.

1965 – Publicação pela ACISM de estudos e pesquisa sobre a altitude tendo em vista a realização dos Jogos Olímpicos do México 1968 (*Sport Internacional* nº 26).

1966 – Publicação pela ACISM de um Manual sobre o Altitude Training desenvolvido no Brasil pelo Capitão Lamartine DaCosta.

1968 – Simpósio da ACISM na França, “The Military Methods of Physical and Spor-

ts Training”, com participantes de 28 países, incluindo o Major Kenneth Cooper, da Força Aérea dos EE.UU.

1974 – Realização em Buenos Aires, Argentina, do “International Days of Sport Studying” promovido pela ACISM com 1.300 participantes e 22 palestrantes convidados.

1986 – Encerramento das atividades da ACISM e despedida de Raoul Mollet após 32 anos de mandato de Secretário-Geral do CISM.

Diante desta trajetória, cabe enfatizar que a influência do CISM per se no Brasil se manteve ativa em termos de gestão militar esportiva nas décadas seguintes à dissolução dos impactos da ACISM. Isto aconteceu tendo em vista as representações das Forças Armadas brasileiras nos sucessivos campeonatos do CISM com ápice na realização dos Jogos Mundiais Militares do CISM, organizados no Rio de Janeiro em 2011, reunindo 88 nações com 5.650 atletas (268 brasileiros) em 20 modalidades esportivas. Neste evento, o Brasil conquistou o maior número de medalhas, o que confirma a importância destacada na fase pós ACISM do esporte militar no País, incluindo naturalmente a Marinha, responsável por 35% desses resultados.¹⁵

O PAPEL CATALISADOR DA MARINHA BRASILEIRA

De fato, a influência maior do CISM nas Forças Armadas brasileiras sempre se manifestou por via das representações do País presentes nos programas de competições internacionais daquela entidade. A própria conexão do CISM com a Marinha brasileira se fez primeiramente por intermédio da seleção das Forças Armadas para as competições de Pentatlo Militar (tiro, natação utilitária, lançamento de granadas, pista de obstáculos e corrida *cross-country*). Esta modalidade, inicialmente concentrada no Exército, passou a ter a Marinha como suporte em 1962, com seus atletas a partir de 1964 tornando-se focos de pesquisas sobre resiliência física observados durante os períodos não dedicados ao treinamento pré-competição.

A implantação desta dupla finalidade – treinamento atlético e acompanhamento

das reações aos esforços físicos de longa duração – coube ao então Capitão-Tenente (FN) Lamartine DaCosta, egresso à época da Escola de Educação Física do Exército – EsEFEx e que também compartilhava de atividades da ACISM na Europa. Como tal, este pesquisador registrou em livro publicado em 1967, no Brasil, a adoção do modelo ACISM e o desdobramento das investigações que tiveram como ponto de partida os efeitos do clima tropical sobre o treinamento esportivo e prosseguiram com observações dos efeitos da altitude nos atletas do Pentatlo Militar com experiência internacional.¹⁶

Diferenças à parte, reproduziu-se então uma experiência similar a de Takashiro Saito ocorrida no mesmo local três décadas passadas com atletas militares da Marinha, incluindo a publicação da memória das intervenções realizadas. A distinção a ser realçada no caso foi a longa duração exigida pelas observações de pesquisa, totalizando três anos (1964-1966) em contraste com os dez meses da missão japonesa de 1935. Contudo, o impacto de transferência de conhecimentos da versão 1962-1967 mostrou-se mais eficaz por ter a ACISM como vetor de compartilhamento com a sociedade civil no Brasil e no exterior como se expõe adiante.

Do ponto de vista do papel exercido pela Marinha ao hospedar o Pentatlo Militar, a função catalisadora manifestou-se de imediato com a instalação do Pentatlo Naval no Centro de Esportes da Marinha, em 1963; criou-se assim mais uma representação internacional nas competições do CISM a partir do Brasil que se desenvolveu por influências mútuas com o Pentatlo Militar. De modo significativo, o Pentatlo Naval (pista de obstáculos, natação de salvamento, natação utilitária, habilidades navais e *cross-country* anfíbio) apresentou respostas rápidas aos estímulos do Pentatlo Militar desde que nesta modalidade a seleção brasileira foi campeã mundial em 1965 na Holanda, ao passo que a versão naval alcançou a mesma láurea já em 1967, na Grécia.

Adicionalmente o Pentatlo Naval brasileiro tem exibido continuidade nos resultados, tendo sido campeão mundial do CISM em 1972, na Suécia, em 1986 no Brasil e em 2015 na Coreia do Sul, mantendo-se com o

suporte do Centro de Esportes da Marinha até 1973 – data da extinção desta entidade – e depois com vinculação ao Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes – CEFAN, no Rio de Janeiro. Entretanto, este caso sugere ser particularizado sobretudo como exemplo de boa gestão esportiva militar uma vez que não adotou o modelo ACISM de intercâmbio com o ambiente civil.

Por conseguinte, torna-se factível interpretar a jornada do Pentatlo Militar na Marinha brasileira como uma narrativa histórica coincidente com as tradições da LSM. Neste propósito, importa citar a fonte Santoro¹⁷, que classificou tal ocorrência como “inovação” em termos da história do esporte nacional e construiu uma linha do tempo com significados e repercussões narrados a seguir:

1964-1966: Neste período, Lamartine DaCosta realizou vários experimentos sobre o efeito do calor na performance atlética, usando como elemento de observação a variação de temperaturas em diferentes altitudes em montanhas do Rio de Janeiro. Os sujeitos foram dez atletas da representação brasileira de Pentatlo Militar, todos com experiência internacional. Ao longo dos três anos de medições, verificou-se, estatisticamente, que o gradiente altitude tinha mais efeito sobre a qualidade física da resistência do que a temperatura, em condições opostas; ao passo que a elevação da temperatura reduzia, a subida gradual da altitude aumentava a resistência dos atletas a posteriori. Formalizou-se, então, um método de treinamento físico que pudesse explorar a melhoria progressiva da resistência por meio de repetições de esforços em altitudes variadas, com a denominação de Altitude Training.

1965: Seis atletas do grupo experimental do Altitude Training formaram a seleção brasileira que compareceu ao Campeonato do Mundo de Pentatlo Militar, realizado na Holanda neste ano, sagrando-se campeões por equipe. Nesta ocasião, estes atletas venceram a prova de 8 km *cross-country*, com resultados jamais obtidos em provas internacionais de longa distância por atletas nacionais militares.

1967: Publica-se o livro *A atividade desportiva nos climas tropicais e uma solução*

experimental: o Altitude Training, de Lamartine DaCosta, em que se expõe o processo de descobertas sucessivas partindo do aperfeiçoamento do conhecimento básico vindo do exterior via experimentos científicos locais.

1967: Neste ano publicou-se uma segunda obra sobre pesquisas em altitude, por Lamartine DaCosta, na qual se apresentavam sugestões para a aclimação e treinamento local dos atletas brasileiros de diferentes modalidades visando-se aos Jogos Olímpicos do México, no ano seguinte. O livro foi denominado de *Planejamento México* e foi cancelado pela então Divisão de Educação Física-DEF do MEC, que também financiou a viagem e permanência do autor no México, quando de sua inclusão no grupo de cientistas observadores internacionais das condições de performances atléticas em altitudes elevadas. O *Planejamento México*, portanto, consistiu no ajustamento do Altitude Training à adequação do atleta brasileiro à aclimação local na cidade sede das Olimpíadas de 1968.

1968: Realização de um curso de um mês para representantes de todas as faculdades de Educação Física do País – que na época somavam 30 entidades – e que resultou em um livro não comercializado, depois entregue a todos os alunos da graduação respectiva àquela área de formação profissional. A proposta era introduzir a disciplina de treinamento esportivo nas faculdades de Educação Física, pois este campo de estudo estava defasado perante os centros mais avançados do exterior. Esse curso chamou-se “Ciência do Treinamento Desportivo” para dar uma dimensão científica à Educação Física que, naquela época, era deficitária neste setor.

1969-1970: A ACISM publica, em língua inglesa, o livro *A atividade desportiva nos climas tropicais e uma solução experimental*: o Altitude Training, dando curso internacional ao método desenvolvido no Brasil, como também concede a Lamartine DaCosta um prêmio especial por suas pesquisas pioneiras. A International Society of Biometeorology convida o pesquisador brasileiro para fazer parte de seus quadros. E, neste mesmo ano, logo após se instalar a Comissão Técnica da Seleção Brasileira de Futebol

para a Copa do Mundo de Futebol de 1970, no México, Lamartine DaCosta é convidado por João Saldanha, seu titular, a assessorar a Comissão quanto ao treinamento físico e aclimação dos jogadores.

Ao se sintetizar essas aproximações, o fator catalisador da Marinha brasileira associada a outras entidades militares do País torna-se mais evidente. Este argumento é também encontrado num relato de Tubino & DaCosta¹⁸, em que se constata um impacto de longo prazo produzido pela ACISM na ciência do esporte praticada no Brasil.

Em 1968, Manoel Gomes Tubino, Cláudio Coutinho e Nery do Nascimento representaram a Comissão Desportiva das Forças Armadas – CDFA (hoje CMDDB) – no Simpósio de Treinamento Físico de Fontainebleau, na França, promovido pela Academia do CISM. Neste evento, os três especialistas brasileiros travaram relações com Kenneth Cooper, então médico militar dos EUA e membro da ACISM, e outros nomes de destaque na área de treinamento e fisiologia aplicada ao esporte. Os resultados deste evento repercutiram por toda a década de 1970 no Brasil: o método de Cooper – e o respectivo teste de 12 minutos – tornou-se popular em escala nacional, tendo como alavanca a sua utilização no treinamento físico da Seleção Brasileira de Futebol para a Copa do Mundo no México, em 1970, na qual um dos preparadores físicos foi Cláudio Coutinho. Além disso, a ACISM estreitou os laços com os especialistas brasileiros, trazendo ao Brasil um naipe de prestígio internacional para um seminário em 1972, que consolidou definitivamente o treinamento esportivo associado à medicina do esporte no País em termos acadêmicos. Neste evento, além do próprio Cooper, estavam presentes Philip Rasch (EUA) da Cinesiologia, Raoul Mollet (Bélgica) do Treinamento Total, Lelio Ribeiro (Portugal) dos fundamentos do treinamento esportivo, Maurício Rocha da fisiologia do exercício e Lamartine DaCosta, que cobriu a parte de metodologia da pesquisa. Coincidentemente, o Seminário da ACISM-1972 no RJ marcou também a consolidação dos laboratórios de fisiologia do exercício da UFRJ (o primeiro especializado do País sob condução de Maurício Rocha), da UFRGS, com

Eduardo de Rose e da USP, com Maria Augusta Kiss, ambos presentes no Seminário.

CONCLUSÕES

As relações de contexto dos fatos relatados pelas fontes reunidas neste ensaio sugerem que a iniciativa catalisadora da ACISM em suas interfaces militares e civis com o esporte brasileiro assumiu efetivamente identidade similar à Liga de Sports da Marinha, mas com adicionais valores agregados sobretudo científicos e internacionais.

Destaque-se neste propósito que o trabalho conjugado da ACISM com a Marinha brasileira

utilizou-se da mobilização de cientistas de renome internacional para atuação associada com seus pares brasileiros, gerando um impacto que deu sentido ao desenvolvimento do esporte civil do País nas décadas de 1960-1970, com repercussões nas décadas seguintes.

Em última instância, a sobrevivência das influências da LSM e da ACISM em trabalhos colaborativos de índole militar-civil demonstrou ser de longa duração. Esta caracterização é por si só um atributo para a validação de ambos os modelos de intervenção para ações futuras, o primeiro de natureza comunitária e o segundo voltado para à ciência e à sua gestão.

¹ CANCELLA, K. & MATARUNA, L. Para o “desenvolvimento physico do pessoal da Armada”, institucionaliza-se o esporte: análises sobre as primeiras aproximações da Marinha do Brasil com as práticas esportivas e o processo de fundação da Liga de Sports da Marinha. *Navigator*. Vol. 8, n. 15, 2012, p. 101 – 113.

² CANCELLA, K.; GARRIDO, F.; ÁVILA, E. B.; SOARES, V. Q.; GROSS, P. S. C. *100 anos de esporte na Marinha do Brasil*: da ‘Liga de Sports’ ao Programa Olímpico. 1. ed. Rio de Janeiro: Agência 2 A Comunicações, 2015, p. 22-37.

³ TORRES, C. Jogos Olímpicos Latino-Americanos – Rio de Janeiro, 1922. 1 ed. Manaus: CBAAt, 2012, p. 79 – 114; DaCosta, L. Exposição internacional do Rio de Janeiro – 1922: um marco histórico do Movimento Olímpico e do Esporte na América do Sul. *Coletânea do IV Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física*. Belo Horizonte: UFMG, 1996, p. 441-416.

⁴ DACOSTA, L. Introdução à moderna ciência do treinamento desportivo. 1 ed. Brasília: Divisão de Educação Física – MEC, 1968, p. 1-16.

⁵ Lenk, M. Braçadas & abraços. 1 ed. Rio de Janeiro: Atlântica-Boavista, 1982, p. 83-92.

⁶ Ibid. p. 28-36.

⁷ Ibid. p. 10.

⁸ Ibid. p. 10.

⁹ DACOSTA, L. The Armed Forces as stakeholder in the development of sports science: practical experiences in knowledge management. *Proceedings Book of the CISM International Symposium*. Prague: Sports Research Institute of Czech Armed Forces, 2009, p. 23-32.

¹⁰ DACOSTA, L. From old to new Academy. *Proceedings Book of the CISM International Symposium*. Prague: Sports Research Institute of Czech Armed Forces, 2009, p. 182-186.

¹¹ Ibid. p. 182-186.

¹² Ibid. p. 185.

¹³ CISM. Chronology of CISM Academy. 2010. Available at http://www.cism-milspport.org/eng/017_DOWNLOADS/Documents/Minutes_GA_2013/8.%20CISM%20Academy%20History.pdf

¹⁴ Ibid. <http://www.cism-milspport.org/eng/017>

¹⁵ MINISTÉRIO DA DEFESA. 2011. <http://jogosmilitares.defesa.gov.br/noticias/385-brasil-quadro-de-medalhas>.

¹⁶ DACOSTA, L. *A Atividade desportiva nos climas tropicais e uma solução experimental*: o Altitude Training. 1 ed. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1967, p. 1-10.

¹⁷ SANTORO, M. Inovações tecnológicas e científicas – A renovação científica do futebol brasileiro na Copa de Mundo de 1970 – México. In *Atlas do Esporte no Brasil*, DaCosta, L. (ed), 2005. Disponível em www.atlasesportebrasil.org.br/textos/299.pdf

¹⁸ TUBINO, M. G. & DACOSTA, L. Treinamento Esportivo. In *Atlas do Esporte no Brasil*, DaCosta, L. (ed), 2005. Disponível em <http://www.atlasesportebrasil.org.br/textos/315.pdf>

Artigos

Paloma Siqueira Fonseca

Nuno Saldanha

Recrutamento forçado para a Armada Imperial nas Guerras da Independência e da Cisplatina*

Forced recruitment into the Imperial Army in the Wars of Independence and Cislatin

Paloma Siqueira Fonseca

Mestre em História pela Universidade de Brasília.

RESUMO

O recrutamento forçado foi uma prática utilizada pela Marinha do Brasil para guarnecer os navios da Armada Imperial nas Guerras de Independência do Brasil (1823) e da Cisplatina (1825-1828). As levas de recrutas eram depositadas na presiganga, navio que serve de presídio da Marinha, no Porto do Rio de Janeiro. Naquela época, a Marinha aproveitou a experiência náutica de marinheiros mercantes e empregou homens acusados de vadiagem, dando-lhes um destino útil para a constituição do Império do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: recrutamento forçado; navios de guerra; navio-presídio

ABSTRACT

Impressment was a practice used by the Brazil Navy to man the ships of the Imperial Armada in the wars of independence of Brazil (1823) and Cislatin (1825-1828). The waves of recruits were deposited in presiganga, prison-ship Navy, in the port of Rio de Janeiro. At that time, the Navy took the boating experience of merchant seamen and employed men accused of vagrancy, giving them a useful target for the establishment of the Empire of Brazil.

KEYWORDS: impressment; warships; prison-ship

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A prática do recrutamento forçado subsistiu largamente na Marinha do Brasil Império mesmo após a criação em 1836 das companhias de imperiais marinheiros, que passaram a fixar, com fins correccionais, os recrutas à força. Como era pequeno o número dos que se apresentavam voluntariamente para servir, esse tipo de recrutamento constituiu fonte essencial para guarnecer os navios nacionais com marinheiros nas primeiras décadas do século XIX.¹ O recrutamento forçado para guarnecer navios de guerra remonta ao período de formação dos impérios marítimos e foi utilizado por países que construíram esse tipo de

* Artigo recebido em 10 de abril de 2014 e aprovado para publicação em 30 de novembro de 2015.

império, como a Grã-Bretanha. Portanto, era prática típica de governos que entravam em conflitos beligerantes para adquirir e manter possessões, ou, como no caso dos Estados Unidos, para obter sua independência.²

O termo inglês *press-gang* referia-se a essa prática, indicando o destacamento naval sob o comando de um oficial encarregado, em tempo de guerra, de recrutar à força homens para servirem na Marinha inglesa. O termo deu origem, no Brasil, a 'presiganga', anglicismo que designava um navio que servia de prisão. Sob os cuidados do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, a Nau *Príncipe Real*, navio desarmado que serviu como presiganga, manteve em depósito os recrutas forçados durante as Guerras da Independência e da Cisplatina, antes que fossem transferidos, em 1827, para outros navios desarmados.³

Em sua existência, de 1808 a 1831, o navio presídio esteve associado mais fortemente como depósito de condenados a trabalhos forçados pela justiça comum e militar. Os recrutas, por não serem utilizados nos serviços em terra, eram presos transitórios, aguardando um destino para as guarnições dos navios da Armada. Frequentemente, acreditavam-se detidos na presiganga porque os teriam confundido com meliantes, mas, diferentemente dos outros *forçados* condenados, os recrutas estavam associados ao contexto das independências nacionais no continente americano, não podendo ser considerados criminosos, mas destinados às lides do mar e das batalhas em prol do Império do Brasil.

A respeito da maré revolucionária que se alastrara pelo mundo ocidental nas primeiras décadas do século XIX, foi inspirada nos modelos da revolução americana e da revolução francesa, esta última realizando o ideal da 'nação em armas', boa parte sustentado pela ênfase ocidental na disciplina. O tipo de compromisso antes reservado somente a oficiais era esperado que fosse exibido por soldados. O nacionalismo começou a pautar a lealdade das tropas, de forma que esse novo elemento influenciou táticas, logísticas e estratégias.⁴

De acordo com a historiadora Iara Lis Carvalho Souza, o Brasil como corpo político au-

tônomo, surgiu como pacto social em torno da *persona* de Dom Pedro I, através do sistema de adesões das câmaras provinciais, da liturgia do poder e do povo em armas. O pacto social enfeixado no imperador pressupôs o consentimento do poder local, expressou-se em festas (procissões, cortejos, desfiles), arregimentou tropas em paradas militares e para a repressão a sedições. O povo em armas significava um dos aspectos de celebração e de defesa da monarquia, tornada constitucional com Dom Pedro I. A própria noção de 'povo' estava consubstanciada no seu emprego em forças armadas, sujeito a códigos disciplinares e à ordem do trabalho.⁵

Portanto, nas duas campanhas militares em que a Marinha esteve envolvida entre 1823 e 1828, transportando forças de terra ou entrando com navios em bloqueios e batalhas, o componente do nacionalismo ou de adesão a uma causa nacional conferiu sentido aos compromissos e alianças na luta contra portugueses e espanhóis da região platina. Por outro lado, e de forma ambígua, os homens livres pobres, pouco afeitos à rígida disciplina da Marinha, por serem forçados a compor as guarnições dos navios, não demonstravam de forma veemente a adesão ao projeto nacional e imperial, pelo contrário, procuravam se subtrair ao recrutamento, como veremos.

Resumidamente, a campanha da Independência (1823) incluiu o emprego de Forças Navais para afastar as forças portuguesas mandadas pelas Cortes com o objetivo de recolonização. A campanha se deu em duas frentes: Bahia e Cisplatina. Na Cisplatina, houve bloqueio do Porto de Montevideu e batalha naval em 21 de outubro com derrota do lado português, que capitulou em novembro. Na Bahia, também houve bloqueio do porto e batalha naval em 4 de maio, mas esta ficou indecisa, havendo avarias nos navios e feridos em ambos os lados: as tropas lusitanas, desesperançadas de receber socorro de Portugal, sitiadas por terra e bloqueadas por mar com forças organizadas pelo Império do Brasil, retornaram em julho a Portugal; missões pacificadoras foram empreendidas no Maranhão e no Pará.

Durante a Campanha Cisplatina (1825-1828), o Brasil Império travou combate

contra as Províncias Unidas do Rio da Prata (atual Argentina) pela manutenção da Província Cisplatina (atual Uruguai), incorporada pela Coroa portuguesa em julho de 1821. Tratou-se de uma guerra de bloqueio ao Rio da Prata, incluindo batalhas navais, mas também de corso. Apesar de a Armada ter atingido seu maior poderio na época da navegação a vela – quase 100 navios –, a República Oriental do Uruguai obteve sua independência, o erário do Brasil foi à bancarrota e a imagem política de Dom Pedro I se desgastou.⁶

O DEPÓSITO DE RECRUTAS

A Marinha, ao tempo das Guerras da Independência e da Cisplatina, realizava recrutamentos no mar com o uso de embarcações; por terra, era abastecida de homens pela polícia, sediada na Corte, e por autoridades provinciais. Tripulantes de navios mercantes e homens remetidos de províncias distantes como Pará e Rio Grande do Sul compuseram as guarnições dos navios de guerra, não sem antes passar pela presiganga. Vejamos uma das implicações de se recrutar no mar e em terra num período crucial de formação da Marinha do Brasil, durante a Campanha da Independência, em agosto de 1823, para completar a guarnição da Corveta *Liberal*:

Na noite do dia 7 para 8 do corrente se receberam neste depósito 35 praças de marinhagem, 29 recrutados pela Polícia e seis pelos escaleres do Arsenal e desta nau; no número dos seis veio o inglês Henry Sandou – seu verdadeiro nome – conduzido pelo cabo da ponte Ribeiro; e no número dos 29 veio o Marinheiro Petter. No dia 9, veio a este depósito um oficial inglês que dizia ser do paquete, com um marinheiro português que servia de língua e, estranhando achar o dito marinheiro Sandou preso, me disse que culpa tinha cometido, respondi-lhe que tinha vindo preso no número dos recrutas para o serviço da Esquadra, e querendo-o levar, lhe disse que para isso dependia de ordem, portanto

que fosse ao Arsenal da Marinha falar com o Exmo. Sr. Inspetor, pois é de quem recebia as ordens, o qual logo se retirou. Para completar a guarnição da Corveta *Liberal*, não só foram todos os recrutas que existiam, indo no dito número os referidos ingleses, como na noite antecedente se procedeu o recrutamento, cujas praças na madrugada do dia 14 foram para a dita corveta.⁷

Em resumo, para a marinhagem da Corveta *Liberal*, prestes a sair, os 35 recrutas foram recebidos na presiganga na noite do dia 7 de agosto; no dia 14, foram enviados à corveta; ficaram, portanto, seis dias no depósito, provavelmente aguardando a partida do navio de destino.⁸ Havia domínios de recrutamento: a polícia o fazia em terra (29 recrutas); o Arsenal e a própria presiganga o faziam no mar (seis recrutas), com escaleres. O que podia causar confusão era a estada dos recrutas no navio presídio, que era associado ao depósito de condenados: o oficial inglês de um paquete, auxiliado por um intérprete, enfim descobriu que o Marinheiro Sandou não estava na presiganga pelo fato de ter sido acusado de alguma culpa, e sim por ter sido recrutado para o serviço da Esquadra.

A polícia, à época, era a entidade responsável pela captura, condenação e remessa para as prisões de criminosos e 'vadios'. A guarda de polícia, força policial de tempo integral, organizada militarmente, alimentou as prisões juntamente com os juízes do crime durante mais de 20 anos, de 1808 a 1830.⁹ As autoridades policiais se comunicavam amplamente com as autoridades navais quando ocorriam deserções de trabalhadores forçados e de membros da corporação, ou, ainda, como veremos neste trabalho, fugas de marinheiros mercantes para não serem recrutados e quando havia remessa de 'vadios' para as prisões.

No recrutamento à época da campanha da Independência, a fonte de recrutas mais abundante não vinha do mar, mas de terra, sob os auspícios da guarda de polícia. A partir de 1824, esse quadro se modificou, devido à adoção de um recrutamento dirigido a navios mercantes nacionais:

Sendo indispensável que haja sempre a bordo da presiganga uma quantidade disponível de marinheiros aptos para guarnecerem os navios de guerra; e não bastando para isto o recrutamento que é costume proceder-se em terra, manda S.M., o Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha, que o Inspetor do Arsenal da Marinha expeça as convenientes ordens a fim de proceder-se também a um recrutamento de marinhagem a bordo de todas as embarcações de comércio nacionais que entrarem neste porto, tirando-se proporcionalmente de cada uma o número de indivíduos, cuja falta não prejudique a sua segurança.¹⁰

Mesmo assim, essas ações de recrutamento nem sempre se passavam com lisura, e o fruto delas podia não ser o esperado. Atos de suborno feitos por marinheiros, para deixarem de ser recrutados, ocorriam, e os agentes que realizavam o recrutamento passavam a ser malvistas pelas autoridades navais, como ocorreu com o Sargento Feliciano José da Costa que, “acompanhado de dois soldados, trocou no ato daquele recrutamento honra e brio por 3 mil e 400 réis”.¹¹

Outras vezes, os recrutas não faziam parte da tripulação dos navios mercantes, pois estavam ali somente de passagem: José Gonçalves Moreira pediu para ser solto da presiganga, visto que ocorrera um engano quando o recrutaram como marujo no *Príncipe Regente*, pois neste navio estava a negócios. Moreira confessou que, se ele estava matriculado na equipagem do navio, foi para não pagar passagem, conforme o trato que fizera com o mestre da embarcação. Moreira carregava três escravos no *Príncipe Regente*, que retornava de Moçambique.¹²

Na entrada da barra, a embarcação que realizava o recrutamento era o Bergantim *Príncipezinho*, situado à frente da Fortaleza de Villegagnon, a proteger que os navios que entram deem fundo e não atraquem a eles sem estarem desembarçados pela Alfândega, para virem para cima; e juntamente recrutar por ordem regular a maruja das embarcações que entram à barra.¹³

Entre os imprevistos que causavam transtornos ao recrutamento de marinheiros das embarcações mercantes estava a fuga desses homens, que desembarcavam fora da barra para não serem pegos nas levas. Diante disso, o intendente-geral da polícia tomaria as providências para que aqueles indivíduos fossem apreendidos e remetidos ao Arsenal de Marinha.¹⁴

Com efeito, muitos foram os fugitivos de navios mercantes com o objetivo de se subtraírem ao recrutamento. Também denominados ‘desertores’ pelas autoridades navais, eles eram identificados pelo nome do navio de que eram tripulantes, pela naturalidade, idade, estatura, rosto e soldo que recebiam. Uma lista continha os nomes dos marinheiros fugitivos com idades entre 12 e 48 anos, com estatura variando entre ‘baixa’, ‘ordinária’ e ‘alta’ e rosto identificado como ‘redondo’ ou ‘comprido’, sinais distintivos importantes para a localização dos desertores.¹⁵

As contas da marinhagem em fuga surgiam sem parar no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro: os Bergantins *Minerva*, *Oriente*, *Prontidão*, *Senhora dos Remédios* e *Tejo*, além das Sumacas *Argelina*, *Aurora*, *Eufrásia*, *Flor do Porto*, *Leopoldina*, *Maria José*, *Piedade* e *União* foram algumas, entre outras embarcações mercantes, que sofreram baixas de marinhagem à entrada da barra do Rio de Janeiro.¹⁶ A respeito de como os marinheiros realizavam a fuga, segue o relato da captura de quatro deles pelo comandante da bateria de Copacabana, Manuel Antônio Pacheco:

Participo a V.Sa. que chegou na praia próxima a estas baterias um bote com sete marinheiros, os quais, depois de encalharem o dito bote, correram para o mato; e supondo em que se teriam escapado de alguma embarcação de guerra, os mandei seguir, e só se puderam prender quatro, os quais dizem pertencer à guarnição do Bergantim *Ligeiro*, que veio de Cabinda, e que eles tinham saído de bordo para não serem presos à entrada da barra para os navios da Esquadra, os cujos remeto a V.Sa., que determinará o que for servido.¹⁷

Nem só de infortúnios para a Marinha vivia a prática do recrutamento. Seu fim, o de guarnecer os navios de guerra, fazia-se a contento, da perspectiva da instituição: Manuel José foi recrutado pelos escaleres do Arsenal a bordo da Escuna *Urânia* e passado para a Corveta *Maceió*;¹⁸ nove praças de marinhagem foram para a Barca canhoneira *Parati*, acompanhados da guia onde constavam nome, filiação, naturalidade e data dos vencimentos de cada um.¹⁹

DA UTILIDADE DOS RECRUTAS

Mesmo que, aparentemente, muitos recrutas não tivessem condições físicas e mentais para o serviço de mar, eram aproveitados pela instituição. À época da campanha da Independência, o cirurgião-mor das Armadas Francisco Júlio Xavier atestou que um grupo de 16 recrutas depositados na presiganga estava incapaz para o Serviço Nacional e Imperial:

1 Antônio Pedro – braço direito aleijado

2 Manuel Joaquim – fístulas de uretra

3 Felisberto Pereira – aleijado do braço direito

4 João José de Miranda – acidentados de gota-coral

5 Faustino dos Santos – cego de todo

6 José Martins – aleijado da perna esquerda

7 José Ferreira – mania e velhice

8 Felizardo Miguel – fratura mal curada dos ossos do peito

9 Pedro da Silva – várias fístulas antigas nas costas

10 Antônio Afonso – fístulas de uretra

11 Francisco José – idiotismo, mania passiva

12 Mariano João Inácio – hérnia de estômago

13 José Carlos – hérnia carnosas no escroto

14 Narciso Ferreira – cego

15 Eleutério Maria – aleijado do braço esquerdo e cego de um olho

16 Mateus José – aleijado da perna esquerda²⁰

As deficiências físicas e visuais – braço aleijado, perna aleijada, cegueira – naquele grupo de ‘marinheiros’, como o cirurgião denominava os recrutas, podiam impedir a realização de atividades que exigiam destreza física, além de visualização rápida e definida de objetos e pessoas. As disfunções orgânicas – fístulas de uretra, fístulas nas costas, hérnia de estômago, hérnia de escroto –, por causarem dor intensa e incômodos variados, podiam acarretar descompasso ou interrupção em atividades repetitivas e rotineiras, assim como os distúrbios de ordem mental – epilepsia, mania, idiotismo. Assim, de acordo com o cirurgião, nenhum daqueles homens tinha aptidão para servir em navios de guerra.

No entanto, o Ministro Luís da Cunha Moreira foi favorável à utilização dos 16 recrutas ao ordenar ao inspetor do Arsenal que preenchesse com aqueles homens a guarnição dos navios que estavam em preparativos para sair, homens que aparentemente não tinham a mínima compleição ou disposição física e mental para passar cabos ou mesmo realizar a faxina de um navio.²¹ O que esperar de Eleutério Maria, “aleijado do braço esquerdo e cego de um olho”, em um ritmo ditado pela disciplina, onde cada um dos membros de um navio desempenhava uma função, em determinado tempo, para cuidar de numerosos pormenores favoráveis ao desempenho náutico? Qual foi a intenção do ministro em mandar Faustino dos Santos, “cego de todo”, para as lides no mar e, por desventura, para a linha de batalha?

A experiência do recruta José Joaquim de Abreu, alguns meses após o atestado sobre os outros 16, pode ajudar a compreender esse aproveitamento de pessoas em princípio impróprias para o tipo de serviço em navio. O recruta Abreu, juntamente com outro, foi remetido da presiganga para o Quartel do Corpo de Artilharia da Marinha, para ali assentar praça, mas o Comandante do Corpo, José Joaquim do Couto, tornou a enviá-lo para o navio presídio por considerá-lo velho, com uma belida (mancha branca na córnea do olho) e com os movimentos de um dos braços limitados, e assim incapaz para assentar praça. O ministro, diante disso, ordenou ao inspetor que o cirurgião e o

comandante da nau presiganga examinasse o recruta devolvido.²²

O cirurgião considerou que “o recruta não pode servir em soldado porque tem o olho direito com uma catarata incipiente; porém, sim, pode ocupar-se no serviço da Esquadra”. Marcelino de Souza Mafra, o comandante da presiganga, confirmou “que é visível a catarata que o dito recruta tem no olho direito, porquanto não pode servir na praça de soldado”, mas poderia “empregar-se como marinheiro pelo ser e ter andado nos navios de guerra seis anos, o qual vi ter de idade 39 anos”.²³ Portanto, o recruta foi indicado por ambos para o serviço na Esquadra como marinheiro, por ser mais proveitoso nessa condição, ao invés de desenvolver o serviço como soldado: muito provavelmente, o manejo de cordas não exigia visão mais apurada do que o manejo da artilharia para o tiro; além do mais, Mafra lembrou que Abreu tinha seis anos de experiência como marinheiro em navios de guerra.

No caso do recruta Abreu, fica evidente que a qualidade mais valorizada pela Marinha no serviço náutico não era a aptidão física ou a juventude, mas o domínio, a destreza, o tirocínio para as operações a serem realizadas em embarcações, como marujos. De acordo com Mafra, o recruta Abreu possuía experiência como marinheiro e sua idade avançada não pesava contra seu ingresso como recruta do mar. Portanto, concluímos que, no caso dos 16 recrutas, o cirurgião, por ter uma visão médica sobre os corpos, num primeiro momento desaconselhara o ingresso daqueles homens no serviço naval; o ministro da Marinha, por ter uma visão política, aproveitara os aparentemente incapazes e lhes dera um destino muito provavelmente em conformidade com o passado marinheiro daqueles homens.

Ao tempo da Guerra Cisplatina, entre os recrutas estrangeiros, havia os designados genericamente ‘espanhóis’, ou seja, aqueles naturais de colônias espanholas, seja as do Centro-Sul da América, ou até mesmo das Filipinas (Manila): José Benito Rodrigues, José Antônio Calbo e Juan Lozano foram para bordo do Bergantim *Independência ou Morte*, incluídos entre 60 recrutas de marinhagem; Luís de los Santos, remetido da Ca-

nhoneira *Esperança*, foi recrutado à entrada da barra a bordo da Sumaca *Piedade*, e foi com guia para aquele bergantim; Joan Espinosa, remetido do Cúter *Meruhy*, também foi recrutado à entrada da barra a bordo do Bergantim *Conde dos Arcos*, e foi com guia para o correio *Dois de Julho*.²⁴

Os espanhóis José Areal, Lourenço Cabrera, Salvador do Rio, José Francisco e Manuel Caro pediram para ser soltos da presiganga, por intermédio do cônsul interno da Espanha no Brasil José de Lavat y Rincón, argumentando que não eram desertores do serviço imperial.²⁵ Os cinco, presos de leva pela Polícia, mais outros cinco também presos, novamente recorreram ao cônsul, dessa vez logo depois que o imperador em pessoa visitou a presiganga. De acordo com os presos espanhóis, Dom Pedro I chegou ao depósito em 15 de novembro de 1826 para lhes propor se queriam servir na Armada voluntariamente. Respondendo que não, o monarca perguntou ao comandante a razão de eles estarem detidos, e este, segundo os suplicantes, afirmou que estavam naquela situação por ordem do cônsul. Os espanhóis, então, desejavam saber a causa ou motivo porque se achavam presos, pois foram pegos de leva sem ter feito renitência, pedindo ao cônsul que “se sirva de mediar no possível por nossa liberdade tanto para buscar a vida os bons, como para tratar de sua saúde os enfermos”.²⁶ Marcelino de Souza Mafra, por sua vez, contestou os presos na parte em que afirmavam que Dom Pedro I teria lhe perguntado o motivo da prisão: segundo Mafra, tal coisa não sucedeu, “e ouvindo-os, afirmam que me não ouviram dizer semelhante coisa”.²⁷

Nesse episódio em que o imperador visitou a presiganga para propor aos recrutas se queriam servir voluntariamente, há muitos significados envolvidos e que merecem reflexão. Em primeiro lugar, não há notícia de que Dom João VI tenha visitado a presiganga, mesmo nas ocasiões em que, ao longo da campanha da Banda Oriental (1816-20), precisou de braços para guarnecer os navios de guerra. Esse tipo de ação parece mais condizente com a juventude e temperamento de seu filho Dom Pedro I, que, à época da visita, tinha 28 anos de idade.

Em segundo lugar, por esse ato, o imperador ampliou os recursos de que dispunha para dispor o povo em armas: além de utilizar a comutação de pena como instrumento para angariar mão de obra para as embarcações de guerra, como o fez com degredados e galés, Dom Pedro I também recorreu ao engajamento voluntário, propondo-o em pessoa aos recrutas. Naquele contexto, em que a fidelidade ao monarca estava vinculada à luta por uma causa nacional, o herdeiro de Dom João VI reafirmou a crença em uma identidade nacional enfeixada em sua *persona*.²⁸

Na campanha da Independência, a Polícia tomou de leva três franceses em Praia Grande, quando iam embarcar de volta ao Rio de Janeiro, autodeclarados artífices: Guillaume Dat, tintureiro; Joseph Deposebé, marceneiro; e Cazimir Josef Tauconier, chaveiro. Depositados na presiganga, Dat foi posto em liberdade, mas não há notícia da soltura para Deposebé e Tauconier.²⁹ É importante salientar que Dat se apresentou como tintureiro junto a Monsieur Bernard, com endereço fixo – Rua dos Latoeiros, n. 15 – e, portanto, possuía um elemento que o isentava da vadiagem; quanto a Deposebé e Tauconier, não há menção a endereço. Com efeito, entre os homens livres pobres, não ter local de trabalho era a condição associada à pessoa considerada vadia, aquela que não possuía ofício em que se empregasse.

Assim, os artífices estrangeiros somente poderiam ser soltos quando houvesse comprovação do exercício de um ofício junto a uma loja ou residência. Sem esse requisito, existia uma indistinção a respeito da nacionalidade dos 'vadios': sendo franceses ou espanhóis, os homens pegos nas levadas poderiam até apelar ao cônsul de suas nacionalidades, argumentando que não tinham cometido faltas ou que eram estrangeiros no Brasil. Mas sabemos que constituíam objeto de recrutamento forçado justamente por comporem os dois principais perfis de recrutáveis: marinheiros mercantes pegos pela Marinha e 'vadios' pegos pela Polícia.

José Freire Sardinha, por exemplo, era um desses tipos socialmente indesejáveis, remetido pelo intendente-geral da polícia por ser vadio e não ter domicílio, vivendo

de desencaminhar mulheres alheias, como praticou com a de um tal Antônio de Oliveira Maia, roubando-a juntamente com uma escrava e duas crias. Assim, o inspetor considerava que podia ser empregado em qualquer serviço do Arsenal, mas ainda melhor em marujo de alguma embarcação.³⁰ A Marinha, então, ao utilizar a prática do recrutamento forçado, aproveitava os desocupados, empregando-os no serviço naval.

Em outra ocasião, o mesmo intendente-geral da polícia ficou autorizado a remeter para o Arsenal de Marinha os vadios e desconhecidos, presos em diversos distritos, que não podiam ser pronunciados por falta de interesse de partes que promovessem testemunhas.³¹ Diante disso, e acostumadas que estavam as autoridades navais a lidar com os galés que chegavam ao Arsenal a partir das guias em que constavam culpa e pena do infrator, o inspetor indagava ao ministro se a recepção dos indivíduos naquela condição podia ser feita mesmo sem a guia.³² Os homens considerados vadios, nessas circunstâncias, constituíam os recrutas que seriam adestrados no serviço naval, enquanto os marinheiros mercantes seriam aproveitados como experientes homens do mar. Por adestramento e por absorção, a Marinha valeu-se de ambas as fontes de recrutas durante as duas guerras em que foi preciso utilizar forças navais.

Além de marinheiros mercantes e 'vadios', a presiganga também recebeu homens de outras províncias, inclusive índios. Guaranis, muito provavelmente provenientes de aldeamentos, foram remetidos do Rio de Grande do Sul em navios mercantes, gratuitamente ou não: Estevão Martins e Santiago Lopes foram transportados na Sumaca *Penha*, cujo mestre era José Francisco da Silva, o qual levou pelo frete de cada um dos guaranis 12 mil e 800 réis; o mestre da Sumaca *Santa Rita*, José da Silva Mafra, recebeu esse mesmo valor por cada um dos guaranis Pedro Paulo e Manuel Antônio; Paulo Gurity, João Jujuy e Pedro Pascoal foram transportados gratuitamente no Bergantim *Conceição*.³³ Quatorze guaranis depositados na presiganga se ofereceram voluntariamente para ser praças do Corpo de Artilharia da Marinha.³⁴ A esse respeito,

os presidentes de província deveriam fazer remessa de índios que estivessem em condições de serem empregados no serviço do Arsenal e no dos navios de guerra.³⁵

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presiganga não foi a única embarcação da Marinha que custodiou recrutas até que fossem remetidos para os navios de guerra. Outros navios desarmados tornaram-se depósito de recrutas, muito provavelmente porque a presiganga estava associada ao depósito de pessoas condenadas que realizavam trabalhos forçados, e isso acarretava problemas com outras autoridades, como cônsules e ministros. Outra razão para a utilização de outros navios para depósito era a própria superlotação da presiganga: tornou-se inviável, operacionalmente, lidar com uma série de grupos de presos, uns mais permanentes, outros temporários como os recrutas. As *Naus Vasco da Gama* e *Pedro I* (ex-*Martins de Freitas*), navios de grande porte, remanescentes da Armada portuguesa, cumpriram esse papel, desafogando a *Príncipe Real* a partir de janeiro de 1827.³⁶

Com a incumbência de informar à Assembleia Legislativa sobre os recrutamentos realizados pela Marinha, desde a instalação daquela Assembleia em maio de 1826, até maio de 1829, o inspetor do Arsenal forneceu números precisos e preciosos: 32 recrutamentos foram mandados realizar pelos ministros da Marinha desde aquele ano, somente quatro dos quais por ordem escrita e o restante por ordem verbal comunicada pelos ajudantes do ministro à Inspeção. Do total de 3.167 recrutados, 2.308 (72,9%) foram empregados na Armada e 859 (27,1%) assentados em quartéis.³⁷

A Marinha, portanto, utilizou a maior parte dos recrutas no serviço em navios, como

marujos, enquanto uma parte menor foi destinada a assentar praça nos quartéis da Artilharia, indicando que a demanda maior por braços era na guarnição de fragatas, brigues e corvetas, num período em que não existia profissionalização do pessoal que exercia trabalho pesado nas embarcações à vela (faxina, manuseio do cordame e do velame etc.). Ao mesmo tempo, a Marinha, ao ordenar os recrutamentos, valia-se predominantemente de comunicações informais, indicando o espírito de urgência das guerras, quando havia necessidade de armar os navios e guarnecê-los com homens.

Os navios que tomavam os rumos Norte e Sul do País em processo de independência e constituição nacional eram guarnecidos, em grande medida, por homens provenientes do recrutamento forçado, sejam marheiros mercantes ou homens acusados de vadiagem, todos aproveitados pela Marinha, não importando se fossem estrangeiros ou indígenas. As tentativas de evasão desse tipo de recrutamento incluíam fugas de marheiros antes que seus navios comerciais atracassem no porto, suborno de oficiais da Marinha, além de, como no caso dos estrangeiros detidos na presiganga, queixas a cônsules sob a alegação de que não possuíam culpa. A faixa etária dos recrutas ia de adolescentes a homens de meia-idade, não importando se possuísem algum tipo de deficiência física ou distúrbio mental, como no caso dos mercantes, e mesmo se não possuísem algum tipo de ofício, como no caso dos 'vadios'. O importante é que a Marinha saberia aproveitá-los, seja absorvendo sua experiência de marujos, ou habilitando-os ao serviço naval, fornecendo utilidade ao empregá-los em uma causa nacional, como bem expressou a visita de Dom Pedro I à presiganga para perguntar a estrangeiros se queriam servir voluntariamente.

- ¹ GREENHALGH, Juvenal. *O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na História*. Rio de Janeiro: IBGE, p. 186. Para o recrutamento forçado realizado pelo Arsenal de Marinha, ver pp. 186-193.
- ² Para o recrutamento forçado na Grã-Bretanha de 1714 a 1830, ver ROGERS, Nicholas. *The press gang: naval impressment and its opponents in Georgian Britain*. London: Continuum, 2008. Para o recrutamento forçado nos Estados Unidos, por volta do mesmo período, ver CHOATE, Jean. *At sea under impressment accounts of involuntary service aboard Navy and pirate vessels, 1700-1820*. Jefferson, NC: McFarland & Company Incorporated, 2010.
- ³ Sobre a presiganga, ver GREENHALGH, Juvenal. *Presigangas e calabouços: prisões da Marinha no século XIX*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1998. FONSECA, Paloma Siqueira. A presiganga e as punições da Marinha (1808-1831). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV/Bom Texto, pp. 139-157; FONSECA, Paloma Siqueira. A presiganga real (1808-1831) e as punições da Marinha. In: MAIA, Clarissa Nunes; NETO, Flávio de Sá; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz (org.). *História das prisões no Brasil*. v. 1. Rio de Janeiro: Record, pp. 109-134.
- ⁴ LYNN, John. Nations in arms, 1763-1815. In: PARKER, Geoffrey (ed.). *The Cambridge illustrated history of warfare: the triumph of the West*. Cambridge: University Press, 1995, pp. 186-213.
- ⁵ SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)*. São Paulo: Unesp, 1999, especialmente pp. 68, 82, 164, 173-9.
- ⁶ Para descrição detalhada das guerras no período, ver DONATO, Hernâni. *Dicionário das batalhas brasileiras*. 2. ed. São Paulo: Ibrasa, 1996, pp. 98-110. MAIA, João do Prado. *A Marinha de Guerra do Brasil na colônia e no império (tentativa de reconstituição histórica)*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1965, pp. 36-131.
- ⁷ Arquivo Nacional, doravante AN, maço XM 726, Ofício do comandante da presiganga, 19 ago. 1823.
- ⁸ A Corveta *Liberal* foi a capitânia da divisão naval comandada pelo Capitão de Mar e Guerra Pedro Antônio Nunes, que fez o bloqueio do Porto de Montevidéu. Uma batalha naval envolvendo esse navio ocorreu em 21 de outubro de 1823. Ver MAIA, João do Prado. *Op. cit.*, p. 69-70.
- ⁹ HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: FGV, 1997, particularmente a "Introdução" e o capítulo "Primórdios, 1808-30".
- ¹⁰ BRASIL. Decisões. Portaria n. 172, de 17 de agosto de 1824 (Manda recrutar marinheiros dos navios mercantes para o serviço da Armada). Disponível em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>. Acesso em: 10-01-2014.
- ¹¹ AN, maço XM 792, Ofício do inspetor, 21 out. 1825.
- ¹² AN, maço XM 792, Requerimento de José Gonçalves Moreira, s/d; Ofício do comandante da presiganga, 13 Jan. 1825; Atestado de Antônio José Bondoso, 17 jan. 1825; Ofício do inspetor, 21 jan. 1825.
- ¹³ AN, maço XM 793, Ofício do inspetor, 29 fev. 1826.
- ¹⁴ BRASIL. Decisões. Aviso n. 11, de 24 de janeiro de 1826 (Manda apreender os marinheiros das embarcações de comércio nacionais que desembarcarem fora da barra). Disponível em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>. Acesso em: 10-01-2014.
- ¹⁵ AN, maço XM 793, "Relação da gente que fugiu das tripulações das embarcações abaixo mencionadas, segundo refere a parte do capitão comandante do Brigue *Príncipezinho*, datada de 18 do corrente", por Francisco Antônio da Silva Pacheco, em 22 de março de 1826.
- ¹⁶ AN, maço XM 793, Ofícios do inspetor, 19 jan., 16 fev., 25 fev., 29 fev., 7 mar., 12 mar. 1826.
- ¹⁷ AN, maço XM 793, Ofício de Manuel Antônio Pacheco, comandante da bateria de Copacabana, ao Coronel Comandante-Geral da Artilharia Francisco de Paula de Vasconcelos, 24 nov. 1826; "Relação dos marinheiros presos pelo destacamento de Copacabana", por Manuel Antônio Pacheco, 24 nov. 1826; Ofício do ajudante general Bento Barroso Pereira, 25 nov. 1826; Ofício do inspetor, 25 nov. 1826.
- ¹⁸ AN, maço XM 792, Ofício do comandante da presiganga, 17 out. 1825; Ofício do inspetor, 18 out. 1825.
- ¹⁹ AN, maço XM 792, Ofícios do comandante da presiganga, 28 abr., 26 e 27 jun. 1825; Ofício do inspetor, 27 jun.
- ²⁰ AN, maço XM 726, Atestado do cirurgião, 23 mar. 1823.
- ²¹ AN, maço XM 726, Despacho do ministro, s/d: "Ao inspetor que as praças inclusas passem a servir nos navios da Esquadra com as praças que o merecem, sendo distribuídos por todos os navios".
- ²² AN, maço XM 726, Ofício do comandante da Artilharia da Marinha, 25 jun. 1823; Ofício do inspetor, 25 jun. 1823; Despacho do ministro, 30 jun. 1823.
- ²³ AN, maço XM 726, Atestado do cirurgião, 3 jul.; Ofício do comandante da presiganga, 3 jul. 1823.
- ²⁴ AN, maço XM 793, "Relação dos espanhóis que se diz acharem-se detidos na presiganga", 11 out. 1826; Ofício do comandante da presiganga, 12 out. 1826.
- ²⁵ AN, maço XM 793, Petição de José de Lavaty Rincón, cônsul espanhol, ao ministro dos Estrangeiros, 6 nov. 1826; Aviso do ministro dos Estrangeiros, Marquês de Inhambupe, 7 nov. 1826; Ofício do comandante da presiganga, 11 nov. 1826; Ofício do inspetor, 11 nov. 1826.
- ²⁶ AN, maço XM 793, Requerimento dos presos ao cônsul espanhol, s/d; ofício do inspetor, 21 nov. 1826.
- ²⁷ AN, maço XM 793, Ofício do comandante da presiganga, 20 nov. 1826.
- ²⁸ SOUZA, Iara Lis Carvalho Souza. *Op. cit.*
- ²⁹ AN, maço XM 726, Requerimento coletivo, 3 abr. 1823, em cujo início escreveram *À bord du vaisseau Brésiganga*, corruptela que aludia ao Brasil; ofício do inspetor, 4 abr. 1823. Em outro ofício da mesma data, o inspetor menciona novamente a soltura de Dat e também da "marinhagem inútil".
- ³⁰ AN, maço XM 726, Ofício do inspetor, 21 abr. 1823.
- ³¹ BRASIL. Decisões. Aviso n. 145, de 20 de outubro de 1826 (Manda recrutar para o serviço da Armada os vadios e desconhecidos que forem presos e não puderem ser pronunciados). Disponível em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>. Acesso em: 10-01-2014.
- ³² AN, maço XM 793, Ofício do inspetor, 24 out. 1826.
- ³³ AN, maço XM 793, Ofícios do inspetor, 22. jan., 3 jun., 20 abr. 1826.

³⁴ AN, maço XM 793, "Relação dos guaranis vindos do Rio Grande e existentes neste depósito que se ofereceram voluntariamente para assentar praça na Imperial Brigada de Artilharia", por Marcelino de Souza Mafra, em 24 de maio de 1826.

³⁵ BRASIL. Decisões. Aviso n. 82, de 5 de setembro de 1827 (Recomenda as remessas de índios para serem empregados no Arsenal da Marinha da Corte e nos navios da Armada Nacional e Imperial). Disponível em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>. Acesso em: 10-01-2014.

³⁶ AN, maço XM 798, Ofício do comandante da presiganga, 27 jul. 1827. De acordo com o comandante, a nau *Vasco da Gama* recebeu todos os recrutas que estavam na presiganga em 9 de janeiro de 1827. BRASIL. Decisões. Aviso n. 9, de 27 de janeiro de 1827 (Transfere o depósito de recrutas para bordo da Nau *Pedro I* e manda que sejam inspecionados no mesmo depósito todos os doentes pertencentes à Marinha), Aviso n. 20, de 12 de fevereiro de 1827 (Determina que o depósito de recrutas fique debaixo das ordens do comandante do porto e providencia a respeito dos recrutas e engajados dos navios de guerra) e Aviso n. 6, de 7 de janeiro de 1828 (Suprime o emprego de comandante do porto do Rio de Janeiro e passa o depósito de recrutas para o Arsenal de Marinha). Disponível em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>. Acesso em: 10-01-2014.

³⁷ Ver o ofício do inspetor em GREENHALGH, Juvenal. *O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na história*. Rio de Janeiro: IBGE, p. 186-187.

Manuel Vicente Nunes (1711-c.1775) – Subsídios para a História da Construção e Arquitetura Naval do século XVIII em Portugal*

Manuel Vicente Nunes (1711-c.1775) – Subsidies for the History of Engineering and Naval Architecture of the eighteenth century in Portugal

Nuno Saldanha

Doutor em Ciências Históricas pela Universidade Católica Portuguesa, Professor Auxiliar IADE – Creative University (Laureate International Universities), investigador da UNIDCOM/IADE-U.

RESUMO

Manuel Vicente Nunes é, sem dúvida, uma das figuras mais importantes da História Naval portuguesa do século XVIII pelos vários aspectos que marcaram a sua vida e obra. Por um lado, é o representante das alterações do estatuto social dos construtores, na sua gradual ascensão socioprofissional, desde o simples carpinteiro ao título de Primeiro Construtor. Por outro lado, a sua obra pauta-se por um design particular que esteve na base da produção de navios de guerra em Portugal e no Brasil, e que o torna distinto da maior parte da produção naval europeia do século XVIII, apesar das tendências generalizadas para a uniformização.

PALAVRAS-CHAVE: Construção Naval, Design Naval, História Naval, Século XVIII

ABSTRACT

Manuel Vicente Nunes is without doubt, one of the most important shipbuilders of Portuguese 18th century Naval History, regarding the several aspects that marked his life and work. On one hand, he is the perfect example of the changes in the shipbuilder's social status, and the gradual rise from mere Carpenter to the rank of First constructor. On the other hand, his work is guided by a particular Design, which was at the base of warships construction in Portugal and in Brazil, and distinct from most of European 18th-century naval production, despite the widespread trend to uniformity.

KEYWORDS: Naval Shipbuilding, Naval Design, Naval History, 18th Century

C'est dans cette partie [Architecture navale] que les Portugais se sont toujours distingués, [...] aussi tous les connaisseurs étrangers et nationaux s'accordent-ils à dire que les vaisseaux portugais sont remarquables surtout par l'élégance de la coupe, la solidité de la construction et la célérité de leur marche. (Adrien Balbi, 1822)

* Artigo recebido em 25 de setembro de 2015 e aprovado para publicação em 15 de dezembro de 2015.

INTRODUÇÃO

Não obstante o significativo progresso da História Naval e Marítima Portuguesa que se tem observado nas últimas décadas, a vastidão do tema constitui uma área que, para além da sua excepcional importância, particularmente para os países de língua portuguesa, se encontra ainda por desbravar. Tal circunstância torna-se sobretudo evidente para alguns períodos menos aprofundados, como o dos finais do século XVII e inícios do XVIII, que nos encontramos a estudar. Por outro lado, entre os trabalhos desenvolvidos, são ainda raros os que tratam dos fenômenos mais específicos da Construção e do Design Naval e, em particular, dos seus autores, aqueles que, muitas vezes ignorados ou esquecidos pelo tempo, estão na base da grande aventura que permitiu o contato entre continentes e culturas. Como relatava o escritor Ramalho Ortigão, em 1890: “Faliu a ciência das construções navais, que lançou ao mar, dos estaleiros do Tejo e de Goa, para a travessia de todas as águas do Mundo, as naus, galeões e bergantins dos séculos XV, XVI e XVII, tão maravilhosas de elegância e de arquitetura [...] Não há um livro que celebre essa grandiosa escola de construtores navais, que eram ao mesmo tempo escultores e marinheiros...”. Ou, mais recentemente, como bem referia Augusto Salgado, “o elemento humano é algo que falta estudar na História da Marinha Portuguesa” (Salgado, 2013: 306).

Apesar das resistências, e da lentidão das inovações, os estaleiros do século XVIII não deixam de se organizar como centros de experiência e inovação técnica da construção naval, quer no tocante ao próprio navio como ao desenvolvimento de equipamentos, estruturas e máquinas, usadas no fabrico, lançamento, e manutenção dos mesmos. O aperfeiçoamento das práticas de construção naval, ao longo do século, levou a que o design fosse o mais adequado, de acordo com cada aspecto e função específicas dos navios, tendo em conta as diversas condições naturais a que se tinham de sujeitar durante as viagens.

Sendo o navio que tem estado no centro das atenções de grande parte dos estudos

efetuados, naturalmente dele dependente, coloca-se a questão da autoria, sendo portanto o Construtor, o elemento-chave nos processos de construção, e o elo de ligação entre estaleiro e produto final.

Trata-se de uma matéria de especial relevância, dado que, até o momento, para além de algumas alusões a meia dúzia de mestres, pouco ou nada se sabe da vida, formação ou de grande parte da obra produzida. O estudo do trabalho desenvolvido pelos construtores possibilitará, ao mesmo tempo, uma compreensão mais adequada da evolução qualitativa da Armada portuguesa, suas estratégias e operacionalidade, bem como a evolução de estatuto que se opera durante o século XVIII, ou seja, do carpinteiro ao engenheiro naval, passando pelo mestre construtor, primeiro construtor e engenheiro construtor. Esta só se poderá efetuar depois de devidamente identificados e datados os respectivos estatutos e origens sociais de cada um deles.

Uma das poucas figuras mencionadas a respeito da autoria de alguns navios é, precisamente, Manuel Vicente Nunes (1711-1771), de quem quase nada se sabia. Neste sentido, visa este estudo trazer a lume aquele que estreou o cargo de “Primeiro Construtor” e que deu início a um novo processo de ensino e metodologia da construção e do design naval em Portugal. Com resultados que se estenderam ao norte da Europa e além-Atlântico, traçou os diferentes planos de navios na sala do risco, como se refere na época, formando importantes discípulos (como Torcato José Clavina ou Julião Pereira de Sá). Mais que o mero autor da nau que levou D. João VI para o Brasil em 1807, a famosa *N.ª. S.ª da Conceição/Príncipe Real*, Manuel Vicente Nunes teve um papel fundamental no desenvolvimento na construção e no Design Naval, como pretendemos demonstrar. Para além dos modelos que desenhou para os estaleiros de Lisboa, importa realçar que esses foram também utilizados na construção de navios produzidos no Brasil, saídos dos estaleiros do Pará, da Bahia e do Rio de Janeiro. Outra circunstância que o estudo deste mestre construtor nos revela, e de especial relevo – dado Vicente Nunes trabalhar para diferentes tipos de estaleiros

(marítimos e navais) – é a estreita relação entre a construção militar/estatal e a comercial/particular.

Não queremos deixar de agradecer a Larrie Ferreiro, ao Capitão de Mar e Guerra Augusto A. Salgado, e ao Professor Fernando Carvalho Rodrigues, pela ajuda, esclarecimentos, ou indicações prestadas, bem como ao nosso colega, Arquiteto Fernando Martins, pelos desenhos do esquema comparativo dos navios de 3ª Classe.

DO ESTALEIRO DA BOA VISTA À RIBEIRA DAS NAUS

Apesar de ainda serem escassos os dados biográficos apurados sobre este mestre, o presente trabalho permite desde já esboçar uma síntese representativa da sua vida, com algumas informações que consideramos bastante relevantes para o seu conhecimento.

Nascido na Rua dos Mastros, na Freguesia de Santos o Velho, em Lisboa, a 10 de junho de 1711, e batizado no dia seguinte¹, era filho do carpinteiro Vicente Nunes (natural de Azambuja), e de sua mulher, Maria Madalena (Lisboa, Freguesia Madalena), que malograadamente não sobreviveria ao parto². Era neto de Domingos Francisco e Joana Nunes (pai), e de Manuel Nunes Coelho e Petronilha Marcea (mãe). Pelo que sabemos, a família da mãe seria de condição modesta³, dado que o avô materno era mestre sapateiro, natural de Unhos, com loja na Rua da Padeira (à Madalena), tendo ido para o Brasil, fugido de credores, onde faleceu.

Diferente se registra a ascendência paterna, mais numerosa e de diversa condição, natural da Vila de Azambuja. Não é naturalmente estranho que Manuel Vicente Nunes seja proveniente de uma família de carpinteiros, ascendência que remonta pelo menos até ao avô paterno, Domingos Francisco. Os dois filhos deste último, Vicente Nunes e António Nunes, seguiram as pegadas do pai, enquanto os sobrinhos viviam em Coruche, sendo irmãos da Misericórdia daquela vila. Um dos filhos de António Nunes (tio do nosso construtor) chegou mesmo a formar-se em Coimbra, vindo a exercer Medicina.

Segundo as testemunhas do processo de habilitação à Ordem de Santiago⁴, os ir-

mãos viviam em Azambuja, junto ao rio, sendo carpinteiros de barcos e navios que construíam, e também calafetavam, associando assim o ofício de carpinteiro de machado, ao de oficial de calafate. Mesmo depois de estabelecido em Lisboa, Manuel continuou a visitar o irmão na terra natal, “onde fazia seus batéis com que se divertia com ele, e outros amigos pelo rio”.

O pai de Manuel Vicente Nunes veio ainda criança para Lisboa, onde aprendeu o “ofício de carpinteiro de naus”, no qual terá tido bastante sucesso, uma vez que se alude ao fato dos pais serem abastados, e por ter montado um estaleiro próprio, com diversos oficiais, na Boa Vista. Ali se fabricavam vários tipos de embarcações e se vendiam madeiras para concerto de outras, bem como se calafetavam, dadas as aptidões do mestre. Foi precisamente aqui, neste estaleiro à beira do Tejo, que se formou o jovem Manuel, tanto no ofício de carpinteiro do machado, como no de mestre calafate. cremos que este estaleiro é o que se pode observar no célebre painel de azulejos com uma *Vista de Lisboa*, de Gabriel del Barco, dos inícios do século XVIII, atualmente no Museu Nacional do Azulejo. Efetivamente, a poente do Baluarte e da Porta do Pó, na zona sul do atual Conde-Barão (Travessa e Rua Cais do Tojo), observa-se nitidamente um estaleiro que podemos identificar como sendo o da Família Nunes. Assim, perto da casa dos pais, na Rua dos Mastros, se formou Manuel Vicente, vindo a exercer aí a sua atividade principal, até 1742. Nesta data, contando 31 anos de idade, aparece-nos já referenciado com Carta de Serventia como Mestre (carpinteiro?), na Ribeira das Naus (futuros Arsenais Reais).

A década de 40 não nos aporta grandes dados sobre a vida ou atividade de Nunes, para além de se ter casado. Prossegue com a direção do estaleiro herdado do pai, à Boa Vista, e terá certamente desenvolvido e aprofundado a sua formação na Ribeira das Naus, sob a direção do então construtor naval, o inglês William Warden, de quem falaremos adiante.

Em 1748 executa uma ponte de madeira de 114 palmos (25m), provavelmente sobre barcas (sobre o Rio dos Frades, Rio Quente

ou Rio da Albufeira), no sítio do Arelho, no “espaço de hua noute”. Primeira obra conhecida ao serviço do rei, ela serviu para passagem das carruagens e cavalgaduras da comitiva real às Caldas da Rainha, por ocasião da 13ª jornada de D. João V àquela vila, a 24 de setembro, após as obras de ampliação do Hospital Real realizadas no ano anterior. Além disto, construiu também pequenas embarcações, como os “12 saveiros por ordem de S. Mag.^{de} p.^a andarem no sítio do Arelho aonde foi 14 vezes p.^a os por prontos”.

Nesse mesmo ano, seria mandado à Cidade do Porto, pelo então Secretário de Estado de Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, António Guedes Pereira, para preparar (armar?) e escolher uma nau para a carreira da Índia⁵, trazida para Lisboa e comandada pelo próprio Vicente Nunes, que custeou a despesa da jornada.

A viragem para a segunda metade do século, já com o advento do reinado de D. José, será marcada pela fase mais importante e produtiva da carreira de Nunes, pautada por uma correspondente ascensão social e profissional.

Passado pouco mais de um ano, após a elevação do novo monarca ao trono de Portugal, a 22 de novembro de 1751, é lançada ao Tejo a Nau *Nossa Senhora da Conceição e S. José* (1751-1764), o primeiro navio de linha construído por Manuel Vicente Nunes a serviço da Coroa. Tratava-se nitidamente de uma nau de guerra da categoria “74”⁶, muito admirada em Lisboa, conforme constava na época, e de bom governo e bolineiro, segundo Marques Esparteiro⁷. Como refere Larry Ferreiro, o navio de 74 peças, que começara como uma experiência na Marinha francesa em 1730, no espaço de 20 anos torna-se no modelo típico do navio de linha dos ingleses, bem como das outras Marinhas⁸.

Também nos primeiros anos do reinado de D. José, Manuel Vicente Nunes é enviado ao porto de Cádiz por duas vezes, em 1752 e 1753, por ordem do novo Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte-Real. Apesar de ainda não esclarecidos os contornos e objectivos destas viagens, este fato poderá revelar-se de grande importância, pois presumimos

que a sua deslocação esteja relacionada com o corrente hábito de espionagem entre as nações europeias, assunto já por diversas vezes estudado por alguns autores⁹. Na verdade, o século XVIII foi marcado pela espionagem industrial em larga escala, por todos os principais países, processo já iniciado por Colbert, em 1670. Dado o particular progresso da Inglaterra setecentista, ela foi frequentemente alvo da visita destes estrangeiros, alguns apenas por simples interesse ou curiosidade, mas tendo como objectivo principal, o de rivalizar e superar os desenvolvimentos técnicos e militares ingleses (Bradley, 2005). Naturalmente que também os portos franceses, holandeses e espanhóis, foram alvo de semelhante interesse, frequentemente visitados por espias ao serviço das várias coroas.

Um dos casos mais notórios e interessantes, é o do espanhol Jorge Juan y Santacília, cuja ação de espionagem nos estaleiros britânicos – entre março de 1749 a maio de 1750, por iniciativa do célebre Marquês de Enseñada – teve um resultado de extrema importância para o desenvolvimento da Armada espanhola¹⁰.

O interesse pela Espanha justifica-se, precisamente, pelo período de grandes transformações e desenvolvimento da construção naval que se estava a desenvolver com a direção da *Junta de Construcción* por Jorge Juan, a partir de 1752, mas também, por outro lado, porque Portugal não necessitava de espiar os ingleses que, desde os inícios do século, trabalhavam ao serviço da Coroa, como mestres construtores na Ribeira das Naus – de que são exemplo Josiah Radcliff, William Warden ou Francis Warden. Cádiz, para além do centro do monopólio do comércio imperial espanhol tinha, a par de Ferrol, Guarnizo e Cartagena, um dos arsenais mais importantes de Espanha (La Carraca), cujas obras de remodelação e ampliação se iniciam em 1752, dois anos após a chegada dos primeiros técnicos ingleses aliciados por Jorge Juan. Entre eles, contavam-se os famosos construtores de origem irlandesa Matteo e Ignacio Mullan.

Presumivelmente, também de 1753 é a *Galeota de D. José, ou Galeota Pequena*, pequeno bergantim de recreio para uso da fa-

mília real, atualmente em exposição no Museu da Marinha em Lisboa, ao lado de outros exemplares do mesmo gênero¹¹. No entanto, a atribuição, quer da autoria do risco como da construção, a Nunes, assim como da sua decoração (trabalho de talha, atribuída ao célebre Silvestre de Faria Lobo [1781-1782], e a pintura decorativa, dos listões dos costados, a Lourenço da Silva Paz [1666-1718], sucessor de Bento Coelho da Silveira), não passam de fantasias, sem fundamento documental, e evidentes erros de cronologia.

A CARREIRA NO ARSENAL REAL

Podemos considerar que a “segunda fase” da vida e carreira de Manuel Vicente Nunes é marcada pela atividade no novo Arsenal Real da Marinha. Apesar da construção se ter iniciado apenas em 1757-58, prolongando-se até mais tarde, fato é que a nova designação da destruída Ribeira das Naus data logo de 1755, por alvará de 14 de novembro. O próprio Nunes, na sua habilitação à Ordem de Santiago, em 1757, se refere à atividade ali desenvolvida como mestre dos “Reaes Arsenaes”.

Estas duas décadas finais da vida são, sem dúvida, as mais importantes (não obstante o fato dos dados biográficos serem escassos), uma vez que, ao longo destes anos, o mestre produzirá parte significativa da sua obra, que consta de, pelo menos, oito grandes naus, de 64, 74, e até uma de 90 peças de artilharia – o maior e mais poderoso navio de linha construído no Portugal de Setecentos, a famosa *N.^a S.^a da Conceição/Príncipe Real*.

Com o Terremoto de 1755, e a destruição da Ribeira das Naus, é natural que a construção naval tenha entrado numa fase de desaceleração, mormente pela falta de materiais de construção, entretanto desviados para as obras de reedificação da cidade¹², (ou para o novo palácio de *N.^a S.^a da Ajuda* – conhecido por Paço de Madeira ou Real Barraca), onde a madeira era fundamental, dada a nova tipologia de construção dos chamados “prédios pombalinos”.

De fato, só passados dois anos, voltaria a ser lançada ao Tejo uma nova nau, enquanto teríamos de esperar cinco para o mesmo su-

ceder com uma fragata. Cremos que deverá datar deste período a construção das três fragatas referidas na habilitação de Vicente Nunes à Ordem de Santiago: “fabricando diversas embarcações p.^a o serviço do d.^o Sr. em que entrou huma do lote de 70 pes-sas duas de quarenta e quatro e hua de 30”. Sobre a primeira (*N.^a S.^a da Conceição e São José*), já nos referimos, enquanto estas três últimas, desconhecemos quais sejam, dado não existirem quaisquer referências, até à data, que associassem o nome de Nunes ao risco de fragatas. Por outro lado, é provável que as mesmas tenham sido construídas noutros estaleiros, fora de Lisboa, nomeadamente no de S. Martinho do Porto, onde refere ter trabalhado.

Durante a curta vigência de Tomé Joaquim da Costa Corte-Real, como Secretário de Estado da Marinha (1756-1760), e após o degredo de Diogo Mendonça, em agosto de 1756, o mestre construiu duas naus de 64 peças.

A primeira foi a *N.^a S.^a da Assunção*, lançada ao mar a 25 de abril de 1757, pela qual sabemos ter recebido de ajudas de custo 198 mil réis (78.000 pela armação, e 120.000 pela botação ao mar)¹³, soma apreciável, tendo em conta que o vencimento do “Mestre da Ribeira das Naus”, em 1753, era de 200 mil réis.

Em 1759, construiu a *N.^a S.^a da Ajuda e S. Pedro Alcântara*, lançada a 29 de março¹⁴, e que é uma das naus mais bem documentadas entre as produzidas pelo construtor. Efetivamente, trata-se da primeira em que se identifica a autoria de Nunes, logo no dia do seu lançamento, como refere, a propósito, a *Gazeta de Lisboa*:

“Suas Majestades Fidelissimas e toda a Real Familia, vieram quinta-feira 29 de março ao Arsenal desta Cidade para verem lançar ao Mar huma nau de guerra de 68 portas que estava acabada no estaleiro, o que se fez com bom sucesso, com o nome de N. Senhora da Ajuda, e São Pedro de Alcântara; feita pelo Construtor (Portuguez), Manoel Vicente Nunes, e no domingo antecedente, tinhão ido ver a dita não SS.MM.,

e AA. Andando por dentro dela; e saindo da tribuna em que estiveram se embarcarão nos seus escaleres, e andaram rodeando a dita nao no rio¹⁵."

Note-se também, para além da referência já explícita, à designação de "Arsenal", a curiosidade de se assinalar a circunstância do dito construtor ser português, com um toque de orgulho nacional, o que parece ir ao encontro da nova mentalidade do período, bem distinta do reinado de D. João V, marcada pela presença maioritária de mestres estrangeiros¹⁶.

Conhecem-se, pelo menos, duas imagens coevas desta nau (uma gravura e uma pintura, algo fantasiadas, é certo), e uma maquete executada em meados do século XX por Manuel Carrelhas (todas reproduzidas por Esparteiro¹⁷), ainda hoje existente no Museu da Marinha, assim como um modelo de finais dos anos 70 do século XVIII, oferecido à Igreja da Penha de França, em Lisboa, pelos marinheiros que sobrevieram à catástrofe de 1778.

De fato, parte do que conhecemos deste navio, deriva de um infeliz acontecimento que ocorreu durante uma viagem de regresso do Brasil, em novembro de 1778, tendo a mesma sofrido pesados estragos, cuja descrição foi bastante divulgada nesse mesmo ano. Em primeiro lugar, em vários números da *Gazeta de Lisboa*, e depois publicada por Elias Alexandre e Silva¹⁸. De acordo com a promessa feita durante a tempestade, quando chegados a Lisboa, os marinheiros ofereceram a vela grande, a *Nossa Senhora da Bonança* da Igreja de Santos, e um modelo da nau, bem como o resto do pau do traquete, à Igreja de Nossa Senhora da Penha de França, onde foram colocados na Casa do Navio, ou Casa dos Milagres¹⁹.

Não deixa de se constituir como exemplo da qualidade e resistência das construções de Nunes, o fato de a nau ter sobrevivido a tão grande tempestade. Parte disso deriva naturalmente dos materiais utilizados, nomeadamente a dura madeira de sucupira para as cavernas, proveniente do Brasil, como o comprova o envio da Bahia para Lisboa, em setembro de 1757. Efetivamente,

são despachadas nessa data para os armazéns de Lisboa, pela Nau *Santo António e Justiça*²⁰, na derrota da Índia, várias madeiras para a construção de naus de 50, 60 e 70 peças, tendo respectivamente os "páos", 21, 22 e 23 pés de comprimento, 18 polegadas de largo (para ambas), e 11, 12 e 13 de espessura²¹.

Com esta, veio também para Lisboa, na mesma ocasião, a *Nossa Senhora da Caridade, S. Francisco de Paula e Santo António*, recentemente concluída nos estaleiros da Bahia (28 de setembro), pelo conhecido Manuel de Araújo e Silva. Parte da sua carga, era precisamente constituída por madeiras que haviam sido pedidas por Manuel Vicente Nunes, em junho, e que não puderam ser embarcadas na *Santo António e Justiça*²².

Mas, o evento mais importante da vida de Vicente Nunes, nesse ano de 1757, será a outorga do hábito da Ordem de Santiago, fato que constitui um claro indício da sua ascensão social e profissional. Note-se que, em junho, foi-lhe dado um parecer negativo, julgando-o como "inhábil"²³, em virtude da sua ascendência, tendo-se o processo arrastado por mais quatro meses, até à entrega final da Carta de Hábito.

Por esta ocasião, sabemos que ainda possuía o estaleiro do pai, à Boa Vista, em plena atividade, fazendo todo o tipo de embarcações, e reparos (e evidentemente, a calafetagem), que era casado, e morava em "duas casas que fez de novo (junto aos moinhos) neste lugar de Alcântara da parte da Freguesia de Santos".

Já se refere também nesta data que era "um dos mestres da Ribeira das Naus de sua Majestade, dos que costumam riscar", afirmação que se revela de extrema importância, pois é sintoma da substituição de um saber fazer artesanal e empírico por uma abordagem mais "científica". No entanto, devemos ter em conta que, apesar dos construtores já desenharem planos, ainda não fazem uso dos respectivos cálculos. De acordo com o que escrevia o Cardeal Saraiva, "E posto que não tinha grandes conhecimentos teóricos, era contudo dotado de rara habilidade, com a qual lhe foi fácil compreender o mais difícil da arte. Foi também o primeiro que ensinou a traçar na sala

do risco os diferentes planos de construção, e a tirar as competentes formas, o que até então se fazia, como em segredo, pelo construtor inglês que dirigia o Arsenal.” (Saraiva, 1876: 369).

Ao longo da última década da atividade de Vicente Nunes, durante a vigência do Secretário de Estado da Marinha, Francisco Xavier Mendonça Furtado (irmão, e anterior Secretário de Estado auxiliar de Pombal), o mestre irá construir mais seis naus de guerra, quase todas da mesma categoria das “64”, com exceção para duas delas, uma de 74, e outra de 90 peças: a *São José e N.ª S.ª das Mercês*, de 64 peças, deitada ao mar em 1760 ou 1761 (segundo Quirino da Fonseca, ou Esparteiro), conhecida como *O Gigante*²⁴; a *N.ª S.ª Madre de Deus e S. José*, de 64 peças, de 1761; a *N.ª S.ª do Pilar*²⁵, depois rebatizada como *Conde D. Henrique* (1793), de 74 peças, de 1763; a *N.ª S.ª do Bom Sucesso*²⁶, rebatizada como *D. João de Castro* (1800), de 64 peças, de 1766; a *N.ª S.ª dos Prazeres*, rebatizada como *Afonso Albuquerque* (15/Mar/1797), de 64 peças, de 1767; e por fim, a famosa *N.ª S.ª da Conceição*, rebatizada como *Príncipe Real* (1794)²⁷, de 80 a 90 peças, lançada ao mar a 13 de julho de 1771²⁸, aquela que é a derradeira e mais extraordinária obra de Vicente Nunes.

Terá sido provavelmente durante a regência da Secretaria de Estado da Marinha por Mendonça Furtado que Nunes ascenderá ao estatuto de “Primeiro Construtor”, e ao posto de capitão-tenente, de acordo com o que referia o Cardeal Saraiva: “El-Rei D. José I conhecendo o grande merecimento de Manoel Vicente, o nomeou Primeiro Constructor, e lhe conferio as honras do posto de capitão-tenente da Armada, dando-lhe o ordenado de 4\$800 réis por dia, que d’antes somente se dava aos construtores estrangeiros que vinhão servir em Portugal.” (Saraiva, 1876: 369). Aliás, a partir da década de 60, são várias as referências a ordens ou pareceres pedidos ao mestre do Arsenal²⁹.

Não sabemos ainda ao certo, em que ano terá falecido Manuel Vicente Nunes, o que deverá ter ocorrido entre 1771 e 1775, quando o seu antigo discípulo, Torquato José Clavina, lhe sucede, assumindo as funções de Mestre Construtor. Não podemos

deixar de assinalar o vazio em que caiu a construção naval com a sua ausência, dado que, só 15 anos depois, se volta a ter notícia do lançamento ao mar de uma nova nau, no Arsenal Real.

No entanto, mesmo após a morte, a sua herança permanecerá, através das oito naus construídas que lhe sobreviveram e, em particular, a *Conde D. Henrique*, *D. João de Castro*, *Afonso de Albuquerque* e *Príncipe Real* (capitânia), que acompanharam a partida da Família Real para o Brasil em 1807, de onde não voltariam a regressar. Numa espécie de “justiça poética”, elas terminariam os seus dias já na posse do novo país independente, de onde haviam sido colhidas, décadas antes, grande parte das madeiras para a sua construção.

Mas o seu legado além-Atlântico não se reduz a isso. Embora não as tenha fabricado, foi também o autor de várias naus construídas no Brasil, desde a década de 60, através de planos ou mesmo de modelos, enviados de Lisboa, para os estaleiros da Baía, Rio de Janeiro ou Pará³⁰, que constituiriam o núcleo da futura Marinha brasileira.

OS NAVIOS E O DESIGN NAVAL – NEED FOR SPEED

Não nos compete fazer aqui, naturalmente, uma análise em detalhe de toda a obra produzida por Vicente Nunes, que deixaremos para uma outra ocasião, mas sobretudo tecer algumas considerações sobre as características gerais do design dos seus navios, mormente naquilo que ele trouxe de novo ou de original, quer no tocante ao período que o antecedeu, como em face dos modelos da construção naval europeia do seu tempo.

No global, a produção de navios de linha deste construtor (excluindo aqui as três fragatas de 30 e 44 peças), insere-se naquilo a que geralmente os ingleses designavam, em meados do século XVIII, como 3rd Rate (2ème Rang, segundo os franceses), constituído por naus de duas pontes (cobertas), e armadas com 64 a 84 peças de artilharia (ver tabela em anexo). É verdade que em Portugal se mantém a anterior designação de nau e fragata, distinguindo-as apenas

pelo número de peças ou portinholas, parecendo ignorar os diversos sistemas de classificação europeus. Método pouco prático, dado que o número de canhões podia variar ao longo do tempo, e de acordo com as missões. No entanto, embora não usado, ele era conhecido, como atesta um manuscrito setecentista, a *Dieta Nautica e Militar*, de 1720, queixando-se dos portugueses que, embora conhecendo as designações utilizadas pelas outras nações, não tinham regra para classificar os seus navios³¹.

Dentro desta tipologia, encontram-se os famosos navios de 64 e 74 peças, os mais comuns entre as Marinhas europeias, mormente a francesa e espanhola, classe dominante no período que decorre entre 1748 e 1770, e considerados como os mais bem adaptados para a linha de batalha. Efetiva-

mente, é o 64 que marca a produção de Vicente Nunes, contabilizando dois terços do total da sua produção, que se situa maioritariamente no tempo da Guerra dos Sete Anos (1756-1763). Da classe dos 74 temos apenas dois exemplares, produzidos em 1751 e 1763, talvez porque o sucesso deste modelo só se generalize na Europa após a Guerra da Independência da América, passando a dominar a linha de batalha. Para Jean Boudriot, que lhe dedicou uma das suas obras monumentais (Boudriot, 1977), ele torna-se na principal máquina de guerra naval dos finais do século XVIII, graças ao compromisso de que resulta, ao equilibrar a força de artilharia e qualidades de manobra, com a sua potente bateria de canhões³².

Neste sentido, a obra de Nunes está perfeitamente de acordo com a tendência geral

Início	Fim	Nome	Tipo	Armam.º (canhões)	Local	Serviço (anos)	Medidas Pés (cxbxp)
PORTUGAL (autoria de modelos, construção)							
1751	1764	<i>N.ª S.ª da Conceição e São José</i>	nau	72	Lisboa	13	?
1750-57	?	?	fragata	44	?	?	?
1750-57	?	?	fragata	44	?	?	?
1750-57	?	?	fragata	30	?	?	?
1757	1762	<i>N.ª S.ª da Assunção</i>	nau	64	Lisboa	5	?
1759	1834	<i>N.ª S.ª da Ajuda e S. Pedro Alcântara Princesa da Beira (1793)</i>	nau	64 74	Lisboa	75	182/ 44/ 34,6
1760	1793	<i>São José e N.ª S.ª das Mercês</i>	nau	64	Lisboa	32	182/ 44/ 34,6
1761	1780	<i>N.ª S.ª Madre de Deus e S. José</i>	nau	64	Lisboa	19	182/ 44/ 34,6
1763	1823	<i>N.ª S.ª do Pilar Conde D. Henrique (1793)</i>	nau	74	Lisboa	60	191/ 47/ 35,0
1766	1823	<i>N.ª S.ª do Bom Sucesso D. João de Castro (1800)</i>	nau	64	Lisboa	57	182/ 44 / 34,6
1767	1823	<i>N.ª S.ª dos Prazeres Afonso Albuquerque (1797)</i>	nau	64	Lisboa	56	182/ 44/ 34,6
1771	1830	<i>N.ª S.ª da Conceição Príncipe Real (1794)</i>	nau	90 80	Lisboa	59	200/ 50/ 37,6
BRASIL (autoria de modelos)							
1763	1828	<i>Santo António e S. José Infante D. Pedro Carlos (1794) Martim de Freitas (1806) D. Pedro I (1822)</i>	nau	64	Bahia	59	182/ 44/ 34,6
1767	1832	<i>S. Sebastião (Serpente) Brasil (1807)</i>	nau	64	Rio de Janeiro	65	182/ 44/ 34,6
1775	c.1781	<i>N.ª S.ª do Bom Sucesso</i>	chalupa	8	Pará	6	53,5/11,5/5
1775	c.1781	<i>N.ª S.ª da Boa Viagem</i>	chalupa	8	Pará	6	53,5/11,5/5

da construção naval europeia da primeira metade do século XVIII, que tende para uma uniformização, ou standardização (Ferreiro, 2007: 35) dos seus modelos. Essa uniformidade depende de vários fatores, ditados pela nova tática do combate naval em linha, o mesmo cenário de guerra e armamento, e as mesmas tradições técnicas. Neste campo, a globalização técnica resulta da mobilidade dos construtores, da espionagem industrial e militar, das capturas, cópias, ou compra e venda de navios, entre as várias nações. O fato dos construtores terem começado a fazer modelos à escala, e planos com o desenho dos navios, no intuito de compreender melhor o processo de construção, conduziu também à uniformização do seu design, como a uma difusão mais rápida e alargada, à escala mundial.

Esta tipologia de navios era já comum na primeira metade do século, durante o reinado de D. João V (1706-1750), que Vicente Nunes herda naturalmente dos seus antecessores, os construtores navais ingleses William Warden, e seu filho, Francis Warden³³. Aliás, aquela que parece ter sido uma das primeiras obras de William Warden em Portugal, foi precisamente uma *64*, a conhecida Nau *N.ª S.ª da Vitória*, como atestam as fontes da época³⁴.

Infelizmente, não possuímos dados sobre as características ou as dimensões dos navios construídos por Warden. Se é verdade que as normas do Almirantado Britânico eram bastante rígidas, por outro lado, é também sabido que os construtores ingleses, trabalhando noutros países, gozavam de maior autonomia, até porque tinham de responder às solicitações e necessidades das Marinhas dessas nações.

Não obstante a tendência para a uniformização generalizada da construção naval europeia, cada construtor tinha uma abordagem particular para resolver os vários problemas, colocados pelas exigências contraditórias que surgiam durante a concepção e realização de uma máquina de combate eficaz, e com boa performance (Unger, 1998: 29). E, neste aspecto, o design dos navios de Nunes revelam-se de particular interesse.

Conforme nota James Pritchard, diferentes necessidades produzem diferentes

designs (Pritchard, 1987:2), devendo as qualidades de um navio assentar sobre diversos fatores, como velocidade, estabilidade, leveza, durabilidade, navegabilidade, ou poder de fogo, apesar das respostas poderem tornar-se incompatíveis entre elas.

Para o nosso construtor, aquela que parece ser uma das qualidades mais importantes é a velocidade, colocando-o muito mais próximo do design francês (e espanhol), que do inglês, onde se formara.

Um dos aspectos que caracterizava a alegada superioridade dos navios franceses, era a sua velocidade, aliada ao poder de fogo, com as suas baterias bem acima da linha-d'água, mais largos e compridos. Desde o ministério de Colbert, assistimos a um aumento crescente do rácio comprimento/largura nos navios franceses, que os ingleses tentam imitar, entre os reinados de Jorge I e Jorge III. No entanto, os construtores britânicos encontravam-se numa situação de menor liberdade, dados os esforços repetidos do Almirantado para fixar uma uniformização de tamanho, tonelagem e armamento, para cada classe, impedindo assim quaisquer variações no design, ao passo que, do outro lado da Mancha, dada uma menor tradição de construção, havia maior espaço para a inovação.

A produção de Vicente Nunes não foi muito variada, é um fato. Podemos afirmar que, dentro do *64*, criou a classe *N.ª S.ª da Assunção*⁵, com uma tipologia original, que serviu de modelo a praticamente todos os navios de guerra que foram construídos desse gênero, tanto no continente, quanto do outro lado do Atlântico, como vimos. A característica particular das naus deste construtor, nomeadamente em confronto com as suas congêneres europeias, é o seu tamanho. Os seus 182 pés de comprimento (56m), fazem deles os maiores *64* da Europa, atingindo uma dimensão próxima dos navios ingleses de 100 canhões (2nd Rate).

Contudo, em face do grande comprimento, o design de Nunes não lhe amplia a largura, como seria de esperar, para lhes dar maior estabilidade inicial e menor balanço (o que seria feito à custa da estabilidade de reserva), criando um inédito rácio comprimento/boca de 4,1:1, naquilo que configura,

assim, uma fórmula padrão, empregue em todas as construções de navios de linha, tanto para os de 64, 74, ou mesmo 90 peças de artilharia. Este parece ser efetivamente o dado mais original do design do construtor português. Se compararmos com o rácio c/b das Marinhas francesas e inglesas, de 1764 a 1817, ele nunca ultrapassa os 3,7:1 – 3,8:1⁶, aquém do modelo utilizado nos navios de Vicente Nunes.

Se bem que um casco demasiado comprido e estreito possa quebrar em mar agitado, devido à força das ondas (na arfagem), a velocidade e manobrabilidade será sempre superior e, no século seguinte, os *clipper* – que atingem um rácio de 5:1 – irão cruzar os oceanos do globo, a uma velocidade inédita.

Este rácio, de 4:1, é bastante adequado para navios de carga, permitindo moverem-se mais rapidamente na água, com menos vento. Não será de estranhar que ele derive de uma adaptação, resultante da experiência do mestre na construção de navios de comércio, no estaleiro do pai.

Também é sabido que as suas naus eram bastante altas (pontal), cujas pontes (pisos) chegavam a ter mais de 2,5m (portanto, só as duas pontes atingiam os 5 metros). Possibilitando uma maior capacidade de carga, respondiam assim a uma das necessidades fundamentais das viagens oceânicas, a par das missões de correio, guarda-costa ou comboio.

A generalidade das fontes é concordante quanto às características excepcionais destes navios, quase sempre destacando as suas qualidades veleiras. Segundo a documentação do *N.ª S.ª da Conceição e São José*, transcrita por Esparteiro, era de bom governo e bolineiro (Esparteiro, vol.7, 1976:15); uma das testemunhas do processo de habilitação à Ordem de Santiago, refere-se a

“Naus todas com a melhor direcção tanto nas suas respectivas proporções e no bem fabricado, como em se experimentarem boas de vela sendo aprovadas pelos melhores” (14 de outubro de 1757); o Comandante Bernardo Ramires Esquível, a propósito da *N.ª S.ª da Conceição/Príncipe Real*, afirma em 1796 que “Esta nau não há dinheiro que a pague: tem todas as qualidades em grau superior especialmente a da marcha que anda muito mais que a *Vasco da Gama* e *Fragata Tritão*”; e o Cardeal Saraiva acrescentava, em 1842, “Construiu diferentes embarcações... Todas excelentes. A última, *Príncipe Real*, foi lançada ao mar em 1768, o passou por humma das melhores náos, que naquelle tempo havia na Europa”.

Apesar do desconhecimento internacional do nome de Vicente Nunes, o sucesso dos seus modelos parece igualmente ter-se feito sentir na Europa, nomeadamente em França, Inglaterra e Holanda, como atestava o então Guarda-Marinha neerlandês Cornelius de Jong nas suas observações sobre a Marinha portuguesa, em 1777: “*But among this few vessels one can find the finest ships that can be imagined [...] no wonder that the English, the French and ourselves, often ask for the models from the Portuguese wharves*”⁷.

Embora esquecido pelo tempo, não haverá talvez nenhum outro construtor deste período que tenha um papel tão importante para a História Naval, pelos vários aspectos que marcaram a sua vida e obra. Por um lado, como representante das alterações do estatuto social dos construtores, na sua gradual ascensão socioprofissional e, por outro, pela criação de um design particular, distinto da maior parte da produção naval europeia do século XVIII, e que esteve na base da construção de navios de guerra, dos dois lados do Atlântico.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

Arquivo Histórico da Marinha, Lisboa

Documentação diversa

Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa

Documentação diversa

Arquivo Nacional Torre do Tombo, Lisboa

Livros Paroquiais das Freguesias de Lisboa

Chancelarias Régias: D. João V, D. José I, D. Maria I

Registo Geral de Mercês de D. José I, liv. 11, f. 519-519v

Chancelaria Ordem de Santiago, Letras N a Z, Livro C 740

The National Archives, Kew, Richmond, Surrey, Reino Unido

Secretaries of State: State Papers Foreign, Portugal

Records of the Navy Board and the Board of Admiralty, ADM 106 Navy Board: Records IN-LETTERS, Miscellaneous.

Fontes Impressas

ALMEIDA, António Lopes da Costa. *Legislação da Marinha e do Ultramar (1317-1856)*, *Repertório Remissivo da Legislação da Marinha e do Ultramar Compreendida nos Annos de 1317 até 1856*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1856.

ANNAES MARÍTIMOS e Coloniaes. *Associação Marítima e Colonial*, 5ª Série, Parte Oficial. Lisboa: Imprensa Nacional, 1845.

BALBI, Adrien. *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve, comparé aux autres états de l'Europe, et suivi d'un coup d'œil sur l'État actuel des Sciences, des Lettres et des Beaux-Arts parmi les portugais des deux hémisphères*, Paris : Chez Rey et Gravier, Libraires, T. Second, 1822.

BRASÃO, Eduardo. "Diário do 4º Conde de Ericeira D. Francisco Manuel de Meneses". *Biblos*, vol. XVIII, tomo II, Coimbra: 1943.

COURTILS, Chevalier Charles Christian de. "Description de Lisbonne Extraite du Journal de la Campagne des Vaisseaux du Roy en 1755, par le Chevalier des Courtils". In: BOURDON, A. A. (notas), *Bulletin des Études Portugaises et de l'Institut Français au Portugal*, n. série, T. 26, 1965.

DESCRIPTIVE LIST of the state papers Portugal 1661-1780 in the Public Record Office London. C. R. Boxer (Pref.), Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1979-1983, 3 v., (v. 1: 1661-1723; v. 2: 1724-1765; v. 3: 1759-1780).

FARIA, Visconde de (ed. 1909). *Voyage de Mons.^r César de Saussure en Portugal- Lettres de Lisbonne (1730) – Édité par le Vicomte de Faria (avec Préface)*, Milan. (ed. Castelo Branco Chaves, 1983).

GAZETAS Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora 1729-1732, [MENESES, Francisco Xavier de], ed. de LISBOA, João Luís; MIRANDA, Tiago C.P. dos Reis; OLIVAL, Fernanda, 3 vols., Lisboa: Colibri, CIHCSUE, CHC/UNL, 2002-2005-2011.

MORGAN, William; CREUZE, Augustin. *Papers on Naval Architecture and other subjects connected with Naval Science*, vol. 1, London: G. B. Whittaker, Ave-Maria-Lane, 1827.

OLIVEIRA, João Brás de. *Modelos de navios existentes na Escola Naval que pertenceram ao Museu da Marinha: apontamentos para um catálogo*. (trad. francesa de Augusto Celestino Soares), Lisboa: Imprensa Nacional, 1896.

SARAIVA, Cardeal. "Lista de Alguns Artistas Portuguezes, coligida pelo Auctor de Es-criptos e Documentos no decurso das suas leituras em 1825 e 1839". In: *Obras Completas do Cardeal Saraiva (D. Francisco de S. Luís) Patriarcha de Lisboa*. Tomo VI. Lisboa: Imprensa Nacional, 1876.

SILVA, Elias Alexandre e. *Relação ou noticia particular da infeliz viagem da nau de Sua Magestade Fidelíssima Nossa Senhora da Ajuda e S. Pedro de Alcantara, do Rio de Janeiro para a cidade de Lisboa*. Lisboa: Regia Officina Typográfica, 1778.

SOARES, José Augusto Celestino. *Quadros Navais ou colecção dos folhetins marítimos do patriota seguido de hum epopeia naval portuguesa por Joaquim Pedro Celestino Soares official da armada*. Parte III, Lisboa: Imprensa Nacional, 1865.

TOUCHES, P. G. Gicquel des. *Tables Comparatives des Principales Dimensions des Bâtimens de Guerre Français et Anglais de tous Rangs*. Paris: Libraire pour la Marine, 1817.

Bibliografia internacional

ACERRA, Martine (ED.). *Les Marines De Guerre Européennes: XVII-XVIIIe Siècles*. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 1985.

BOUDRIOT, Jean. *Le vaisseau de 74 canons*, 4 vols., Grenoble: Éditions des Quatre Seigneurs, 1977.

BOXER, Charles R. "From Cape Town to Trondhjem – The Adventures and Misadventures of a Dutch Naval Officer, 1791–1797". In: *The Mariner's Mirror*. Vol. 69, Issue 2: Routledge: New York, 1983.

BRADLEY, Margaret, *Daniel Lescallier, 1743-1822, Man of the Sea and Military Spy?: Maritime Developments And French Military Espionage*. Lewiston: Edwin Mellen Press, 2005.

BRADLEY, Margaret. «Examples of industrial and military technology transfer in the eighteenth century ». In: *Documents pour l'histoire des techniques* [En ligne], 19 | 2e semestre 2010 (Conf.^a 2007), mis en ligne le 21 juin 2011, consulté le 09 juillet 2015.

FERREIRO, Larrie D. "Spies Versus Prize: Technology Transfer between Navies in The Age of Trafalgar". In: *The Mariner's Mirror*, 93:1, Routledge: New York, 2007, pp.16-27.

FERREIRO, Larrie D. *Ships and Science: The Birth of Naval Architecture in the Scientific Revolution, 1600-1800*. Cambridge and London: MIT Press, 2007.

GARCÍA, António Lafuente e PESET, J. Luis. "Política científica y espionaje industrial en los viajes de Jorge Juan y Antonio de Ulloa (1748–1751)". In: *Melanges de la Casa de Velazquez*, t.17, Madrid, 1981, pp. 233–262.

LAVERY, Brian. *The Ship of the Line: Vol. I – The Development of the Battlefleet 1650-1850*. London: Conway Maritime Press, 1983.

LAVERY, Brian. *The Ship of the Line: Vol. II – Design, Construction and Fittings*. London: Conway Maritime Press, 1984.

LAVERY, Brian. *The Arming and Fitting of English Ships of War 1600 – 1815*. Conway Maritime Press, 1987.

LYON, David. *The Sailing Navy List, All the Ships of the Royal Navy – Built, Purchased and Captured 1688-1860*. London: Conway Maritime Press, 1993.

POUSSOU, Jean-Pierre; VERGÉ-FRANCESCHI, Michel. Rivalités maritimes européennes (XVIe-XIXe siècles), *Revue d'Histoire Maritime*. Paris: PUPS, 2005

PRITCHARD, James, "From Shipwright to Naval Constructor: The Professionalization of 18th-Century French Naval Shipbuilders". In: *Technology and Culture*, Society for the History of Technology, Vol. 28, No. 1 (Jan., 1987), pp. 1-25.

WINFIELD, Rif. *British Warships in the Age of Sail: 1603-1714 – Design, Construction, Careers and Fates*. Barnsley: Seaforth Publishing, 2009.

WINFIELD, Rif. *British Warships of the Age of Sail: 1714-1792 – Design, Construction, Careers and Fates*, Barnsley: Seaforth Publishing, 2007.

UNGER, Richard W. « Conception et construction des vaisseaux de guerre européens aux XVIIe et XVIIIe siècles ». In: ACERRA, M. ; MERINO, J. ; MEYER, J. *Les marines de guerre européennes XVIIe-XVIIIe siècles*, Paris: Presses de l'Université de Paris Sorbonne, 1998, pp. 29-44.

Bibliografia Nacional

ALMEIDA, Luís Ferrand de. "Um construtor naval inglês em Portugal (1721-1723) ". In: *Revista Portuguesa de História*, t. 10, Coimbra: FLUC, 1962, p. 259-267.

ALMEIDA, Luís Ferrand de. "Um construtor naval francês em Portugal e Espanha (1718-1721) ". In: *Revista Portuguesa de História*, t. 6, vol., Coimbra: FLUC, 1955, p. 149-167.

ALMEIDA, Luis Ferrand de. *Alexandre de Gusmão, o Brasil e o Tratado de Madrid (1735-1750)*, Coimbra, 1990.

BARKER, Richard. "Sources for Lusitanian Shipbuilding". In: Francisco Alves, ed., *Proceedings of the International Symposium 'Archaeology of Medieval and Modern Ships of Iberian-Atlantic Tradition, Lisbon, 1998*. Lisbon: IPA, 2001: 213-228.

BARKER, Richard. "Construção naval: que aliança?". In: *Os Portugueses e o Mundo. Conferência Internacional*, vol. VI: *Artes, Arqueologia e Etnografia*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1989, pp. 67-82.

BARKER, Richard. "Cradles of Navigation: launching of ships in the age of Discoveries". In: *Limites do Mar e da Terra. Actas da VIII Reunião Internacional de História da Náutica e da Hidrografia*. GUERREIRO, Inácio; DOMINGUES, Francisco Contente (Ed.), Cascais: Patrimónia, 1998, pp. 67-87.

CARREIRA, Ernestine. "From Decline to Prosperity: Shipbuilding in Daman 18th-19th Centuries". In: In VARADARAJAN, Lotika (ed.), *Indo-Portuguese Encounters. Journeys in Science, Technology and Culture*. Goa-Lisbon: Indian National Science Academy-CHAM, 2006. 2 vols. pp. 593-629.

CRUZ JÚNIOR, Abílio. *O Mundo Marítimo Português na Segunda Metade do Século XVIII*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha, 2002.

CUTILEIRO, Alberto. *As Galeotas Reais*. Lisboa: Edições Inapa, 1998.

CUTILEIRO, Alberto. "A vida faustosa das Galeotas Reais. Subsídios para a história das antigas embarcações da Casa Real Portuguesa que se guardam no Museu de Marinha". Comunicação apresentada ao *Centro de Estudos de Marinha* no dia 21 de Abril de 1971. Lisboa: Instituto Hidrográfico, 1973.

ESPARTEIRO, António Marques. *Portugal no Mar (1608-1923)*. Lisboa: Gráfica San-Telmo, 1954.

ESPARTEIRO, António Marques. *Galeotas e Bergantins Reais*. Lisboa: Ministério do Ultramar, Direcção Geral das Obras Públicas e Comunicações, 1965.

ESPARTEIRO, António Marques. *Catálogo dos Navios Brigantinos (1640-1910)*. Lisboa, Centro de Estudos de Marinha, 1976.

ESPARTEIRO, António Marques. *Três séculos no Mar, 1640-1910*. 11 Partes, 32 vols. Lisboa: Ministério da Marinha, 1974-1987.

FONSECA, Quirino da. "Os Portugueses no Mar. Memórias Históricas e Arqueológicas das Naus de Portugal". In: *Memórias Históricas e Arqueológicas das Naus de Portugal*, Lisboa: Instituto Hidrográfico, 1989 (2ª ed.)

GOMES, A. Sousa. *Carpinteiros da Ribeira das Naus*. Coimbra, 1931.

GOMES, Telmo. *Navios Portugueses. Séculos XIV-XIX*, Lisboa, Inapa, 1995.

GONÇALVES MATOSO. António, *Os artistas mecânicos na construção do Império*. Lisboa 1942.

LEÃO, Manuel. "A construção naval nos séculos XVII e XVIII". In: Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia. 37, 38. Vila Nova de Gaia, 1994.

LENTI, Roberto. "L'architettura navale portoghese all'inizio dell'età moderna". In: *Studi in onore di Luigi Bulferetti. Miscellanea Storica ligure*. Anno XVIII, nº 1, vol. 1. Genova, 1968, pp. 216-219

PEREIRA, José António Rodrigues. *Marinha Portuguesa*. Nove Séculos de História. Lisboa: Comissão Cultural da Marinha, 2010

PEREIRA, José António Rodrigues. *A Marinha Portuguesa na Época de Napoleão*. 2 vols.. Lisboa: Tribuna da História, 2005.

PEREIRA, José Manuel Malhão. *Navios, Marinheiros e Arte de Navegar. 1669-1823*. Lisboa: Academia de Marinha, 2012.

RAU, Virgínia R. *Achegas para o estudo da construção naval durante os séculos XVII e XVIII na Ribeira do Ouro-Porto*. Lisboa: Grupo de Estudos de História Marítima, 1971.

SALGADO, Augusto A. Alves. "A Importância de Elementos Estrangeiros no Ressurgimento da Marinha Portuguesa no Século XVIII". In: *Actas do XXI Colóquio de História Militar*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2013, pp. 297-304.

SALGADO, Augusto A. Alves. "Teoria portuguesa de arquitectura naval". In: PEREIRA, José Manuel Malhão. *Navios, Marinheiros e Arte de Navegar. 1669-1823*. Lisboa: Academia de Marinha, 2012, pp.163-184.

SALGADO, Augusto A. Alves. "Arsenais e Estaleiros". In: PEREIRA, José Manuel Malhão. *Navios, Marinheiros e Arte de Navegar. 1669-1823*. Lisboa: Academia de Marinha, 2012, pp.185-204.

SALGADO, Augusto A. Alves. "O Poder Naval português no Atlântico, Séculos XVI a XVIII". In: *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*, Lisboa: FCSH/UNL, 2005.

UNGER, Richard W. "Portuguese shipbuilding and the early voyages to the Guinea Coast". In: Vice-Almirante A. *Teixeira da Mota. In Memoriam*, vol. I, Lisboa: Academia de Marinha-IICT, 1987, pp. 229-249.

¹ ANTT – Registos Paroquiais. Lisboa, Santos. Livro de Baptismos N.º 11, fl. 112 v: "Aos onze de Junho de mil e sete centos e onze Baptizou o d.o Pe Thez.o de licença minha a M.el filho leg.o de Vicente Nunes n.al da Villa da Azambuja e de M.a Magdalena já defunta n.al da Freg.a da Magdalena desta Cid.e m.res na Rua dos MASTROS foy Padr.o Franc.o Roiz. m.or na Freg.a da Magdalena de q. fiz este acento dia mes e anno ut. supra. O Pr.o Manoel Pinto de Faria. O Pe Thzr.o Franc.co Frz Sobreira."

² ANTT – Registos Paroquiais. Lisboa, Santos. Livro de Óbitos N.º 2, fl. 55 v: "Aos dez de Junho de mil e sette centos e onze faleceu com todos os sacram.os Maria Magdalena casada com Vicente Nunes m.ra na Rua dos MASTROS não fez testam.to e foi sep.da nesta Igr.a de q. fiz este assento dia mez anno ut sup.a o Par.o Manoel Pinto de Faria."

³ Esta ascendência do lado materno, "may e avo materna mulheres de Segunda condição", para além da condição de "oficiais mecânicos", do lado paterno, levou precisamente a que se tivessem levantado objecções à sua entrada na Ordem de Santiago, em 1757.

⁴ Grande parte das informações biográficas sobre a família de Manuel Vicente Nunes, encontram-se no processo de habilitação à Ordem de Santiago. ANTT. Chancelaria Ordem de Santiago, Letras N a Z, Livro C 740.

⁵ Tratar-se á da Nossa Senhora do Vencimento e S. José (1748-1764), nau de guerra de 58 peças que partiu para a Índia, a 1^a de Abril de 1748, ou de uma nau de viagem, armada para o efeito?

⁶ Um jovem tenente francês, que a viu em 1755, afirma que tinha 74 peças, Quirino da Fonseca, diz que era guardada com 70 (Quirino, 1989: p.575), e Marques Esparteiro refere apenas 72 peças de artilharia, reduzidas para 60, em 1758, quando entrou ao serviço da Frota do Brasil (Esparteiro, 1974: p.15).

⁷ ESPARTEIRO, António Marques. *Três séculos no Mar*, 1640-1910. II Parte, 4^a vol., Lisboa: Ministério da Marinha, 1974-1987, p.15.

⁸ FERREIRO, Larrie D. "Spies Versus Prize: Technology Transfer between Navies in The Age of Trafalgar". In: *The Mariner's Mirror*, 93:1, Routledge: New York, 2007, p. 27.

⁹ Vejam-se os trabalhos de Larry Ferreiro (2007), ou de Magareth Bradley (2005, 2010), por exemplo.

¹⁰ Veja-se GARCÍA, António Lafuente; PESET, J. Luis. "Política científica y espionaje industrial en los viajes de Jorge Juan y Antonio de Ulloa (1748–1751)". In: *Melanges de la Casa de Velazquez*, t.17, Madrid, 1981, pp. 233–262.

¹¹ Veja-se CUTILEIRO, Alberto. "A vida faustosa das Galeotas Reais. Subsídios para a história das antigas embarcações da Casa Real Portuguesa que se guardam no Museu de Marinha". Comunicação apresentada ao Centro de Estudos de Marinha no dia 21 de Abril de 1971. Lisboa: Instituto Hidrográfico, 1973. E idem. *As Galeotas Reais*. Lisboa: Edições Inapa, 1998.

¹² Já em 1730, por ocasião das obras do Palácio de Mafra, os construtores da Ribeira das Naus foram fortemente afetados, o que levou à paragem, durante perto de dois anos, da produção de naus nos estaleiros da capital.

¹³ ESPARTEIRO, idem, ibidem, p. 44.

¹⁴ Chegou a montar 68 e 74 peças. Entrou no novo dique do Arsenal a 28 de setembro de 1792, e de lá saiu a 8 de agosto do ano seguinte, rebatizada como *Princesa da Beira*.

¹⁵ *Gazeta de Lisboa*. Nº14, 5 de abril de 1759, Lisboa, p.112.

¹⁶ Sobre a construção naval e os mestres deste período, encontramos-nos presentemente a preparar um estudo, a publicar oportunamente.

¹⁷ ESPARTEIRO, idem, ibidem, pp. 57, 61. Belo exemplar de maquete, embora não isenta de alguns erros, por exemplo na figura de proa, dado sabermos que tinha um leão, de acordo com a descrição da tragédia de 1778.

¹⁸ Suplemento à *Gazeta de Lisboa*, nº14, 6 nov. 1778, pp. 3-4, Suplemento... nº 15, 13 nov. 1778, p. 4, e Suplemento... nº 18, 1 out. 1778, p. 4), e SILVA, Elias Alexandre e Silva. Relação ou noticia particular da infeliz viagem da Nau de Sua Magestade Fidelissima Nossa Senhora da Ajuda e S. Pedro de Alcantara, do Rio de Janeiro para a cidade de Lisboa. Lisboa: Regia Officina Typográfica, 1778 (reed. Imprensa Nacional, 1869).

¹⁹ Veja-se a referência em ARAÚJO, Norberto. *Peregrinações em Lisboa*. Vol. VIII. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, [1938]-1939, p. 19.

²⁰ Trata-se da Nau da carreira da Índia, *Santo António e Justiça* (1752-1766), inicialmente usada na Frota da Bahia, e da qual pouco se sabe no tocante às suas características ou seu armamento.

²¹ Para cavernas, segundos, e terceiros braços. Ofício do Provedor-mor da Fazenda Real Manuel de Matos Pegado Serpa, para o Secretário de Estado [Tomé Joaquim da Costa Corte-Real], Bahia, 13 de Setembro, de 1757. AHU-A-CL-N-Bahia Nº Catálogo: 2874-2876. Para além das madeiras, açúcar, tabaco, sola, couro, mel, farinha e pimenta, a mesma nau trazia também nove leões. Mapa da carga que n'esta cidade da Bahia se meteu na Nau da Índia *Santo António e Justiça*. ..., Bahia, 14 de setembro, de 1757. AHU-ACL-N-Bahia Nº Catálogo: 2887.

²² "Nesta Nau *Santo Antonio Justiça*, ao tempo q recebi a carta de V. Ex.^a, com data de cinco de junho do presente anno, se achava já recolhida a madeyra para construção de nauz; q consta da relação junta do ezcrvão dos Armazens da Coroa; e por esse motivo não vay nesta occazião o que se pedia e constava da relação q v.^a Ex.^a foy servido remeterme assinada pelo mestre Manoel Vicente Nunez; e na naú nova q está próxima a deytarse ao mar, consuzirá para essa corte a madeyra, que consta da dita relação, e da que vay nesta nau, remeto ao Prov.dor dos Armazens conhecimento em forma. Deos guarde a pessoa de V.^a Ex.^a Bahya 13 de setembro de 1757. Manuel de Mattos Pegado Serpa." O sublinhado é nosso. Aliás, a 20 de agosto, tinha mesmo de se suspender o corte de árvores em Alagoas, por causa do excesso de madeiras que se haviam acumulado: "OFÍCIO [do vice-rei e governador-geral do Brasil, Conde dos Arcos], Marcos de Noronha ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Tomé Joaquim da Costa Corte Real sobre a suspensão do corte de madeira na Vila de Alagoas devido à grande quantidade de madeira que está na Ribeira das Naus da Bahia e outros portos de mar à espera de transporte. Bahia, 20 de agosto de 1757. AHU CU 005, Cx. 132, D. 10300.

²³ "Foi V. Mag.e Servido fazer m.ce a Manoel Vicente Nunes do habito da Ordem de S. Thiago, e de suas provanças constou ter as partes pessoais e limpeza necessária. Porem, q, he Calafate, e Carpinteiro, o Pay foi Carpinteiro com estaleiro, o avo materno Çapateiro, a may e avo materna mulheres de Segunda condição e por estes impedimentos e pelo da falta de qualidade e conhecimento dos avos paternos, se julgou por inhabil para entrar na ordem do que se dá conta a V. Mag.e como Gov.r Perpetuo Adm.or della na forma que dispoem os Difinctorios. Lisboa quatro de Junho de mil Sete Centos Sincoenta e Sete."

²⁴ Afundou-se a 19 de dezembro de 1793, perto de Ovar.

²⁵ Conhecida como *A Cananea*.

²⁶ Parece ter sido iniciada em 1764. Entrou no dique do Arsenal em 1799. A.H.M. Cod. 5 99.

²⁷ Saiu do dique do Arsenal Real a 19 de dezembro de 1794, onde esteve oito meses.

²⁸ Já durante a direção de Martinho de Melo e Castro, na Secretaria de Estado da Marinha.

²⁹ Veja-se, por exemplo, em 1762, "1 Set, Palácio N.^a Senhora da Ajuda – Aviso para Manuel Vicente Nunes a mandar que, com a maior brevidade, se concluem as barcas na forma que este indicara". *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, vol. 52, 874, Lisboa, 1984, p. 305 – 1^a D.; 6^a S; L. 44; Doc. 78; ou "Resposta de Manuel Vicente Nunes em 12 de novembro de 1762. Sobre os alçapoens das Barcas, sempre os considereei não poderem ser maiores, do que se fizeram por poderem contrapesar o pezo, que havião de suportar. E quanto o que se diz, de abaterem de um lado com a passagem da Artilharia; seria por não enchavetarem os gatos, que fixão nas outras Barcas, e não lhe porem os seus barrotes de hua, e outra banda, para os sobreditos alçapoens assentarem em cheio na borda. Pelo que

parece será conveniente, q as ferragens, que levarem as que se estão fazendo, sejam mais fortes: e que em todos os seus furos levem hua chavilha fechada com sua chaveta, para que se não possam despregar.” Arquivo Histórico Militar. DIV/1/07/5/05.

³⁰ Vejam-se os casos já confirmados, da *Santo António* e *S. José* – depois rebatizada *Infante D. Pedro Carlos* (1794), *Martim de Freitas* (1806), e *D. Pedro I* (1822) – construída por António da Silva Araújo em 1763, segundo o risco de Manuel Vicente Nunes, (gémea da *N.ª S.ª da Madre de Deus* e *S. José*); ou das *N.ª S.ª do Bom Sucesso*, e *N.ª S.ª da Boa Viagem*, ambas construídos na Ribeira do Pará em 1775, por modelo feito em Lisboa. Destas duas, existiam dois desenhos de Joaquim José Codina, segundo refere a revista *Anais da Biblioteca Nacional* (1877-1878, vol. 03, p. 336), mas que parecem ter desaparecido, pois em 1952 a mesma publicação dava conta da sua falta, entre a preciosa colecção dos 109 desenhos deste artista (*Anais*, vol.72, p.81). No entanto, não deixa de ser estranho que os desenhos XXXVI, XXXVII e XXXVIII, dados como desaparecidos, surjam reproduzidos na obra FALCÃO, E. C. *Viagem filosófica às Capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. São Paulo: Gráfica Brunner, 1970.

³¹ Vejam-se os casos já confirmados, da *Santo António* e *S. José* - depois rebatizada *Infante D. Pedro Carlos* (1794), *Martim de Freitas* (1806), e *D. Pedro I* (1822) – construída por António da Silva Araújo em 1763, segundo o risco de Manuel Vicente Nunes, (gémea da *N.ª S.ª da Madre de Deus* e *S. José*); ou das chalupas de guerra *N.ª S.ª do Bom Sucesso*, e *N.ª S.ª da Boa Viagem*, ambas construídos na Ribeira do Pará em 1775, segundo modelo feito em Lisboa. Destinavam-se ao serviço de Guarda-costa, para o Canal do Norte e Canal do Sul da foz do Amazonas, e delas, existem dois desenhos aquarelado de Joaquim José Codina, de extrema importância, dado se constituírem como os únicos exemplares conhecidos da obra de Manuel Vicente, coetâneos, fidedignos e documentalmente comprovados, sobre os quais publicaremos em breve um estudo mais detalhado. Outro exemplo poderá ser o da nau *S. Sebastião/Brasil*, construída por António da Silva, no Rio de Janeiro em 1767, dadas as semelhanças das medidas e proporções.

³² Alguns navios ingleses de 90 peças e três pontes, chegaram mesmo a ser cortados para duas pontes e meia, transformados em navios de 74.

³³ William Warden foi Mestre Construtor da Ribeira das Naus, onde esteve ativo desde 1716. Casou com Maria Warden, sobrinha do Capitão Thomas Stepney, com quem teve seis filhos (Francis, William, John, Kingston, George, e Lydia). Francis parece suceder no cargo ao pai, que desempenhará até à sua morte, ocorrida por volta de 1760, sendo casado com Teresa Warden. Mais duas gerações dos Warden permanecerão em Portugal, dedicando-se à Marinha ou ao comércio. Sobre este período da construção naval, voltaremos a falar oportunamente.

³⁴ Perdeu-se num incêndio no Tejo a 3 de janeiro de 1730, conforme noticiava a *Gazeta de Lisboa Occidental*, (n.º 1, 5 jan 1730, p. 8): “Terça feira de noyte por hum infeliz acidente, se queymou dentro do porto desta cidade huma fragata de guerra chamada *Nossa Senhora da Victoria* de 64 peças”. Segundo o autor da *Gazeta Manuscrita*, era “a melhor que El-Rei tinha, e das primeiras que o mestre inglês fabricou”. (Lisboa, 2002:72).

³⁵ Embora não saibamos, até à data, as dimensões desta nau, é muito provável que tivesse as mesmas das que lhe sucederam.

³⁶ Veja-se “*Comparaison des vaisseaux français avec les vaisseaux anglois en dimentions pncipales...en 1764*” (Archives Nationales – Departement de la Marine, B5 11), e TOUCHES, P. G. Gicquel des. *Tables Comparatives des Principales Dimensions des Batimens de Guerre Français et Anglais de tous Rangs*. Paris: Libraire pour la Marine, 1817.

³⁷ RODENBURG, Cornelius de Jong van. *Reize naar de Middellandsche Zee*, in de Jaaren 1777, 1778 en 1779, door Cornelius de Jong, toen ter tijd dienende aan 's Lands Fregat van Oorlog, Tetis. 3 vols., Te Haarlem: F. Bohn, 1806. Cit. de BOXER, Charles. “From Cape Town to Trondhjem – The Adventures and Misadventures of a Dutch Naval Officer, 1791-1797”. In: *The Mariner's Mirror*. Vol. 69, Issue 2: Routledge: New York, 1983, pp. 158-159.

Resenha

Silvestre Cirilo dos Santos Neto

*O esporte e as Forças Armadas na Primeira República: das atividades gymnásticas às participações em eventos esportivos internacionais**

Silvestre Cirilo dos Santos Neto

Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Esporte e do Exercício (PPCEE) – UERJ. Centro de Estudos Olímpicos – UERJ. Grupo de Estudo em Eventos e Megaeventos EEFD – UFRJ.

Resenha de CANCELLA, Karina. *O esporte e as Forças Armadas na Primeira República: das atividades gymnásticas às participações em eventos esportivos internacionais*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2014. ISBN: 978-85-7011-540-9, 270 p.

O livro retrata como as instituições militares contribuíram para a formação da identidade brasileira, especificamente através do esporte e abrangendo o período da Primeira República focando em dois grandes eixos: o civismo e a competição e, a ginástica e o esporte. A autora iniciou sua pesquisa em 2012, tendo ganhado um prêmio como o melhor trabalho apresentado no XII Congresso Internacional da International Society for the History of Physical Education and Sport – ISHPES. O livro é uma versão da dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC) da UFRJ, sendo a primeira obra no País neste formato a respeito da história do esporte militar, ampliando este novo campo de pesquisa.

Na introdução, a autora nos norteia dentro da história militar e a sua ligação estreita com o esporte. A criação das ligas esportivas promoveu a aproximação do esporte com as Forças Armadas, acarretando em instrumento de controle dentro daquelas instituições.

No Brasil, as Forças Armadas foram responsáveis pela formação dos primeiros profissionais de Educação Física, mas a autora se questiona sobre como o movimento esportivo chegou às Forças Armadas, assim como verificou as similaridades e diferenças da chegada desse movimento à Marinha e ao Exército Brasileiro.

A pesquisadora explica o uso da história militar e do esporte através de uma abordagem da história comparada para a montagem do cenário esportivo militar na Primeira República, elucidando, sobretudo, a influência europeia sobre as instituições militares. Aproveitando a lacuna percebida em relação aos estudos historiográficos do esporte militar, a autora refez o caminho da criação da Liga Militar de *Football* e da Liga de *Sports* da Marinha, lembrando que, antes desse fenômeno, as Forças Armadas já adotavam a ginástica nas suas práticas cotidianas.

A partir de 1915, ocorreram a regulamentação e o reconhecimento das Ligas pela Confederação Brasileira de Desportos (CBD), entidade regulamentadora do espor-

* Artigo recebido em 3 de abril de 2016 e aprovado para publicação em 28 de abril de 2016.

te nacional à época. Neste ponto, a ela propõe uma discussão sobre o papel da prática esportiva dentro da perspectiva de preparação dos corpos, promoção da saúde e da difusão dos preceitos da modernidade.

No capítulo 2, "As Forças Armadas e o corpo: a utilização da *gymnastica* nos processos de formação militar (1890-1908)", analisa-se o processo de intensificação das ações voltadas ao desenvolvimento físico dentro das instituições militares e a aproximação com o meio civil, com o foco voltado à Defesa Nacional. A partir da Proclamação da República, a preocupação com o preparo dos militares cresceu em projeção e a autora busca elucidar por que a preparação pretendida para os militares se valeu da ginástica e da introdução de alguns esportes de forma não competitiva e quais foram os pontos motivadores para a preocupação com o corpo.

No capítulo 3, "Uma nova estrutura para as Forças Armadas brasileiras: os impactos das influências estrangeiras e o papel do esporte entre os militares (1908-1915)", aborda a influência estrangeira no início do século XX e a contribuição na especialização do treinamento militar voltado ao corpo e as práticas esportivas e, o início do processo de criação das ligas.

Essa internacionalização das instituições militares buscava as ações para modernização das estruturas através da renovação material e técnica. O Brasil manteve contatos com Alemanha e França nesse primeiro momento, acarretando na criação da primeira escola de Educação Física, inicialmente conhecida como Curso de Esgrima e Ginástica da Força Pública de São Paulo. Esse intercâmbio foi importante para a profissionalização das instituições militares brasileiras, fazendo o alinhamento das práticas nacionais com as tendências apresentadas em países mais avançados.

Nesse momento histórico, percebeu-se a necessidade da formação de instrutores, pois a prática da ginástica por civis e mili-

tares havia se expandido por todo o País. Nesse ponto, percebe-se a influência europeia sobre a ginástica praticada no país, através da adoção dos métodos alemão, francês e sueco.

Concomitantemente, discute-se sobre a criação de escolas de ginástica, mais tarde transformadas em escolas de Educação Física. E, como todo setor em expansão, buscou-se a regulamentação da prática esportiva, uma tendência observada à época.

O capítulo 4, "Organização esportiva militar no Brasil: uma análise comparada das ações da Liga dos *Sports* da Marinha e da Liga Militar de *Football* em seus primeiros anos de atuação (1916-1922)", compara os modelos adotados pelas ligas abordadas no estudo, sendo quase uma abordagem histórica da gestão praticada naquele momento, culminando com o envolvimento militar na organização dos Jogos Esportivos do Centenário de 1922. Nesse período, elaboraram-se regulamentos e estatutos, permitindo a organização das práticas esportivas percebidas até então e que ocorriam em células sem uma organização formal.

No capítulo 5, a autora faz as suas considerações finais, observando que a relação entre esporte e as Forças Armadas não aconteceu de forma ocasional e quase se confunde com a expansão do esporte perante toda a sociedade, percebida como um forte movimento no período estudado. E o movimento de promoção do corpo e da saúde viu a mudança da percepção sobre as funcionalidades do esporte ao longo dos 32 anos (1890-1922) estudados e comparados para o presente estudo. Esta importante obra contribuiu para o entendimento do surgimento e aprimoramento das instituições esportivas militares no Brasil e, sobretudo, a importância da Marinha do Brasil e Exército Brasileiro no processo de expansão do esporte e da atividade física no País, trazendo assim um panorama por muitos desconhecidos a respeito do esporte militar e sociedade civil.

Documento

DOCUMENTO: Cartão-Postal Equipe de Fooball Association Benjamin Constant

LOCALIZAÇÃO: Arquivo da Marinha

Cartão-Postal Equipe de Fooball Association Benjamin Constant

Beatriz Alcoforado Oliveira

Graduanda em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e estagiária do Departamento de História da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha.

A análise dos documentos é um ponto chave para que possamos entender algum período da história ou até mesmo se quisermos apenas saber como era o dia a dia de determinada época. Uma simples fotografia pode permitir uma análise profunda sobre seu conteúdo.

É exatamente isso que pretendemos ao apresentar essas duas imagens sobre um time de futebol do Navio-Escola *Benjamin Constant*. Tal documento foi produzido em 1912 durante uma Viagem de Instrução realizada pelo Navio-Escola *Benjamin Constant*.

Em 1912, o *Benjamin Constant*, navio sob o comando do então Capitão de Fragata João Carlos Mourão dos Santos, foi designado para fazer a viagem de instrução pelo Velho Mundo parando em alguns portos do Mar Mediterrâneo.

Na Europa, o primeiro porto onde o Navio-Escola *Benjamin Constant* atracou foi em Toulon, na França e, por necessitar de reparos nas caldeiras e máquinas, permaneceu na cidade francesa pelo tempo necessário para a realização desse serviço.

Foi neste período de conserto da embarcação que foi produzido o documento aqui apresentado. Na fotografia, nos deparamos com um grupo de 13 homens que formavam uma equipe de futebol onde se observa que um deles estava de uniforme e em sua cobertura consta o nome do Navio-Escola. No alto da fotografia está escrito: "Os melhores jogadores são aqueles que levaram um si-

nal – Toulon, 1912". E sete são os marcados como melhores.

Esse grupo de militares fazia parte da Equipe de Football Associação Benjamin Constant e no verso do Cartão Postal enviado ao *Monsieur* Luiz Eleazar Tavares, residente na Rua São Salvador, no Rio de Janeiro, há o relato dos jogos realizados durante o período em que a embarcação permaneceu na cidade francesa.

O time treinava três vezes por dia e jogava aos domingos. Um ponto importante mencionado é que, das nove partidas que realizaram, só foi derrotado em três jogos contra clubes civis franceses.

No domingo anterior ao envio do cartão, eles participaram de duas partidas: a primeira na parte da manhã contra o Diderot (vencendo a equipe francesa por 3 a 1) e outra na parte da tarde contra o Condorcet (vencendo por 2 a 1).

A prática de atividades físicas no ambiente militar no Brasil remonta ao século XIX, mas com o passar dos anos a prática do esporte foi ampliada. Atualmente são várias competições que permitem a mensuração e a ampliação das capacidades físicas dos militares, como por exemplo: as Olimpíadas Internas da Escola Naval, a competição entre as três academias militares brasileiras e principalmente os Jogos Mundiais Militares.

Com todas essas informações, podemos concluir que a viagem de instrução do Navio-Escola *Benjamin Constant* para a Europa

* Artigo recebido em 22 de abril de 2015 e aprovado para publicação em 12 de junho de 2015.

em 1912 não se deu com a única finalidade de participação em uma competição futebolística, porém tal Cartão Postal demonstra

que o esporte, particularmente o futebol, já se fazia presente na vida militar em princípios do século XX.

